

**CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL –
SONHO DE CRIANÇA**

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

TRÊS BARRAS DO PARANÁ- PR

2021

**CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL –
SONHO DE CRIANÇA**

Projeto Político Pedagógico elaborado para nortear o trabalho pedagógico desenvolvido nesta Instituição de Ensino e, elaborado em conformidade com a Lei nº 9394/96 Diretrizes e Bases da Educação – LDB e .Deliberação nº 02/2018 do Conselho Estadual de Educação..

TRÊS BARRAS DO PARANÁ- PR

2021

Sumário

1. IDENTIFICAÇÃO	8
1.1 Identificação da Instituição e da Mantenedora.....	8
1.2 Código Inep da Instituição de Ensino.....	8
1.3 Código do estabelecimento de Ensino e da turma	9
1.4 Curso e modalidade de ensino	9
1.5 Organização do tempo escolar	9
1.6 Número de turmas e de estudantes	9
1.7 Quadro de Profissionais.....	10
2. ELEMENTOS SITUACIONAIS.....	12
2.1 Histórico e características da Instituição de Ensino	12
2.2 Caracterização da Comunidade	15
2.3 Ambientes Pedagógicos.....	24
2.4 Objetivos da Instituição de Ensino	25
2.5 Princípios Norteadores da Educação	27
2.6 Instâncias Colegiadas.....	28
2.6.1 Conselho Escolar	28
2.6.2 Associação de Pais Mestres e Funcionários- APMF.....	31

2.6.3 Conselho de Classe.....	34
2.7 Indicadores Educacionais.....	36
2.7.1 De acesso e de fluxo	36
2.8 Acompanhamento da frequência escolar	37
3. ELEMENTOS CONCEITUAIS.....	38
3.1 Princípios Teóricos e Filosóficos da Educação	38
3.1.1 Pressupostos Psicológicos	38
3.1.2 Pressupostos Pedagógicos	41
3.1.3 Pressupostos Legais	49
3.1.4 Pressupostos Filosóficos	57
3.2 Concepção de Sujeito e Sociedade	60
3.3 Concepção de Educação.....	61
3.4 Concepção do Processo Ensino e Aprendizagem.....	64
3.5 Concepção de Avaliação da Aprendizagem.....	65
3.6 Concepção de Infância	66
3.7 Concepção de Currículo	68
3.8 Concepção de Gestão Democrática	70
3.9 Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.....	71
4. ELEMENTOS OPERACIONAIS	78
4.1 Premissas da Escola.....	78
4.2 Hora Atividade da Instituição de Ensino	79

4.3	Formação Continuada da Instituição de Ensino	82
4.4	Integração Escola e Comunidade.....	83
4.5	Atendimento Educacional Especializado	84
4.5.	Professor de Apoio Educacional Especializado	84
4.5.	Professor de Apoio à Comunicação Alternativa	85
4.6	Equipe Multiprofissional.....	86
4.7	Avaliação	102
4.8	Estágio.....	106
4.9	Atendimento Domiciliar	107
4.10	proposta de Prevenção e Combate à Evasão Escolar.....	108
4.11	Proposta de Transição.....	109
4.12	Intervenções Pedagógicas	109
4.13	Desafios contemporâneos	110
4.13.1	Direito das Crianças e dos Adolescentes.....	111
4.13.2	Estatuto do Idoso.....	111
4.13.3	Relações Étnico-Raciais, o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena.....	112
4.13.4	A Educação Ambiental.....	113
4.13.5	Prevenção ao uso de Drogas	114
4.13.6	Gênero e Diversidade Sexual.....	115
4.13.7	Combate à violência.....	116
4.13.8	Educação para o Trânsito.....	116

4.13.9 Inclusão Social.....	117
4.13.10 Símbolos.....	118
4.13.11 Exibição de filmes de produção nacional.....	118
4.13.12 Educação Alimentar.....	119
4.13.13 Segurança e Saúde.....	119
4.13.14 Liberdade de Consciência e Crença.....	120
4.13.15 Sexualidade.....	121
4.13.16 Prevenção à gravidez na adolescência.....	121
4.13.17 Direitos Humanos.....	122
4.13.18 História do Paraná.....	123
4.13.19 Língua Estrangeira Moderna – Língua Inglesa.....	124
4.14 Proposta Pedagógica Curricular da Educação Infantil.....	125
4.14.1 Apresentação dos Campos de Experiência da Educação Infantil.....	125
4.14.2 SABERES E CONHECIMENTOS.....	128
4.12.3 Encaminhamentos Teóricos Metodológicos.....	211
4.14.4 Bibliografia.....	233
5. Avaliação	234
6. AVALIAÇÃO	236
6.1 Avaliação Institucional.....	236
6.2 Implementação do Projeto Político Pedagógico.....	237
7. BIBLIOGRAFIA	239

8. ANEXOS.....	242
8.1 Projeto Cultura da Paz nas escolas	242
8.2. Projeto Conscientização e combate a Violência Infantil	244
8.3 Projeto Educação Alimentar e Nutricional	246
8.4. Projeto Recreio Interativo.....	249
8.5 MATRIZ CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL	252
8.6 Calendário Escolar	254
8.7 Plano de Ação.....	256

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 Identificação da Instituição e da Mantenedora

CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL SONHO DE CRIANÇA

ENDEREÇO: Rua Castelo Branco, nº 1140, Alto Campo.

MUNICÍPIO: Três Barras do Paraná. CODIGO DO MUNICÍPIO: 2804

ZONA: Urbana

TELEFONE: 45 3235-1210

E-MAIL: cmeitb@gmail.com

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: 07:30 às 12:00 e das 13:00 às 17:30

MANTENEDORA: Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná- PR

ENDEREÇO: Av. Brasil Nº 245 - centro

TELEFONE: (45) 3235 1212

1.2 Código Inep da Instituição de Ensino

Este Estabelecimento de Ensino encontra-se cadastrado ao Inep com o código 41369548

1.3 Código do estabelecimento de Ensino e da turma

Conforme o Sistema Estadual de Registro Escolar – SERE este Estabelecimento de Ensino esta inscrito com o código 629 e as turmas estão inscritas sob o código 2100 - Ensino Pré Escolar Creche.

1.4 Curso e modalidade de ensino

A Instituição de Ensino oferta o ensino para crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade na modalidade Educação Infantil – Creche.

1.5 Organização do tempo escolar

Esta Instituição de Ensino organiza seu tempo escolar sem seriação, formando as turmas conforme idade das crianças. O sistema de avaliação utilizado tem periodicidade semestral. A organização curricular se dá por meio de campos de experiências, conforme a Base Nacional Comum Curricular.

1.6 Número de turmas e de estudantes

Esta instituição de ensino, em 2020, esta organizada com as seguintes turmas e quantidade de alunos:

FAIXA ETÁRIA	TURMA	TURNO DE FUNCIONAMENTO	Nº DE ALUNOS
1 a 2 anos	Berçário II- A	Matutino	10
2 a 3 anos	Maternal I – B	Matutino	12
2 a 3 anos	Maternal I – C	Matutino	12

3 a 4 anos	Maternal II – D	Matutino	15
3 a 4 anos	Maternal II- E	Matutino	15
1 a 2 anos	Berçário I – F	Vespertino	10
1 a 2 anos	Berçário II – G	Vespertino	10
1 a 2 anos	Berçário II- H	Vespertino	10
2 a 3 anos	Maternal I- I	Vespertino	12
3 a 4 anos	Maternal II – J	Vespertino	15

1.7 Quadro de Profissionais

O Centro Municipal de Educação Infantil Sonho de Criança está vinculado a Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SEMED de Três Barras do Paraná e apresenta em seu quadro de funcionários direção, pedagogos, professores, administrativo e funcionários operacionais.

A direção da escola é o órgão que preside o funcionamento dos serviços escolares no sentido de garantir o alcance dos objetivos educacionais, organizando, dinamizando e coordenando o estabelecimento de ensino de forma democrática.

O pedagogo é responsável pela coordenação da construção ou reconstrução do Projeto Político Pedagógico, juntamente com a equipe escolar, bem como sua implantação, execução e avaliação no decorrer do ano letivo. Em relação ao desenvolvimento das atividades, devem viabilizar o trabalho pedagógico coletivo, facilitando o processo comunicativo da comunidade escolar, além de acompanhar o desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem.

Os docentes devem atuar como mediador do conhecimento contribuindo para que a criança desenvolva o senso crítico e possa cada vez mais participar ativamente de sua prática social, atuando como sujeito em meio à sociedade. Desse modo, cabe ao professor colocar-se como ponte entre o conhecimento e a criança, para que este participe ativamente do processo ensino e aprendizagem.

O administrativo é responsável pelos serviços de secretaria, realiza todas as funções destinadas a manter os registros, os arquivos de documentação dos alunos e dos funcionários, além de comunicados e expedições para apoiar o desenvolvimento do processo escolar, dando valor legal a toda a documentação expedida com aval do Secretário responsável e da Direção da Escola.

A Equipe de Funcionários Operacionais são os profissionais tem a seu encargo os serviços de conservação, manutenção, preservação, segurança e de alimentação, funções essas que dão suporte as ações pedagógicas.

NOME	FUNÇÃO	FORMAÇÃO
Aida Chiapetti	Secretária	Magistério
Dahiane Daniel de Mello Viganó	Diretora	Pedagogia/ Pós Graduação
Elisangela Gotardo	Diretora Auxiliar	Pedagogia/ Pós Graduação
Elisangela Gotardo	Equipe pedagógica	Pedagogia / Pós Graduação
Célia S. Kazmierzak	Professora	Magistério/ Pedagogia/ Pós Graduação
Derli Gonçalves da Silva	Professora	Magistério/ Ciências Biológicas
Dilva de Souza	Professora	Magistério/Pedagogia/ Pós Graduação
Elisangela P. Barcarolo	Professora	Magistério /Pedagogia
Emerson Shardosin	Professor	Magistério, História e Pós – graduação.
Janaina A. V. Morosini	Professora	Pedagoga e pós-graduação
Karin C. B. Fongaro	Professora	Magistério, Artes Visuais e Pós- graduação
Luciane Bertoldo	Professora	Magistério
Roberta Fabiane Bonamigo	Professora	Formação de Docente/Pedagogia/ Pós Graduação
Taneclair B. da Silva	Professora	Magistério / Pedagogia/Pós Graduação
Clarice Clara	Auxiliar de Serv. Gerais	4ª série do Ens.Fund.
Lindamir Borges	Auxiliar de Serv. Gerais	Não comprovada
Maria de Souza	Auxiliar de Serv. Gerais	Ensino Médio Incompleto
Marines Matos Correia	Auxiliar de Serv. Gerais	4ª série do Ens.Fund.
Rosangela Godoy da Silva	Auxiliar de Serv. Gerais	Ensino Médio
Janete Cristina Calgarotto	Administrativo	Ensino Fundamental Incompleto
Janaina Borges Lorenci	Cozinheira	Ensino Fundamental Incompleto

2. ELEMENTOS SITUACIONAIS

2.1 Histórico e características da Instituição de Ensino

O Centro Municipal de Educação Infantil Sonho de Criança iniciou atendimento às crianças menores de sete anos por volta do ano de 1980, utilizando a estrutura do pavilhão da Igreja Matriz Nossa Senhora Aparecida situada na Avenida Brasil, centro de Três Barras do Paraná. A comunidade local percebeu a necessidade de se criar um espaço, onde as mães pudessem deixar seus filhos para ir trabalhar, principalmente as mães que trabalhavam na colheita do feijão e do milho, principal atividade econômica do município na época.

Até o ano de 1980, Três Barras do Paraná era Distrito do município de Catanduvas-Pr, as famílias que aqui residiam possuíam pouca renda e o distrito apresentava um alto índice de mortalidade infantil e desnutrição. Buscando melhorias para esta realidade a comunidade se mobilizou e criou a Associação de Proteção à Maternidade e Infância – APMI, por meio desta, em 1983, iniciou-se as instalações da Creche Municipal Sonho de Criança, contendo um prédio em alvenaria com três salas de aula, dois banheiros, uma cozinha, um refeitório e uma secretaria com banheiro e, outro prédio em madeira com duas salas de aula, dois banheiros e uma lavanderia em lavanderia, localizada na Rua Castelo Branco 1140, no bairro Alto Campo, iniciando seu atendimento com 45 crianças. O estabelecimento era mantido pela APMI, através de recursos recebidos do Ministério da Previdência Social e completado pela Prefeitura local.

Quanto ao nome da Instituição, Sonho De Criança, este foi escolhido visto que no local as crianças tinham contato com brinquedos, atividades recreativas, alimentação de qualidade e atenção, cuidados básicos necessários para o desenvolvimento infantil, o que muitas crianças não tinham em casa, neste sentido, a instituição proporcionava as crianças, por meio da imaginação, a criação e realização de sonhos.

Neste período o direcionamento do trabalho desta instituição, como na maioria das creches existentes no país, era marcado por características assistencialistas, diretamente ligadas a Secretaria de Ação Social. Os profissionais que atuavam junto às crianças na função de monitores, eram profissionais concursados, no município, para as funções de serviços gerais e administrativos.

No ano de 2003, a instituição foi reorganizada buscando atender os dispositivos da Lei nº 9394/96 - Diretrizes e Bases da Educação, a qual enfatiza a finalidade de promover o desenvolvimento integral da criança até seis anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade, bem como concretizar a ação do binômio CUIDAR E EDUCAR. Neste momento, os atendimentos às crianças passam a ser realizados por professores com formação mínima em magistério.

Ainda em 2003, a Instituição teve seu regimento aprovado através do Ato Administrativo nº 445/03 do Núcleo Regional de Educação-NRE de Cascavel. Em 2004, este estabelecimento teve sua nomenclatura alterada de Creche Sonho de Criança para Centro Municipal de Educação Infantil Sonho de Criança através da Resolução nº 2.320/04 SEED, de 28 de Junho de 2004, a qual também autorizou o funcionamento para atendimento de crianças de zero a seis anos. Neste mesmo ano deu-se início a elaboração do primeiro Projeto Político Pedagógico desta instituição.

No ano de 2005, o Centro Municipal de Educação Infantil Sonho de Criança passou por reformas na sua estrutura, durante esse período as crianças eram atendidas em um novo espaço, cedido pela Secretaria de Assistência Social do município, onde atualmente funciona o Centro de Atendimento à Criança e ao Adolescente. Em meados de 2006, foi concluída a reforma e o atendimento às crianças retorna ao espaço destinado a este fim. Após a , a instituição passou a contar com cinco salas de aula, banheiro feminino e masculino, cozinha, dispensa, secretaria com banheiro e refeitório em alvenaria, também, realizou-se reforma no prédio em madeira, que passou a possuir somente uma sala de aula, com esta ampliação da estrutura o atendimento continuou sendo integral para cerca de 100 crianças.

No ano de 2009, a Instituição atendia em média 80 (oitenta) crianças em período integral e houve pela primeira vez, eleição administrativa de forma democrática para função de Diretor, pois até então, a escolha da direção era feita através de nomeação pelo Prefeito Municipal.

Neste mesmo ano, no que se refere às instâncias colegiadas, em reunião com a comunidade escolar foi proposto à criação da Associação de Pais Mestre e Funcionários para a instituição e discutido a elaboração do estatuto que iria reger a associação, logo em seguida formou-se uma única chapa de pessoas que se dispuseram para este trabalho voluntário. No dia 17 de junho do ano de dois mil e nove foi eleita à primeira composição da Associação de Pais Mestres e Funcionários do Centro Municipal de Educação Infantil Sonho de Criança.

Em relação à instância colegiada do Conselho Escolar, em 2012, foi formada a primeira comissão responsável em criar esta instância, nesta data foi redigido o estatuto que iria reger o referido conselho, bem como, realizada a escolha dos representantes de cada segmento e, no dia 23 de mês de abril de 2012, foi constituído o primeiro Conselho Escolar do Centro Municipal de Educação Infantil Sonho de Criança.

No ano de 2013, visando proporcionar melhores condições para o desenvolvimento das crianças, foi adquirido condicionadores de ar para as salas de atendimento às crianças, através de recursos da Associação de Pais Mestres e Funcionários.

Devido ao grande número de crianças na lista de espera, em 2015, iniciou - se o atendimento em regime parcial, conforme parecer favorável do Conselho Municipal de Educação, assim o atendimento passou a ser de 100 crianças. Neste mesmo ano, esta instituição, atendeu sua última turma de pré-escola, passando, a partir do ano de 2016, atender somente a modalidade Creche.

Em relação à estrutura física, no ano de 2017, foram realizadas ampliações e readequações, sendo a construção de uma dispensa ao lado da cozinha, a readequação de espaço para guardar os materiais pedagógicos, a substituição da areia por grama sintética e troca dos brinquedos no parque infantil.

Também em 2018, através de promoções realizadas pela Associação de Pais, Mestres e Funcionários – APMF complementou-se a estrutura física do CMEI, com a cobertura do parque infantil e aquisição de ar condicionado para o refeitório, também foi nivelado o terreno e colocado grama em torno do CMEI, ampliando o espaço para recreação.

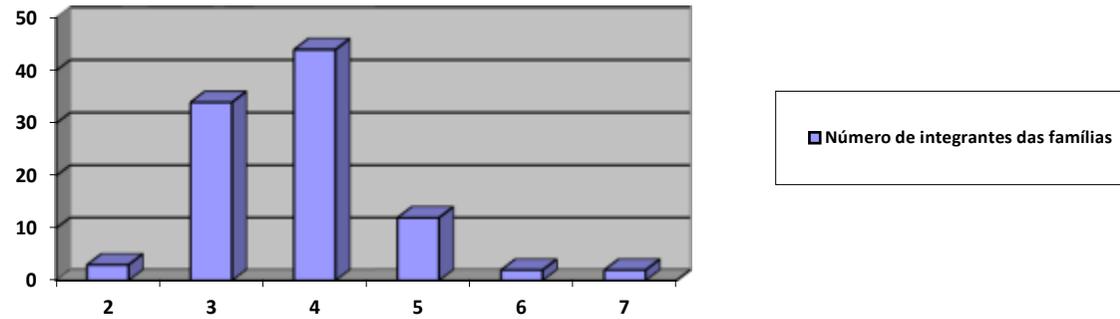
Em relação aos documentos vigentes, esta instituição de ensino, necessitou readequar a Proposta Pedagógica Curricular, a partir de 2019, de forma a atender a nova organização indicada pelos documentos norteadores como a Base Nacional Comum Curricular – BNC, o Currículo da Rede Estadual Paranaense - CREP e a Proposta Pedagógica Curricular da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná.

Neste ano de 2020, estamos vivenciando um momento atípico devido à pandemia causada pelo Coronavírus COVID-19, todos os profissionais da educação estão tendo que se adaptar a este novo formato de trabalho, desde o mês de março as aulas presenciais foram suspensas em todo estado do Paraná, bem como, em todo o território brasileiro e mundial, observando a realidade epidemiológica de cada localidade. Muitas mudanças estão acontecendo no cenário educacional, os profissionais da educação estão tendo que se adaptar a este novo processo de ensino e aprendizagem, o conhecimento esta sendo repassado através de atividades impressas, a explicação dos saberes e conhecimentos e o vínculo com as famílias das crianças está acontecendo somente de forma virtual, através de grupos on line via aplicativo WhatsApp e ligações semanais, diante disso, todo processo educacional esta sendo readaptado ao formato de trabalho remoto.

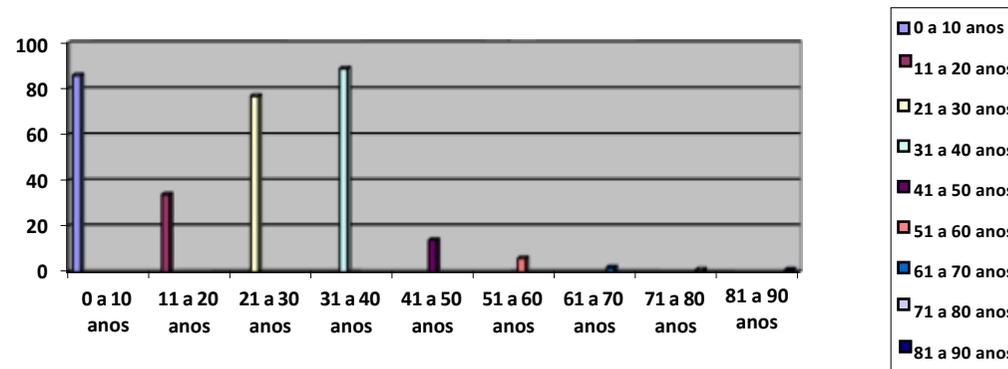
2.2 Caracterização da Comunidade

No ano de 2019 o CMEI contava com 125 crianças matriculadas, em pesquisa realizada, 98 dessas famílias participaram respondendo ao questionário socioeconômico composto por 13 questões. Os resultados estão representados conforme os gráficos abaixo:

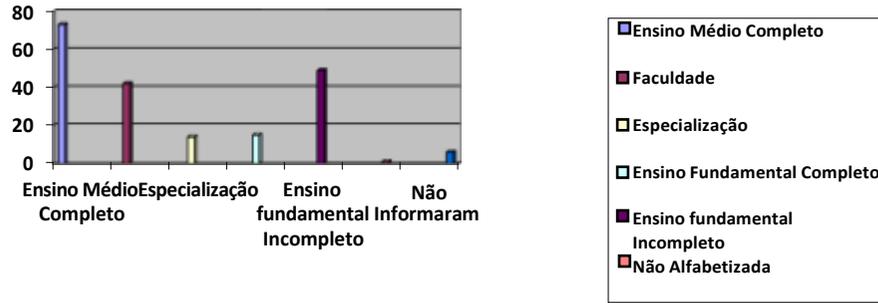
Número de integrantes das famílias



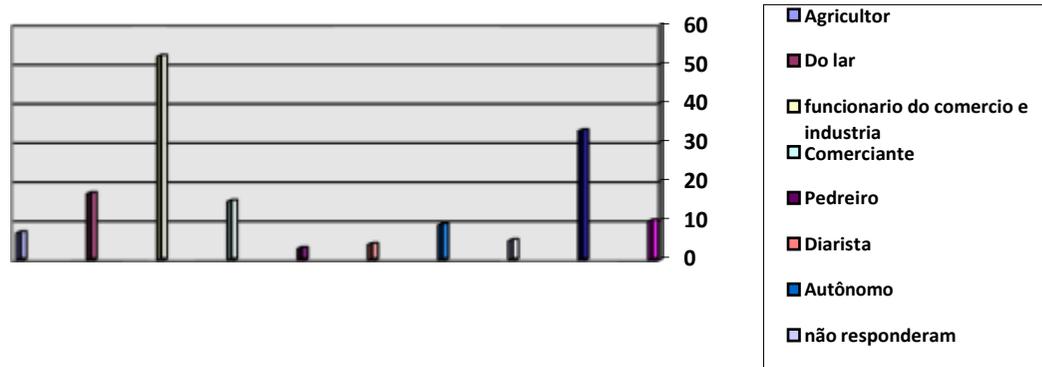
Número de integrantes das famílias por idade



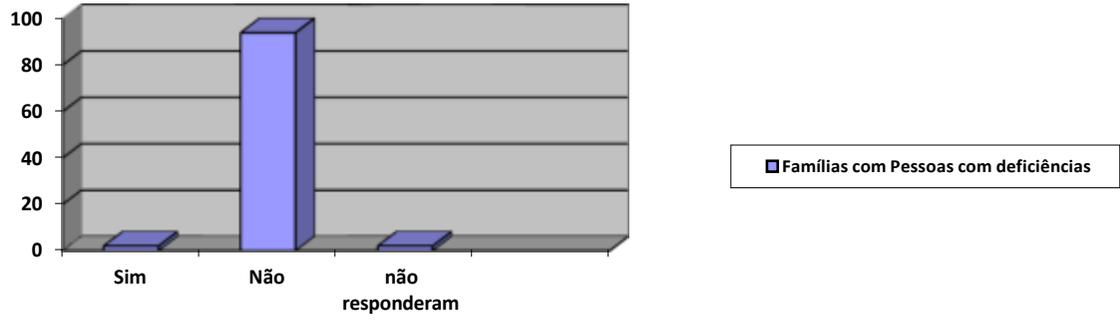
Escolaridade dos responsáveis



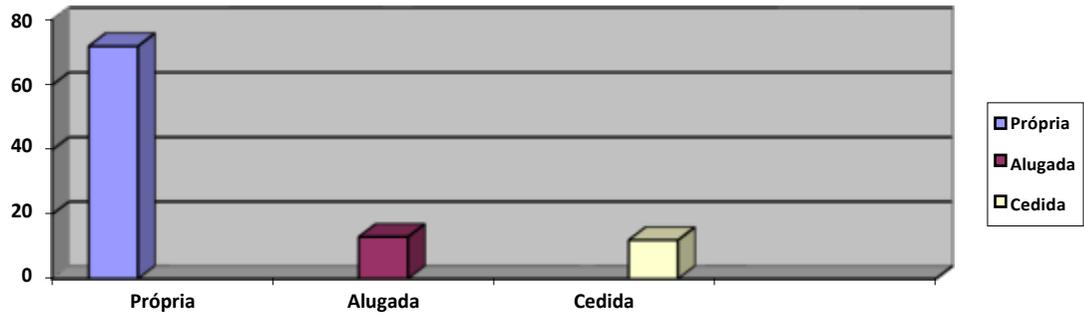
Profissão dos responsáveis



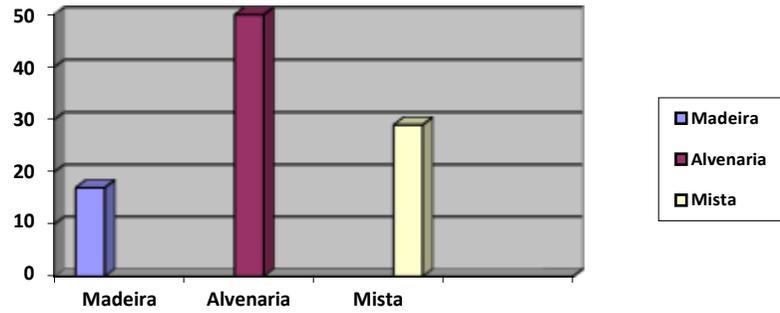
Famílias com pessoas com deficiências



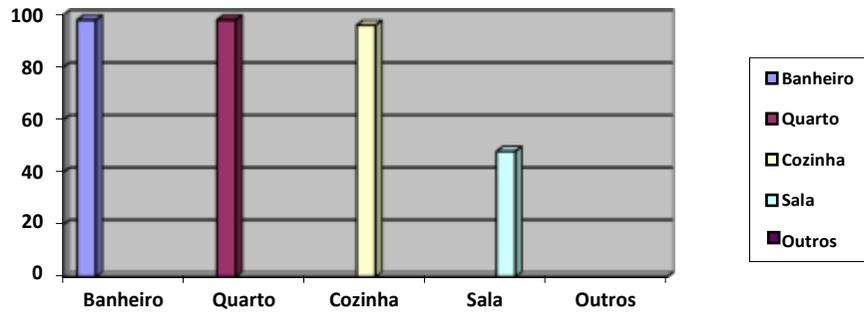
Da propriedade da casa



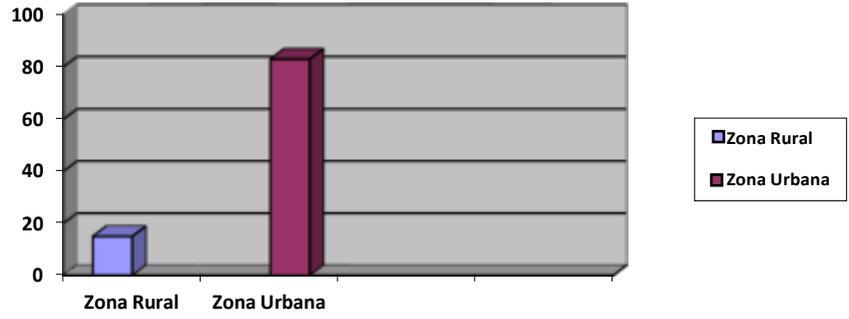
Da moradia



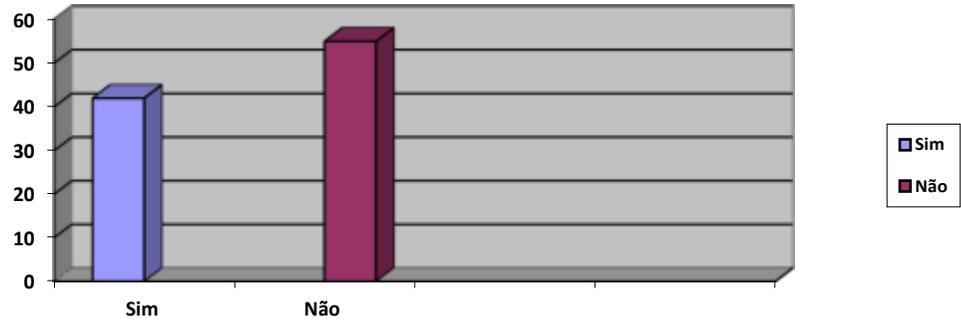
Dos Cômodos da casa



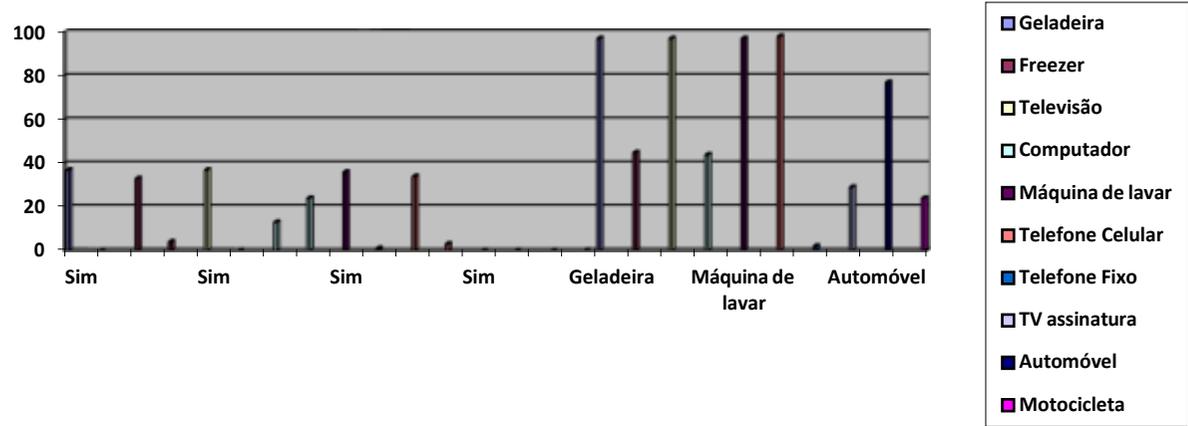
Da localização da Moradia



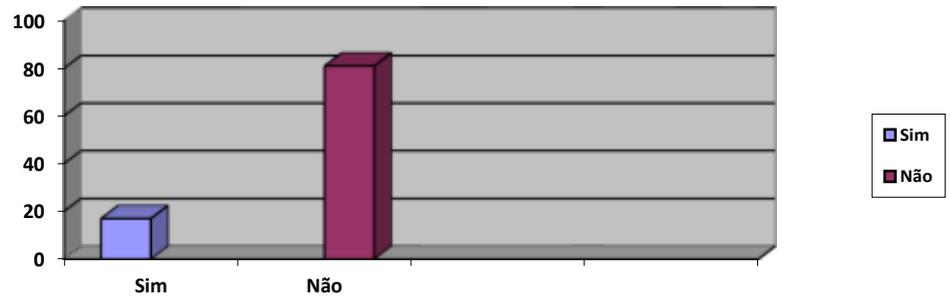
Utilização do Transporte Escolar



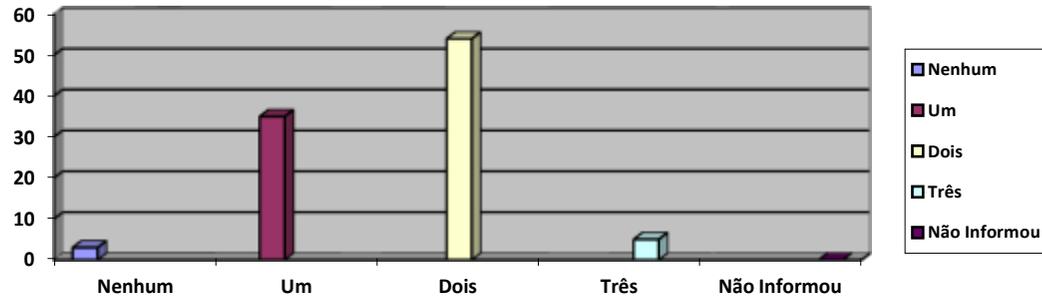
Bens do domicílio



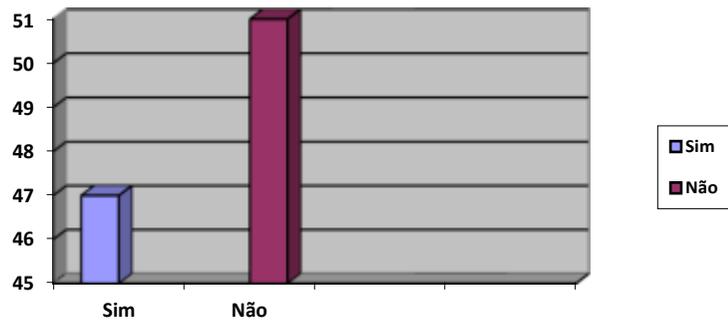
Beneficiários do Programa Bolsa Família



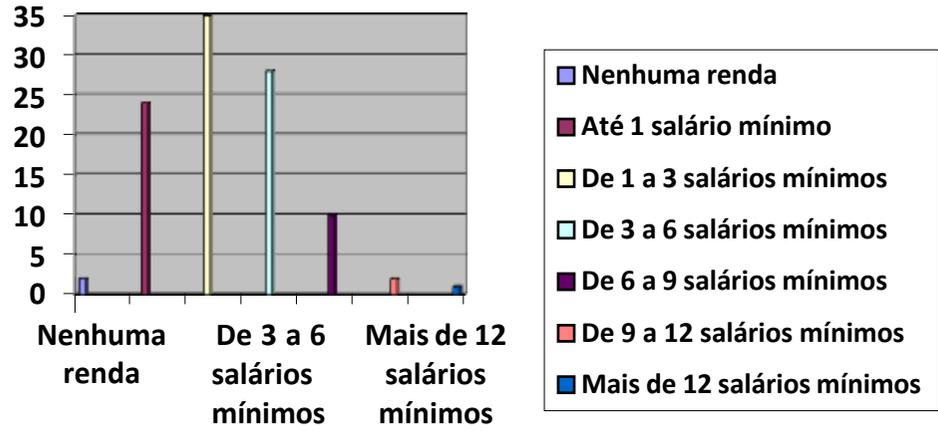
Pessoas por família que exerce trabalho remunerado



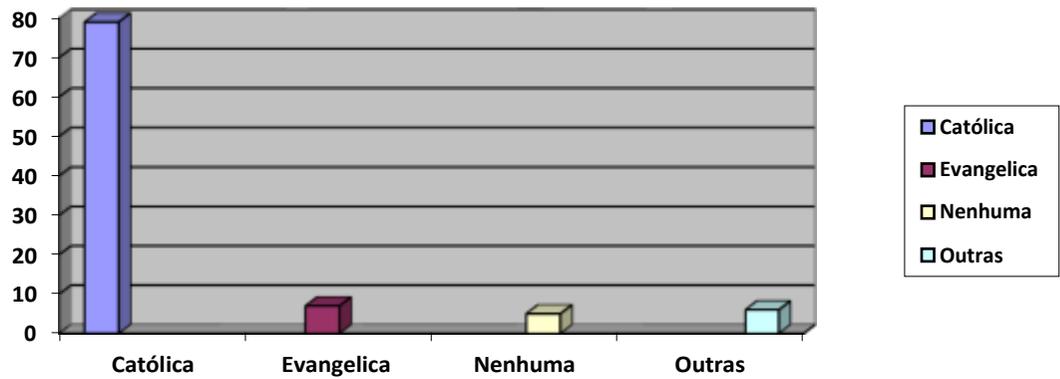
Plano de Saúde



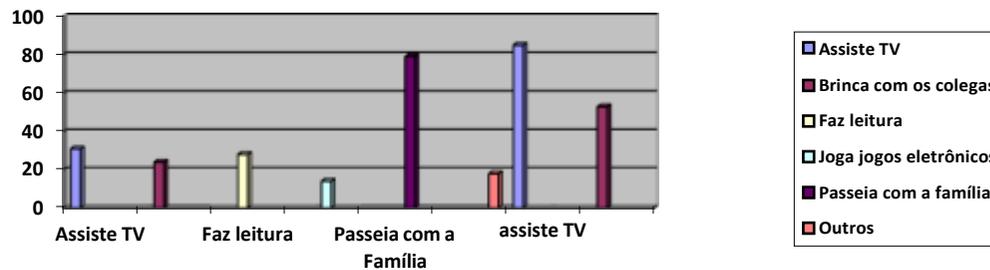
Renda Familiar



Religião da família



Momentos de lazer



Diante dos dados levantados através da pesquisa, foi possível aprofundar-se no conhecimento da realidade dos ambientes familiares das crianças matriculadas no Centro Municipal de Educação Infantil Sonho de Criança e, com isso, aprimorar as relações entre todos os envolvidos no processo ensino e aprendizagem, pautados no respeito mútuo e na valorização da identidade de cada criança, possibilitando traçar estratégias para potencializar sua aprendizagem e desenvolvimento.

2.3 Ambientes Pedagógicos

O Centro Municipal de Educação Infantil Sonho de Criança possui em sua estrutura física uma área de 336,05 m², contendo os seguintes espaços:

- 05 salas de aula, utilizada para atendimento pedagógico às crianças;
- 01 cozinha, utilizada para preparar as refeições;

- 01 dispensa, utilizada para armazenar os alimentos;
- 01 refeitório, utilizado para servir as refeições;
- 02 banheiros coletivos, utilizados para realização de trocas, banhos e outras necessidades das crianças;
- 01 sala de professores, utilizada para desenvolvimento de atividades durante a hora atividade;
- 01 sala com 01 banheiro, utilizada pela direção para atendimento de pais ou responsáveis pelas crianças, professores e demais integrantes da comunidade escolar;
- área livre coberta de 258,03 m² com parque infantil, utilizada para realização de atividades recreativas dirigidas e recreio interativo;
- 01 lactário, utilizado para o preparo das mamadeiras;
- 01 lavanderia, utilizada para manutenção de roupas de cama, mesa e banho da instituição;
- 01 Sala, utilizada para armazenamento de materiais pedagógicos e de expediente;
- área livre com amplo gramado ao redor da instituição, utilizada para lazer e desenvolvimento de atividades recreativas dirigidas.

2.4 Objetivos da Instituição de Ensino

De acordo com a Lei nº 9.394/96 - Diretrizes e Bases da Educação – LDB, em seus artigos 29º, 30º e 31º os objetivos das Instituições de Ensino que ofertam a Educação Infantil são:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade.

Art. 31. A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I - avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

II - carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional;

III - atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral;

IV - controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas;

V - expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança. (BRASIL. Lei nº 9394, 20/12/96).

Nesse sentido, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, os principais objetivos desta instituição de ensino são:

- Proporcionar o desenvolvimento integral da criança, contribuindo para que a mesma construa uma autoimagem positiva a partir da descoberta de si, do outro e do espaço de convivência;
- Atender as necessidades básicas do cuidar e do educar, correspondentes a cada faixa etária;
- Considerar que a criança deve praticar o exercício do brincar compreendendo-o como uma linguagem própria da infância e com vivência privilegiada de lazer e de aprendizagem;
- Promover a ampliação das experiências e dos conhecimentos infantis, estimulando o interesse da criança pelo processo de transformação da natureza e pela dinâmica da vida social;
- Valorizar o trabalho cooperativo, a interação, a observação e a experimentação, contribuindo para a formação de identidades autônomas.

2.5 Princípios Norteadores da Educação

Os atuais princípios e fins da educação brasileira estão definidos na Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases a Educação Nacional - LDB, no Título II – Dos Princípios e Fins da Educação Nacional, nos artigos 2º e 3º.

O artigo 2º afirma que “a educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. *(BRASIL. Lei nº 9394, 20/12/96).*

O artigo 3º reafirma o disposto no artigo 206 da Constituição Federal, estabelecendo que “o Ensino será ministrado nos seguintes princípios”: *(BRASIL. Lei nº 9394, 20/12/96).*

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 - II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
 - III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
 - IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
 - V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
 - VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
 - VII - valorização do profissional da educação escolar;
 - VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
 - IX - garantia de padrão de qualidade;
 - X - valorização da experiência extraescolar;
 - XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;
 - XII - consideração com a diversidade étnico-racial; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)
 - XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018).
- (BRASIL. Lei nº 9394, 20/12/96).*

Assim, esta Instituição Pública de Ensino garantirá a igualdade de acesso para todos os alunos, bem como uma base nacional comum, de maneira a legitimar a unidade e a qualidade da ação pedagógica na diversidade nacional.

Também, deverá reconhecer que as aprendizagens são constituídas pela interação dos processos de conhecimento, de linguagens e afetivos, em consequência das relações entre as distintas identidades dos vários participantes do contexto escolar. As diversas experiências de vida da comunidade escolar, expressas através de diálogos, devem contribuir para a constituição de identidades afirmativas, persistentes e capazes de protagonizar ações autônomas e solidárias em relação a conhecimentos e valores indispensáveis à vida cidadã.

2.6 Instâncias Colegiadas

2.6.1 Conselho Escolar

Entre os princípios que devem nortear a educação escolar, contidos na Constituição Federal, em seu artigo 206, e reafirmados na Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, no artigo 3º, inciso VIII, destaca-se a “gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino”.

Entre as formas de exercer a gestão democrática da escola básica, destaca-se a existência de Conselhos Escolares atuantes e participativos. Neste sentido, o Centro Municipal de Educação Infantil Sonho de Criança teve sua primeira eleição para constituição do Conselho Escolar no ano de 2012, com mandato de dois anos para os conselheiros eleitos.

O Conselho Escolar é o órgão colegiado responsável pela gestão da escola, em conjunto com a direção, tendo como representação os segmentos da comunidade escolar como, pais e/ou responsáveis, alunos, professores, funcionários, direção, equipe pedagógica, técnico administrativo, Associação de Pais Mestres e Funcionários - APMF e movimentos sociais. Dentre as funções desse conselho destacam-se:

- Função Consultiva – quando é consultado sobre questões importantes da escola;

- Função Deliberativa – quando aprova, decide e vota sobre assuntos pertinentes às ações da escola nos âmbitos administrativo, pedagógico e financeiro;
- Função Normativa – quando elabora seu regimento, avalia e define diretrizes e metas de ações pertinentes à dinâmica do processo educativo, para um bom funcionamento da escola;
- Função Fiscalizadora / avaliativa – quando exerce o papel de controle, ficando subordinado apenas à assembleia geral, fórum máximo de decisão da comunidade escolar.
- Função mobilizadora refere-se em promover, estimular e fomentar a participação dos segmentos representados pela comunidade escolar e local nas ações da escola.

Assim, esta instituição enfrenta o desafio de constituir uma gestão democrática que contribua efetivamente para o processo de construção de uma cidadania emancipadora, o que requer autonomia, participação, criação coletiva dos níveis de decisão e posicionamentos críticos que combatam a ideia burocrática de hierarquia.

Para tanto, é fundamental que a escola tenha a sua filosofia político-pedagógica norteadora, resultante de uma análise crítica da realidade nacional e local e, expressa em um projeto político-pedagógico que a caracterize em sua singularidade, permitindo um acompanhamento e avaliação contínuos por parte de todos os participantes da comunidade escolar (estudantes, pais, professores, funcionários e direção) e local (entidades e organizações da sociedade civil).

De acordo com o artigo 41 do Estatuto próprio às atribuições do Conselho Escolar são:

- I.** deliberar sobre o Regimento Escolar da respectiva Instituição de ensino;
- II.** deliberar sobre o Projeto Político-pedagógico da Instituição;
- III.** acompanhar e avaliar a execução do Projeto Político-pedagógico;
- IV.** acompanhar o desempenho das atividades da direção e coordenação pedagógica da instituição;
- V.** analisar a prestação de contas da equipe diretiva da instituição;
- VI.** definir critérios para a utilização do prédio escolar para outras atividades, que não as de ensino, observando o princípio da integração escola/comunidade e os dispositivos legais emanados da

mantenedora;

VII. Mediar e decidir, nos limites da legislação, sobre eventuais impasses de natureza administrativa e/ou pedagógica, esgotadas as possibilidades de solução pela equipe escolar;

VIII. zelar pela publicidade de seus atos e das ações da equipe diretiva da instituição;

IX. desempenhar demais funções inerentes à sua atribuição.

Parágrafo único- Ao Conselho Escolar compete, ainda, atuar como instância recursal em matérias de natureza administrativa, financeira e pedagógica, internas à instituição de ensino, respeitada a legislação específica a cada caso.

Ainda, de acordo com o Estatuto do Conselho Escolar, previsto em seu artigo 16, respeitando o princípio da representatividade e proporcionalidade este conselho é constituído pelas seguintes representatividades:

- a) diretor;
- b) representante da equipe pedagógica;
- c) representante do corpo docente (professores);
- d) representante da equipe técnico-administrativa ;
- e) representante da equipe auxiliar operacional;
- f) representante dos pais de alunos ou responsáveis;
- g) representantes de alunos do Grêmios;
- h) representante da APMF;
- i) representante dos movimentos sociais organizados da comunidade (Associação de Moradores, Sindicatos, Instituições Religiosas, Conselhos Comunitários, Conselho de Saúde, entre outros).

Com mandato de 28/02/2020 a 28/02/ 2022, o Conselho Escolar desta Instituição de Ensino é constituído pelos seguintes membros e suas representações:

Direção titular: Dahiane D de M Viganó

Equipe pedagógica: Elisangela Gotardo

Docente Titular: Karin C. B Fongaro

Suplente: Janaina Apª V. Morosini

Administrativo: Janete Calgaroto

Auxiliar operacional titular: Maria de Souza

Auxiliar operacional suplente: Marines Lopes de Matos

Pais titulares: Jessica Santos Morais

Pais suplentes: Francilelli A. N. Sechini

APMF titular: Vanessa Macagnan Acunha

APMF suplente: Roberta Bonamigo

Movimentos Sociais titular: Keiti Sgarbi Lessa

Movimentos Sociais suplente: Nelci Chaves dos Santos

2.6.2 Associação de Pais Mestres e Funcionários- APMF

A Associação de Pais, Mestres e Funcionários – APMF é um órgão de representação dos pais e profissionais do estabelecimento, que não tem caráter político partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, os membros desta associação não devem ser remunerados. Esta instância colegiada deve estimular o elo entre pais, professores e funcionários com a comunidade e, primar também, pela busca de soluções equilibradas para os problemas coletivos do cotidiano escolar, dando suporte à direção e à equipe e visando o bem-estar e formação integral das crianças.

É de suma importância que pais, professores, funcionários e equipe diretiva, que compõem a APMF, tenham consciência que toda e qualquer decisão a ser tomada em reunião por esse colegiado, deverá antecipadamente ter sido amplamente debatida, sejam questões de ordem pedagógica ou administrativa, pois essas decisões terão um papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem.

Ressalta-se a importância de toda comunidade escolar fazer-se presente nesse processo de tomada de decisões, pois a transparência é fundamental na construção de uma gestão democrática e participativa. Dessa forma os membros desta associação devem colaborar na solução dos problemas das crianças, professores, funcionários e do estabelecimento, atendendo às disposições do Regimento Escolar e do Projeto Político Pedagógico, em consonância com o Conselho Escolar.

Nesse contexto, podemos destacar os principais objetivos da APMF:

- Discutir, no seu âmbito de ação, e assegurar ao educando, por meio da participação no processo de tomadas de decisões, as condições necessárias e possíveis de aprimoramento do ensino-aprendizagem e integração família-escola-comunidade, apresentando sugestões, em consonância com este Projeto Político Pedagógico, para apreciação do Conselho Escolar e equipe-pedagógica-administrativa;
- Agir de acordo com suas atribuições e possibilidades, no sentido de assegurar, por meio da participação no processo de tomadas

de decisões, as condições necessárias de apoio ao trabalho da equipe pedagógica, professores e funcionários em consonância com este Projeto Político Pedagógico, garantindo o acesso a permanência e a função social da escola;

- Buscar a integração dos segmentos da sociedade organizada, no contexto escolar, discutindo a política pública educacional, visando o interesse público de acordo com a realidade da comunidade;
- Representar os reais interesses da comunidade escolar, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino aprendizagem e garantindo a todos uma escola pública, gratuita e universal;
- Promover o entrosamento entre pais, estudantes, professores, funcionários e toda a comunidade, por meio de atividades sociais, educativas, culturais, desportivas e de formação político-pedagógica, em consonância com o Conselho Escolar;
- Gerir e administrar os recursos financeiros próprios e os que lhes forem repassados por meio de convênios, de acordo com as prioridades, em Assembleia Geral e em reunião conjunta com o Conselho Escolar, com registro em livro ata.
- Colaborar com a manutenção e conservação do prédio escolar e suas instalações, mobilizando o coletivo escolar e a comunidade para a importância da manutenção e preservação do patrimônio público.

De acordo com o estatuto da APMF, em seu artigo 4º, são atribuições desta associação:

- I** - acompanhar o desenvolvimento da Proposta Pedagógica, sugerindo as alterações que julgar necessárias ao Conselho Escolar do Estabelecimento de Ensino, para deferimento ou não;
- II** - observar as disposições legais e regulamentares vigentes, inclusive Resoluções emanadas da Secretaria de Estado da Educação, no que concerne à utilização das dependências da Unidade Escolar para a realização de eventos próprios do Estabelecimento de Ensino;
- III** - estimular a criação e o desenvolvimento de atividades para pais, alunos, professores, funcionários, assim como para a comunidade, após análise do Conselho Escolar;
- IV** - promover palestras, conferências e grupos de estudos envolvendo pais, professores, alunos, funcionários e comunidade, a partir de necessidades apontadas por esses segmentos, podendo ou não ser emitido certificado, de acordo com os critérios da SEMED;
- V** - colaborar, de acordo com as possibilidades financeiras da entidade, com as necessidades dos alunos comprovadamente carentes;
- VI** - convocar, através de edital e envio de comunicado, a todos os integrantes da comunidade escolar, com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência, para a Assembleia Geral Ordinária, e com no mínimo 1 (um) dia útil para a Assembleia Geral Extraordinária, em horário compatível com o da maioria da comunidade escolar, com pauta claramente definida na convocatória;
- VII** - reunir-se com o Conselho Escolar para definir o destino dos recursos advindos de convênios públicos mediante a elaboração de planos de aplicação, bem como reunir-se para a prestação de contas desses recursos, com registro em ata;

- VIII** - apresentar balancete semestral aos integrantes da comunidade escolar, através de editais e em Assembleia Geral;
- IX** - registrar em livro ata da APMF, com as assinaturas dos presentes, as reuniões de Diretoria, Conselho Deliberativo e Fiscal, preferencialmente com a participação do Conselho Escolar;
- X** - registrar as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, em livro ata próprio e as assinaturas dos presentes, no livro de presença (ambos livros da APMF);
- XI** - registrar em livro próprio a prestação de contas de valores e inventários de bens (patrimônio) da associação, sempre que uma nova Diretoria e Conselho Deliberativo e Fiscal tomarem posse, dando-se conhecimento à Direção do Estabelecimento de Ensino;
- XII** - aplicar as receitas oriundas de qualquer contribuição voluntária ou doação, comunicando irregularidades, quando constatadas, à Diretoria da Associação e à Direção do Estabelecimento de Ensino;
- XIII** - receber doações e contribuições voluntárias, fornecendo o respectivo recibo preenchido em 02 vias;
- XIV** - promover a locação de serviços de terceiros para prestação de serviços temporários na forma prescrita no Código Civil ou na Consolidação das Leis do Trabalho mediante prévia informação à Secretaria Municipal de Educação;
- XV** - mobilizar a comunidade escolar, na perspectiva de sua organização enquanto órgão representativo para que esta comunidade expresse suas expectativas e necessidades;
- XVI** - enviar cópia da prestação de contas da Associação à Direção do Estabelecimento de Ensino, depois de aprovada pelo Conselho Deliberativo e Fiscal e, em seguida, torná-la pública;
- XVII** - apresentar, para aprovação em Assembleia Geral Extraordinária, atividades com ônus para os pais, alunos, professores, funcionários e demais membros da APMF, ouvido o Conselho Escolar do Estabelecimento de Ensino;
- XVIII** - indicar entre os seus membros, em reunião de Diretoria, Conselho Deliberativo e Fiscal, o(os) representante(s) para compor o Conselho Escolar;
- XIX** - celebrar convênios com o Poder Público para o desenvolvimento de atividades curriculares, implantação e implementação de projetos e programas nos Estabelecimentos de Ensino da Rede Pública Municipal, apresentando plano de aplicação dos recursos públicos eventualmente repassados e prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná dos recursos utilizados;
- XX** -celebrar contratos administrativos com o Poder Público, nos termos da Lei Federal nº8.666/93, prestando-se contas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná dos recursos utilizados, com o acompanhamento do Conselho Escolar;
- XXI** - celebrar contratos com pessoas jurídicas de direito privado ou com pessoas físicas para a consecução dos seus fins, nos termos da legislação civil pertinente, mediante prévia informação à Secretaria de Municipal de Educação;
- XXII** - manter atualizada, organizada e com arquivo correto toda a documentação referente à APMF, obedecendo a dispositivos legais e normas do Tribunal de Contas;
- XXIII** - informar aos órgãos competentes, quando do afastamento do presidente por 30 dias consecutivos anualmente, dando-se ciência ao Diretor do Estabelecimento de Ensino.

Ainda embasado no Estatuto próprio desta associação, em seu artigo 21, esta instância colegiada é composta pelas seguintes representatividades:

- I. Presidente;
- II. Vice-Presidente;

- III. Tesoureiro;
- IV. Vice-Tesoureiro;
- V. 1º Secretário;
- VI. 2º Secretário;
- VII. 1º Diretor Sociocultural e Esportivo;
- VIII. 2º Diretor Sociocultural e Esportivo;
- IX. Conselheiro Deliberativo e Fiscal - titular;
- X. Conselheiro Deliberativo e Fiscal - titular;
- XI. Conselheiro Deliberativo e Fiscal - suplente;
- XII. Conselheiro Deliberativo e Fiscal – suplente.

A APMF do Centro Municipal de Educação Infantil Sonho de Criança é um órgão atuante, tendo como seus representantes no período de 27/08/2021 a 22/08/2023 os abaixo relacionados:

Presidente: Cleonice Ramos Batista

Vice-Presidente: Crislaine Alberton

Primeira Secretária: Mariza Beal

Segunda Secretária: Derli Gonçalves da Silva Theisen

Primeiro Tesoureira: Jessica Baranowski da Rosa

Segunda Tesoureira: Samara Artecof Maciel

Primeira Diretora Sócio Cultural e Esportiva: Luciane Bertoldo Forte, brasileira **Segunda Diretora Sócio Cultural e Esportiva:** Janete Cristina Ribas Calgarotto **Conselho Deliberativo e Fiscal:** Elisangela Paula Barcarolo Trindade, Dilva Aparecida Ribeiro de Souza, Marines Lopes de Matos, Rosângela Godoy da Silva, Simone Regina Basso Brandini, Angela Maria Alberton Leal, Juliane Delina Seghetto de Moraes, Thauana Beatriz Walker

2.6.3 Conselho de Classe

O Conselho de Classe é o órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa em relação aos assuntos didático-pedagógicos, fundamentado neste Projeto Político Pedagógico e no Regimento Escolar desta instituição, com a responsabilidade de analisar as ações

educacionais, indicando alternativas que busquem garantir a efetivação do processo ensino e aprendizagem.

O Conselho de Classe deve ser realizado com a participação do diretor (a) e/ou diretor (a) auxiliar, pelo pedagogo, pelos professores da turma, da Sala de Apoio/reforço Escolar, da Sala de Recursos Multifuncional. O Conselho de Classe se efetiva em três momentos, pré-conselho, conselho e pós-conselho.

No pré-conselho são destacados os processos de desenvolvimento de aprendizagem de maneira individual, os professores apontam os avanços e fragilidades dos alunos. No conselho de classe, baseado nos apontamentos realizados pelos professores no pré-conselho, são pensadas e organizadas ações para contribuir na efetivação do processo ensino aprendizagem, neste momento a direção, pedagogo e professores planejam coletivamente estratégias de ensino. No pós-conselho as estratégias de ensino planejadas durante o momento do conselho de classe são colocadas em prática, de modo a garantir a efetuação do processo ensino e aprendizagem.

O conselho de classe constitui-se em um espaço de reflexão pedagógica, onde todos os sujeitos do processo educativo, de forma coletiva, discutem alternativas e propõe ações educativas eficazes que possam vir a minimizar ou sanar as necessidades ou dificuldades observadas no processo de ensino e aprendizagem.

O Conselho de Classe é o momento em que professores, equipe pedagógica e direção se reúnem para discutir, avaliar as ações educacionais e indicar alternativas que busquem garantir a efetivação do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes. São atribuições do Conselho de Classe:

- I. analisar as informações sobre os saberes e conhecimentos curriculares, encaminhamento metodológico e processo de avaliação que se referem ao processo de ensino e aprendizagem;
- II. Propor procedimentos e formas diferenciadas para melhoria do processo de ensino e aprendizagem;
- III. estabelecer no Plano de Trabalho Docente mecanismos de recuperação de estudos, concomitantemente ao processo de aprendizagem, que atendam as reais necessidades dos alunos, em consonância com a Proposta Pedagógica Curricular da escola;
- IV. acompanhar o processo de avaliação de cada turma, devendo debater e analisar os dados qualitativos e quantitativos do processo ensino e aprendizagem;

2.7 Indicadores Educacionais

2.7.1 De acesso e de fluxo

A matrícula é o primeiro ato formal para garantir o acesso das crianças ao ensino institucional, de acordo com o Regimento Escolar desta instituição de ensino a matrícula é realizada da seguinte forma:

Art.49. A matrícula é o ato formal que vincula a criança ao estabelecimento de ensino, e

I - É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade

Parágrafo Único – É vedada a cobrança de taxas e/ou contribuições de qualquer natureza vinculadas à matrícula; A Instituição de ensino assegura matrícula inicial, conforme normas estabelecidas na legislação em vigor e nas instruções da Secretaria Municipal de Educação.

Art.50. A matrícula deve ser requerida pelo seu responsável, sendo necessária à apresentação dos seguintes documentos da criança:

I. Certidão de Nascimento;

II. Comprovante de residência, prioritariamente a fatura de energia elétrica, cópia e original;

III. Carteira de Vacinação;

IV. Documentos pessoais (RG ou CPF) de um dos responsáveis.

Parágrafo Único - Na impossibilidade de apresentação de quaisquer documentos citados neste artigo, seu responsável será orientado e encaminhado aos órgãos competentes para as devidas providências.

Art.51. A matrícula é deferida pelo diretor, conforme prazo estabelecido na legislação vigente.

Art.52. No ato da matrícula, o responsável pela criança será informado sobre o funcionamento da instituição de ensino e sua organização, conforme o Projeto Político-Pedagógico, Regimento Escolar, Estatutos e Regulamentos Internos.

Art.53. No ato da matrícula, seu responsável deverá declarar o pertencimento Étnico-Racial da criança.

Art.54. O período de matrícula será estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação por meio de Instruções Normativas.

Art. 55. A criança não vinculada a qualquer instituição de ensino assegura-se a possibilidade de matrícula em qualquer tempo.

Art. 56. O ingresso na Educação Infantil será de acordo com a legislação vigente, sendo que as crianças com necessidades educacionais especiais deverão ser preferencialmente atendidas na rede regular de ensino.

Art.57. A matrícula será feita em formulário próprio que contenha dados da identificação da criança, assinatura dos pais ou responsáveis;

Segue demonstrativo do fluxo de crianças que frequentaram o Centro Municipal de Educação Infantil Sonho de Criança em 2019:

ESTATÍSTICA DO RESULTADO FINAL			
CURSO:	2100	ENS.PRE-ESCOLAR-CRECHE	
Descrição	Número	Percentual	Soma do número de matrícula do curso
Número de Alunos Aprovados:	122	87,14	145

Número de Alunos Aprovados por Conselho de	0	0,00	
Número de Alunos Reprovados:	0	0,00	
Número de Alunos Desistentes:	18	12,86	
Número de Alunos Transferidos:	4	2,76	
Número de Alunos Sem Frequência	0	0,00	
Número de Alunos Excluídos por Erro:	1	0,69	

2.8 Acompanhamento da frequência escolar

A frequência mínima exigida para as crianças matriculadas nas Instituições de Educação Infantil é de 60% (sessenta por cento) dos dias letivos, sendo que a carga horária total deverá ser ofertada num mínimo de 200 dias letivos ou 800 horas.

No Centro Municipal de Educação Infantil Sonho de Criança, o docente deverá comunicar a equipe diretiva e pedagógica se a criança apresentar 3(três) faltas consecutivas para que a família seja contatada. No caso da criança apresentar 5 (cinco) faltas consecutivas ou 7 (sete) faltas intercaladas num período de 60 (sessenta) dias, sem justificativa, será encaminhada para o Conselho Tutelar. Cabe aos pais ou responsáveis comunicar a Instituição de Ensino qualquer motivo que impeça a criança de comparecer as aulas.

Os registros de frequência efetuados nesta Instituição de Ensino são por meio do Livro Registro de Classe Online Municípios (LRCOM) e são padronizados de forma a constituir a perfeita escrituração da vida escolar do aluno, garantindo a qualquer tempo à integridade e a veracidade das informações. O Livro Registro de Classe Online Municípios (LRCOM) é o documento oficial da Instituição e a sua consulta pode ser realizada a qualquer tempo de forma digital. Compete aos docentes das turmas registrarem a frequência, saberes e

conhecimentos os conteúdos e as avaliações realizadas nos campos de experiências em que atuam, de forma diária, registrando todas as informações dentro do período letivo, mantendo o LRCOM atualizado.

3. ELEMENTOS CONCEITUAIS

3.1 Princípios Teóricos e Filosóficos da Educação

3.1.1 Pressupostos Psicológicos

O desenvolvimento humano ocorre na base de condições biológicas e sociais, o que ainda permanece evidente, sobretudo no âmbito da educação escolar, são os limites impostos por determinados modelos teóricos que privilegiam ora determinantes biológicos ora determinantes sociais, conforme assinala Martins e Arce (2010).

Para superar esses limites, e na busca de uma educação efetivamente humanizadora, a presente proposta está embasada na Psicologia Histórico-Cultural, a qual compreende o homem a partir do que ele produz e do modo como se reproduz, ou seja, por meio do trabalho, o homem transforma o meio em que vive e se transforma. Fundamentada no método Materialismo Histórico - Dialético, compreende que o desenvolvimento da criança acontece através do processo de apropriação da experiência acumulada pelo homem no decurso da sua história social. Tal concepção, segundo Vygotski defende que a aprendizagem movimenta o desenvolvimento. Desta forma, busca-se trabalhar com a teoria sócio-interacionista, a qual propõe que o desenvolvimento cognitivo se dá por meio da interação social, em que, no mínimo, duas pessoas estão envolvidas ativamente trocando experiências e ideias, gerando novos conhecimentos.

Para ocorrer à aprendizagem, a interação social deve acontecer dentro da zona de desenvolvimento proximal. Essa zona é o nível que começa com o real estágio de desenvolvimento da criança até o seu grau potencial de desenvolvimento.

O nível de desenvolvimento real revela as funções que já se desenvolveram na criança e que possibilitam a resolução de problemas, individualmente. Refere-se àquilo que a criança, jovem ou adulto sabe. O nível de desenvolvimento potencial é para Vygotsky (1989, p. 97) “determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes”. Refere-se àquilo que a criança, jovem ou adulto sabe com a ajuda de alguém. Segundo o autor (1989, p. 102), “os processos de desenvolvimento não coincidem com os processos de aprendizado. Ou melhor, o processo de desenvolvimento progride de forma

mais lenta e atrás do processo de aprendizado; desta sequenciação resultam, então, as zonas de desenvolvimento proximal". (CURRÍCULO AMOP, 2014. p. 21)

Nesta perspectiva, a psicologia histórico-cultural entende o homem como um ser social, cujo desenvolvimento condiciona-se pela atividade que o vincula à natureza, um ser que a princípio não dispõe de propriedades que lhe assegurem, por si mesmas, as conquistas daquilo que o caracteriza como ser humano, "[...] tudo o que tem de humano nele provém da sua vida em sociedade, no seio da cultura criada pela humanidade. [...] só apropriando-se delas no decurso da sua vida, ele adquire propriedades e faculdades verdadeiramente humanas". (LEONTIEV, 1978). Assim, compreende-se que o desenvolvimento humano apresenta um caráter histórico, visto sintetizar o movimento do mundo, dos homens e das suas relações sociais, conforme discutido por Cantarelli (2014). Essa afirmação demonstra que o processo de constituição histórica do gênero humano, aliado ao desenvolvimento pessoal de cada indivíduo, se dá sob a base do trabalho, a atividade vital humana.

Leontiev (1978) assinala que o processo de desenvolvimento humano, no qual o homem produz e reproduz a cultura humana a partir de sua atividade, se dá de forma gradativa, durante todo o decorrer de sua vida, sendo que em cada período de desenvolvimento há a dominância de uma determinada atividade que representa o modo pelo qual o indivíduo se relaciona com o mundo, tendo em vista suprir suas necessidades. A essas atividades denominou de atividades principais ou dominantes.

Segundo Leontiev (2006), para que uma atividade seja considerada a principal em determinado período de desenvolvimento, ela precisa apresentar três atributos fundamentais:

Ela é a atividade em cuja forma surgem outros tipos de atividade e dentro da qual eles são diferenciados. [...] 2. A atividade principal é aquela na qual processos psíquicos particulares tomam forma ou são reorganizados. Os processos infantis da imaginação ativa, por exemplo, são inicialmente moldados no brincar e os processos de pensamento abstrato, nos estudos. 3. A atividade principal é a atividade da qual dependem, de forma íntima, as principais mudanças psicológicas na personalidade infantil, observadas em um certo período de desenvolvimento. (LEONTIEV, 2006, p.64).

É por meio dessas atividades consideradas principais/dominantes, portanto, que as crianças se relacionam com o mundo, produzindo e reproduzindo as condições necessárias à constituição de sua individualidade, acarretando, assim, em cada período de seu desenvolvimento singular, a criação de necessidades específicas em termos psíquicos (FACCI, 2006).

Vigotski e seus colaboradores, identificam que o desenvolvimento do psiquismo humano com a formação das funções psíquicas superiores, apontam que nem toda atividade humana promove o desenvolvimento, assim como, não são quaisquer ações e saberes e conhecimentos que corroboram para a formação dos comportamentos complexos, ancorados nos processos funcionais superiores, questões essas ampliadas por Martins (2013). Nesse sentido, o desenvolvimento psíquico demanda ações educativas intencionalmente orientadas para esse fim, sendo que por meio de um ensino sistematicamente orientado se dá a transmissão dos conceitos científicos.

Vigotski, ainda explica o desenvolvimento como um processo de internalização de modos culturais de pensar e de agir. Embora ele aponte diferenças entre aprendizagem e desenvolvimento, como dois processos distintos, os considera interdependentes, desde o primeiro dia da vida da criança. A aprendizagem suscita e impulsiona o desenvolvimento, e esse realiza a mesma ação com relação à aprendizagem. A investigação sobre o sentido da interação contribuiu para o entendimento da relação entre aprendizagem e desenvolvimento, que pode ser explicitado pelos conceitos dos níveis de desenvolvimento real, proximal e iminente.

É pelo trabalho educativo que o professor assume um papel decisivo e organizativo junto ao desenvolvimento infantil, e da qualidade dessa interferência dependerá a qualidade do desenvolvimento. Por essas razões os processos de educação e ensino, promotores das complexas aprendizagens humanas, assumem enorme importância na psicologia histórico-cultural. Logo,

a aprendizagem não é, em si mesma, desenvolvimento, mas uma correta organização da aprendizagem da criança conduz ao desenvolvimento mental, ativa todo um grupo de processos de desenvolvimento, e esta ativação não poderia produzir-se sem aprendizagem. Por isso, a aprendizagem é um momento intrinsecamente necessário e universal para que se desenvolvam na criança essas características humanas não naturais, mas formadas historicamente. (VIGOTSKI, 2001, p.115).

Portanto, acerca dos pressupostos psicológicos abordados nesta proposta, espera-se que os professores possam se apropriar e discutir os processos de desenvolvimento e de aprendizagem e seus desdobramentos no trabalho educativo, com vistas a uma educação verdadeiramente humanizadora.

3.1.2 Pressupostos Pedagógicos

Ao se definir pressupostos pedagógicos, é necessário compreender a importância de definir-se claramente o método que dará sustentação ao trabalho escolar. Método é o conjunto de determinados princípios que permitem, filosófica e cientificamente, apreender a realidade para atuar nela, objetivando a emancipação humana. Metodologia, por sua vez, é compreendida como um conjunto de meios (materiais e procedimentos) que possibilitam a operacionalização do processo. Assim, entende-se que o pressuposto pedagógico que fundamenta este documento, é sustentado pela Pedagogia Histórico-Crítica, que orienta a metodologia utilizada nos mais diferentes processos pedagógicos e administrativos que organizam o trabalho escolar.

Para que os pressupostos pedagógicos sejam definidos, é necessário compreender que o princípio da educação é o trabalho, e esta é a atividade mediadora no âmbito da prática social que contribui para consolidar o processo de humanização do homem. Nessa perspectiva, humanizar-se é assimilar o coletivo social no individual, em seu caráter dialético de transformar-se, modificando a realidade. Como pontua Saviani (2012), “o trabalho educativo é o ato de produzir direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 2012, p.13).

Assim, uma educação que tenha compromisso com a transformação precisa levar em conta a relação entre a teoria e a prática, por meio da transmissão e da assimilação dos elementos culturais e científicos que permitam fazer a crítica, bem como buscar possibilidades de transformação das atuais relações sociais que expropriam, da ampla maioria da população, as reais condições de acesso ao conhecimento científico e cultural produzido pela humanidade.

É, portanto, objeto do trabalho escolar a socialização do conjunto de conhecimentos científicos, culturais e artísticos, ou seja, aqueles que se firmaram no tempo e que compõem o acervo da humanidade, sendo assim, o trabalho escolar deve ser organizado de modo

que possibilite a compreensão desses conhecimentos pelos alunos. Nessa direção, há, portanto, que se consolidar uma organização da e na instituição escolar que se pautem nos princípios defendidos por Saviani (2012), de que:

[...] Para existir a escola não basta a existência do saber sistematizado. É necessário viabilizar as condições de sua transmissão e assimilação. Isso implica dosá-lo e sequenciá-lo de modo que a criança passe gradativamente do seu não domínio ao seu domínio. Ora, o saber dosado e sequenciado para efeitos de sua transmissão-assimilação no espaço escolar, ao longo de um tempo determinado, é o que convencionamos chamar de “saber escolar”. (SAVIANI, 2012, p. 17).

Nesse contexto, o ato de planejar se configura em uma ação política e técnica, visto que, como ação política, o professor procede a análise dos saberes e conhecimentos escolares e do processo educativo em uma perspectiva mais ampla, implicando tomada de decisões sobre para quê e como abordar os saberes e conhecimentos de ensino. Em relação à ação técnica, o professor, conhecendo o processo de desenvolvimento humano, compreende suas responsabilidades como mediador e promotor desse desenvolvimento, por meio de ações pedagógicas devidamente planejadas, assumindo os compromissos de organizar o processo educativo, considerando a consecução dos objetivos e/ou a sua reorganização. Destaca-se, nesse contexto, que as dimensões, política e técnica, são indissociáveis.

No que diz respeito aos pressupostos pedagógicos, há que se deter com afinco na relação ensino e aprendizagem, considerando, sobretudo, o trabalho desenvolvido em sala de aula e nos demais espaços educativos como fundamentais para a socialização e a problematização do conhecimento científico, uma vez que, nas palavras de Saviani (2012), “é o fim a atingir que determina os métodos e processos de ensino-aprendizagem” (SAVIANI, 2012, p. 17). E, nesse caso, à instituição escolar compete, segundo o autor, ensinar o conjunto de conhecimentos essenciais à inserção na cultura letrada, o que exige, para tanto, a incorporação dos rudimentos da leitura e escrita, bem como das demais áreas do universo letrado e das ciências.

Ao referir-se à organização do processo de ensino e de aprendizagem, é necessário retomar o exposto por Klein (2010):

[...] o conhecimento não está nas coisas e nem nasce espontaneamente na cabeça dos educandos. O conhecimento existe apenas nos homens e nas suas relações. E, portanto, na relação com outros homens, na medida em que

incorpora a intrincada rede de relações que constituem uma dada forma humana de ser, que a criança se apropria do conhecimento. Este não é, evidentemente, passível de ser “ditado”, mas também não é algo que se descubra por um golpe incomum de genialidade. (KLEIN, 2010, p. 230).

O conhecimento científico, sendo produzido nas relações dos homens com a natureza e dos homens entre si, constitui-se na sua dimensão histórica, demarcada pelo tempo e pelas condições em que é produzido, sistematizado e socializado. Partindo desse entendimento, compreende-se que a reprodução de conceitos, de regras e de fórmulas não é suficiente para configurar a apreensão do conhecimento científico. Por isso, é necessário que a ação pedagógica, sob a responsabilidade da instituição escolar, esteja planejada de forma a superar as práticas pedagógicas pautadas em conceitos espontâneos, visando a alçar novas práticas nas instituições.

É, portanto, imprescindível que o trabalho pedagógico na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental tenha como pressuposto básico a definição dos saberes e conhecimentos, a forma de trabalhá-los e a escolha dos materiais e dos recursos. O ato intencional de planejar ações de mediação pedagógica requer amplo conhecimento sobre o desenvolvimento humano e sobre o núcleo conceitual referente às áreas do conhecimento, que pautam a prática pedagógica em sala de aula.

Essa organização extrapola o espaço privilegiado de transmissão e assimilação do conhecimento historicamente produzido e sistematizado pela humanidade, ou seja, a aula em si. Ela congrega as concepções sobre o trabalho, o homem, a educação, a sociedade, a escola, a ciência, a tecnologia, o conhecimento, o currículo, o saber, o ensino, a aprendizagem, dentre outras, as quais são definidoras da forma como se lê a realidade social, política e cultural, bem como a forma como se posiciona nessa mesma realidade. Há que se garantir, desse modo, a unidade político-pedagógica, como resultado de uma construção coletiva e participativa dos sujeitos que constituem a comunidade. Assim é que a organização do trabalho docente, de forma mais implícita, se volta à organização do plano de trabalho docente e do plano de aula e à avaliação do ensino e da aprendizagem, o que exige escolhas metodológicas (procedimentos), as quais, por sua vez, revelam os pressupostos teóricos (método) que os sustentam.

Para tanto, há que se ter uma organização do trabalho escolar que supere práticas fragmentadas de ensino, visto que o aporte dos pressupostos da psicologia histórico-cultural exige que, ao considerar o desenvolvimento humano, tenha-se como fundamento que as “funções complexas não se desenvolvem na base de atividades que não as exijam e as possibilitem” (MARTINS, 2016, p. 19). Assim sendo, no tratamento dos saberes e conhecimentos, em um constante ir e vir, o professor deve precisar a definição conceitual, porém, sempre estabelecendo relação entre ela e outras definições que se apresentarem como necessárias e com o processo histórico-social. Isso implica expressar quais são os fundamentos referenciais dos saberes e conhecimentos, ao mesmo tempo em que busca superá-los, incorporando à discussão o seu significado histórico, social e político, ou seja, estabelecendo as relações entre os saberes e conhecimentos escolares e a realidade. Contudo, não se trata da realidade imediatamente visível, mas da totalidade que, para ser compreendida e apreendida, assenta-se no planejamento de ações que “visam à conquista das capacidades intelectuais, das operações lógicas do raciocínio, dos sentimentos éticos e estéticos, enfim, de tudo o que garanta ao indivíduo a qualidade de ser humano” (MARTINS, 2013, p. 275).

Há que se compreender, conforme Martins (2016), o percurso lógico da aprendizagem, na sua relação com o desenvolvimento humano para ser possível proceder as inferências necessárias à organização de um ensino que promova desenvolvimento. A autora destaca: “O percurso lógico da aprendizagem segue uma linha de desenvolvimento que caminha do concreto (sensorial, empírico) para o abstrato, do particular para o geral, do cotidiano para o não cotidiano, dos conhecimentos de senso comum para os conhecimentos mais elaborados e complexos. Esse percurso revela-se ‘de baixo para cima’” (MARTINS, 2016, p. 28).

Em contra ponto, Martins (2016), ao confrontar a lógica da aprendizagem com a lógica do ensino, destaca que “[...] o percurso lógico do ensino carece ocorrer do abstrato para o concreto, do geral para o particular, da síntese como possibilidade para a superação da síntese, do não cotidiano para o cotidiano, dos conceitos científicos a serem confrontados com os conceitos espontâneos. Logo, esse percurso revela-se “de cima para baixo” (MARTINS, 2016, p. 29). A pesquisadora ainda acrescenta: “Conseqüentemente, o ensino só pode sustentar-se como objetivação de apropriações já realizadas por quem ensina. Nesse sentido, o percurso lógico do ensino não pode reproduzir o percurso

lógico da aprendizagem, pois se assim o for não gerará as contradições necessárias à transformação do sistema representado pela tríade conceitos científicos, conceitos espontâneos e seus objetos” (MARTINS, 2016, p.29).

Nessa perspectiva, organizar o ensino implica, como tem se destacado nesta seção, um conjunto de saberes que extrapolam a mera definição dos encaminhamentos e recursos didático-pedagógicos, que se objetivam em uma simples organização de atividades que ocupem o tempo escolar. Além disso, torna-se possível inferir que não é possível ensinar aquilo que não se domina, aquilo que não se conhece. É pertinente, ainda, destacar, as palavras de Saviani (2012) quando se refere à função social da escola como instituição responsável pelo acesso ao saber sistematizado, momento em que também apresenta algumas das condições necessárias para o acesso a esse saber:

Ora, o saber sistematizado, a cultura erudita, é uma cultura letrada. Daí que a primeira exigência para o acesso a esse tipo de saber é aprender a ler e escrever. Além disso, é preciso também aprender a linguagem dos números, a linguagem da natureza, e a linguagem da sociedade. Está aí, o conteúdo fundamental da escola elementar: ler, escrever, contar, os rudimentos das ciências naturais e das ciências sociais (história e geografia). (SAVIANI, 2012, p.14).

Com base nas palavras supracitadas, entende-se que à escola compete, sobretudo, ensinar os rudimentos necessários à instrumentalização primeira, ou seja, ensinar a ler, a escrever, a contar, a socializar o domínio das ciências naturais e sociais, por meio das quais se permitem ampliar as possibilidades de inserção no mundo cultural por meio de domínios mais elevados sobre esses rudimentos. O acesso aos conceitos científicos depende de processos de alfabetização devidamente conduzidos e concluídos, bem como de processos de ensino devidamente orientados, de modo que se rompa com as exclusões tão frequentes, as quais ocorrem em decorrência do não domínio dos saberes e conhecimentos presentes na cultura letrada/erudita. Instrumentalizar os alunos é, sobretudo, promover um ensino que possibilite a apropriação dos conteúdos da ciência e da cultura em suas diferentes manifestações.

Tendo como objetivo promover a aprendizagem de conteúdos relevantes para uma formação emancipadora, a organização do ensino é essencialidade que requer definição clara dos procedimentos metodológicos, pois, segundo os autores explicitam:

Da avaliação do que realiza poderá resultar a necessidade de mudanças na sua forma de atuação, já que no processo de ensino irá perceber como agem os estudantes diante do conteúdo a ser aprendido. É a percepção, pela reflexão, sobre a qualidade da aprendizagem que irá desencadear ou não novas ações do professor para atingir seu objetivo. Desse modo, o controle intencional das ações e operações⁴³, como parte do seu plano, permitirá ao professor passar qualitativamente de um nível ao outro da organização da atividade de ensino, segundo as características do pensamento teórico. (MOURA; SFORNI; LOPES, 2017, p. 85).

Nessa direção, às ações de organização do ensino vão exigindo o acompanhamento dos resultados correspondentes no que tange à aprendizagem e à consequente tomada de decisão quanto à necessidade ou não de reorganização dos procedimentos adotados para o ensino dos saberes e conhecimentos escolares.

E, na lógica até aqui apresentada, não cabe enfatizar nenhuma concepção de avaliação que a trate de forma distinta ou separada de todo o percurso. Situada no campo das ações de controle e avaliação, nos e dos processos de ensino e aprendizagem, a avaliação contribui para que os fins a atingir se efetivem. Ela se reveste implícita no processo educativo com vários atributos: diagnóstica, investigativa, processual, reflexiva, formativa e qualitativa. Diagnóstica e investigativa porque é um processo de reflexão e investigação sistemática, com registros objetivos que permitem analisar e caracterizar o processo educativo, tanto com relação à apropriação do aluno quanto com relação às ações articuladas para que essa apropriação aconteça. É formativa porque permite a realimentação do processo e, assim, o acompanhamento permanente.

Ademais, não basta apenas diagnosticar, é preciso encaminhar ações que permitam a adequação dos procedimentos utilizados para a consolidação dos objetivos e, conseqüentemente, para a apropriação dos conhecimentos. Há que se compreender que os registros são provisórios e que ela se tornará qualitativa e contínua se os dados registrados forem pautados no pressuposto de analisar a consolidação dos objetivos confrontados permanentemente, expressando a qualidade do processo, e não de um determinado momento desse.

Segundo Janssen (2004), “à razão de ser da avaliação está em acompanhar, interativa e regulativamente, se os objetivos pedagógicos estão sendo atingidos. Os processos avaliativos visam aproximar as formas de planejar, de ensinar, de aprender e também de

avaliar através da coleta de maior número possível de informações que sejam relevantes para a melhoria da qualidade social do trabalho pedagógico” (JANSSEN, 2004, p. 58). Não se pode perder de vista que toda produção do aluno, inclusive o erro, é uma fonte de informação importante sobre o processo de ensino e de aprendizagem, servindo de ponto de reflexão para a retomada das ações de ensino que se apresentarem como necessárias a fim de garantir as aprendizagens objetivadas. Há também, que se considerar a inclusão social e educacional, aspectos que exigem a flexibilização curricular, quer seja com relação ao tempo, à forma, aos saberes e conhecimentos, ao ensino e aos instrumentos e critérios de avaliação, sem que ocorra a banalização/esvaziamento do conteúdo/conhecimento.

Ao tratar das ações de avaliação, é importante refletir sobre os instrumentos que poderão ser utilizados na relação com o núcleo conceitual das áreas do conhecimento de modo que assegurem situações de análise, de interpretação, de síntese, de memorização de informações e de conceitos relevantes, de reflexão, de aplicação de conhecimentos, dentre outros aspectos. Os instrumentos, quando bem elaborados, podem contribuir para a necessária e coerente interpretação das informações contidas nas atividades avaliativas de modo que, professor e aluno, tomem consciência das suas trajetórias de ensino e de aprendizagem, na relação com o núcleo conceitual a ser apropriado pelos alunos como resultado das atividades desenvolvidas. Assim, criar estratégias próprias de aprendizagem, construindo ações mais autônomas, no sentido da emancipação intelectual e da construção da autocrítica, por parte de todos os envolvidos, passa a ser uma ação consequente/resultante do processo de avaliação.

É preciso ampliar o debate sobre aprovação, reprovação, ciclo e/ou contínuos de modo a superar seus limites operacionais e legais, uma vez que, a não retenção é uma ação pedagógica significativa, quando acompanhada de atos de ensino que priorizem à efetiva aprendizagem. O processo educativo, ao ser metodicamente planejado e avaliado, precisa garantir a consolidação de objetivos, contribuindo para que se estabeleçam relações que instiguem o espírito investigador e que ampliem a exigência com relação ao domínio do conhecimento historicamente acumulado.

Defende-se, neste documento, o exposto nas diretrizes curriculares, bem como nos acordos internacionais firmados em prol dos interesses da humanidade, os quais apontam para a formação de sujeitos que apresentem domínios nas diferentes áreas do conhecimento, tenham desenvoltura linguística, de raciocínio e criatividade, para que possam resolver situações diferenciadas, para que valorizem a diversidade cultural, para que cuidem da saúde física e emocional, para que se preocupem com o meio ambiente e com o planeta, para que utilizem diferentes linguagens, incluindo a digital para se comunicar e se expressar, e, sobretudo, para que respeitem o diferente, o diverso, valorizem o humano em si e no outro, de modo a melhorar os espaços de convivência. Entende-se que, por ser viável a construção das relações sociais indicadas nos documentos legais e orientadores das práticas formativas, agregada à difusão desses princípios, faz-se necessária a transformação nas relações de produção material da existência humana. Contudo, não compete aguardar mudanças na base material, é necessário que a instituição atue no campo daquilo que lhe é próprio, ou seja, a socialização dos conhecimentos científicos e culturais produzidos pela humanidade.

Para que o trabalho educativo se efetive da maneira indicada nesses pressupostos, as políticas públicas municipais para formação dos profissionais da educação não podem ser compostas de eventos pontuais, nem podem ficar submetidas às mudanças de governo, ou ainda mais grave, submetidas às empresas, às fundações e às corporações que têm adentrado ao espaço escolar, as quais, oferecendo produtos e serviços por meio de parcerias, amarram programas de formação contínua, vinculados aos interesses corporativos, desvirtuando os princípios político-pedagógicos tão arduamente construídos na discussão coletiva dos projetos políticos pedagógicos. A formação precisa ser contínua, garantindo o aprofundamento teórico-metodológico, a unidade e a coerência aos pressupostos teóricos que sustentam as concepções de desenvolvimento humano, de aprendizagem, de ensino, de organização pedagógica, dentre outros. O mapeamento de situações vivenciadas no cotidiano evidencia que há necessidade de empreender esforços no sentido de limpar o espaço escolar daquilo que é secundário, daquilo que não é essencial, que vem atravessando a prática de ensino e, conseqüentemente, a de aprendizagem, impactando nos resultados alcançados, em termos qualitativos.

A formação teórica do professor, quer seja na condição inicial ou contínua, parte dos mesmos princípios defendidos para o ensino, primando pelo rigor dos conceitos e pelo rigor metodológico, visando a alçar níveis de compreensão cada vez mais complexos que auxiliem no domínio conceitual e nas relações necessárias que incidam em práticas pedagógicas mais consistentes que auxiliem na transposição da síntese à síntese, do abstrato ao concreto pensado, na superação dos saberes em nível de senso comum, alçando os patamares da elaboração conceitual sustentado por um domínio consistente. Essa formação a que este documento se refere só ganhará caráter de continuidade se propiciar um processo de aprofundamento epistemológico, cuja previsão deve constar, inclusive, nos Planos Municipais de Educação como resultado da participação efetiva dos trabalhadores no planejamento dessa prática formativa e do seu conteúdo.

Assim, a reflexão crítica sobre o ensino e a aprendizagem, realizadas por parte de todos os envolvidos no processo, aponta para o redimensionamento de práticas pedagógicas que legitimam a função social da instituição escolar como espaço privilegiado de socialização do conhecimento científico e, conseqüente, do desenvolvimento do pensamento teórico, por intermédio de atos intencionais de ensino e de aprendizagem, os quais legitimam a manutenção da instituição social escola.

3.1.3 Pressupostos Legais

No final da década de 80, a Constituição Federal de 1988 – CF/88, em seu artigo 205 apontou a educação como um direito público subjetivo sendo “direito de todos e dever do Estado e da família”. Também determinou em seu artigo 206, nos incisos I ao VIII, as prerrogativas a serem cumpridas na Educação, em todos os níveis de ensino, primando por:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;

- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade;
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

Em 2009, ainda no âmbito da legislação federal, a Emenda Constitucional nº 59/2009, alterou o artigo 208 da Constituição Federal de 1988 e determinou que é obrigação do Estado a oferta do ensino, estabelecendo que a educação básica deve ser obrigatória e gratuita a todos os indivíduos dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.

Reiterando as disposições da Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB Nº 9.394/96 normatiza e orienta os sistemas de ensino do país, definindo princípios, normas e critérios para a efetivação do acesso e da permanência da criança, adolescente, jovem e adulto, em todos os níveis e modalidades de ensino, vinculando a educação ao mundo do trabalho e à prática social. Essa Lei também estabelece que é responsabilidade dos municípios organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados, além de oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas e, com prioridade, o Ensino Fundamental. Ao estabelecer os níveis, etapas e modalidades de ensino, a LDB organiza a educação escolar em Educação Básica, formada pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio e em Educação Superior.

No período de 2006 a 2018, as redes municipais conviveram com a problemática do corte etário que impactou na definição da matrícula no Ensino Fundamental ou permanência da criança na Educação Infantil, em função da idade, situação que foi amplamente discutida e caracterizada no contexto educacional. No período desta 4ª revisão curricular, a decisão do Supremo Tribunal foi deferida, após o julgamento conjunto, no dia 01/08/2018, pelo STF, da ADC⁴⁷ nº 17 e da ADPF⁴⁸ nº 292; em seguida, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação emitiu o Parecer CNE/CEB nº 2, de 13 de setembro de 2018, o qual fundamenta as Diretrizes Operacionais complementares para a matrícula inicial de crianças na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, respectivamente, aos quatro e aos seis anos de idade, diretrizes essas aprovadas por meio da Resolução CNE/CEB nº 2, de 9 de outubro de 2018, fixando a data de corte etário vigente em todo o território

nacional, para todas as redes e instituições de ensino, públicas e privadas. No Paraná, por sua vez, cabe observar ainda as orientações expressas no Parecer Normativo CEE/PR nº 02/2018 – CP do Conselho Estadual de Educação, aprovado em 28 de setembro de 2018, que reafirma o corte etário, prevendo orientações para o período de transição aos matriculados anteriormente a esta data.

No que diz respeito ao currículo, a LDB nº 9394/96 estabelece em seu artigo 26, que a Educação Infantil e o Ensino Fundamental devem contemplar uma base nacional comum, composta pelo estudo da Língua Portuguesa e da Matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política especialmente do Brasil, além de uma parte diversificada que contemple as características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. Ao extrair as orientações legais, é certa a indicação de que, além do já exposto, devem constar conhecimentos sobre o ensino da arte, em suas expressões regionais, abarcando as artes visuais, a dança, a música e o teatro como linguagens do componente curricular; a educação física, integrada à proposta pedagógica da instituição escolar; o ensino da história do Brasil, considerando as contribuições das diferentes culturas e etnias, sobretudo das matrizes indígena, africana e europeia; ademais, registra-se, ainda, a obrigatoriedade da exibição de filmes de produção nacional, como componente curricular obrigatório na Educação Básica, a qual não está definida em termos de etapa, com destaque para duas horas mensais, devendo integrar ação pedagógica devidamente planejada pela equipe responsável, considerando a adequação do material. Às instituições vinculadas ao Sistema Estadual de Ensino cabe responder às exigências da Deliberação nº 07 de 10 de novembro de 2006, a qual institui a inclusão dos conteúdos de História do Paraná nos currículos da Educação Básica.

No que tange à organização curricular, a LDB nº 9.394/96 teve seus artigos complementados por outras legislações, as quais indicam ou acrescem conteúdos que devem ser abordados de forma transversal. No contexto dos estudos destacados até aqui que a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, referenda o estabelecido na LDBEN nº 9.394/96 e em suas alterações, conforme exposto no parágrafo 1º do artigo 8º:

§ 1º Os currículos devem incluir a abordagem, de forma transversal e integradora, de temas exigidos por legislação e normas específicas, e temas contemporâneos relevantes para o desenvolvimento da cidadania, que afetam a vida

humana em escala local, regional e global, observando-se a obrigatoriedade de temas tais como o processo de envelhecimento e o respeito e valorização do idoso; os direitos das crianças e adolescentes; a educação para o trânsito; a educação ambiental; a educação alimentar e nutricional; a educação em direitos humanos; e a educação digital; bem como o tratamento adequado da temática da diversidade cultural, étnica, linguística e epistêmica na perspectiva do desenvolvimento de práticas ancoradas no interculturalismo e no respeito ao caráter pluriétnico e plurilíngue da sociedade brasileira. (BRASIL, 2017, art. 8).

O que se constata é que alguns desses temas estão regulamentados por dispositivos legais específicos e outros apenas no que já está indicado no texto da Resolução supracitada, requerendo os mesmos cuidados ao abarcar as referidas temáticas, cumprindo-as no corpo do trabalho com os componentes curriculares. Nesse campo de exigências e referências legais, abre-se para a indicação mais específica de regulamentações com o intuito de direcionar a organização dos componentes curriculares ou campos de experiências:

a) Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso – Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso; Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, e a Lei nº 13.466, de 12 de julho de 2017, que altera alguns de seus artigos. Vale ressaltar que nas instituições estão presentes formas de organização familiar em que a presença do idoso se faz inclusive como provedor das condições de existência da criança que se encontra matriculada nos Centros de Educação Infantil e/ou escola;

b) Direitos da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), cujos artigos encontram-se alterados por inúmeras outras legislações, que tratam de conteúdos pertinentes aos assuntos das configurações familiares, interferências na guarda e/ou educação infantil de crianças, quando há progenitores privados de liberdade, dentre outros aspectos relevantes. O artigo 26 da LDBEN nº 9.394/96 foi alterado em sua redação original, por força da Lei nº 13.010, de 2014, e passou a integrar em seu parágrafo 9º a inclusão nos temas transversais, de conteúdos relativos “à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente”, sendo necessário neste campo a consequente preparação dos profissionais da educação para atuar nesta área de prevenção e de intervenção, quando necessário, acionando as demais instituições vinculadas à rede de proteção à criança e ao

adolescente;

c) Educação para o Trânsito, amparada na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que Institui o Código de Trânsito Brasileiro com ênfase nos artigos de 74 a 76;

d) Amparada na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. O Conselho Nacional de Educação, por sua vez, por intermédio do Parecer CNE/CP nº 14/2012, que fundamenta a Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012 do CNE/CP estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Nessa temática, é também fundamental considerar os acordos, as agendas e as conferências realizados de modo a atuar na direção de contribuir para a efetivação dos objetivos globais, os quais incidem em compromissos que se alinham à Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinada ainda em 1948, cujos princípios ainda são tarefas a serem cumpridas para grande parte da humanidade. Ainda no campo da Educação Ambiental, o Estado do Paraná aprovou a Lei nº 17.505, de 11 de janeiro de 2013, que institui a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental, e ressalta que deve ser promovida de maneira integrada, interdisciplinar e transversal no currículo escolar de modo permanente em todos os níveis e modalidades do ensino;

e) Educação Alimentar e Nutricional, amparada na Lei nº 13.666, de 16 de maio de 2018, inclui o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar. Nesse campo, há que se intensificar o trabalho preventivo e articulado à saúde pública quando do trato das restrições alimentares, da promoção de hábitos de alimentação saudável e da preservação da saúde e da vida humana;

f) Educação em Direitos Humanos, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 8/2012 e na Resolução nº 1, CNE/CP, de 30 de maio de 2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. O texto do Parecer é claro ao explicitar os princípios da Educação em Direitos Humanos, cuja finalidade encontra-se em “promover a educação para a mudança e a transformação social”, fundamentada nos princípios da dignidade humana, igualdade de direitos, reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades, laicidade do Estado, democracia na educação, transversalidade, vivência e globalidade, sustentabilidade socioambiental, pautada no desafio de

promover processos formativos que auxiliem as pessoas a se reconhecerem como pessoas de direitos, em condições de exercê-los, de promovê-los e de respeitá-los enquanto direito do outro. A normativa, por sua vez, imprime a obrigatoriedade de formação inicial e continuada aos profissionais da educação para que a Educação em Direitos Humanos quer seja pela transversalidade, como um conteúdo, ou de maneira mista, se constitua como conhecimento integrante do currículo e trabalho escolar;

g) Diversidade cultural, étnica, linguística e epistêmica na perspectiva do desenvolvimento de práticas ancoradas no interculturalismo e no respeito ao caráter pluriétnico e plurilíngue da sociedade brasileira. Nesse campo, o arcabouço jurídico sustenta as práticas pedagógicas na instituição escolar por intermédio da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira"; nos seus desdobramentos da luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil, além de instituir o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'. A Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, por sua vez, inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena", em especial nas disciplinas de Arte, Literatura e História. Cabe enfatizar que no âmbito do Conselho Nacional de Educação é emitido o Parecer CNE/CEB nº 3, de 10 de março de 2004 referente às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, regulamentadas pela Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Outra regulamentação foi por meio da Resolução CNE/CP nº 5, de 22 de junho de 2012, que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, amparada no texto do Parecer do CNE/CEB nº 13, de 15 de junho de 2012.

Nesse quesito, há que se considerar, ainda, a Resolução CNE/CP nº 3, de 16 de maio de 2012, a qual estabelece Diretrizes para o atendimento de educação escolar de crianças, de adolescentes e de jovens em situação de itinerância, com fundamento no Parecer CNE/CP nº 14, de 07 de dezembro de 2011, o qual contempla, conforme exposto no texto da regulamentação, os ciganos, indígenas, povos nômades, trabalhadores itinerantes, acampados, circenses, artistas e/ou trabalhadores de parques de diversão, de teatro mambembe, dentre outros,

com implicações na vida legal e pedagógica destes estudantes, incluindo as questões postas pela proximidade com a fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina.

O CNE estabelece, ainda, diretrizes à Educação Básica nas escolas do campo por meio da Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002, amparada no Parecer CNE/CEB nº 36, de 4 de dezembro de 2001, em um esforço concentrado de respeito às especificidades das comunidades camponesas, de seus direitos sociais, sua organização social, atividades culturais, econômicas e prestação de serviços e por intermédio do Parecer CNE/CEB nº 23, de 12 de setembro de 2007 e da Resolução do CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008, instituiu diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.

Está previsto, também, o estudo dos símbolos nacionais - a Bandeira Nacional, o Hino Nacional, as Armas Nacionais e o Selo Nacional - como tema transversal exigido pela Lei nº 12.472, de 1º de setembro de 2011.

A Lei nº 13.663, de 14 maio de 2018, alterou o art.12 da LDB nº 9.394/96 e incluiu “a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura da paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino” de modo a combater, “ especialmente a intimidação sistemática (bullying), no âmbito das escolas” (BRASIL, 2018).

Ao tratar das questões que transversalizam o currículo escolar, a Resolução CNE/CEB nº 04, de 13 de julho de 2010, reafirma que a base nacional comum e a parte diversificada do currículo “devem ser organicamente planejadas e geridas de tal modo que as tecnologias de informação e comunicação perpassem transversalmente a proposta curricular, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, imprimindo direção aos projetos político-pedagógicos” (BRASIL, 2010).

A Resolução CNE/CEB nº 05, de 17 de dezembro de 2009, fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e enfatiza responsabilidades frente ao combate ao racismo, às discriminações de gênero, sócio-econômicas, étnico-raciais e religiosas, bem como o compromisso com a construção de identidade, como direito fundamental da criança. O texto legal destaca a presença das creches em territórios não urbanos e a necessidade de respeito às identidades das comunidades indígenas e à sua cultura, com as devidas

responsabilidades administrativas e pedagógicas de previsão de oferta de brinquedos e equipamentos que respeitem as características ambientais e socioculturais das comunidades quando as especificidades assim exigirem. No que tange à organização da Educação Infantil, cabe, ainda, destacar os direitos de aprendizagem e desenvolvimento estabelecidos pela já indicada Resolução CNE/CP nº 2/2017, quais sejam: os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se, direitos esses reforçados pela Deliberação CEE/CP nº 03/18, aprovada em 22 de novembro de 2018.

A Resolução CNE/CEB nº 07, de 14 de dezembro de 2010 que fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, fundamentada no Parecer CNE/CEB nº 11, de 7, de setembro de 2010, indica a exigência, em seu artigo 16, de que no Ensino Fundamental sejam tratados dos temas saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social, educação para o consumo, educação fiscal, bem como trabalho ciência e tecnologia. No texto da Resolução nº 02/17 CNE/CP, o artigo 22 destaca que: “O CNE elaborará normas específicas sobre computação, orientação sexual e identidade de gênero”. É importante destacar também que o Ensino Fundamental abarca do 1º ao 9º ano e que as diferentes temáticas que devem ser trabalhadas precisam ser distribuídas ao longo dessa etapa da Educação Básica. No artigo 23, a referida resolução destaca que o “Ensino Religioso terá tratamento, como área do conhecimento ou como componente curricular da área de Ciências humanas, no Ensino Fundamental.” (BRASIL, 2017). O CEE do Paraná, por meio da Deliberação nº 01/06, aprovada em 10 de fevereiro de 2006, delibera que o ensino religioso é de oferta obrigatória por parte do estabelecimento, sendo facultativo ao aluno.

O cumprimento dos dispositivos legais é também condição para que a escola possa posicionar-se frente às propostas que recebe para executar tarefas alheias à sua função social direta e, devolva às demais instituições as tarefas que elas desejam realizar ou aquilo que lhes é de competência própria para o cumprimento da responsabilidade social,

Ao sinalizar para o fechamento desses pressupostos, ressalta-se o quão importante eles são na orientação permanente das práticas escolares, pois amparam e direcionam no sentido de que a instituição tem uma função social a cumprir, socializando os elementos da cultura tão necessários à emancipação humana. Ler, escrever, calcular, dominar os rudimentos das ciências naturais e sociais são elementos

fundamentais para inserir cada um e cada uma no universo letrado da cultura produzida pela humanidade ao longo da sua história. A legislação pode amparar àqueles que, historicamente, estiverem à margem do acesso a uma escola de melhor qualidade. É por meio dela que hoje trilhamos essa busca dos fundamentos legais, de modo a evidenciar que a tarefa dessa instituição social, denominada escola, requer que outras políticas de formação e de valorização dos profissionais da educação, das condições físicas e materiais em que os trabalhos educativos são realizados, dentre outras condições essenciais, também sejam pautas da discussão social mais ampla, incluindo dos gestores públicos.

3.1.4 Pressupostos Filosóficos

Este Projeto Político Pedagógico em consonância com o Currículo compreende a educação como um dos principais bens da humanidade, pois através dela que as gerações vieram deixando umas para as outras suas experiências, seus conhecimentos e a cultura acumulada ao longo da história, permitindo o acesso ao saber sistematizado e a produção de bens necessários a satisfação das necessidades humanas. Devido à história não ser linear e a educação não se fazer sempre da mesma forma e em todas as épocas houve mudanças de acordo com as condições possíveis em cada momento do processo de desenvolvimento social, histórico, cultural e econômico. Portanto, fazer educação pressupõe pensá-la e fazê-la numa perspectiva político-pedagógica e, isso significa, compreender que a educação escolar não é um trabalho que se executa meramente no interior de uma sala de aula, de uma escola, limitando-se à relação professor-aluno.

Entendemos que o ato pedagógico não é neutro e vem carregado de implicações sociais, o mesmo é marcado pela prática de todos os envolvidos no processo educativo, sendo mediado por relações sócio-históricas. Sendo assim, a educação escolar não pode ser tratada com simplicidade, mas sim, que seja sustentada por uma teoria coesa e consistente de modo a formar o ser humano integralmente.

Para tanto, parte-se do princípio que não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. A consciência dos homens está condicionada pelo desenvolvimento das forças produtivas, isto é, pelo processo de vida real. Desta forma, esta

proposta está fundamentada no Materialismo Histórico Dialético e pautada em três princípios: o primeiro que são os homens que fazem a história diante de determinadas necessidades e condições materiais; o segundo que toda base da sociedade esta fundada no trabalho; e o terceiro que a realidade não é estática, pois se encontra em constante movimento.

Assim sendo, a primeira premissa é a de que os homens, para fazer história precisam estar vivos e o primeiro ato histórico é o de produzirem sua própria vida pelo trabalho. É nato do ser humano suprir suas necessidades, sendo que não consegue essas coisas da mesma forma que os outros seres vivos, o homem precisa trabalhar. A produção dos bens necessários à sobrevivência não ocorrem de forma individual, pois não conseguimos produzir sozinhos e isolados todos os bens de que necessitamos para viver, fazemos de forma social o que nos impulsiona mudanças. Pois, de acordo com Marx (1963) os homens se definem pelo trabalho. Nessa perspectiva, a relação homem, natureza e trabalho levou-o a adquirir experiências e conhecimentos, enfrentando desafios, desenvolvendo as capacidades cognitivas, produzindo instrumentos cada vez mais sofisticados. À medida que interagem com o meio e com os outros homens, transformam-se e produzem-se como homem humanizado. Essa relação é dialética por caracterizar-se como um movimento constante entre forças contrárias de interação, entre as partes e o todo, o que impulsiona mudanças.

Para compreensão das leis da dialética faz-se necessário termos clareza das seguintes categorias: Movimento, totalidade e contradição. Movimento, na primeira lei, a ênfase é dada na mudança quantitativa ou qualitativa, sendo que qualquer mudança resulta do movimento. Na segunda, o movimento está tanto na negação mútua que se estabelece entre os termos da relação quanto na possibilidade de completar-se, por fim, o movimento está presente na negação da tese pela antítese e dessa pela síntese. Totalidade, na lógica dialética, o todo é mais que a soma das partes que o constituem, o todo e as partes não são fixos, estão em movimento. Eles se modificam de acordo com as relações que estabelecem entre si. Essas relações são de tensão porque expressam a relação mútua entre eles, que são opostos e, por isso, ao mesmo tempo em que se negam, se completam, ou seja, sem a visão do todo não se compreende as partes. No trabalho, por exemplo, 10 pessoas bem entrosadas produzem mais do que a soma das produções individuais de cada uma delas,

isoladamente considerada (KONDER, 2005). Contradição, também está expressa nas leis da dialética, e a sua base é a negação mútua, isto é, a contradição só ocorre quando dois termos, opostos entre si, estabelecem relação. Essa pode ser entre opostos não antagônicos (Ex. homem-mulher, professor-alunos etc.) ou opostos antagônicos (Ex. Capital-Trabalho). Quando a contradição ocorre entre opostos não antagônicos, um explica o outro e ambos se completam, por outro lado, quando ocorre entre opostos antagônicos, é necessário que seja superada.

Na lógica dialética, o movimento, a contradição e a superação não podem ser entendidos de modo linear, o que os faria cumulativos, nem como um círculo fechado, mas em espiral dialético, esse espiral não tem fim nem começo, uma vez que ele também é permanente. Esses princípios marcam a vida dos homens e estabelecem limites e possibilidades de superação. Embora sejam distintos, não se dissociam. Ao contrário, são interdependentes e intercomplementares.

Compreendendo o exposto acima observar-se que os homens ao trabalharem a natureza para sobreviver, vão adquirindo experiências que vão sendo acumuladas, não sendo possível dissociar os homens do trabalho e da natureza. É por meio do trabalho que o homem se humaniza, cria sua própria vida e conseqüentemente sua história.

Perante a esta sociedade marcada pela privatização dos meios de produção, cabe a nós, na condição de professores, problematizar e promover a apropriação do conhecimento, de modo que o mesmo seja construído por meio de uma sociedade crítica a qual seja autônoma na construção e na valorização do conhecimento, esta, marcada pela divisão de classes contraditórias e antagonistas construídas culturalmente.

Esta apropriação do conhecimento deve contribuir para emancipação do ser humano, implicando em saber, em cada momento histórico, como a sociedade está organizada para a produção e reprodução de nossa existência. Compreender as disputas entre os fundamentos que orientam os currículos escolares implica, em conhecer a forma de como está organizado o capitalismo a nível mundial.

Enfim, a educação é a forma como a sociedade prepara o homem para viver nela mesma, não quer dizer que deva se limitar a adaptar e a adequar os alunos à sociedade. Ao contrário, cabe à escola contribuir para desmistificar as contradições sociais de modo a superar a alienação e quiçá, contribuir para superação da divisão da sociedade em classes e a emancipação humana.

3.2 Concepção de Sujeito e Sociedade

Este projeto político pedagógico tem como perspectiva teórica o materialismo-histórico-dialético, que entende o homem como produtor da sua própria existência. Sendo assim, o homem é um ser natural, diferente dos outros seres vivos, pois os animais se adaptam à natureza e por este motivo, já possuem garantidas suas condições de existência. Portanto, cumpre destacar que a essência da realidade humana é o trabalho, uma vez que é por meio dele que o homem age sobre a natureza, e ao transforma-la, transforma a si mesmo, adequando-a as suas necessidades (SAVIANI, 2013).

Visto que a educação assume um caráter formativo dentro da sociedade, é por seu intermédio que o homem se torna ser humano. Ao agir sobre a natureza, isto é, trabalhando, o homem constrói o mundo histórico e edifica o mundo da cultura, o mundo humano (Saviani, 2013). É a partir disso que a pedagogia histórico-crítica enxerga o homem como um ser histórico e social, capaz de desenvolver suas potencialidades e habilidades por meio do trabalho, da relação que estabelece entre os outros homens e por meio da apropriação da cultura.

No que se refere ao trabalho, o mesmo resulta de uma passagem para uma sociedade organizada. Esta passagem transformou sua natureza e foi o grande marco de um desenvolvimento, que diferente dos outros animais, estava e ainda está submetido não às leis biológicas apenas, mas também às leis sócio históricas. Podemos dizer que o homem definitivamente formado detém todas as capacidades biológicas necessárias ao seu desenvolvimento sócio histórico, cujo potencial é ilimitado. Para Leontiev (1978, p.263) “a passagem do homem a uma vida em que a sua cultura é cada vez mais elevada não exige mudanças biológicas hereditárias”.

A sociedade é o espaço intelectual e afetivo da vida existente num determinado meio físico e precisa recriar-se, continuamente, através da ação transformadora dos homens que a integram, ou seja, através do trabalho. Nessa transformação, os valores de democracia, justiça, igualdade social e solidariedade, que são seus aspectos fundantes, precisam ser reinventados a cada dia, de forma responsável, por todos os homens, tornando-os vivos, significativos e reais.

Desta forma, é necessário que a escola assuma um papel humanizador na sociedade capitalista, reformulando significativamente a educação, na qual as práticas educacionais deverão cumprir as mudanças essenciais para que isto aconteça. “Romper com a lógica do capital no âmbito da educação é absolutamente inconcebível sem isso” (Mészáros, 2007, p.2010). É aí que se encontra o papel indispensável do professor: sua principal atividade é o ensino. Ensino este, que deve responsabilizar-se por difundir o conhecimento elaborado e permitir o acesso de todos à cultura.

Assim, à medida que compreendemos o tipo de organização social em que estamos inseridos, podemos contribuir para a sua transformação, na perspectiva da emancipação humana e da construção de uma sociedade sem classes.

3.3 Concepção de Educação

Segundo Saviani (2007) a existência humana não é garantida pela natureza, mas necessita ser produzida pelo próprio homem através do trabalho. De acordo com o autor:

O homem não nasce homem. Ele forma-se homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é ao mesmo tempo a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo. (SAVIANI, 2007, p. 154).

Desta maneira, conclui-se que a educação e o trabalho estão diretamente ligados, pois, o trabalho possibilita ao homem transformar a natureza para satisfazer as suas necessidades de subsistência e pela educação, se dá a transmissão do conhecimento científico, possibilitando o desenvolvimento da humanidade.

Saviani (2007) revela que, nas sociedades primitivas, os homens apropriavam-se coletivamente dos meios de produção da existência e nesse processo educavam-se e educavam as novas gerações. A educação, neste momento, não tinha como objetivo preparar para a vida em sociedade. Com o desenvolvimento da produção houve a divisão do trabalho e a propriedade privada da terra, o que ocasionou o surgimento da sociedade de classes: a classe dos proprietários e a classe dos trabalhadores.

A partir dessa organização social também surgiram formas diferenciadas de educação, sobre as quais Saviani (2007, p. 155) destaca que:

A partir do escravismo antigo passaremos a ter duas modalidades distintas e separadas de educação: uma para a classe proprietária, identificada como a educação dos homens livres, e outra para a classe não proprietária, identificada como a educação dos escravos e serviçais. A primeira, centrada nas atividades intelectuais, na arte da palavra e nos exercícios físicos de caráter lúdico ou militar. E a segunda, assimilada ao próprio processo de trabalho.

Enquanto a sociedade de classes se desenvolvia, ocorria a separação entre educação e trabalho. Esta organização da sociedade permitiu a escola tornar-se um espaço desagregado da produção. Por sua vez, a separação entre escola e produção impeliu a divisão que foi se processando entre trabalho manual e trabalho intelectual.

A escola, desde suas origens, foi posta do lado do trabalho intelectual; constituiu-se num instrumento para a preparação dos futuros dirigentes que se exercitavam não apenas nas funções da guerra (liderança militar), mas também nas funções de mando (liderança política), por meio do domínio da arte da palavra e do conhecimento dos fenômenos naturais e das regras de convivência social. (SAVIANI, 2007, p.157)

Contudo, a partir da Revolução Industrial, a sociedade capitalista, faz surgir uma nova relação entre educação e trabalho, que reconfigura a finalidade da escola. Isto porque, com uma sociedade e economia cada vez mais complexas, faz-se necessário um trabalhador

também cada vez mais qualificado, já que o trabalho passou a ser organizado a partir de princípios científicos. Esta nova forma de produção da existência humana imprime o uso das funções intelectuais no sistema produtivo e determina a reorganização das relações sociais. A escola assume um papel fundamental nesse processo e passa a ser a forma dominante de educação (SAVIANI, 2007).

Deste modo, a escola pública, laica e gratuita passa a apresentar-se como uma necessidade da sociedade moderna, cuja função principal é transmitir os conhecimentos científicos necessários ao desenvolvimento de todos os indivíduos.

Para Saviani (2003), “A escola existe, pois, para propiciar a aquisição de instrumentos que possibilitem o acesso ao saber elaborado (Ciências) [...]”. Assim, para o mesmo autor “trata-se de distinguir entre o essencial e o acidental, o principal e o secundário, o fundamental e o acessório”, ou seja trabalhar o clássico, “aquilo que se firmou como fundamental, como essencial”. Ele acrescenta, ainda, que “clássico na escola é a transmissão-assimilação do saber sistematizado” (SAVIANI, 2003, p. 22-23), porque o domínio da cultura constitui instrumento indispensável à emancipação e humanização. Para tanto, ter clareza da concepção teórica que norteia o trabalho educativo, é determinante para que a escola e os educadores possam articular os fins que se pretende alcançar à prática pedagógica desenvolvida na sala de aula.

A concepção pedagógica desta Instituição de Ensino fundamenta-se na Pedagogia Histórico Crítica, onde a educação é entendida como o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelos homens.

A educação é a forma como a sociedade prepara o homem para viver nela mesma, não se quer dizer que ela deva se limitar a adaptar e a adequar os alunos a sociedade. Ao contrário, cabe à escola contribuir para desmistificar as contradições sociais de modo a superar a alienação e, quiçá, contribuir para superação da divisão da sociedade em classe e a emancipação humana.

3.4 Concepção do Processo Ensino e Aprendizagem

Para Saviani, ensino é a produção do saber, fazendo com que aqueles que façam parte do processo absorvam os conteúdos e transformem o meio onde vivem em um local com igualdade de oportunidades, sendo que aprender é o desenvolvimento da capacidade de processar informações e organizar dados resultantes de experiências por meio dos estímulos recebidos do ambiente.

O nível de aprendizagem irá depender tanto do professor, quanto do aluno, verificando sempre aquilo que o aluno já sabe. O educando precisa compreender o que o professor explica, havendo com isso a transferência de aprendizagem, superando assim sua visão confusa e parcial.

Ainda para Saviani (1987), a escola deve lutar contra a seletividade, porém, o aluno deve ser ativo participando do processo de ensino, para que consiga promover a mudança necessária para a sociedade e o próprio sistema.

Saviani alerta que, muitas vezes, o fracasso escolar é reflexo de fatores externos, tais como saúde, nutrição, fatores psicológicos e cognitivos, bem como de ordem familiar, e esses elementos contribuem negativamente para a absorção dos conteúdos, mas há de se fazer chegar aos pupilos à mensagem da importância da educação para a sua vida, fazendo-os encará-la como agente transformador, em um âmbito maior, na comunidade onde vive.

Quando se compreende a relação ensino e aprendizagem na sala de aula como mediação, eles são opostos entre si e se relacionam por meio de uma tensão dialética. Desse modo, esses termos, apesar de negarem-se mutuamente, se completam, estabelecendo um modo linear.

Portanto, a relação ensino-aprendizagem é um processo que demanda tempo e dedicação, mas que, sobretudo, precisa ser compreendido na sua totalidade e em bases filosóficas coerentes, sem esta compreensão, o esforço dos professores se transforma em frustração profissional e desgaste pessoal.

3.5 Concepção de Avaliação da Aprendizagem

A avaliação constitui-se em um processo por meio do qual o educador reúne e analisa as informações sobre o ensino e a aprendizagem, definindo e articulando a intervenção pedagógica que contribui para o alcance dos objetivos propostos para cada etapa do processo educacional.

Visto que a função social da escola é promover o acesso aos conhecimentos socialmente produzidos pela humanidade, a fim de possibilitar ao educando condições de emancipação humana, a avaliação é uma das etapas da atividade escolar, necessária para o processo ensino e aprendizagem, que possibilita perceber nos sujeitos escolares suas fragilidades e seus avanços, mediando o processo de apropriação do conhecimento. Deste modo, a educação deve possibilitar o processo dialético por meio de um trabalho pedagógico, que forme indivíduos autônomos em sua aprendizagem e em seu desenvolvimento humano, produtores de conhecimento crítico e significativo, conscientes e comprometidos com a melhoria do seu meio social. Assim, a avaliação deverá ser constante no cotidiano da sala de aula, de forma a orientar e ajustar o processo de ensino aprendizagem, proporcionando ao professor a possibilidade de melhorar a sua prática pedagógica e, ao educando, de envolver-se no próprio processo.

A avaliação também deve ser considerada como parte integrante do processo de aprendizagem, cujo objetivo é a aprendizagem e não a avaliação em si mesma. Não é nem o objetivo, nem o fim de um processo, e a relevância das situações de aprendizagem não dependem das possibilidades de avaliação imediata. Ela tem como tarefa gerar novas oportunidades de aprendizagem e fornecer dados essenciais para o professor e para o educando. Objetivando que a avaliação seja fonte de aprendizagem, é necessário que as atividades sejam significativas, que proporcionem aos educandos novas oportunidades para aprender, para melhorar seu desempenho e para refletir sobre seu próprio trabalho.

Para que a avaliação possa contribuir no processo de ensino e aprendizagem ela deve ser diagnóstica, investigativa, formativa e qualitativa. Diagnóstica por que explora, ou identifica características relativas ao conhecimento do educando. Investigativa por que é um meio

de investigação que permitem analisar e caracterizar o processo educativo. Formativa, pois, tem o objetivo de contribuir para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, ao informar ao professor as condições reais do educando, e instruir esse sobre sua aquisição do conhecimento. Qualitativa por que é necessário encaminhar ações diversificadas que permitam a adequação dos procedimentos utilizados pelo professor para consolidar os objetivos. Segundo Luckesi (2005):

Na avaliação nós não precisamos julgar, necessitamos isto sim, de diagnosticar, tendo em vista encontrar soluções mais adequadas e mais satisfatórias para os impasses e dificuldades. Para isso, não é necessário nem ameaça, nem castigo, mas sim acolhimento e confrontação amorosa. (LUCKESI, 2005, p. 33)

Nesse sentido, toda produção do educando, inclusive o erro, deve ser compreendida como uma fonte de conhecimento da ação do educador e do educando, na relação estabelecida no processo educativo, permitindo rever e redimensionar os encaminhamentos didáticos, na perspectiva da reflexão permanente, visando atender as necessidades do educando.

3.6 Concepção de Infância

Mais do que elencar a infância como um período da existência humana, temos que contribuir para repensar esse tempo, sem desconsiderar o direito primeiro de ser criança. Assim, é preciso situar na história da humanidade como as relações sociais e os interesses predominantes, em cada momento, foram determinantes para as concepções sobre a infância. Visto que, dependendo da forma como os homens se organizavam, eram produzidos os meios de que necessitavam para sobreviver e, nessa luta pela sobrevivência, produziam diversas relações que determinavam as diferentes necessidades educativas.

Nessa perspectiva, a história da infância é entendida como a história do período inicial da vida do homem e, evidencia que a trajetória histórica da criança e da infância é marcada por fatores sociais, políticos, econômicos e culturais, que foram decisivos no aparecimento das instituições destinadas ao atendimento e à educação das crianças.

De modo coerente aos pressupostos que fundamentam esse Projeto Político Pedagógico, criança é entendida enquanto um sujeito social e histórico, que se apropria dos conhecimentos historicamente produzidos e acumulados pela humanidade.

A concepção de infância defendida por Kramer (2006) afirma que:

Crianças são sujeitos sociais e históricos, marcadas, portanto, pelas condições das sociedades em que estão inseridas. A criança não se resume a ser alguém que não é, mas que se tornará (adulto, no dia em que deixar de ser criança). Reconhecemos o que é específico da infância: seu poder da imaginação, a fantasia, a criação, a brincadeira, entendida como experiência de cultura. Crianças são cidadãs, pessoas detentoras de direitos, que produzem cultura e são nela produzidas. Esse modo de ver as crianças favorece entendê-las e também ver o mundo a partir do seu ponto de vista. A infância, mais que estágio, é categoria da história: existe uma história humana porque o homem tem infância. As crianças brincam isso é o que as caracteriza (KRAMER, 2006, p. 15).

Desta forma, entendemos que não há uma concepção única de infância, visto que, o tempo da infância extrapola o período de 0 a 6 anos. Ser criança é viver a infância amparada nos direitos conquistados, que precisam ser preservados no âmbito das diferentes instituições sociais, como na família, na escola e na comunidade, entre outros espaços e tempos.

Neste sentido, concordamos com Souza e Vieira (2006), ao afirmarem que:

Entender a infância como uma construção social é compreendê-la marcada por valores, representações, tensões sociais que em determinado momento histórico ofuscam, secundarizam o sujeito criança e/ou infância, assim como em outros potencializam, valorizam, priorizam estes conceitos na pesquisa, nos espaços midiáticos, nas políticas sociais, nos programas pedagógicos, nas revistas, etc. (SOUZA e VIEIRA, 2006, p. 2).

A criança é um sujeito sócio histórico, cultural, cidadão de direitos e um ser da natureza que tem especificidades em seu desenvolvimento, que são determinadas pela interação dos aspectos biológicos ou culturais. Pode se levar em conta que a criança pode inventar e se manifestar desde cedo nos seus movimentos, nas suas expressões, no seu olhar, nas suas vocalizações e nas suas falas, expressando assim, desejos, ideias, opiniões, capacidades de decidir e de criar.

Desta forma, a história da criança é construída a partir da estrutura familiar e social, considerando que a criança é um cidadão de direitos, pois, independentemente de sua história, de sua origem, de sua cultura e do meio social em que vive, lhe foram garantidos legalmente direitos, que são iguais para todas as crianças.

Hoje, na sociedade contemporânea considera-se o período compreendido entre 0 e 6 anos como um dos momentos mais importantes e significativos do desenvolvimento humano. Um aspecto que ressalta a importância da infância, embora esteja presente por toda a vida, é a plasticidade cerebral, a qual possibilita que as crianças saiam de um estado de absoluta heteronomia para progressiva conquista da autonomia física, intelectual e moral.

Na infância, a criança conquista sua autonomia física, pelo intenso desenvolvimento físico, motor e afetivo, construindo assim o conhecimento sobre o próprio corpo e passando a percebê-lo em sua totalidade, construindo suas possibilidades de interação com o meio estabelecendo laços afetivos e sociais.

Assim, um trabalho pedagógico para a Educação Infantil, direcionado às crianças de zero a cinco anos e inserido num projeto de transformação social, necessita incorporar as contribuições teórico-práticas das diversas ciências e áreas que auxiliem os professores a compreender a criança no contexto atual e, conseqüentemente, que forneçam a eles clareza sobre qual concepção de infância está norteando a organização do seu trabalho pedagógico.

3.7 Concepção de Currículo

O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e o saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, científico e tecnológico. Tais práticas são efetivadas, por

meio de relações sociais que as crianças desde bem pequenas, estabelecem com professores e as outras crianças, que influenciam na construção de sua identidade.

As práticas previstas na Proposta Pedagógica Curricular devem ser intencionalmente planejadas e permanentemente avaliadas, considerando a integralidade e indivisibilidade das dimensões expressivo-motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética, e sociocultural das crianças.

Conforme Saviani, “[...] currículo é o conjunto das atividades nucleares desenvolvidas pela escola.” (p. 16). Trata-se das atividades essenciais que a escola não pode deixar de desenvolver, sob pena de perder a sua especificidade.

Ora, clássico na escola é a transmissão-assimilação do saber sistematizado. Este é o fim a atingir. É aí que cabe encontrar a fonte natural para elaborar os métodos e as formas de organização do conjunto das atividades da escola, isto é, do currículo. E aqui nós podemos recuperar o conceito abrangente de currículo: organização do conjunto das atividades nucleares distribuídas no espaço e no tempo escolar. Um currículo é, pois, uma escola funcionando, quer dizer, uma escola desempenhando a função que lhe é própria. (SAVIANI, 2012, p. 17).

Ao referir-se ao que é clássico, Saviani (2012), incisivamente, argumenta: “Clássico não se confunde com tradicional e também não se opõe, necessariamente, ao moderno e muito menos ao atual. O clássico é aquilo que se firmou como fundamental, como essencial. Pode, pois, constituir-se num critério útil para a seleção dos conteúdos do trabalho pedagógico” (SAVIANI, 2012, p.13).

O currículo desta Instituição de Ensino, expressa uma organização por campo de experiências na Educação Infantil, respeitando o objeto de estudo das diferentes áreas, sendo um currículo que contempla a multidimensionalidade do conhecimento e que objetiva a humanização do homem na perspectiva de tornar a classe trabalhadora, classe para si e não apenas a serviço dos outros.

Nesse sentido, para a organização deste currículo, o conjunto progressivo de aprendizagens foi normatizado pela Base Nacional Comum Curricular – BNCC e definido no Referencial Curricular do Paraná, com contribuições da Proposta Pedagógica Curricular da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná – AMOP.

Destaca-se, a importância da Base Nacional Comum Curricular como referência obrigatória para elaboração dos currículos escolares e propostas pedagógicas para a Educação Infantil. Também cabe destacar que, o Referencial Curricular do Paraná segue a estrutura da BNCC trazendo para a realidade paranaense discussões sobre os princípios e direitos basilares dos currículos no estado, estabelecendo os princípios orientadores da

Educação Básica a serem considerados na elaboração do currículo pelas redes de ensino e suas escolas, visando à garantia dos direitos e objetivos de aprendizagem dos alunos, delineados a partir da trajetória do Paraná.

3.8 Concepção de Gestão Democrática

Para Paro, a democracia pode ser entendida como um processo globalizante que precisa da colaboração recíproca entre grupos e pessoas, ou seja, para que haja democracia é preciso que existam pessoas democráticas para exercê-la e locais que privilegiem esse aspecto visando à formação de pessoas críticas e participantes na sociedade (PARO, 2002).

Já é de consenso que um dos locais onde pode ser iniciado um trabalho que possibilite a formação de cidadãos críticos para atuar democraticamente é a escola. Arroyo afirma que “[...] o aprendizado das relações sociais de produção se dá na vivência das relações sociais da educação, nas práticas escolares” (1999, p. 15). A democratização, segundo Arroyo, se apresenta no papel educativo da organização do espaço, organização do movimento, a economia do tempo, a normatização e o controle disciplinar (1999).

A gestão democrática nas Instituições de Ensino pressupõem a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar, pais, professores, estudantes e funcionários, em todos os aspectos da organização da escola. Esta participação incide diretamente nas mais diferentes etapas da gestão escolar, planejamento, implementação e avaliação, seja no que diz respeito à construção do projeto e processos pedagógicos quanto às questões de natureza burocrática.

Diante dessas observações, entendemos que as atitudes e o envolvimento de cada membro da comunidade escolar são indispensáveis para a construção de uma gestão democrática.

A democratização da gestão é condição estruturante para a qualidade e efetivação da educação, sendo assim a gestão democrática na escola tem como responsabilidade formar para a cidadania, por meio da participação de todos os envolvidos no processo ensino aprendizagem e da descentralização do poder. Desse modo, para que a gestão seja realmente democrática é necessária à superação de processos centralizadores de decisão.

Essa perspectiva de gestão está amplamente amparada pela legislação brasileira. A Constituição Federal de 1988 aponta a gestão democrática como um dos princípios para a educação brasileira e ela é regulamentada por leis complementares como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB e o Plano Nacional da Educação, em sua meta 19.

O gestor tem um papel muito importante na gestão democrática, pois pode tanto colaborar, quando oferece possibilidades de participação, quanto dificultar o processo democrático no âmbito escolar, quando não possibilita a tomada de decisão de forma coletiva. Dessa forma, compete ao gestor, estabelecer o direcionamento das ações conjuntas e articuladas possibilitando uma gestão participativa e democrática.

A presença da Gestão Democrática no âmbito escolar é de grande relevância uma vez que abre espaço para participações e construções coletivas, onde todos se responsabilizam pelo desenvolvimento de uma educação de qualidade.

3.9 Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

Educação Especial é definida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB como uma modalidade de ensino:

Entende-se por educação especial, para efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (LDB 9394/96 art. 58).

A atual política de Educação Especial encontra amparo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, alterada pela Lei nº 12.796 de 04 de abril de 2013, que modificou os artigos referentes a essa modalidade no Art. 4º inciso III, garantindo a obrigatoriedade do Atendimento Educacional Especializado - AEE, “[...] gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 2013, p. 1).

A concepção de Educação Inclusiva que orienta as políticas educacionais e os atuais marcos normativos e legais rompe uma trajetória de exclusão e segregação das pessoas com deficiência, alterando as práticas educacionais para garantir a igualdade de acesso e permanência na escola, por meio da matrícula dos alunos público alvo da educação especial nas classes comuns de ensino regular e da disponibilização do atendimento educacional especializado.

O processo de inclusão educacional no Brasil se constituiu na segunda metade do século XX, quando surgiram os movimentos organizados das pessoas com deficiência, reivindicando a inclusão destes nos diferentes ambientes e atividades sociais. Essas reivindicações fizeram parte de documentos internacionais e nacionais que prescreveram o fim do extermínio ou do abandono, da institucionalização e da integração, que influenciaram substancialmente na mudança de paradigma dos governantes, exigindo destes o reconhecimento dos direitos e implementação de leis que apoiavam e garantiam os direitos das pessoas com deficiência enquanto seres humanos.

A partir de então, a construção de propostas educacionais inclusivas, para atender de forma qualitativa os educandos, tem sido um desafio para todos os envolvidos direta e indiretamente, principalmente durante a sistematização e a aprovação do Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, na Meta 4, que refere-se a

[...] Universalizar para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos, o atendimento escolar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo o atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou comunitários, nas formas complementar e suplementar, em escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (BRASIL, 2014, p. 8).

O principal ponto de discussão foi a questão do AEE em serviços conveniados das escolas especiais, pois, na Política Nacional de Educação Especial, de 2008, destaca-se que, a partir do movimento mundial pela inclusão, as ações políticas, sociais, culturais e pedagógicas devem defender o direito de “todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação”, e, portanto, esses serviços deveriam ser repensados, o que implicaria “uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas” (BRASIL, 2008, p. 5).

Nessa direção, determinou-se que as entidades filantrópicas, que antes atendiam de forma exclusiva aos alunos com deficiência, se tornassem Centros de Atendimento Especializado - CAE, firmando convênio junto aos sistemas de ensino para o atendimento no contraturno escolar, realizando e mediando, junto aos profissionais das escolas comuns de ensino, estratégias na eliminação das barreiras impostas à inclusão educacional. Esse embate é pautado principalmente no item 4.1 do PNE – 2014 - 2024, referentes aos aspectos financeiros:

4.1) contabilizar, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, as matrículas dos/as estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. (BRASIL, 2014, p. 8).

É válido esclarecer que a Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, é uma modalidade que faz parte do sistema de ensino como complementação ou suplementação por meio do AEE. A Resolução nº 4 de 2 de outubro de 2009, que institui as Diretrizes Operacionais para o AEE na Educação Básica, modalidade Educação Especial, no Art. 5º, dispõe que:

O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em Centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios. (BRASIL, 2009, p. 2).

Entende-se que esse item ainda é o resultado das lutas políticas, que ora defendem a inclusão como proposta educacional estabelecida constitucionalmente, como direito humano, ora admitem a sua substituição em ambientes escolares que atendem exclusivamente aos alunos com deficiência, sendo que essa prática fere o disposto na Convenção da Guatemala, aprovada integralmente pelo Brasil com a promulgação do Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001, “Reafirmando que as pessoas portadoras de deficiência têm os

mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas e que estes direitos, inclusive o direito de não ser submetidas à discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano” (BRASIL, 2001, p. 2).

Entende-se, nessa perspectiva, que a atual situação da Educação Inclusiva é resultado dos embates das políticas sociais brasileiras, que atendem tanto às necessidades da classe trabalhadora, quanto às da classe que detém o poder econômico no país, em uma relação de contradição histórica em cujo cenário os sistemas de ensino estão estabelecendo e organizando suas normas.

Para tanto, vale esclarecer sobre a dupla matrícula dos alunos que constituem o público da Educação Especial, amparada no que dispõe o Decreto nº 7.611, de 17/11/2011, no Art. 9º- A, segundo o qual “Para efeito da distribuição dos recursos do FUNDEB, será admitida a dupla matrícula dos estudantes da educação regular da rede pública que recebem atendimento educacional especializado. [...] § 1º A dupla matrícula implica o cômputo do estudante tanto na educação regular da rede pública, quanto no atendimento educacional especializado” (BRASIL, 2011, p. 5).

Nessa questão, na contramão da política nacional da Educação Especial Inclusiva, a partir de 2011, convive-se com o que pode ser caracterizado como retrocesso com relação à Política de 2008, pois admitiu-se que as escolas filantrópicas passassem a receber recursos do FUNDEB para ofertar o AEE, conforme evidencia-se por meio do exposto no texto da referida legislação:

Art. 14. Admitir-se-á, para efeito da distribuição dos recursos do FUNDEB, o cômputo das matrículas efetivadas na educação especial oferecida por instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, com atuação exclusiva na educação especial, conveniadas com o Poder Executivo competente. [...] § 2º O credenciamento perante o órgão competente do sistema de ensino, na forma do art. 10, inciso IV e parágrafo único, e art. 11, inciso IV, da LDB, Lei nº 9.394, de 1996, depende de aprovação de projeto pedagógico. (BRASIL, 2011, p. 4).

Essa situação também abriu precedentes para os sistemas de ensino optarem em permanecer ou não com a escolarização paralela da Educação Especial, com a oferta das classes especiais nas escolas de ensino comum ou ainda manter parcerias de atendimento de escolarização em escolas de Educação Básica Modalidade de Educação Especial.

O AEE a partir da Política Nacional da Educação Especial é o serviço de apoio à escolarização nas Salas de Recursos Multifuncionais, dos Centros de Educação Infantil e/ou das Escolas do Ensino Fundamental e Médio, e também é oferecido por meio de convênios em CAEs, que podem ser públicos municipais ou de instituições comunitárias.

O Sistema Estadual de Ensino do Paraná, no item supracitado, atua de forma “paralela” à atual política nacional, visto que organizou a Educação Especial de acordo com normas próprias, criando as Escolas de Educação Básica na modalidade de Educação Especial, mediante o Parecer nº. 108/2010-CEE, que normatizou a alteração de denominação das Escolas de Educação Especial e a Resolução Secretarial nº 3.600/2011, autorizando a alteração na denominação das Escolas de Educação Especial para Escolas de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial.

Em 2011, a Secretaria Estadual de Educação do Paraná (SEED-PR) definiu em suas metas a inclusão social como “Respeito às necessidades, especificidades e diversidades para [...] 1. Promover a educação na escola comum e escola especial, ampliando o atendimento aos alunos com deficiência, com a participação efetiva em políticas e programas públicos” (PARANÁ, 2011, p. 21).

No uso de suas atribuições a SEED-PR, no ano seguinte, visando a efetivar ações para os alunos público-alvo da Educação Especial Inclusiva, destacou em suas metas que,

A política de educação inclusiva deve ser fortalecida, considerando a garantia de todos os alunos à educação formal, alunos com necessidades diferenciadas permanentes ou temporárias, jovens em conflito com a lei, crianças carentes do convívio familiar e alunos fora da escola, visando à organização de um espaço escolar agradável e acolhedor, que favoreça a aprendizagem de maneira eficiente e responsável. Lembramos também dos alunos em fase de internamento, em classe hospitalar, pois é de suma importância para a continuidade da escolarização dessas crianças e adolescentes hospitalizados, a presença dos profissionais da educação, que estimula o aprendizado, diminui o tempo de internação e o trauma hospitalar. A prática docente e o atendimento do professor da classe hospitalar, pelo Programa SAREH-SEED, é fortemente marcada pelas relações afetivas, e estes alunos quando retornam ao convívio estão em igualdade de condições, em relação aos demais. (PARANÁ, 2012, p.10).

Seguindo na mesma direção, para garantir a política de apoio às escolas filantrópicas, o governo estadual do Paraná, por meio da Lei Estadual nº 17.656, de 12 de agosto de 2013, institui o Programa Estadual de apoio permanente às entidades mantenedoras, que ofertam Educação Básica na modalidade da Educação Especial, denominado “Todos iguais pela educação”.

O AEE no Estado do Paraná é ofertado nas Salas de Recursos Multifuncionais em instituições de ensino comum público ou em CAEs, com os serviços de apoio complementar e suplementar especializados, para o público-alvo da Educação Especial.

Entre outros serviços e apoios à educação inclusiva, o sistema de ensino do Paraná oferta “[...] Professor de Apoio à Comunicação Alternativa (PAC), Professor de Apoio Educacional Especializado, (PAEE) e Tradutor e intérprete de LIBRAS (TILS), Guia Intérprete e Professor Itinerante” (PARANÁ, 2014, p. 2).

Com relação aos serviços e aos apoios para os alunos com Transtornos Funcionais Específicos (TFE), há uma divergência entre a Política Nacional de Educação Especial e a Política do Sistema Estadual de Ensino do Paraná, no que se refere ao público-alvo da Educação Especial. A Política Nacional de 2008 estabelece como público-alvo da Educação Especial Inclusiva alunos com Deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento e Altas Habilidades e/ou Superdotação, enquanto que na Política Estadual do Paraná são acrescentados os Transtornos Funcionais Específicos para a matrícula no AEE nas Salas de Recursos Multifuncionais.

A Deliberação nº 02/2016/SEED-PR, que atualizou as Normas para a Modalidade da Educação Especial no Estado do Paraná, no Art. 10, estabelece a incumbência do poder público em:

[...] I – assegurar o atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos funcionais específicos e altas habilidades ou superdotação e ampliar o número de Centros de Atendimento Educacional Especializado;

II – instituir e assegurar setor próprio em sua estrutura administrativa para orientar, acompanhar, oferecer apoio técnico, pedagógico e administrativo e supervisionar as instituições de ensino, visando o adequado atendimento dos estudantes da Educação Especial;

III – manter o sistema atualizado de informação e interlocução com órgãos responsáveis pela realização do Censo Demográfico e Escolar, para conhecimento das demandas e acompanhamento da oferta de atendimento em Educação Especial;

- IV – fortalecer os serviços de atendimento especializado para estudantes com deficiência, preferencialmente na rede pública;
- V – estabelecer interface e garantir parcerias ou convênios com organizações públicas e privadas, que assegurem uma rede de apoio interinstitucional, para garantir atendimentos complementares, quando necessário;
- VI – incentivar e estabelecer parcerias com instituições de ensino superior, para discussão de temas e conteúdos relacionados ao atendimento das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos funcionais específicos e altas habilidades ou superdotação, na graduação e pós-graduação, realização de pesquisas e atividades de extensão, bem como programas e serviços voltados ao aperfeiçoamento do processo de ensino e aprendizagem;
- VII – assegurar a avaliação das necessidades educacionais dos estudantes com deficiência no início e ao longo do processo de ensino e aprendizagem, por meio de equipe multiprofissional e interdisciplinar, conforme estabelece esta Deliberação. (PARANÁ, 2016, p. 6-7).

Essa deliberação indica uma questão primordial do planejamento e encaminhamentos da escola para alunos matriculados no ensino comum, principalmente na garantia do número adequado de alunos nas turmas com esses alunos, prevista no Art. 13: “Para o Atendimento Educacional Especializado a mantenedora deverá providenciar, de acordo com a demanda: “[...] V – adequação de número de educandos por turma, com critérios definidos pela mantenedora e expresso em seu Projeto Político-Pedagógico” (PARANÁ, 2016, p. 9).

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146, de 6 de julho de 2015, é determinante para a Educação Inclusiva, pois destina-se “a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”. O Capítulo IV, que trata do direito à Educação, em seu Art. 28, destaca a obrigatoriedade de: “[...] III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia” (BRASIL, 2015, p. 33).

4. ELEMENTOS OPERACIONAIS

4.1 Premissas da escola

A organização dos espaços e dos materiais se constitui em um instrumento fundamental para a prática educativa com crianças pequenas. Isso implica que, para cada trabalho realizado com as crianças, deve-se planejar a forma mais adequada de organizar o mobiliário dentro da sala, assim como, introduzir materiais específicos para a montagem de ambientes novos, ligado às atividades propostas. Além disso, a aprendizagem transcende o espaço da sala, toma conta da área externa e de outros espaços da instituição e fora dela.

O número de horas que a criança permanece na instituição, a amplitude dos cuidados físicos necessários ao atendimento, os ritmos, as diferenças individuais e a especificidade do trabalho pedagógico demandam um planejamento constante da rotina. Na organização do tempo deve estar previsto possibilidades diversas e muitas vezes simultâneas de práticas, como atividades de movimento, individuais ou em grupos, com maior ou menor grau de concentração, atividades de repouso, momentos para alimentação e higiene, entre outras práticas referentes aos campos de experiência.

Assim, a rotina na educação infantil pode ser facilitadora ou cerceadora dos processos de desenvolvimento e aprendizagem, dependendo de como ela será planejada. Considerada como um instrumento de dinamização da aprendizagem e facilitadora das percepções infantis sobre o tempo e o espaço, uma rotina clara e compreensível para as crianças é fator de segurança. A rotina pode orientar as ações das crianças, assim como dos professores, possibilitando a antecipação das situações que irão acontecer.

No que se refere à construção de regras, relações interpessoais, valores e trabalho coletivo, nos embasamos no regimento escolar da instituição de ensino para expor os direitos, deveres e proibições de toda comunidade escolar. Para organização do bom andamento do

setor, são realizadas reuniões com funcionários, professores, estagiários, pais ou responsáveis, deixando-os cientes sobre suas responsabilidades frente ao trabalho a ser desenvolvido na instituição de ensino.

Contudo, de forma democrática e conforme previsto em calendário escolar, no início de cada ano letivo a comunidade escolar e suas instâncias colegiadas realizam reuniões onde são previstas ações a serem desenvolvidas, também neste momento realiza-se avaliações dos avanços e dificuldades encontrados no ano anterior.

O planejamento das práticas pedagógicas a serem desenvolvidas em sala de aula embasa-se na Proposta Pedagógica Curricular. Durante o desenvolvimento das atividades os professores buscam criar um ambiente facilitador da aprendizagem, de modo que ao cuidar e educar transmitam o conhecimento científico, além de atitudes e valores que favoreçam o convívio social.

Para um bom andamento do ambiente escolar, faz-se necessário o bem estar dos envolvidos, onde prevaleça a Gestão Democrática, valorização do diálogo, ética e respeito mútuo, onde todos se sintam parte de um coletivo. É sabido que encontramos algumas dificuldades no ambiente escolar, porém para superar as mesmas, torna-se necessário perceber outras dimensões da realidade, como por exemplo, do direito ao diálogo, à livre expressão de sentimentos e ideias, ao tratamento respeitoso, à dignidade e tantos outros aspectos que contribuem para a configuração de ambiente escolar harmonioso e igualitário.

4.2 Hora Atividade da Instituição de Ensino

A hora-atividade é prevista para os professores na Lei nº 9.394/96 - Diretrizes e Bases da Educação – LDB. É nesse período que o professor desempenha funções relacionadas com a docência, compreendendo atividades de preparação de aulas, reuniões pedagógicas, atendimento aos pais, participação em grupos de estudos e outras correlatas.

A carga horária do professor não é alterada com a hora-atividade, pois a mesma é incluída à jornada de trabalho de forma que contribua para o melhoramento educacional. Sendo a hora atividade uma das maiores conquistas da categoria, ela contribui no trabalho pedagógico, pois, oportuniza ao educador tempo para um maior envolvimento com a Educação, com os outros professores, alunos e comunidade escolar.

O professor tem direito a 1/3 da carga horária semanal para o trabalho fora da sala de aula. Assim, esta Instituição de Ensino, organiza para que este momento seja tanto para planejamento do professor como para troca de experiências e discussão dos saberes e conhecimentos entre seus pares e com o pedagogo. Neste período, a direção e pedagogo, também realizam mediações e orientações e, sugerem materiais, atividades em consonância com a Proposta Pedagógica Curricular. Além disso, este momento também é utilizado para realização de leituras, que constituem parte da formação continuada prevista para cada ano letivo.

Período Matutino

TURMAS	BERÇARIO II	MATERNAL I	MATERNAL I	MATERNAL II	MATERNAL II	BERÇARIO II	MATERNAL I	MATERNAL II
	Celia Tavares REGENTE	Dilva de Souza REGENTE	Taneclair Bueno REGENTE	Roberta Bonamigo REGENTE	Karin C. B Fongaro REGENTE	MARIZA BEAL CORREGENTE	DERLI THEISEN CORREGENTE	EMERSON SCHARDOSIM CORREGENTE
SEGUNDA- FEIRA	7:30 ÀS 10:10 HORA ATIVIDADE	07:30 ÀS 10:10 (HORA ATIVIDADE)			07:30 ÀS 10:10 (HORA ATIVIDADE)	10:10 ÀS 11:30 (HORA ATIVIDADE)	10:10 ÀS 12:30 (HORA ATIVIDADE)	10:10 ÀS 11:30 (HORA ATIVIDADE)
TERÇA- FEIRA		07:30 ÀS 09:30 (HORA ATIVIDADE)	09:30 ÀS 11:30 (HORA ATIVIDADE)	07:30 ÀS 09:30 (HORA ATIVIDADE)	09:30 ÀS 11:30 (HORA ATIVIDADE)		11:30 ÀS 12:30 (HORA ATIVIDADE)	
QUARTA- FEIRA	09:30 ÀS 11:30 (HORA ATIVIDADE)			07:30 ÀS 10:10 (HORA ATIVIDADE)		07:30 ÀS 09:30 (HORA ATIVIDADE)		10:10 ÀS 11:30 (HORA ATIVIDADE)
QUINTA- FEIRA	07:30 ÀS 09:30 (HORA ATIVIDADE)	09:30 ÀS 11:30 (HORA ATIVIDADE)	07:30 ÀS 09:30 (HORA ATIVIDADE)		07:30 ÀS 09:30 (HORA ATIVIDADE)		11:30 ÀS 12:30 (HORA ATIVIDADE)	09:30 ÀS 11:30 (HORA ATIVIDADE)

SEXTA-FEIRA			07:30 ÁS 10:10 (HORA ATIVIDADE)	09:30 ÁS 11:30 (HORA ATIVIDADE)			07:30 ÁS 10:10 (HORA ATIVIDADE)	07:30 ÁS 09:30 (ATIVIDADE)
--------------------	--	--	------------------------------------	------------------------------------	--	--	------------------------------------	-------------------------------

Período Vespertino

TURMAS	BERÇARIO II	BERÇARIO II	BERÇARIO II	MATERNAL I	MATERNE II	BERÇARIO II	MATERNAL I E BERÇARIO II	BERÇARIO II E MATERNAL II
	Luciane Bertoldo REGENTE	Dilva de Souza REGENTE	Karin C. B Fongaro REGENTE	Janaina Morosini REGENTE	Elisangela Barcarolo REGENTE	Patricia MENEGATII CORREGENTE	Taneclair Bueno CORREGENTE	EMERSON SCHARDOSIM CORREGENTE
SEGUNDA-FEIRA	13:00 às 15:40 (HORA ATIVIDADE)	15:00 ÁS 17:00 (HORA ATIVIDADE)			13:00 às 15:40 (HORA ATIVIDADE)	13:00 ÁS 15:00 (HORA ATIVIDADE)	15:40 ÁS 17:00 (HORA ATIVIDADE)	15:40 ÁS 17:00 (HORA ATIVIDADE)
TERÇA-FEIRA			15:00 ÁS 17:00 (HORA ATIVIDADE)	13:00 às 15:40 (HORA ATIVIDADE)			15:40 ÁS 17:00 (HORA ATIVIDADE)	15:00 ÁS 17:00 (HORA ATIVIDADE)
QUARTA-FEIRA		13:00 às 15:40 (HORA ATIVIDADE)	13:00 às 15:40 (HORA ATIVIDADE)	15:00 ÁS 17:00 (HORA ATIVIDADE)		15:40 ÁS 17:00 (HORA ATIVIDADE)	15:00 ÁS 17:00 (HORA ATIVIDADE)	15:40 ÁS 17:00 (HORA ATIVIDADE)
QUINTA-FEIRA	15:00 ÁS 17:00 (HORA ATIVIDADE)				15:00 ÁS 17:00 (HORA ATIVIDADE)		13:00 ÁS 15:,00 (HORA ATIVIDADE)	13:00 ÁS 15:00 (HORA ATIVIAD E)
SEXTA-FEIRA	13:00 ÁS 15:00 (HORA ATIVIDADE)	15:00 ÁS 17:00 (HORA ATIVIDADE)	15:00 ÁS 17:00 (HORA ATIVIDADE)	15:00 ÁS 17:00 (HORA ATIVIDADE)	13:00 ÁS 15:00 (HORA ATIVIDADE)			

4.3 Formação Continuada da Instituição de Ensino

A formação continuada dos professores tem respaldo legal na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB em seu artigo 62, parágrafos 1º e 2º, onde consta a seguinte redação:

Art. 62. [...]

§ 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009).

§ 2º A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009).

Sendo assim, a formação continuada é considerada um direito para os profissionais da educação que atuam nos estabelecimentos de ensino. De maneira que este aperfeiçoamento constante é extremamente importante tanto para o professor, quanto para o aluno.

A Rede Municipal de Ensino de Três Barras do Paraná, através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, organiza a proposta de formação continuada de acordo com a Deliberação Estadual nº 02 de 07 de junho de 2002, na qual garante 5% dos dias letivos, ou seja, 10 dias de formação, considerados como dias de efetivo trabalho escolar. Também está garantido aos profissionais da educação municipal a oferta de no mínimo 100 (cem) horas anuais de formação continuada de acordo com a Lei Municipal nº 1.268 de 19 de junho de 2015 - Plano Municipal de Educação.

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura também possibilitará a participação dos profissionais da Educação em cursos ofertados por universidades e outras instituições de ensino.

As Instituições de Ensino organizam cronogramas com momentos das horas atividades dos professores direcionados a estudos de acordo a Lei do Estado do Paraná nº 13.807 de 30 de setembro de 2002 que estabelece no seu artigo 3º:

A hora-atividade é o período em que o professor desempenha funções da docência, reservado a estudos, planejamento, reunião pedagógica, atendimento à comunidade escolar, preparação das aulas, avaliação dos alunos e outras correlatas, devendo ser cumprida integralmente no local do exercício.

Assim a Rede Municipal de Ensino de Três Barras do Paraná, compreende que a formação continuada é um processo permanente e constante de aperfeiçoamento dos saberes necessários à atividade de educadores, que tem como objetivo assegurar um ensino de qualidade aos educandos.

4.4 Integração Escola e Comunidade

O Centro Municipal de Educação Infantil Sonho de Criança procura estar constantemente em contato com os pais, realizando reuniões nos inícios de cada semestre para tratar de assuntos gerais e esclarecer sobre horários e rotinas da instituição. Durante o ano letivo, também são realizadas reuniões com as turmas de acordo com a necessidade de cada professor.

As famílias das crianças que frequentam o Centro Municipal de Educação Infantil Sonho de Criança são convidadas para participar de uma homenagem para as famílias organizada no mês de agosto, neste momento ocorre demonstrações de atividades realizadas em sala de aula, apresentações de teatros, músicas, poemas e vídeos. No mês novembro, é realizada em conjunto com as demais Instituições de Ensino Municipais, uma Mostra Cultural, na qual são expostas as atividade realizadas pelas crianças, abordando temáticas como a cultura indígena e africana, cultura da paz, entre outras.

Durante o ano letivo são realizadas promoções juntamente com o Conselho Escolar e Associação de Pais Mestres e Funcionários - APMF, entre elas o Dia da Pizza e a Festa Junina. Esses momentos têm como objetivo a integração entre a família e a escola.

No mês de dezembro é realizado o encerramento do ano letivo, com apresentações natalinas, na qual são convidadas as famílias das crianças matriculadas nesta Instituição, para prestigiarem o evento e retirada dos portfólios.

4.5 Atendimento Educacional Especializado

O Atendimento Educacional Especializado - AEE é o serviço de apoio à escolarização nas Salas de Recursos Multifuncionais, dos Centros de Educação Infantil e/ou das Escolas do Ensino Fundamental e Médio, e também é oferecido por meio de convênios em Centros de Atendimento Especializado - CAEs, que podem ser públicos municipais ou de instituições comunitárias, além de Professor de Apoio à Comunicação Alternativa - PAC, Professor de Apoio Educacional Especializado - PAEE e Tradutor e intérprete de LIBRAS - TILS, Guia Intérprete e Professor Itinerante”. Atualmente essa instituição de ensino não oferece nenhum Atendimento Educacional Especializado, porém tem a disponibilidade de oferta de Professor de Apoio Educacional Especializado e Professor de Apoio à Comunicação Alternativa.

4.5.1 Professor de Apoio Educacional Especializado

O Professor de Apoio Educacional Especializado é destinado ao atendimento de estudantes que apresentam Transtorno do Espectro Autista, este profissional deve ter habilitação comprovada na área de Educação Especial sendo agente de mediação do aprendizado e escolarização.

Em conformidade com a Lei Federal nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012 e a Instrução Normativa nº 001/2016 – SEED/SUED a necessidade deste Atendimento Educacional Especializado se efetivará após comprovação, por estudo de caso pela Equipe Multiprofissional, conforme a situação escolar do estudante. A medida visa avaliar, com outros profissionais envolvidos, se a melhor opção para o estudante é o trabalho desse profissional ou a adoção de outros procedimentos. Tais como: Sala de Recursos Multifuncional, Flexibilização Curricular que atenda as necessidades educacionais especiais, ou, ainda, atendimentos intersecretariais envolvendo a participação da família, saúde e assistência social.

O serviço de apoio educacional especializado não é substitutivo a escolarização ou ainda a frequência na Sala de Recursos Multifuncional, mas articula-se de forma colaborativa com o currículo proposto para a sala de aula comum, Sala de Recursos Multifuncional e outras atividades previstas na escola.

Este Atendimento Educacional Especializado nesta Instituição de Ensino poderá acontecer de forma individual, ou seja, um professor para cada aluno, porém o docente, se necessário, poderá atender a mais de um estudante na mesma ou em diferentes escolas, de acordo com a necessidade do estudante identificada pela Equipe Multiprofissional.

4.5.2 Professor de Apoio à Comunicação Alternativa

O Professor de Apoio à Comunicação Alternativa atua na mediação da comunicação entre o aluno, grupo social e o processo de ensino e aprendizagem, cujas formas de linguagem, oral e escrita, se diferenciam do convencionado.

De acordo com a Instrução nº 002/2012 – SUED/SEED será assegurado este Atendimento Educacional Especializado aos alunos com deficiência física neuromotora que apresentem formas alternativas e diferenciadas de linguagem expressiva, oral e escrita, decorrentes de sequelas neurológicas e neuromusculares.

Para atuar como Professor de Apoio à Comunicação Alternativa o profissional deve ter especialização em curso de pós-graduação na área de Educação Especial, sendo agente de mediação do aprendizado e escolarização, participando do planejamento juntamente com o professor regente, orientando quanto aos procedimentos didáticos pedagógicos que envolvam saberes e conhecimentos, objetivos, metodologias, temporalidade e avaliação, além de buscar diferentes adaptações físicas e pedagógicas que permitam ao aluno participar ativamente do processo de ensino aprendizagem.

O serviço de apoio educacional especializado não é substitutivo a escolarização ou ainda a frequência na Sala de Recursos Multifuncional, mas articula-se de forma colaborativa com o currículo proposto para a sala de aula comum, Sala de Recursos Multifuncional e outras atividades previstas na escola.

4.6 Equipe Multiprofissional

O princípio da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva é garantir na organização escolar, o direito de acesso e permanência de cada aluno, independentemente de etnia, gênero, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação. Neste sentido, Vygotsky evidencia:

Todas as crianças podem aprender e se desenvolver... As mais sérias deficiências podem ser compensadas com ensino apropriado, pois, o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental. (VYGOTSKY, 1989)

O compromisso de favorecer a inclusão de alunos com deficiência exige que a escola regular ofereça possibilidades concretas de aprendizagem, para tanto é necessário o conhecimento do caso de cada aluno. Dessa forma, é por meio da Avaliação Psicoeducacional no Contexto Escolar que os diferentes profissionais como Psicólogo, Psicopedagogo, Fonoaudiólogo, Neurologista, entre outros, identificam as necessidades específicas de cada educando. A partir deste estudo de caso, serão realizadas orientações a todos os envolvidos com o aluno, contribuindo no processo ensino e aprendizagem.

Este processo de avaliação se destaca entre as funções realizadas pela Equipe Multiprofissional, porém são inúmeras as atividades realizadas por estes profissionais no ambiente escolar.

A Equipe Multiprofissional da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Três Barras do Paraná é formada pelos seguintes profissionais: Pedagogo (a)/Psicopedagogo (a), Psicólogo (a), Fonoaudiólogo (a) e Nutricionista.

Ao Pedagogo/Psicopedagogo (a) que compõe a Equipe Multiprofissional da Secretaria Municipal de Educação e Cultura compete:

- I. Analisar os processos metodológicos, relacionais e socioculturais, buscando compreender e avaliar os processos de ensino e aprendizagem;
- II. Desenvolver estratégias, por meio de intervenções que favoreçam a prevenção ao fracasso escolar, propiciando que os educandos tenham espaço e tempo para a aprendizagem, levando em consideração suas capacidades e/ou limitações;
- III. Orientar o aprimoramento do processo de ensino e aprendizagem, por meio de diferentes abordagens teóricas;
- IV. Realizar Avaliação e/ou Reavaliação Psicopedagógica, que abrange as áreas do desenvolvimento infantil no Contexto Escolar, seguido de elaboração dos seus respectivos relatórios;
- V. Realizar acompanhamento, orientações e aplicação de entrevista com os professores para desenvolver o Plano Terapêutico Individual – PTI, dos educandos com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista. Nos casos, em que os educandos apresentarem dificuldades ou destaques importantes no processo de aprendizagem e necessitarem de encaminhamento para Avaliação Psicopedagógica, orientar os professores na construção do Plano Educacional Individualizado – PEI, subsidiando a Flexibilização Curricular na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, da Rede Municipal de Ensino;
- VI. Organizar o material durante o processo de avaliação e/ou reavaliação dos educandos, sendo responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – Semed, o arquivamento da documentação do educando avaliado e/ou reavaliado pela Equipe Multiprofissional;
- VII. Organizar planejamento para trabalho individualizado ou em pequenos grupos aos educandos matriculados na Rede Municipal de Ensino, promovendo Intervenção Psicopedagógica no contexto escolar aos alunos com defasagens significativas de aprendizagem, com caráter preventivo, minimizando a ocorrência de maiores dificuldades;

- VIII.** Contribuir na elaboração de Planejamentos e Projetos, trazendo reflexão sobre o Papel da Escola, identificando possíveis desvios no processo de ensino e aprendizagem, considerando as necessidades e especificidades de cada criança, favorecendo a integração e a inclusão dos educandos na escola, realizando orientações metodológicas, conforme as características individuais e/ou do grupo;
- IX.** Auxiliar professores e pedagogos na construção do Plano Educacional Individualizado – PEI, aos educandos com defasagem educacional significativa que necessitar Flexibilização Curricular;
- X.** Acompanhar e orientar os professores e pedagogos, nas questões didático-metodológicas que envolvem educandos com defasagem educacional significativa;
- XI.** Realizar trabalho interdisciplinar e colaborativo, junto aos outros profissionais da Equipe Multiprofissional da Rede Municipal de Ensino, para que a mesma desempenhe o seu papel de forma integrada;
- XII.** Realizar Avaliação e/ou Reavaliação Psicoeducacional no Contexto Escolar, juntamente com a Equipe Multiprofissional, dos educandos encaminhados que apresentam dificuldades significativas de aprendizagem, características compatíveis aos distúrbios, aos transtornos globais do desenvolvimento, aos transtornos funcionais específicos, a deficiência intelectual e física neuromotora, com ou sem diagnóstico clínico, bem como dos educandos que apresentam indícios de altas habilidades ou superdotação, seguido de relatórios e encaminhamentos que se fizerem necessários como atendimento educacional especializado, atividades extracurriculares, terapias e avaliação clínica com médicos especialistas;
- XIII.** Realizar devolutiva aos professores e pais e/ou responsáveis dos educandos, ao término do processo de Avaliação no Contexto Escolar, orientando sobre os possíveis encaminhamentos;
- XIV.** Realizar estudo de caso e acompanhamento no Contexto Escolar dos educandos que apresentam formas alternativas e diferenciadas de linguagem expressiva, oral e escrita, decorrentes de sequelas neurológicas e neuromusculares, com ou sem diagnóstico, para

comprovação da necessidade do Professor de Apoio à Comunicação Alternativa e/ou indicação dos apoios pedagógicos essenciais, bem como, as adaptações necessárias e encaminhamentos para profissionais como neuropediatra, psiquiatra, psicólogo, entre outros;

XV. Acompanhar e auxiliar os professores em sala de aula, quando a escola solicitar, de modo a contribuir no desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem;

XVI. Elaborar e promover grupos de estudo com professores e/ou pais ou responsáveis dos educandos, contemplando as orientações previstas para cada caso em encontros sistemáticos para reflexão, construção e socialização de experiências;

XVII. Realizar orientação e diálogo com os professores e pais ou responsáveis dos educandos, após processo de Avaliação ou Reavaliação no Contexto Escolar, além dos possíveis encaminhamentos necessários;

XVIII. Realizar juntamente com a Equipe do Núcleo Regional de Educação de Cascavel, supervisão e orientação dos casos avaliados ou reavaliados, entre outras situações que se fizerem necessárias;

XIX. Realizar Avaliação ou Reavaliação e acompanhamento no Contexto Escolar dos educandos com dupla matrícula, na modalidade de Educação Infantil do ensino regular e na modalidade de Educação Especial em escola especializada, para indicação dos apoios pedagógicos essenciais bem como as adaptações necessárias;

XX. Realizar estudo de caso e acompanhamento no Contexto Escolar dos educandos com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista, para comprovação da necessidade do Professor de Apoio Educacional Especializado e/ou indicação dos apoios pedagógicos essenciais, bem como as adaptações necessárias;

XXI. Organizar, de acordo com a necessidade, projetos e intervenções para os educandos da Rede Municipal de Ensino;

XXII. Trabalhar em parceria com os professores e pedagogos acompanhando o processo de ensino e aprendizagem, realizando orientações a partir da realidade observada;

- XXIII.** Desenvolver Grupos Terapêuticos com os educandos da Rede Municipal de Ensino, atendendo as necessidades específicas encontradas no contexto escolar;
- XXIV.** Assessorar as Escolas e Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, a fim de verificar, acompanhar e orientar sobre as especificidades dos educandos;
- XXV.** Acompanhar os educandos inclusos, bem como, realizar orientações aos professores, pedagogos e famílias sobre o processo de inclusão e problemas de comportamento;
- XXVI.** Contribuir com o processo de alfabetização e letramento, levando em conta as normativas vigentes para a Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental, as especificidades do processo educativo e as diferentes metodologias educacionais;
- XXVII.** Participar das atividades de formação continuada visando o desenvolvimento qualitativo, ofertadas pelo Núcleo Regional de Educação, pela Semed ou por Instituições de Ensino Superior, entre outros;
- XXVIII.** Participar de ações intersetoriais como o Programa Saúde na Escola, bem como, quando nomeado pelo chefe imediato para participar de algum conselho.

Ao Psicólogo (a) que compõe a Equipe Multiprofissional da Secretaria Municipal de Educação e Cultura compete:

- I. Desenvolver mediações e intervenções que ofereçam informações e alternativas para diversas áreas e situações que envolvem o processo de ensino aprendizagem;
- II. Realizar diagnóstico institucional, visando identificar a dinâmica de funcionamento de cada escola, para posterior planejamento e implementação de ações que auxiliem na melhoria, otimização dos trabalhos pedagógicos e sociais da escola;
- III. Assessorar a escola na busca da humanização do sujeito, através da articulação da cognição com a motricidade, os afetos e as emoções;

- IV. Cultivar o enfoque preventivo, trabalhando as relações interpessoais na escola, com vista à reflexão e conscientização de funções, papéis e responsabilidades dos envolvidos;
- V. Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico das instituições de ensino;
- VI. Participar e/ou coordenar reuniões para discussão do processo de desenvolvimento do educando, incluindo profissionais externos para realização de um trabalho em rede;
- VII. Realizar Triagem de educandos com dificuldades de aprendizagem, problemas comportamentais e/ou sociais, encaminhados pela instituição de ensino e, diante dos resultados obtidos, se necessário, encaminhar para atendimento especializado e realizar orientações com a família e professores ou encaminhar para avaliações clínicas (neuropediatra, psiquiatra, clínico geral, psicólogo clínico, fonoaudiólogo, psicopedagogos, etc).
- VIII. Realizar atendimento a situações de emergência psicológica que necessitem de intervenção imediata, para se necessário, realizar encaminhamento;
- IX. Acompanhar o desenvolvimento global dos educandos;
- X. Apoiar os professores e pedagogos no trabalho com a heterogeneidade presente na sala de aula, realizando trabalhos específicos quando a escola solicitar;
- XI. Auxiliar os professores a compreender o processo grupal de cada turma, buscando técnicas inclusivas para alunos com dificuldades na aprendizagem e/ou comportamentais;
- XII. Organizar grupos de estudos e momentos de reflexões, sendo o mediador do processo reflexivo e não o solucionador de problemas frente às dificuldades decorrentes do âmbito escolar;
- XIII. Organizar grupos para discussões sobre os temas como violência, sexualidade, drogas, discriminação, família, entre outros;

XIV. Realizar, em assembleias de pais e/ou professores, orientações e atividades de esclarecimento quanto à educação, ao rendimento acadêmico, ao desenvolvimento bio-psico-social, aos limites, aos relacionamentos, aos momentos especiais na vida da família, a participação dos pais na vida de seus filhos e na escola, a prevenção ao uso de substâncias químicas, a educação sexual, entre outros temas pertinentes;

XV. Orientar os educandos no desenvolvimento de atividades de apoio à construção da identidade pessoal como autoestima, socialização, disciplina, organização, conscientização dos papéis sociais, cidadania responsável, entre outros, quando solicitado ou verificado a necessidade;

XVI. Pesquisar, aplicar e divulgar os conhecimentos relacionados com Psicologia Escolar/Educacional;

XVII. Atuar como interconsultor, buscando melhorar a comunicação entre educadores, educandos, funcionários, pais e comunidade;

XVIII. Contribuir para que a escola cumpra sua função social de socializar o conhecimento acumulado historicamente e contribuir para a formação ética e política dos sujeitos, não se restringindo à resolução de problemas e divulgação de teorias e conhecimentos psicológicos, mas atuando dentro de seus limites e especificidades, ajudando a escola a eliminar os obstáculos que se colocam entre os sujeitos e o conhecimento, auxiliando no processo de formação de práticas educativas que favoreçam os processos de humanização e desenvolvimento do pensamento crítico;

XIX. Realizar trabalho interdisciplinar e colaborativo, junto aos outros profissionais da Equipe Multiprofissional da Rede Municipal de Ensino, para que a mesma desempenhe o seu papel de forma integrada;

XX. Realizar Avaliação e/ou Reavaliação Psicoeducacional no Contexto Escolar, juntamente com a Equipe Multiprofissional, dos educandos encaminhados que apresentam dificuldades significativas de aprendizagem, características compatíveis aos distúrbios, aos transtornos globais do desenvolvimento, aos transtornos funcionais específicos, a deficiência intelectual e física neuromotora, com ou sem

diagnóstico clínico, bem como dos educandos que apresentam indícios de altas habilidades ou superdotação, seguido de relatórios e encaminhamentos que se fizerem necessários como atendimento educacional especializado, atividades extracurriculares, terapias e avaliação clínica com médicos especialistas;

XXI. Realizar devolutiva aos professores e pais e/ou responsáveis dos educandos, ao término do processo de Avaliação no Contexto Escolar, orientando sobre os possíveis encaminhamentos;

XXII. Realizar estudo de caso e acompanhamento no Contexto Escolar dos educandos que apresentam formas alternativas e diferenciadas de linguagem expressiva, oral e escrita, decorrentes de sequelas neurológicas e neuromusculares, com ou sem diagnóstico, para comprovação da necessidade do Professor de Apoio à Comunicação Alternativa e/ou indicação dos apoios pedagógicos essenciais, bem como, as adaptações necessárias e encaminhamentos para profissionais como neuropediatra, psiquiatra, psicólogo clínico, entre outros;

XXIII. Acompanhar e auxiliar os professores em sala de aula, quando a escola solicitar, de modo a contribuir no desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem;

XXIV. Elaborar e promover grupos de estudo com professores e/ou pais ou responsáveis dos educandos, contemplando as orientações previstas para cada caso em encontros sistemáticos para reflexão, construção e socialização de experiências;

XXV. Realizar orientação e diálogo com os professores e pais ou responsáveis dos educandos, após processo de Avaliação ou Reavaliação no Contexto Escolar, além dos possíveis encaminhamentos necessários;

XXVI. Realizar juntamente com a Equipe do Núcleo Regional de Educação de Cascavel, supervisão e orientação dos casos avaliados ou reavaliados, entre outras situações que se fizerem necessárias;

XXVII. Realizar Avaliação ou Reavaliação e acompanhamento no Contexto Escolar dos educandos com dupla matrícula, na modalidade de Educação Infantil do ensino regular e na modalidade de Educação Especial em escola especializada, para indicação dos apoios pedagógicos essenciais bem como as adaptações necessárias;

XXVIII. Realizar estudo de caso e acompanhamento no Contexto Escolar dos educandos com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista, para comprovação da necessidade do Professor de Apoio Educacional Especializado e/ou indicação dos apoios pedagógicos essenciais, bem como as adaptações necessárias;

XXIX. Organizar, de acordo com a necessidade, projetos e intervenções para os educandos da Rede Municipal de Ensino;

XXX. Trabalhar em parceria com os professores e pedagogos acompanhando o processo de ensino e aprendizagem, realizando orientações a partir da realidade observada;

XXXI. Desenvolver Grupos Terapêuticos com os educandos da Rede Municipal de Ensino, atendendo as necessidades específicas encontradas no contexto escolar;

XXXII. Assessorar as Escolas e Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, a fim de verificar, acompanhar e orientar sobre as especificidades dos educandos;

XXXIII. Acompanhar os educandos inclusos, bem como, realizar orientações aos professores, pedagogos e famílias sobre o processo de inclusão e problemas de comportamento;

XXXIV. Participar das atividades de formação continuada visando o desenvolvimento qualitativo, ofertadas pelo Núcleo Regional de Educação, pela Semed ou por Instituições de Ensino Superior, entre outros;

XXXV. Participar de ações intersetoriais como o Programa Saúde na Escola, bem como, quando nomeado pelo chefe imediato para participar de algum conselho.

Ao Fonoaudiólogo (a) que compõe a Equipe Multiprofissional da Secretaria Municipal de Educação e Cultura compete:

I. Realizar Triagem e Avaliação Psicoeducacional no Contexto Escolar;

II. Orientar os alunos, os professores e familiares, acerca das devidas intervenções que devem ser realizadas após o encaminhamento ao fonoaudiólogo (a);

- III. Identificar as demandas encaminhadas pela equipe escolar, por meio de análise individual ou coletiva;
- IV. Desenvolver trabalho de prevenção no que se refere à área da comunicação oral, escrita, voz e audição;
- V. Identificar e buscar alternativas para minimizar os fatores nocivos que afetam a saúde da coletividade escolar;
- VI. Observar o ambiente físico escolar em relação ao ruído, iluminação, acessibilidade, entre outros e quando necessário sugerir adequações;
- VII. Desenvolver ações educativas para apoio e efetivação da aprendizagem na perspectiva da inclusão e do respeito à diversidade humana;
- VIII. Aperfeiçoar e contribuir com o processo de alfabetização e letramento da Rede Municipal de Ensino, destacando as interrelações dos processos de linguagem oral e escrita, audição, fala e leitura;
- IX. Propor atividades de formação continuada para a equipe escolar;
- X. Intermediar ações de otimização a comunicação e a aprendizagem no âmbito educacional da Rede Municipal de Ensino;
- XI. Intermediar o diálogo entre familiares ou responsáveis dos alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino, realizando encaminhamentos e acompanhamentos dos alunos e professores para serviços de atendimento clínico externo;
- XII. Proporcionar aos alunos da Rede Municipal de Ensino intervenções fonoaudiológicas, após avaliações e encaminhamentos pertinentes;
- XIII. Divulgar pesquisas científicas que contribuam para a melhoria da qualidade da educação e para a consolidação da atuação fonoaudiológica na Rede Municipal de Ensino;
- XIV. Contribuir no processo de inclusão dos educandos público alvo da Educação Especial, promovendo a acessibilidade na comunicação;

- XV.** Contribuir para o diagnóstico da saúde auditiva nos ambientes escolares, apontando necessidades, solicitando avaliações de aferição de ruído e buscando medidas para garantir a saúde auditiva;
- XVI.** Favorecer, junto à equipe pedagógica e multiprofissional, encaminhamentos dos alunos para exames específicos e/ou acompanhamentos terapêuticos que se fizerem necessários às unidades de referência;
- XVII.** Realizar triagem auditiva em crianças da educação infantil e do ensino fundamental das instituições da Rede Municipal de Ensino, com o propósito de identificar possíveis alterações auditivas que possam prejudicar o desenvolvimento da linguagem oral, da fala e da escrita;
- XVIII.** Encaminhar para avaliação auditiva clínica os educandos que apresentaram dificuldades durante a triagem auditiva, realizando acompanhamento;
- XIX.** Realizar orientações sobre o uso correto da voz;
- XX.** Contribuir com os profissionais da educação das instituições de ensino, no que se refere aos aspectos preventivos ligados a assuntos fonoaudiológicos;
- XXI.** Realizar triagem dos alunos para possíveis encaminhamentos aos profissionais como otorrinolaringologista, neurologista, odontopediatra, nutricionista, entre outros, orientando a equipe escolar e familiares quanto aos encaminhamentos ou eventuais tratamentos;
- XXII.** Realizar palestras, grupos de estudo e reuniões com familiares e equipe escolar no que se refere aos acompanhamentos fonoaudiológicos realizados nos Centros Municipais de Educação Infantil e nas Escolas Municipais;
- XXIII.** Realizar trabalho interdisciplinar e colaborativo, junto aos outros profissionais da Equipe Multiprofissional da Rede Municipal de Ensino, para que a mesma desempenhe o seu papel de forma integrada;
- XXIV.** Realizar Avaliação e/ou Reavaliação Psicoeducacional no Contexto Escolar, juntamente com a Equipe Multiprofissional, dos educandos encaminhados que apresentam dificuldades significativas de aprendizagem, características compatíveis aos distúrbios, aos

transtornos globais do desenvolvimento, aos transtornos funcionais específicos, a deficiência intelectual e física neuromotora, com ou sem diagnóstico clínico, bem como dos educandos que apresentam indícios de altas habilidades ou superdotação, seguido de relatórios e encaminhamentos que se fizerem necessários como atendimento educacional especializado, atividades extracurriculares, terapias e avaliação clínica com médicos especialistas;

XXV. Realizar devolutiva aos professores e pais e/ou responsáveis dos educandos, ao término do processo de Avaliação no Contexto Escolar, orientando sobre os possíveis encaminhamentos;

XXVI. Realizar estudo de caso e acompanhamento no Contexto Escolar dos educandos que apresentam formas alternativas e diferenciadas de linguagem expressiva, oral e escrita, decorrentes de sequelas neurológicas e neuromusculares, com ou sem diagnóstico, para comprovação da necessidade do Professor de Apoio à Comunicação Alternativa e/ou indicação dos apoios pedagógicos essenciais, bem como, as adaptações necessárias e encaminhamentos para profissionais como neuropediatra, psiquiatra, psicólogo, entre outros;

XXVII. Acompanhar e auxiliar os professores em sala de aula, quando a escola solicitar, de modo a contribuir no desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem;

XXVIII. Elaborar e promover grupos de estudo com professores e/ou pais ou responsáveis dos educandos, contemplando as orientações previstas para cada caso em encontros sistemáticos para reflexão, construção e socialização de experiências;

XXIX. Realizar orientação e diálogo com os professores e pais ou responsáveis dos educandos, após processo de Avaliação ou Reavaliação no Contexto Escolar, além dos possíveis encaminhamentos necessários;

XXX. Realizar juntamente com a Equipe do Núcleo Regional de Educação de Cascavel, supervisão e orientação dos casos avaliados ou reavaliados, entre outras situações que se fizerem necessárias;

- XXXI.** Realizar Avaliação ou Reavaliação e acompanhamento no Contexto Escolar dos educandos com dupla matrícula, na modalidade de Educação Infantil do ensino regular e na modalidade de Educação Especial em escola especializada, para indicação dos apoios pedagógicos essenciais bem como as adaptações necessárias;
- XXXII.** Realizar estudo de caso e acompanhamento no Contexto Escolar dos educandos com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista, para comprovação da necessidade do Professor de Apoio Educacional Especializado e/ou indicação dos apoios pedagógicos essenciais, bem como as adaptações necessárias;
- XXXIII.** Organizar, de acordo com a necessidade, projetos e intervenções para os educandos da Rede Municipal de Ensino;
- XXXIV.** Trabalhar em parceria com os professores e pedagogos acompanhando o processo de ensino e aprendizagem, realizando orientações a partir da realidade observada;
- XXXV.** Desenvolver Grupos Terapêuticos com os educandos da Rede Municipal de Ensino, atendendo as necessidades específicas encontradas no contexto escolar;
- XXXVI.** Assessorar as Escolas e Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, a fim de verificar, acompanhar e orientar sobre as especificidades dos educandos;
- XXXVII.** Acompanhar os educandos inclusos, bem como, realizar orientações aos professores, pedagogos e famílias sobre o processo de inclusão e problemas de comportamento;
- XXXVIII.** Contribuir com o processo de alfabetização e letramento, levando em conta as normativas vigentes para a Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental, as especificidades do processo educativo e as diferentes metodologias educacionais;
- XXXIX.** Participar das atividades de formação continuada visando o desenvolvimento qualitativo, ofertadas pelo Núcleo Regional de Educação, pela Semed ou por Instituições de Ensino Superior, entre outros;

XL. Participar de ações intersetoriais como o Programa Saúde na Escola, bem como, quando nomeado pelo chefe imediato para participar de algum conselho.

XLI. Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da Administração Municipal e outras entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposição sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnicos-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho que afetam, direta ou indiretamente, a política de atendimento à criança e ao adolescente;

XLII. Contribuir com a elaboração e a efetivação do Projeto Político Pedagógico;

XLIII. Orientar atividades de promoção da comunicação oral e escrita a serem desenvolvidas pelos educadores;

XLIV. Oferecer suporte as atividades em sala de aula do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado – AEE, de acordo com as diretrizes vigentes;

XLV. Monitorar as ações implementadas por meio de instrumentos de avaliação quantitativa e qualitativa.

A Nutricionista que compõe a Equipe Multiprofissional da Secretaria Municipal de Educação e Cultura compete:

I. Realizar o diagnóstico e o acompanhamento do estado nutricional dos educandos, calculando os parâmetros nutricionais para atendimento da demanda com base no resultado da avaliação nutricional, em consonância com os parâmetros definidos em normativas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;

II. Identificar os educandos com necessidades nutricionais específicas, para que recebam o atendimento adequado no Programa de Alimentação Escolar - PAE;

III. Planejar, elaborar, acompanhar e avaliar o cardápio da alimentação escolar, com base no diagnóstico nutricional e nas referências nutricionais, observando a adequação às faixas etárias e aos perfis epidemiológicos dos educandos atendidos, para definir a

qualidade e a quantidade dos alimentos, respeitando os hábitos alimentares, a cultura alimentar, a vocação agrícola e a alimentação saudável e adequada, utilizando-se dos produtos da agricultura familiar, priorizando, sempre que possível, os alimentos orgânicos e/ou agroecológicos;

IV. Propor e realizar ações de educação alimentar e nutricional para a comunidade escolar, promovendo a consciência ecológica e ambiental;

V. Articular com a direção e com os pedagogos da escola o planejamento de atividades sobre alimentação e nutrição;

VI. Elaborar fichas técnicas das preparações que compõem o cardápio;

VII. Planejar, orientar e supervisionar as atividades de seleção, compra, armazenamento, produção e distribuição dos alimentos, zelando pela qualidade, quantidade e conservação dos produtos, observadas sempre as boas práticas higiênico-sanitárias;

VIII. Planejar, coordenar e supervisionar a aplicação de testes de aceitabilidade junto à demanda, sempre que ocorrer no cardápio a introdução de alimento novo ou quaisquer outras alterações inovadoras, no que diz respeito ao preparo, ou para avaliar a aceitação dos cardápios praticados frequentemente, sendo observados parâmetros técnicos, científicos e sensoriais reconhecidos, estabelecidos em normativa do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, realizando registro no Relatório Anual de Gestão do PNAE, conforme estabelecido pelo FNDE;

IX. Interagir com os agricultores familiares e suas organizações, de forma a conhecer a produção local inserindo esses produtos na alimentação escolar;

X. Participar do processo de licitação e da compra direta da agricultura familiar para aquisição de gêneros alimentícios, no que se refere à parte técnica como as especificações, os quantitativos, entre outros;

XI. Orientar e supervisionar as atividades de higienização de ambientes, armazenamento de alimentos, veículos de transporte de alimentos, equipamentos e utensílios das instituições de ensino;

- XII.** Elaborar e implantar o Manual de Boas Práticas para Serviços de Alimentação de Fabricação e controle para Unidade de Alimentação e Nutrição;
- XIII.** Elaborar o Plano Anual de Trabalho do PAE, contemplando os procedimentos adotados para o desenvolvimento das atribuições;
- XIV.** Assessorar o Conselho de Alimentação Escolar - CAE no que diz respeito á execução técnica do PAE;
- XV.** Coordenar, supervisionar e executar ações de educação em alimentação e nutrição para a comunidade escolar;
- XVI.** Participar do processo de avaliação técnica dos fornecedores de gêneros alimentícios, a fim de emitir parecer técnico, com objetivo de estabelecer critérios qualitativos para a participação dos mesmos no processo de aquisição de alimentos;
- XVII.** Participar da avaliação técnica no processo de aquisição de utensílios e equipamentos, produtos de limpeza e desinfecção, bem como, na contratação de prestadores de serviços que interfiram diretamente na execução do PAE;
- XVIII.** Participar do recrutamento, seleção e capacitação de pessoal que atue diretamente na execução do PAE;
- XIX.** Participar de Equipes Multiprofissionais destinadas a planejar, implantar, controlar e executar políticas, programas, cursos, pesquisas e eventos na área de alimentação escolar;
- XX.** Contribuir na formação de profissionais na área de alimentação e nutrição, supervisionando estagiários e participando do programa de aperfeiçoamento, qualificação e capacitação;
- XXI.** Comunicar os responsáveis legais e, caso necessário, a autoridade competente, quando da existência de condições do PAE impeditivas de boa prática profissional ou que sejam prejudiciais à saúde e a vida da coletividade;
- XXII.** Capacitar e coordenar as ações das equipes de supervisores das Instituições de Ensino relativas ao PAE;
- XXIII.** Participar dos processos de avaliação no contexto escolar, quando a demanda exigir.

Neste contexto, destaca-se a importância do trabalho colaborativo entre os profissionais que compõem a Equipe Multiprofissional, visto que o educando não pode ser observado de forma fragmentada, para que seja construído um processo de ensino e aprendizagem que atenda as especificidades de cada aluno.

4.7 Avaliação

A avaliação constitui-se em um processo por meio do qual o educador reúne e analisa as informações sobre o ensino e a aprendizagem, definindo e articulando a intervenção pedagógica que contribui para o alcance dos objetivos propostos para cada etapa do processo educacional.

Visto que a função social da escola é promover o acesso aos conhecimentos socialmente produzidos pela humanidade, a fim de possibilitar ao aluno condições de emancipação humana, a avaliação é uma das etapas da atividade escolar, necessária para o processo ensino e aprendizagem, que possibilita perceber nos sujeitos escolares suas fragilidades e seus avanços, mediando o processo de apropriação do conhecimento.

Deste modo, a educação deve possibilitar o processo dialético por meio de um trabalho pedagógico que forme alunos autônomos em sua aprendizagem e em seu desenvolvimento humano, produtores de conhecimento crítico e significativo, conscientes e comprometidos com a melhoria do seu meio social.

É importante refletir sobre a avaliação na especificidade da Educação Infantil, como etapa da Educação Básica, a qual não se constitui um período preparatório para a entrada da criança no Ensino Fundamental.

A Educação Infantil apresenta uma particularidade, os processos avaliativos não interferem na promoção da criança. Isso não significa, no entanto, que têm menor relevância que o Ensino Fundamental e/ou Médio ou que os tornam desnecessários. Pelo contrário, a compreensão de sua importância contribui para a definição dos processos de intervenção e revisão do próprio currículo que ora se apresenta.

Os objetivos de aprendizagem, os saberes e conhecimentos previstos são ponto de referência para a definição dos instrumentos e critérios a serem utilizados para a configuração da avaliação, utilizando vários instrumentos para que a avaliação cumpra as suas funções diagnóstica e formativa.

Na educação infantil destacam-se alguns instrumentos citados na Proposta Pedagógica Curricular da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná - Amop:

a) *A observação*: é um instrumento amplamente utilizado na Educação Infantil, o qual requer uma atenção especial por parte do educador no sentido de compreender que é humanamente impossível, observar todas as crianças ao mesmo tempo, sem correr o risco de cometer graves equívocos. Exige, portanto, a definição primeira do que é que está sendo observado, por que é importante observá-lo e quem estará sendo observado naquele determinado momento. O “o que” e o “por que” são definidos nos objetivos que são traçados para serem alcançados a partir do trabalho realizado com cada faixa etária da Educação Infantil e em cada eixo anteriormente explicitado. O “quem” será definido pelo educador, tomando o cuidado de observar todas as crianças, porém, em momentos diferentes, a fim de comparar o desenvolvimento de cada criança em relação a si própria, ao longo do processo de intervenção, tomando como referencial os objetivos propostos. A memória do educador não é a melhor fonte de registro do que foi observado, sendo necessária a utilização de recursos específicos para a efetivação desse acompanhamento, o qual pode ser feito por meio de fichas específicas, no decorrer da observação ou logo após tê-la realizado. Ao observar, tendo como parâmetro os objetivos estabelecidos, evita-se a comparação de uma criança com a outra, a qual é fonte de inúmeros equívocos que vêm sendo praticados no processo educativo institucionalizado.

b) *O portfólio*: é um instrumento de fundamental importância para o acompanhamento do processo realizado por cada um dos educandos, podendo ser introduzido, com melhores resultados, no trabalho realizado com crianças a partir de dois anos de idade. Pressupõe o registro, por parte do educador, de situações de aprendizagem e do desenvolvimento da criança, bem como a seleção de atividades realizadas em diferentes momentos, com o intuito de servir de suporte para a análise das progressões realizadas por cada uma das crianças de forma individual, captando a singularidade de cada uma, na relação com os saberes e conhecimentos curriculares.

c) *A participação*: Em primeiro lugar é de fundamental importância o educador ter claramente definido o que é participação e como ela se efetiva nesta fase da vida humana. Não podemos partir do pressuposto de que a participação somente se efetiva a partir da exposição oral e que aquela criança que fala muito é aquela que apresenta um bom “nível” de participação. Ao interagir, ao desenvolver as atividades em grupos, nas brincadeiras, no desenvolvimento das atividades individuais, nas trocas, enfim, a participação se revela nas diversas atividades e o importante é que o olhar atento do educador seja capaz de captar onde precisará intervir para auxiliar, pois a participação é reveladora dos questionamentos da criança, das suas possibilidades de interação, demonstrando ao educador em quais aspectos precisará agir com maior atenção. A participação, como instrumento de avaliação do trabalho pedagógico realizado e do desenvolvimento infantil, pressupõe a utilização dos registros de forma permanente, a fim de evitar equívocos comumente observados quando os registros são realizados apenas no nível da memória do educador. (currículo da AMOP, p.89)

d) *Relatório*: é um instrumento de acompanhamento do desenvolvimento da criança, que permite uma análise reflexiva em relação ao processo de aprendizagem de cada uma. Segundo Hoffmann (2000), o relatório de avaliação é o registro que historiciza o processo de construção de conhecimento e provoca o olhar reflexivo do educador sobre os desejos, interesses, conquistas, possibilidades e limites no desenvolvimento da criança, tornando-a partícipe. Nesse sentido, o relatório de acompanhamento possibilita a interação criança/educador na construção do conhecimento de forma contextualizada, tendo como ponto de reflexão os critérios previamente estabelecidos na proposta curricular. Em relação aos resultados do acompanhamento da criança, é importante que os educadores dialoguem permanentemente,

socializando todas as informações pertinentes ao seu desenvolvimento, discutindo com a equipe de apoio, com os demais educadores e com a família, sempre que necessário, independentemente dos períodos destinados às reuniões, a fim de que a tomada de decisão se efetive em tempo de encaminhar ações, objetivando a resolução dos problemas detectados. No relatório o professor devesse sempre apontar aquilo que a criança realiza sozinho (desenvolvimento real) bem como os aspectos para os quais precisa de apoio (desenvolvimento potencial). Nesta Instituição de Ensino é realizado o parecer descritivo semestral, sendo um parcial (final do primeiro semestre) e outro final (final do segundo semestre).

Em relação aos resultados do acompanhamento da criança, é importante que os professores dialoguem permanentemente, socializando todas as informações pertinentes ao desenvolvimento da criança, discutindo com a equipe de apoio, com os demais professores e com a família. Independentemente dos períodos destinados às reuniões, a fim de que a tomada de decisão se efetive em tempo de encaminhar ações, os diálogos devem acontecer sempre que necessário, objetivando a resolução dos problemas detectados. Quando há mais de um professor trabalhando com as crianças em períodos diferentes, torna-se necessário retomar os registros elaborados pelo outro professor, discutindo os pontos que geraram dúvidas ou divergências, bem como analisando os processos desenvolvidos, confrontando-os com as informações fornecidas pela família, de modo a constituir pareceres mais completos sobre o que é o objeto de trabalho da instituição escolar. O Conselho de Classe é realizado bimestralmente na educação infantil, e é o momento oportuno para identificar os avanços e as necessidades de intervenção pedagógica por parte dos educadores e demais profissionais que atuam junto às crianças, bem como por parte da família. A reflexão sobre o que é realizado e sobre os resultados obtidos servem de parâmetro para as revisões permanentes no projeto da instituição.

Dessa forma, a avaliação assume seu caráter diagnóstico-formativo, envolvendo todos os sujeitos indistintamente. Assim, os critérios que norteiam a avaliação do desenvolvimento da criança e que são utilizados pela instituição estão explicitados neste Projeto Político Pedagógico, são construídos de forma coletiva e sistematicamente trabalhados com os educadores e com a família, a fim de que seja parte integrante do efetivo trabalho realizado na Educação Infantil.

4.8 Estágio

O estágio é um momento importante para os estudantes por representar o primeiro contato com o mercado de trabalho na área de sua formação. A Lei nº 11.788/08 prevê em seu artigo 2º, parágrafos 1º E 2º, dois tipos de estágio: o obrigatório e o não-obrigatório:

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória. (LEI Nº 11.788, 2008)

A aprovação desta Lei do Estágio foi um importante avanço, pois estabelece as regras para universidade, empresa e estudante na contratação do estagiário.

Na área da educação o estágio, sendo ele remunerado ou não, é um momento privilegiado para fazer a transição entre o indivíduo como aluno e como futuro professor, além de ser um momento de muita aprendizagem sobre a prática docente.

A escola e o estagiário devem manter uma postura colaborativa para ampliar o olhar e entender o que cada uma das partes pode aprender. É importante que o estudante comece a criar reconhecimento dentro do espaço escolar desde sua formação inicial. Também é essencial que a gestão faça um acompanhamento próximo dos estagiários assim como, acompanhe a experiência e oriente o professor nesse trabalho formativo.

Esta Instituição de Ensino é campo para estágio obrigatório e não obrigatório recebendo estagiários do Curso de Formação de Docentes e de Nível Superior abrangendo diversas licenciaturas. Nesse sentido, a instituição enquanto campo de estágio, busca favorecer que o estudante amplie seus conhecimentos sobre a relação entre teoria e prática, além de usufruir dos conhecimentos e práticas pedagógicas que o estagiário pode proporcionar.

4.9 Atendimento Domiciliar

O atendimento domiciliar destina-se a alunos impossibilitados de frequentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique em permanência prolongada no ambiente domiciliar. Este atendimento é assegurado pela Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação em seu artigo 4ª A,

É assegurado atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa. (Incluído pela Lei nº 13.716, de 2018).
(BRASIL,2018)

O Atendimento Pedagógico Domiciliar tem como compromisso a manutenção do processo de ensino e aprendizagem de estudantes afastados da escola comum por motivo de tratamento de saúde e não internados. É de responsabilidade da família apresentar para a escola o atestado médico solicitando esse atendimento e relatando a necessidade de afastamento do estudante das atividades na escola por mais de 30(trinta) dias letivos.

O desenvolvimento das ações pedagógicas considera a elaboração de estratégias e orientações que visam o acompanhamento pedagógico-educacional e oferece a oportunidade da continuidade do processo do desenvolvimento do estudante. Na prática o professor acompanha pedagogicamente o estudante em sua residência, com o planejamento e encaminhamento elaborados com base nas orientações fornecidas pelos professores da sala de aula comum, utilizando atividades disponibilizadas e elaboradas especialmente para aquele estudante.

Além do compromisso pedagógico, as ações estabelecem e mantem o vínculo entre o estudante, a equipe de profissionais da escola e a família, com vistas a adequada reintegração desse ao seu grupo escolar. Por meio de um planejamento flexibilizado e/ou adaptado, que favoreça o ingresso ou retorno do estudante a escola ao final do tratamento, sem prejuízos significativos na aprendizagem.

O trabalho do professor no Atendimento Pedagógico Domiciliar tem como meta inicial estabelecer o vínculo de confiança e corresponsabilidade sobre o processo de aprendizagem com o estudante, tornando o ambiente domiciliar harmonioso e prazeroso e, desenvolvendo o entusiasmo para a aprendizagem. Para que o Atendimento Domiciliar aconteça de forma efetiva, também é necessário que a família propicie um ambiente adequado para os momentos de estudo.

O envolvimento e a parceria entre a família, a escola e o professor do Atendimento Pedagógico Domiciliar, auxilia para o processo de aprendizagem desse estudante, do aprender com maturidade, dentro de cada potencialidade e limitação, desenvolvendo suas potencialidades em um ambiente diverso do da sala de aula comum.

4.10 Proposta De Prevenção e Combate À Evasão Escolar

Esta Instituição de Ensino apresenta como proposta de prevenção e combate à evasão escolar, a realização anual de reuniões com os responsáveis para realizar a sensibilização e conscientização quanto à importância da vida escolar das crianças, além de reuniões extraordinárias quando necessário. Também é realizado controle de faltas por meio do Livro Registro de Classe Online Municípios e diante do número de faltas em excesso, o professor informa a equipe gestora por meio da Ficha de Comunicação do Aluno Ausente – FICA. Após a comunicação, a equipe gestora realiza contato com os responsáveis abordando a importância da frequência da criança em sala de aula, pois suas faltas prejudicam o desenvolvimento e a aprendizagem. Dessa forma, se houver reiteração nas faltas é realizado o encaminhamento para o Conselho Tutelar do município, visto que, está ocorrendo à violação do direito da criança.

Caso seja analisado que o motivo das faltas esteja atrelado a outro problema social, como questões de saúde ou assistência social, o aluno é encaminhado por meio de Ficha de Referência e Contra Referência para a Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente. A partir do ano de 2022, esta Instituição de Ensino utilizará o Sistema Educacional da Rede de Proteção – SERP, como ferramenta de registros e encaminhamentos de casos de abandono escolar e outras violências.

4.11 Proposta de Transição

Este Projeto Político Pedagógico concebe, como articulação aquela na qual trata a transição sem rupturas por meio de um exercício ético pedagógico que assuma e respeite a infância como processo, como um percurso em instâncias muito próximas, e que se diferenciam tanto pelo currículo quanto pelas especificidades dos processos.

Está considerada na Proposta Pedagógica Curricular desta Instituição de Ensino, a transição que as crianças matriculadas realizam entre a modalidade creche e a pré-escola, pois apesar de fazerem parte da mesma etapa, considera-se a mudança na rotina e no espaço físico. Entre 0 e 3 anos as crianças apresentam maior dependência em relação ao seus familiares, característica própria desta fase de desenvolvimento, desta forma se faz necessário a presença mais constante das famílias na instituição de ensino.

Nesse contexto, no mês de novembro é organizado para que as turmas de maternal II, juntamente com os professores, realizem visitas nas instituições que ofertam a pré-escola. A proposta para esse ano de 2020 é que os pais também acompanhem seu filho na visita, e assim possam conhecer o espaço físico, os horários e os profissionais que irão fazer parte da rotina da criança no ano seguinte.

4.12 Intervenções Pedagógicas

Intervenção pedagógica é uma interferência feita por um profissional da educação sobre o processo de desenvolvimento e aprendizagem do aluno no momento em que uma dificuldade é identificada. O objetivo dessa ação envolve possibilitar que a criança compreenda os saberes e conhecimentos trabalhados em sala de aula.

Nesta intenção, é necessário planejar novas práticas em sala de aula que contribuam para o processo ensino e aprendizagem. Mudar a abordagem na retomada dos saberes e conhecimentos, proporcionar novos recursos e permitir que as crianças consigam pensar de uma forma diferente são estratégias para combater as dificuldades dos alunos na aquisição do conhecimento científico. Sendo assim, a intervenção pedagógica modifica o processo educacional na medida em que o docente traça estratégias e planeja novas formas de abordar os saberes e conhecimentos.

A intervenção pedagógica é mais eficaz quando toma resultados de avaliações como base, no caso observação, participação e relatório e portfólio. Realizar avaliações de forma contínua permite ao professor um acompanhamento mais próximo do desenvolvimento e aprendizado dos alunos. Não basta, no entanto, aplicar as avaliações. Os resultados precisam ser analisados para que a intervenção pedagógica consiga agir mais especificamente nas dificuldades encontradas e, assim, ser assertiva.

Com o intuito de contribuir com as práticas dos professores em sala de aula, no replanejamento dos saberes e conhecimentos e nas adaptações curriculares, disponibiliza-se estagiários nas instituições de ensino, de forma a colaborar para que o processo ensino e aprendizagem ocorram efetivamente.

As intervenções pedagógicas podem ocorrer, também, fora da sala de aula, o educador e a escola devem propor estratégias de intervenção para além da sala de aula utilizando de diferentes espaços em contato com elementos da natureza para que seja ainda mais significativo o aprendizado.

A escola e os professores têm o papel de acompanhar o desenvolvimento dos alunos e após, todas as intervenções pedagógicas serem aplicadas devem observar a possibilidade de o aluno ser público alvo da Educação Especial, realizando o encaminhamento para Avaliação Psicoeducacional e, se constatado, o aluno possa receber Atendimento Educacional Especializado.

4.13 Desafios contemporâneos

Tendo em vista a legislação educacional, acredita-se que o trabalho pedagógico com os desafios contemporâneos, deve ser inserido na prática pedagógica, tendo caráter científico, e os mesmos devem ser compreendidos como conteúdos históricos e sociais.

Desta forma, o trabalho com os desafios educacionais contemporâneos faz parte da Proposta Pedagógica Curricular devendo ser transmitido às crianças nas dimensões históricas, sociais, políticas e econômicas, cumprindo, desta forma, a função social da escola pública, de socializar os conhecimentos historicamente produzidos. Nesse sentido, o trabalho pedagógico com os desafios contemporâneos deve apresentar intencionalidade e ser articulado com os objetos de conhecimento de referência, selecionados para cada campo de experiência ou por meio de projetos específicos.

Nesse contexto, é importante abordar nesse documento, os princípios legais de tais desafios.

4.13.1 Direito das Crianças e dos Adolescentes

Em 1990, foi aprovada a Lei n. 8.069/90, que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em suas disposições preliminares, a lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Elenca-se que é dever da família, comunidade, sociedade e do poder público assegurar as crianças e adolescentes os direitos à vida, saúde, alimentação, educação, esporte, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar. Dessa forma, estes direitos serão prioritários nas políticas públicas.

O Estatuto também prevê que toda criança e adolescente tem direito a uma educação que vise o pleno desenvolvimento dos mesmos, preparando-os para o exercício da cidadania e qualificando-os para o trabalho. Nesse sentido, a escola deve assegurar a igualdade de condições para o acesso e permanência dos estudantes na escola, garantindo o direito de serem respeitados por seus educadores, assim como o direito de contestar critérios avaliativos e de organização e participar de entidades estudantis.

Dada à relevância deste tema, o mesmo será contemplado nas unidades temáticas, objetos do conhecimento e objetivos de aprendizagem do campo de experiência espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

4.13.2 Estatuto do Idoso

Frente à tendência de envelhecimento da população brasileira, foram desenvolvidos atos legais que garantem a dignidade humana e a ampliação de direitos à pessoa idosa, como a proteção social, o combate à violência, princípios essenciais que são características específicas nessa etapa da vida.

Nesse sentido, em 1994 foi instituída a Política Nacional do Idoso, pela Lei Federal nº 8.842/1994 e em âmbito estadual, a Lei nº 11.863/1997, consolidou a Política Estadual do Idoso no estado do Paraná.

Posteriormente, a Lei Federal n.º 10.741/2003, dispôs sobre a instituição do Estatuto do Idoso, que assegura os direitos das pessoas com idade igual ou superior à sessenta anos, e atribui à família, à comunidade, à sociedade e ao Poder Público, o dever de efetivar, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Em ambas as leis são delegadas atribuições para a educação, ficando determinado que, nos currículos dos diversos níveis de ensino formal, devem ser inseridos conteúdos acerca do envelhecimento, além do respeito e à valorização do idoso, com vistas a eliminar os preconceitos e produzir conhecimento sobre o assunto. Neste documento, a temática será abordada campos de experiência espaços, tempos, quantidades, relações e transformações

4.13.3 Relações Étnico-Raciais, o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena

Ao analisarmos o papel atual da escola, podemos afirmar que além de transmitir o saber historicamente acumulado pela sociedade, a mesma atua como um elemento responsável pela transmissão de crenças e valores. Nesse sentido, é necessário que a escola valorize seus sujeitos, independentemente, de sua religião, crença ou raça.

Frente a essa realidade, a Lei nº 10.639/03, estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira em todas as escolas do Brasil, independente de sua esfera pública ou privada. Além dessa lei, que foi um marco importante para o trabalho de reeducação frente às relações raciais, mais dois documentos orientam esse trabalho nas escolas, o Parecer 03/04 e a Resolução 01/04, do Conselho Nacional de Educação, que instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Por meio dessa legislação, os conteúdos referentes à História e Cultura Afrobrasileira, devem ser ministrados em todo o currículo escolar. Dada à relevância deste tema, o mesmo será contemplado nas unidades temáticas, objetos do conhecimento e objetivos de aprendizagem do campo de experiência traços, sons, cores e formas.

4.13.4 A Educação Ambiental

Foi instituída com a promulgação da Lei 9.795/99, por meio da Política Nacional de Educação Ambiental, que estabeleceu a obrigatoriedade da Educação Ambiental em todos os níveis do ensino formal da educação. Esse documento é um marco importante da história da Educação Ambiental no Brasil.

Posteriormente, o Decreto 4.281/2002 regularizou essa lei, instituindo que, a Política Nacional de Educação Ambiental deve ser executada pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, pelas instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, pelos órgãos públicos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e deve envolver também entidades não governamentais, entidades de classe, meios de comunicação e demais segmentos da sociedade.

O Conselho Nacional de Educação, por sua vez, por intermédio do Parecer CNE/CP nº 14/2012, que fundamenta a Resolução nº 2/2012, do CNE/CP estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Ainda no campo da Educação Ambiental, o Estado do Paraná aprovou a Lei nº 17.505/2013, que institui a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental, e ressalta que a mesma deve ser promovida de maneira integrada, interdisciplinar e transversal no currículo escolar de modo permanente em todos os níveis e modalidades do ensino.

Frente a essas legislações, as escolas se expressam como espaços privilegiados na oferta de atividades que propiciem uma ação reflexiva acerca da Educação Ambiental. E os trabalhos relacionados a esse tema devem ter como objetivos, a sensibilização e a conscientização para a construção de uma mudança comportamental nos sujeitos, além da sensibilização do professor, que é visto como o principal agente promotor da Educação Ambiental.

É importante salientar que a educação ambiental deve ser trabalhada com o objetivo de promover hábitos sustentáveis, ou seja, não só as questões ligadas diretamente ao ecossistema, mas também à interação desses com as questões econômicas e sociais, sendo

responsabilidade de todos. Para tanto, esse tema será trabalhado de forma integrada no campo de experiência Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

Dada à relevância deste tema, o mesmo será contemplado nas unidades temáticas, objetos do conhecimento e objetivos de aprendizagem do campo de experiência espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

4.13.5 Prevenção ao uso de Drogas

A prevenção ao uso de drogas é um trabalho desafiador, que requer tratamento adequado e cuidadoso, fundamentado em resultados de pesquisas, desprovido de valores e crenças pessoais. Por meio da busca do conhecimento, a comunidade escolar deve ser instigada a conhecer a legislação que reporta direta ou indiretamente a esse desafio educacional contemporâneo, bem como a debater assuntos presentes em nosso cotidiano como: drogadição, vulnerabilidade, preconceito e discriminação ao usuário de drogas, narcotráfico, violência, influência da mídia, entre outros.

Nesse sentido, a Lei Estadual nº 11.273/95 instituiu a obrigatoriedade da realização de palestras sobre drogas tóxicas e entorpecentes em geral, nas atividades das escolas da rede pública estadual do Paraná e, posteriormente, a Lei Estadual nº 12.338/98 autorizou a inclusão no currículo dos níveis de Ensino Fundamental e Médio, conteúdos referentes a informações e estudos sobre a dependência de drogas e seus efeitos físicos, neuro-psicológicos e sociais.

Neste documento, a temática sobre a prevenção ao uso de drogas será abordada no anexo que trata do Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência – PROERD. O programa visa à preparação de crianças e adolescentes para realizarem escolhas responsáveis na autocondução de suas vidas, a partir de um modelo de tomada de decisão.

Por meio de atividades educacionais em sala de aula, ministradas por um policial militar devidamente capacitado, são fornecidas aos estudantes as estratégias adequadas para resistirem à oferta de drogas. As ações são direcionadas para toda a comunidade escolar e aos pais/responsáveis, o Programa também promove a inclusão da família no processo educacional e de prevenção.

Dada à relevância deste tema, o mesmo será contemplado nas unidades temáticas, objetos do conhecimento e objetivos de aprendizagem do campo de experiência espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

4.13.6 Gênero e Diversidade Sexual

A Resolução CNE/CEB nº 07, de 14 de dezembro de 2010, fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos e fundamentada no Parecer CNE/CEB nº 11, de 7, de setembro de 2010, indica a exigência, em seu artigo 16, de que no Ensino Fundamental seja tratado o tema de sexualidade e gênero.

Ainda no âmbito legal, no texto da Resolução nº 02/17 CNE/CP, o artigo 22 destaca que, o CNE elaborará normas específicas sobre computação, orientação sexual e identidade de gênero.

Atendendo as legislações vigentes, o trabalho com as temáticas de gênero e diversidade sexual tem como objetivo a transformação da realidade social de preconceito, discriminação e exclusão existente nas escolas. Nesse sentido, o reconhecimento e a valorização dos sujeitos da diversidade, a promoção da igualdade de gênero e do respeito à diversidade sexual são imprescindíveis para a concretização do direito à educação para todas as pessoas.

Educar com essas perspectivas contribui para a desconstrução e desnaturalização do machismo e da homofobia nas escolas, e afirma o direito às diferentes possibilidades de expressão e vivência da sexualidade, orientações sexuais e identidades de gênero. É importante destacar que essas abordagens devem estar pautadas nos conhecimentos científicos e não em valores e crenças

personais, por isso, os professores podem buscar fundamentação na formação continuada e nos materiais de apoio didático-pedagógico referente aos temas.

Dada à relevância deste tema, o mesmo será contemplado nas unidades temáticas, objetos do conhecimento e objetivos de aprendizagem do campo de experiência: eu, o outro e o nós e corpo, gestos e movimentos.

4.13.7 Combate à violência

Por se tratar de um espaço coletivo, as mais variadas formas de violências manifestam-se na escola. Nesse sentido, propor ações para o seu enfrentamento tornou-se um grande desafio. Cabe à educação, o trabalho pedagógico preventivo e de enfrentamento a todo tipo de violência, objetivando a formação de seus alunos para uma educação em direitos humanos.

Essa preocupação está expressa no âmbito legal, visto que, o artigo 26 da LDBEN nº 9.394/96 foi alterado em sua redação original, por força da Lei nº 13.010/2014, e passou a integrar a inclusão nos temas transversais, de conteúdos relativos à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente. Evidencia-se também a necessidade de preparação dos profissionais da educação para atuar nesta área de prevenção e de intervenção.

Posteriormente, a Lei nº 13.663/2018, alterou o art.12 da LDBEN nº 9.394/96 e incluiu a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura da paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino de modo a combater, especialmente a intimidação sistemática (bullying), no âmbito das escolas.

Dada à relevância deste tema, o mesmo será contemplado nas unidades temáticas, objetos do conhecimento e objetivos de aprendizagem do campo de experiência: eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos.

4.13.8 Educação para o Trânsito

Educar para o trânsito é essencial na sociedade em que estamos inseridos. Dessa forma, a escola necessita acompanhar as mudanças sociais e preparar o aluno para que, além de transitar no espaço público, seja capaz de refletir e analisar as diversas faces de conduta do sujeito, relacionadas ao ato de transitar.

Posto que, a educação é um instrumento primordial para minimizar as estatísticas negativas, em relação à incidência de pessoas lesionadas ou mortas diariamente no trânsito, a abordagem sobre o esse assunto precisa ser amplamente difundida nas escolas.

Analisando as estatísticas, podemos perceber a urgência da adoção de medidas, sobretudo educacionais, visando à mudança dessa realidade. Dessa forma, a inclusão do trânsito como desafio contemporâneo educacional torna-se imprescindível, visto que, é por meio do trabalho permanente nas escolas que haverá a possibilidade de mudanças de atitudes que contribuirão para garantia da segurança das crianças no espaço público.

No âmbito legal, a educação para o trânsito é amparada na Lei nº 9.503/97, que Institui o Código de Trânsito Brasileiro com ênfase nos artigos de 74 a 76 e por compreendermos a escola como um agente de transformação social, com a possibilidade de mobilizar-se para resolver situações que interfiram em seu cotidiano, visando o bem da coletividade.

Dada à relevância deste tema, o mesmo será contemplado nas unidades temáticas, objetos do conhecimento e objetivos de aprendizagem do campo de experiência: espaços, tempos, quantidades, relações e transformações; escuta, fala, pensamento e imaginação.

4.13.9 Inclusão Social

A inclusão social é o ato de acolher todas as pessoas, sem exceção, no sistema de ensino, incluindo as pessoas que historicamente foram excluídas no processo de socialização. Entre essas categorias, podemos citar os negros, os indígenas, as pessoas com deficiências, os homossexuais e as pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Esse tema é constituído como um conhecimento integrante do currículo e será trabalhado forma integrada no campo de experiência: espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

Historicamente, esses grupos sociais ficaram à margem do processo de socialização e não tinham o devido acesso a direitos fundamentais como educação, emprego digno, moradia, saúde e alimentação adequada. Frente a essa realidade, os governos passaram a desenvolver, a partir do século XX, medidas de inclusão das camadas marginalizadas da população na sociedade.

Podemos analisar que sociedades que apresentam altos índices de exclusão social enfrentam também inúmeros outros problemas, como o aumento da criminalidade e dos índices de pobreza.

Dessa forma, a inclusão social é uma medida de controle social, visto que, a mesma atua como meio de integração entre administração pública e sociedade a fim de solucionar conflitos e resolver problemas resultantes da formação da sociedade capitalista.

Outra justificativa para se promover a inclusão social de categorias marginalizadas é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que instituiu uma categoria universal e indistinta de direitos que devem atender a todas as pessoas, independentemente de sua origem, opinião política,

crença religiosa, classe social ou cor.

Em âmbito federal, temos a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que estabeleceu, ao menos juridicamente, a necessidade de se incluir as categorias marginalizadas da sociedade no pleno exercício de seus direitos.

Dada à relevância deste tema, o mesmo será contemplado nas unidades temáticas, objetos do conhecimento e objetivos de aprendizagem do campo de experiência: eu, o outro e o nós; escuta, fala, pensamento e imaginação.

4.13.10 Símbolos

Todos os símbolos nacionais têm um caráter importante para a formação do país, pois refletem a história e a cultura brasileira. O Brasão e a Bandeira são a dimensão visual da nação, enquanto o Hino é a dimensão lírico musical.

Por meio da Lei Federal nº 12.472/2011, foram incluídos os símbolos nacionais como tema transversal nos currículos do Ensino Fundamental. No âmbito estadual, a Lei Estadual nº 13.381/2011 estabeleceu que a Bandeira, o Escudo e o Hino do Paraná deverão ser incluídos nos conteúdos de História do Paraná.

Dada à relevância deste tema, o mesmo será contemplado os saberes e conhecimentos e objetivos de aprendizagem do campo de experiência: espaço, tempo, quantidade, relações e transformações; traços, sons, cores e formas.

4.13.11 Exibição de filmes de produção nacional

A Lei Federal nº 13.006/2014, institui a exibição de filmes de produção nacional nas escolas de Educação Básica, viabilizando o encontro de professores e alunos com um cinema pouco conhecido e muitas vezes estigmatizado. Dessa forma, um dos propósitos desta lei é o de se contrapor a uma situação de exclusão do produto cinematográfico nacional do repertório cultural dos brasileiros.

Nesse contexto, há uma grande potencialidade nos processos de formação escolar, se o tempo para o cinema for encarado como uma temporalidade humanizadora para todos os sujeitos da escola, e não apenas como mais uma exigência burocrática.

A obrigatoriedade da exibição de filmes de produção nacional, como componente curricular obrigatório na Educação Básica, a qual não está definida em termos de etapa, com destaque para duas horas mensais, deve ser uma ação pedagógica devidamente planejada pela equipe responsável, considerando a adequação do material.

4.13.12 Educação Alimentar

Amparado na Lei Federal nº 13.666/18, o tema da educação alimentar e nutricional é visto como um desafio contemporâneo no currículo escolar. Dessa forma, o trabalho com esse tema visa intensificar o trabalho preventivo e articulado à saúde pública quando do trato das restrições alimentares, da promoção de hábitos de alimentação saudável e da preservação da saúde e da vida humana.

Nesse sentido, a escola é entendida como um local social que pode atingir de maneira significativa os sujeitos que nela estão inseridos, por meio de ações e práticas que objetivam o conhecimento, a aprendizagem e a formação de atitudes e valores, voltados à promoção da saúde. Assim, compreende-se a escola como um espaço propício para o desenvolvimento de ações voltadas a educação alimentar e nutricional, que promovam a qualidade de vida.

Destaca-se que, a promoção da saúde deve ser trabalhada desde a infância, perdurando até a fase adulta de forma gradual, visando à formação de hábitos alimentares saudáveis, obtidos por comportamentos autônomos e conscientes.

Esse trabalho deve englobar toda a comunidade escolar, visto que, o contexto escolar não é limitado. Dessa forma, é possível intensificar o processo de conscientização de educação nutricional, refletindo gradativamente no planejamento alimentar das famílias.

Destacamos assim, que o ambiente educacional, pode contribuir para a redução da prevalência da obesidade infantil.

Dada à relevância deste tema, o mesmo será contemplado nas unidades temáticas, objetos do conhecimento e objetivos de aprendizagem do campo de experiência: eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos; escuta, fala, pensamento e imaginação; espaços, tempo, quantidade, relações e transformações.

4.13.13 Segurança e Saúde

A Lei Federal nº 12.645/2012, institui o Dia Nacional de Segurança e Saúde nas Escolas, possibilitando às entidades governamentais, em parceria com as secretarias municipais e estaduais, desenvolver, dentre outras atividades, palestras, concursos de frase ou redação, eleição de cipeiro escolar e visitas em empresas.

O trabalho com esse desafio contemporâneo tem o objetivo de conscientizar a comunidade escolar sobre esse assunto, levando o assunto para ser debatido nas escolas por meio da realização de aulas relacionadas à segurança e saúde. Dessa forma, a realização dessas aulas sobre segurança e saúde nas escolas, visa proporcionar noções básicas sobre riscos existentes em salas de aula e entornos, em casa e no trabalho aos estudantes.

Destaca-se que os debates acerca da temática, serão realizados nas aulas da forma integrada no campo de experiência Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. E deve auxiliar a adoção de uma postura crítica de todos em questões que envolvem prevenção de acidentes e doenças, de modo a permitir o desenvolvimento seguro das crianças.

Dada à relevância deste tema, o mesmo será contemplado nas unidades temáticas, objetos do conhecimento e objetivos de aprendizagem do campo de experiência: eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos; escuta, fala, pensamento e imaginação; espaços, tempo, quantidade, relações e transformações.

4.13.14 Liberdade de Consciência e Crença

A Constituição Federal de 1988 estabelece os princípios da liberdade de consciência e da liberdade de crença como direitos individuais fundamentais (art. 5º, inciso VI). A liberdade de consciência apresenta-se como um conceito mais amplo, que incorpora seja a liberdade religiosa, de professar qualquer crença religiosa, seja a liberdade de ter convicções filosóficas destituídas de caráter religioso.

A liberdade de pensamento possibilita a exteriorização da crença religiosa dos sujeitos, já que antes a pessoa humana era proibida de exteriorizar o seu pensar e mais ainda de divulgar a sua fé. A liberdade de crença iniciou seu caminho no Brasil com a separação da Igreja do Estado, com a Proclamação da República. A separação político-religiosa, conjugada com neutralidade religiosa adotada pelo Estado brasileiro, originou a criação de mecanismos constitucionais capazes de permitir o exercício da liberdade de crença.

Nesse sentido, pela Lei Federal nº 13.796/18, o aluno de escola pública ou privada tem direito de remarcar prova ou ter aula de reposição, sem custo e mediante prévio e motivado requerimento, marcadas para dia em que, segundo os preceitos de sua religião, seja vedado o exercício de tais atividades. Outra prestação alternativa que a instituição pode aplicar ao aluno que se ausentou por motivo religioso é um trabalho escrito ou outra modalidade de atividade de pesquisa, com tema, objetivo e data de entrega definidos pela instituição de ensino.

Dada à relevância deste tema, o mesmo será contemplado nas unidades temáticas, objetos do conhecimento e objetivos de aprendizagem do campo de experiência: eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos; escuta, fala, pensamento e imaginação; espaços, tempo, quantidade, relações e transformações.

4.13.15 Sexualidade

É importante ressaltar que a Educação sexual que vai além de uma abordagem reprodutiva, o ensino deve servir para que os alunos desenvolvam conhecimento, habilidades e valores éticos para fazerem escolhas saudáveis e respeitáveis sobre os relacionamentos, o sexo e a reprodução. A Orientação Técnica Internacional sobre Educação em Sexualidade, da Organização das Nações Unidas para a Educação, Cultura e Esporte (Unesco), de 2018, propõe a “educação sexual compreensiva”, cujo objetivo é nortear o processo de aprender e ensinar sobre os aspectos cognitivos, físicos, emocionais e sociais da sexualidade.

Dessa forma, expressa-se a necessidade de tratar a esse desafio contemporâneo de maneira transversal, considerando que a sexualidade tem um significado muito mais amplo e variado do que simplesmente a reprodução. Nesse trabalho, deve-se levar em consideração o que os estudantes já sabem sobre sistemas reprodutores humanos masculino e feminino e os aspectos psicológicos envolvidos; abordar as emoções envolvidas na sexualidade, como os sentimentos de amor, amizade, confiança, autoestima, desejo e prazer sem julgamentos morais.

Frente ao exposto, a Educação sexual deve ser trabalhada de uma forma ampla, que abrace os aspectos biológicos, mas também sociais e políticos da afetividade e sexualidade humana, visando uma formação que possibilite aos estudantes, agir com responsabilidade, tomar decisões com base em princípios éticos, cuidar emocionalmente de si e dos outros e acolher a diversidade.

4.13.16 Prevenção à gravidez na adolescência

De modo geral, entende-se por gravidez na adolescência aquela ocorrida até os 20 anos incompletos. Esta terminologia obedece a uma classificação oficial da Organização Mundial da Saúde (OMS), em que a adolescência estaria compreendida dos 10 aos 19 anos.

Pode-se afirmar que não há uma padronização muito rígida no uso de categorias como adolescentes e jovens: para a OMS, por exemplo, a faixa entre os 10 e 24 anos abarca a população jovem, que pode ser subdividida, para fins de análise, em dois subgrupos -- 10 a 19 anos, os adolescentes e, 20 a 24 anos, os jovens.

No Estatuto da Criança e do Adolescente, a adolescência é definida como o período de vida que se estende dos 12 aos 18 anos de idade. Já na Política Nacional de Juventude, define-se jovem como qualquer cidadão com idade entre 15 e 29 anos. O Ministério da Saúde, por sua vez, toma como público alvo de suas ações específicas para adolescentes e jovens, aqueles/as compreendidos entre os 10 e 24 anos de idade.

Nesse sentido, durante esse período o adolescente passa por violentas mudanças físicas externas e internas, visto que, a adolescência traz consigo a crise da puberdade que é um fenômeno onde acontecem modificações fisiológicas, morfológicas que afetam o desenvolvimento da personalidade do adolescente. Esse é um período de vida que merece um olhar mais preocupado e com muita atenção, pois, esta passagem entre a infância e a idade adulta pode trazer problemas futuros como, por exemplo, favorecer uma gravidez precoce.

Frente a essa realidade, o trabalho com essa temática será realizado de forma alicerçada com os saberes e conhecimentos referentes ao Campo de Experiências: Espaços, Tempos, Quantidades, Relações e Transformações por meio de atividades lúdicas e diversificadas. O trabalho com essa temática será realizado forma integrada no campo de experiência Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

Dada à relevância deste tema, o mesmo será contemplado nas unidades temáticas, objetos do conhecimento e objetivos de aprendizagem do campo de experiência: eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos; escuta, fala, pensamento e imaginação; espaços, tempo, quantidade, relações e transformações.

4.13.17 Direitos Humanos

Adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 10 de dezembro de 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos é um documento internacional que lista os direitos básicos e comuns a todos os seres humanos, entre eles a vida, a igualdade, a liberdade e o trabalho, além de apresentar os requisitos indispensáveis para a manutenção da dignidade humana.

Nesse contexto, destaca-se a importância da educação em direitos humanos e ao papel da escola no estabelecimento de diretrizes e ações direcionadas à formação cidadã. Esse trabalho é respaldado pela Constituição Federal (1988), pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação,

pelos Parâmetros Curriculares da Educação, pelo Programa Nacional de Direitos Humanos, pelo Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) e pela Lei nº 12.986/14, que transforma o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH.

Segundo o PNEDH, a educação em direitos humanos deve possibilitar ações que embasem uma ação pedagógica conscientizadora, com enfoque no respeito e na valorização da diversidade, atentando aos conceitos de sustentabilidade e de formação da cidadania ativa.

O Parecer CNE/CP nº 8/2012 e a Resolução nº 1, CNE/CP, estabelecem as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. O texto do Parecer explicita os princípios da Educação em Direitos Humanos, e expressa à finalidade de “promover a educação para a mudança e a transformação social”, fundamentada nos princípios da dignidade humana, igualdade de direitos, reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades, laicidade do Estado, democracia na educação, transversalidade, vivência e globalidade, sustentabilidade socioambiental, pautada no desafio de promover processos formativos que auxiliem as pessoas a se reconhecerem como pessoas de direitos, em condições de exercê-los, de promovê-los e de respeitá-los enquanto direito do outro. A normativa, por sua vez, imprime a obrigatoriedade de formação inicial e continuada aos profissionais da educação para a Educação em Direitos Humanos. Nesse sentido, os direitos humanos se constituem como conhecimento integrante da Proposta Pedagógica Curricular e será trabalhado forma integrada no campo de experiência Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

Dada à relevância deste tema, o mesmo será contemplado nas unidades temáticas, objetos do conhecimento e objetivos de aprendizagem do campo de experiência: eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos; escuta, fala, pensamento e imaginação; espaços, tempo, quantidade, relações e transformações.

4.13.18 História do Paraná

As reformas educacionais ocorridas nas últimas décadas no Brasil e a diversidade das necessidades educacionais dos alunos exigem dos educadores novas formas de atuação na prática docente. Podemos perceber que os avanços educacionais evidenciam a necessidade de ir além dos saberes e conhecimentos, buscando novas formas de transmissão e criação dos conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade.

A reconstrução crítica do papel da educação na história faz com que na escola busque-se estudar também a história local e regional e suas influências na formação do aluno. Dessa forma, são necessárias abordagens que mobilizem o aluno a compreender e envolver-se com a sua

cultura e seu papel na História do Paraná, visando enriquecer o seu conhecimento da prática social. Além dessa prerrogativa, no âmbito legal, a Deliberação nº 07 de 10 de novembro de 2006, instituiu a inclusão dos objetos de conhecimento de História do Paraná nos currículos da Educação Básica, evidenciando a importância do tema.

Nesse sentido, compreender a diversidade regional existente no contexto educacional brasileiro é primordial e o estudo da História do Paraná pode abrir possibilidades de aprendizagem acerca do contexto social. Dessa forma, a escola deve oportunizar às crianças os conhecimentos acerca dos acontecimentos que levaram ao desenvolvimento do Estado do Paraná, assim como as informações sobre as batalhas, crises e situações que marcaram a história desse estado, compreendendo a própria realidade.

A questão do Tropeirismo, da imigração, do povoamento e do desenvolvimento de todas as regiões do Estado, é fundamental para que a criança conheça sua própria história e para que se perceba como sujeito ativo no espaço geográfico.

Frente ao exposto, os componentes curriculares e os saberes e conhecimentos e/ou objetos de conhecimentos farão uma inter-relação com a realidade do aluno permitindo conhecer seu espaço geográfico a fim de que o mesmo compreenda o todo para poder transformá-lo, uma vez que esse espaço é histórico e socialmente produzido.

Cabe ao professor utilizar diversos encaminhamentos que fomentem o conhecimento por parte dos alunos acerca da história e do espaço do Paraná. Desta forma, a história do aluno estará presente em inúmeras situações metodológicas e ele compreenderá que a sua cidade, o seu cotidiano, a sua experiência de vida e do seu grupo são elementos constituintes da futura história do seu Estado.

Utilizando o Campo de Experiências: Campos de Experiências: Espaços, Tempos, Quantidades, Relações e Transformações por meio de atividades lúdicas e diversificadas que possibilitem à criança, a compreensão do processo histórico de construção e transformação de seu espaço social.

4.13.19 Língua Estrangeira Moderna – Língua Inglesa

Na instituição não há a oferta de nenhuma língua estrangeira como componente curricular ou até mesmo como atividade interdisciplinar e/ou complementar ao estudo da língua materna. A organização dos componentes curriculares ofertados segue as orientações pedagógicas da Secretária Municipal de Educação do Município. Em nenhum ano desde o início do funcionamento não houve oferta da língua estrangeira moderna.

4.14 Proposta Pedagógica Curricular da Educação Infantil

4.14.1 Apresentação dos Campos de Experiência da Educação Infantil

A legislação educacional atual avançou ao colocar a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, constituindo direito inalienável da criança desde o seu nascimento, fator que imputou ao Estado a responsabilidade e dever de atender, em complementação à ação da família e da sociedade. Dessa forma, todas as crianças adquiriram o direito à assistência e à educação, independente do fato de seus responsáveis participarem ou não do mercado de trabalho. Aquilo que era uma reivindicação sobre os direitos da mulher trabalhadora passou a ser, no âmbito legal, uma conquista de todas as famílias e um direito de todas as crianças nessa faixa-etária, sem, todavia, consolidar-se no âmbito real, inclusive por questões que decorrem do próprio financiamento.

Cabe destacar que é função social dessa etapa da Educação Básica tornar acessível a todas as crianças que as frequentam os elementos culturais construídos pela humanidade, os quais contribuem para o seu desenvolvimento. E, para tanto, referenda-se o defendido por Martins (2012) quando se posiciona sobre as responsabilidades da instituição escolar: “Advogamos o princípio segundo o qual a escola, independentemente da faixa etária que atenda, cumpra a função de transmitir conhecimentos, isto é, de ensinar como locus privilegiado de socialização⁹⁹ para além das esferas cotidianas e dos limites inerentes à cultura do senso comum” (MARTINS, 2012, p. 94).

Ao explicitar a função social da escola, os pressupostos pedagógicos referendam as concepções fundamentais que balizam a organização curricular na e da Educação Infantil. Por isso, é preciso retomar com maior precisão alguns aspectos, dentre eles, as concepções de cuidar e educar que permeiam toda a Educação Básica. O cuidar e o educar são necessários porque se fazem prementes à preservação da vida humana. Assim, um trabalho pedagógico para a Educação Infantil, direcionado às crianças de zero a cinco anos (5 anos, 11 meses e 29 dias) e inserido em um projeto de transformação social, necessita incorporar as contribuições teórico práticas das diversas ciências e áreas de modo que auxiliem os professores a compreenderem a criança no contexto atual.

Para tanto, o objetivo dessa Proposta Pedagógica Curricular da Educação Infantil é promover o desenvolvimento das crianças em suas máximas possibilidades, por meio da apropriação das experiências das gerações anteriores para que sejam sujeitos históricos e sociais.

A Proposta Pedagógica Curricular da Educação Infantil está disposta de acordo com as seguintes idades:

Bebês – 0 a 1 ano;

Crianças Bem Pequenas – 1 ano;

Crianças Bem Pequenas – 2 e 3 anos;

Crianças Pequenas – 4 e 5 anos.

A organização curricular nesta etapa tem como eixo articulador as interações e brincadeiras organizadas em cinco Campos de Experiência, os quais orientam o educador na elaboração de seu Plano de Trabalho Docente, cujos saberes e conhecimentos selecionados são pensados a partir das necessidades abordadas pelas crianças no seu cotidiano. Entretanto, um campo de experiência não se sobrepõe ao outro em termos de relevância, porém, existem especificidades em cada uma das faixas etárias que resultam das experiências/estímulos que cada criança viveu/recebeu/experimentou, as quais precisam ser consideradas e que, por sua vez, implicarão numa maior ênfase no trabalho com um ou outro campo em cada momento. Citamos os seguintes Campos de Experiência:

O eu, o outro e o nós: Refere-se aos saberes e aos conhecimentos de si mesmo (sua identidade e autonomia), ao conhecimento do mundo a sua volta, ao convívio social e ao contato com diversas culturas, solidarizando-se com os outros. Com o objetivo de promover a percepção do eu, do outro e do nós, nos diferentes espaços e grupos, pelos e nos quais a criança transita e/ou encontra-se inserida. É preciso conduzi-la, de forma gradativa e intencional, para que a mesma se aproprie das diferentes formas de convivência e organização em cada um destes grupos e espaços, de modo que tome consciência de qual lugar ela ocupa, enquanto criança, em cada um destes diferentes grupos, espaços e tempos, ampliando seu universo de saberes e conhecimentos.

Corpo, gestos e movimentos: Refere-se aos saberes e aos conhecimentos do próprio corpo, dos seus movimentos e dos seus cuidados, uma vez que o corpo é para a criança um meio de expressão e comunicação que a auxilia na sua relação com o mundo. Esse campo de experiência objetiva realizar experiências corporais, abrindo possibilidades para promover o autoconhecimento, a autoconfiança e a curiosidade, pois, ao sentir o movimento, é possível modificá-lo expressando-se e dialogando com o mundo, por meio das brincadeiras, manipulação de jogos e brinquedos, uso de diferentes materiais e recursos pedagógicos, bem como interações que a criança incorpora a realidade, a percepção dos papéis e os códigos sociais que fazem parte do seu contexto social.

Traços, sons, cores e formas: Refere-se ao saberes, aos conhecimentos e a expressão por meio das diferentes linguagens (visual, musical e cênica) das manifestações artísticas e culturais e de recursos tecnológicos, favorecendo o desenvolvimento do senso estético e crítico, da sensibilidade, da criatividade e da expressão pessoal.

Escuta, fala, pensamento e imaginação: Refere-se ao campo de experiências relacionado aos saberes e aos conhecimentos do uso social da fala e da escrita, possibilitando expressar ideias, desejos e sentimentos por meio da fala, do desenho e das tentativas espontâneas de escritas, de modo a inserir a criança em diferentes experiências e vivências com diferentes suportes de gêneros do discurso. Incentivar os conhecimentos que visam familiarizar a criança com os livros, ensinando-a a diferenciar a ilustração da escrita, bem como a perceber a direção da própria escrita, caracterizando letras e números de outros sinais gráficos utilizados na linguagem escrita. Envolvendo a criança na oralidade (escuta e fala) e, portanto, em processos de interação mediados de forma intencional, visando a construção de saberes essenciais à apropriação da linguagem escrita.

Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações: Refere-se aos saberes e aos conhecimentos da ocupação de espaços, da natureza, da ciência e da matemática, promovendo experiências, observações, exploração e investigação como meio de ampliação de conhecimentos sobre o ambiente físico, social e cultural, e sobre o modo como as pessoas se organizam para ocupar e transformar o espaço, de acordo com as relações que mantêm com a natureza, de modo coletivo e individual, e conforme as relações de poder instituídas na sociedade, expressas por meio da organização no mundo do trabalho.

É possível concluir que a Educação Infantil está alicerçada por uma concepção de homem e de sociedade que carrega em si uma dimensão histórica em tempo e espaço, determinados pela dinamicidade da relação dos homens com o meio natural e social. Nessa perspectiva, é tarefa docente possibilitar o acesso aos elementos culturais historicamente acumulados, por intermédio do ensino, para que as crianças se apropriem das experiências das gerações anteriores, para que sejam sujeitos históricos sociais.

4.14.2 SABERES E CONHECIMENTOS

ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS 0 A 3 ANOS							
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS							
SABERES E CONHECIMENTOS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	SEMESTRE	B-I	B-II	M-I	M-II
(EIO/01EO01) Perceber que suas ações têm efeitos nas outras crianças e nos adultos.							
Família e pessoas do convívio social.	Família	-Perceber-se e se relacionar com outros indivíduos. -Demonstrar sentimento de afeição/vínculo pelas pessoas com as quais interage -Conhecer e reconhecer seus familiares e outras pessoas do convívio social. -Vivenciar situações simples de dar e receber brinquedos, alimentos e outros objetos - Brincar com outras crianças e adultos, imitando ou mostrando suas ações para estabelecer relações	2º	X			
Comunicação oral e corporal com o outro	Comunicação oral e corporal com o outro	-Responder a estímulos, manifestando reações. -Perceber que pode se comunicar por meio de sorriso, choro, balbúcio e gestos. -Interagir com o outro ao receber aconchego nos momentos de choro e conflito.	2º	X			
Valores e atitudes para a vida em sociedade.	Valores e atitudes para a vida em sociedade.	-Envolver-se em situações simples de dar e receber brinquedos, alimentos e demais elementos	2º	X			
(EIO/01EO02) Perceber as possibilidades e os limites de seu corpo nas brincadeiras e interações das quais participa.							
O próprio corpo	Corpo	-Explorar o próprio corpo na perspectiva de conhecê-lo, sentindo os seus movimentos, ouvindo seus barulhos. -Conhecer as partes do corpo: mãos, pés, barriga, cabeça, boca e nariz, olho e orelha. -Participar de experiências em que o(a) professor(a) realiza movimentos com seu corpo.	1º	X			

ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS							
0 A 3 ANOS							
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS							
Corpo: possibilidades e limites.	Movimentos corporais	-Observar pessoas ou objetos que se movem em sua linha de visão e gradativamente ao seu redor. -Participar de brincadeiras propostas pelo adulto. -Esconder e achar objetos e pessoas. -Realizar progressivamente ações de engatinhar, andar, levantar, sentar, carregar e rastejar.	1º	X			
Possibilidades motoras, sensoriais e expressivas.	Percepção sensorial e expressiva	-Explorar objetos de diversos materiais: borracha, madeira, metal, papel e outros, demonstrando curiosidade.	1º	X			
Esquema corporal.	Esquema corporal	-Participar de experiências em que o (a) professor(a) realiza movimentos com o seu corpo como por exemplo, “Serra, serra, serrador”. Realizar progressivamente ações de engatinhar, andar, levantar, sentar, carregar, rastejar e outros.	1º	X			
Motricidade: equilíbrio, destreza e postura corporal.	Postura corporal	-Assistir e participar de apresentações de danças, de vários estilos e ritmos, segundo suas possibilidades.	1º	X			
(EIO/01EO03) Interagir com crianças da mesma faixa etária e adultos ao explorar espaços, materiais, objetos e brinquedos.							
Profissionais e espaços da instituição.	Escola	-Conhecer e relacionar-se com as crianças e profissionais da instituição. -Interagir com os(as) professores(as), funcionários(as) e outras crianças estabelecendo vínculos afetivos. -Interagir com crianças de diferentes turmas, em situações coletivas e pequenos grupos.	2º	X			
Características físicas, propriedades e utilidades dos objetos	Reconhecimento dos espaços	-Explorar materiais diversos, em situações de interação social. -Experienciar coletivamente objetos que estimulam percepção visual, tátil e sonora.	2º	X			
Manifestações culturais	Manifestações culturais	-Participar de eventos culturais e coletivos Explorar materiais diversos, em situações de interação social.	2º	x			

ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS							
0 A 3 ANOS							
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS							
Possibilidades motoras, sensoriais e expressivas	Possibilidades motoras, sensoriais e expressivas	-Experienciar coletivamente objetos que estimulam a percepção visual, tátil e sonora. -Comunicar-se com o outro imitando gestos, palavras curtas, ações e sons.	2º	x			
Cuidados com a organização do ambiente	Cuidados com o ambiente	Vivenciar tarefas como guardar brinquedos.	2º	x			
Recursos tecnológicos e midiáticos.	Recursos tecnológicos e midiáticos	-Explorar objetos de nossa cultura tecnológica: livros, rádio, gravador, máquina de calcular, telefone outros, interagindo com as demais crianças.	2º	x			
Meios de transporte.	Meios de transporte	-Visualizar imagens e escutar os nomes de meios de transportes que fazem parte do seu contexto.	2º	x			
(EI01EO04) Comunicar necessidades, desejos e emoções, utilizando gestos, balbucios, palavras.							
Comunicação verbal, expressão e sentimentos	Diferentes formas de comunicação	-Comunicar-se com seu professor(a) e colegas fazendo uso de diferentes formas de expressão, buscando contato e atenção durante as situações de interação. -Comunicar desejos e necessidades, utilizando, gradativamente, gestos, balbucios e movimentos; -Interagir com adultos e sentir-se confiante nas situações de cuidados pessoais -Reagir com sorrisos ou balbucios em resposta a uma estimulação feita por outro sujeito. -Interagir ao receber cuidados básicos, ouvindo, antecipadamente, as ações a serem realizadas. -Comunicar-se com seu professor(a) e colegas fazendo uso de diferentes formas de expressão, buscando contato e atenção durante as situações de interação.	1º	x			
(EI0/01EO05) Reconhecer seu corpo e expressar suas sensações em momentos de alimentação, higiene, brincadeira e descanso.							
Próprio corpo e o corpo humano.	Corpo humano	-Expressar necessidades, emoções e sentimentos que vivencia. -Interagir com o(a) professor(a) durante as práticas de higiene, explorando o próprio corpo. -Desenvolver, gradativamente, o hábito de repousar (dormir, relaxar) nos horários/momentos destinados a essa finalidade.	1º	x			

**ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS
0 A 3 ANOS**

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS

Hábitos alimentares, de higiene e de descanso.	Hábitos alimentares, de higiene e de descanso.	-Alimentar-se demonstrando aceitação pelos alimentos. -Experimentar diferentes alimentos -Iniciar o uso de copos e colheres, com auxílio do professor. Exercitar o movimento de mastigação a partir dos seis meses, consumindo alimentos amassados (estado pastoso). -Interagir com o(a) professor(a) durante as práticas de higiene, explorando o próprio corpo. -Manifestar desconforto ao necessitar ser trocado, ao estar com fome ou com sono. -Demonstrar satisfação ao participar de rotinas relacionadas à sua alimentação, sono, descanso e higiene.	1º	x			
Cuidados com o corpo.	Cuidados com o corpo.	-Interagir ao receber cuidados básicos ouvindo antecipadamente, as ações realizadas.	1º	x			
Cuidados com a saúde.	Cuidados com a saúde.	-Conhecer e reconhecer o material de uso pessoal.	1º	x			
Expressão corporal.	Expressão corporal.	-Expressar necessidades, emoções e sentimentos que vivencia. -Expressar-se em jogos e brincadeiras corporais.	1º	x			
(EI02EO01) Demonstrar atitudes de cuidado e solidariedade na interação com crianças e adultos.							
Cuidados com a organização do ambiente.	Organização do ambiente	-Demonstrar sentimentos de afeição/vínculo pelas pessoas com as quais interage. -Ajudar o(a) professor(a) em tarefas simples, como guardar brinquedos.	2º		x		

ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS						
0 A 3 ANOS						
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS						
Respeito à individualidade e	Respeito à individualidade e à diversidade	- Conhecer e relacionar-se com outros indivíduos e com profissionais da instituição. - Receber visitas e visitar crianças de outras turmas para vivenciar experiências. - Vivenciar situações de convívio social com crianças de diferentes idades. - Imitar ações de outras crianças e dos (as) professores(as), interagindo. - Demonstrar sentimentos de afeição/vínculo pelas pessoas com as quais interage.	2º	x		
		<u>Objetivos comum 2 e 3 anos</u> - Interagir por meio de diferentes linguagens com professores (as) e crianças, estabelecendo vínculos afetivos. - Perceber as consequências de suas ações com o outro em situações de amizade e conflito. Cooperar nas tarefas de organização do ambiente escolar. - Identificar quando suas ações podem gerar conflitos ou afinidades, com auxílio do(a) professor(a). - Participar de atividades que envolvam cooperação, respeito e solidariedade com o outro. - Vivenciar dinâmica de troca de afeto como, abraçar e fazer carinho para criar vínculos afetivos. - Exercitar a espera de sua vez para brincar com determinado objeto.	2º			x
Valores para a vida em sociedade	Valores	- Perceber as consequências de suas ações com o outro em situações de amizade e conflito. - Vivenciar dinâmicas de troca de afeto percebendo a importância do abraço, fazer um carinho, entre outras.	2º	x		

ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS							
0 A 3 ANOS							
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS							
		<p><u>Objetivos comum 2 e 3 anos</u></p> <p>- Receber visitas e visitar crianças de outras turmas.</p> <p>- Vivenciar experiências que envolvam o seu nome e das pessoas que fazem parte de seu círculo social, para ampliar o repertório social.</p> <p>- Compartilhar brinquedos, objetos e alimentos.</p> <p>- Reconhecer, nomear e cuidar de seus pertences e dos colegas.</p>				x	x
Família	Família	-Reconhecer seus familiares.	2º		x		
		<p><u>Objetivos comum 2 e 3 anos</u></p> <p>Identificar e nomear pessoas da família e de sua convivência.</p>	2º			x	x
Nome próprio e do outro		<p><u>Objetivos comum 2 e 3 anos</u></p> <p>- Vivenciar experiências que envolvam o seu nome e das pessoas que fazem parte de seu círculo social, para ampliar o repertório social.</p>	1º			x	x
Práticas sociais relativas à higiene.		<p><u>Objetivos 2 anos</u></p> <p>- Participar de tarefas de organização do ambiente.</p>	1º			x	
Meu corpo e o do outro.		<p><u>Objetivo 2 anos</u></p> <p>Identificar as partes do corpo, respeitando as individualidades.</p>	1º			x	
Profissionais da instituição		Conhecer e relacionar-se com profissionais e outros indivíduos da instituição	2º				x
(EI02EO02) Demonstrar imagem positiva de si e confiança em sua capacidade para enfrentar dificuldades e desafios.							
Autoconhecimento.	Imagem corporal	<p>-Reconhecer sua imagem corporal no espelho ou através de fotos.</p> <p>-Brincar com seu corpo por meio de gestos e movimentos ou apontar partes do seu corpo e mostrar a correspondência destas em seus colegas.</p>	1º		x		

ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS							
0 A 3 ANOS							
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS							
Próprio corpo e suas possibilidades motoras, sensoriais e expressivas.	Movimentos fundamentais	Realizar progressivamente ações como andar, levantar, sentar, engatinhar, carregar, rastejar, rolar e outros. Perceber as possibilidades de seu corpo frente aos desafios (agachar, rolar, rastejar, engatinhar).	1º		x		
		<u>Objetivos comum 2 e 3 anos</u> -Reconhecer sua imagem corporal no espelho e/ou por meio de fotografias. -Brincar com seu corpo por meio de gestos e movimentos.	1º			x	x
Estratégias para a resolução de situações-problema.	Estratégias para a resolução de situações -problema.	-Resolver situações de dificuldades e desafios (lançar um brinquedo, pegar algo que caiu, alcançar algo) à sua maneira. -Participar de situações diversas interagindo com os pares e professores(as).	1º		x		
		<u>Objetivos comum 2 e 3 anos</u> -Perceber características e possibilidades corporais na conquista de objetivos simples. -Realizar atividades que exijam autonomia como trazer ou levar objetos dentro da sala quando solicitada.	1º			x	x
Comunicação	Comunicação	<u>Objetivos comum 2 e 3 anos</u> Expressar suas emoções e sentimentos de modo que seus hábitos, ritmos e preferências individuais sejam vivenciadas no grupo, com mediação do(a) professor(a).	1º			x	x
Confiança e imagem positiva de si.		<u>Objetivos 2 anos</u> -Explorar progressivamente o próprio corpo na perspectiva de conhecê-lo percebendo suas possibilidades e limites. -Participar de momentos de escolha, manifestando interesse e curiosidades. -Solicitar ajuda quando está em dificuldade e auxiliar o colega quando este necessita. -Conhecer seu nome e suas características	1º			x	
Autonomia.		<u>Objetivos 3 anos</u> Realizar escolhas manifestando interesse e curiosidade.	1º				x

ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS							
0 A 3 ANOS							
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS							
Respeito à individualidade e à diversidade		Objetivos 3 anos Enfrentar desafios em brincadeiras e jogos para desenvolver confiança em si próprio.	1º				x
Valores e hábitos da vida em sociedade.		Objetivos 3 anos -Cuidar de sua apresentação pessoal e de seus pertences.	1º				x
(EI02EO03) Compartilhar os objetos e os espaços com crianças da mesma faixa etária e adultos.							
Patrimônio material e imaterial.	Patrimônio material e imaterial.	-Interagir com colegas para iniciar uma brincadeira ou compartilhar brinquedos em suas atividades de explorações, investigações ou de faz de conta.	2º		x		
Recursos tecnológicos e midiáticos.	Recursos tecnológicos e midiáticos.	-Explorar e compartilhar instrumentos e objetos de nossa cultura: óculos, chapéus, pentes, escovas, telefones, caixas, painéis, instrumentos musicais, livros, rádio, gravadores, etc.	2º		x		
Convívio e interação social.	Convívio social	- Explorar espaços e objetos de uso coletivo. -Vivenciar situações coletivas de brincadeiras com seus pares e professores(as).	2º		x		
		Objetivos comum 2 e 3 anos Compartilhar brinquedos em suas atividades de explorações, investigações ou de faz de conta. -Participar de situações de interações/convivências e brincadeiras agindo de forma solidária e colaborativa. -Buscar colegas para iniciar uma brincadeira. -Participar progressivamente de brincadeiras coletivas compartilhando objetos em diversos espaços. -Manter interações que gradativamente tenham uma maior duração. -Respeitar, gradativamente, as regras dos diferentes espaços da escola.	2º			x	x
Normas de convivência.	Normas de convivência.	Objetivos comum 2 e 3 anos -Manifestar curiosidade e autonomia ao explorar objetos e espaços.	2º			x	x

ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS							
0 A 3 ANOS							
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS							
		<p><u>Objetivos 2 anos</u></p> <p>-Conhecer as regras dos espaços: banheiro, refeitório, sala de aula, conhecendo a função de cada um.</p> <p>-Identificar seus pertences demonstrando cuidados com os mesmos e com os de seus colegas</p>	2º			x	
Atributos físicos e função social dos objetos.	Função social dos objetos	<p>- Brincar com brinquedos e objetos em pequenos grupos considerando suas funções sociais.</p> <p>- Explorar coletivamente em diferentes momentos: fantasias, acessórios como lenços, chapéus, entre outros, brincando de faz de conta.</p>	2º		x		
		<p><u>Objetivos comum 2 e 3 anos</u></p> <p>-Compartilhar instrumentos e objetos de nossa cultura como: óculos, chapéus, pentes, escovas, telefones, caixas, painéis, instrumentos musicais, livros, rádios, gravadores, máquinas de calcular, vestimentas e outros, para conhecimento de suas funções sociais</p>	2º			x	x
Localização do corpo no espaço.	Corpo e o Espaço	<p><u>Objetivos comum 3 anos</u></p> <p>-Manter interações que gradativamente tenham uma maior duração, uma maior intenção de continuidade e uma maior complexidade de relações nas suas brincadeiras e jogos de exploração.</p> <p>-Compartilhar objetos e espaços com crianças e adultos manifestando curiosidade e autonomia</p>	2º				x
Organização do espaço escolar.	Espaço Escolar	<p><u>Objetivos comum 3 anos</u></p> <p>-Participar progressivamente de brincadeiras coletivas assumindo papéis e compartilhando objetos</p>	2º				x
Meios de transporte	Meios de transporte	<p>- Observar e nomear os meios de transportes que fazem parte do seu contexto</p>	2º		x		
		<p><u>Objetivos comum 2 e 3 anos</u></p> <p>-Conhecer, reconhecer e nomear os diferentes meios de transportes e suas características.</p>	2º			x	x
(EI02EO04) Comunicar-se com os colegas e os adultos, buscando compreendê-los e fazendo-se compreender.							

ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS 0 A 3 ANOS							
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS							
Comunicação verbal e não verbal	Comunicação verbal e não verbal	-Relacionar-se com o outro e percebê-lo nas diferentes situações sociais. -Interagir com seus pares, professor(a) e outras pessoas à sua volta. -Expressar necessidades, emoções e sentimentos que vivencia, por meio de diferentes linguagens, sinalizando situações positivas e negativas que experimenta. -Brincar livremente com o outro estabelecendo relações. -Participar de situações de brincadeiras de faz de conta que incentivem a comunicação entre as crianças.	1º		x		
Sensações, emoções, percepções e sentimentos.	Expressão corporal	-Expressar as sensações e percepções que tem de seu entorno por meio do choro, balbucio, gestos, palavras e frases simples. -Participar de situações de brincadeira buscando compartilhar enredos e cenários, usando expressões faciais como forma de expressar suas ideias, sentimentos e emoções por meio da dança, da música ou da arte.	1º		x		
		<u>Objetivos comum 2 e 3 anos</u> -Participar de situações de brincadeira comunicando-se com os colegas e compartilhando brinquedos, com mediação do (a) professor (a). -Usar expressões faciais para apoiar seus relatos de situações vividas ou sua opinião diante dos questionamentos sobre uma história escutada ou brincadeiras.	1º			x	x
Linguagem oral e corporal.	Linguagem oral e corporal	<u>Objetivos comum 2 e 3 anos</u> Expressar suas ideias, sentimentos e emoções por meio da dança, da música ou da arte.	1º			x	x

**ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS
0 A 3 ANOS**

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS

Comunicação verbal e expressão de sentimentos	Comunicação verbal e expressão de sentimentos	<p>Objetivos 2 anos</p> <p>-Expressar sensações, sentimentos, desejos e ideias que vivencia e observa no outro por meio de diferentes linguagens.</p> <p>-Participar de situações que envolvam relatos simples de acontecimentos.</p>	1º			x	
		<p>Objetivos 3 anos</p> <p>-Expressar e nomear sensações, sentimentos, desejos e ideias que vivencia e observa no outro por meio de diferentes linguagens.</p> <p>-Relatar acontecimentos que vivencia, que ouve e que vê.</p> <p>-Demonstrar atitude de escuta e/ou atenção visual para compreender o outro.</p> <p>-Cooperar com os colegas e adultos.</p>	1º				x
Imitação como forma de expressão.	Imitação como forma de expressão.	<p>Objetivos 2 anos</p> <p>Estabelecer relações de cooperação com os colegas por meio de diferentes brincadeiras.</p>	1º			x	
		<p>Objetivos 3 anos</p> <p>-Descrever situações ou fatos vividos utilizando palavras novas e frases cada vez mais complexas.</p> <p>-Estabelecer relações com os colegas por meio da brincadeira, imitação e outras situações</p>	1º				x
Nome próprio e do outro.	Nome próprio e do outro.	<p>Objetivos comum 2 e 3 anos</p> <p>-Reconhecer na oralidade o próprio nome e dos colegas em diferentes situações.</p>	1º			x	x
Vocabulário.	Vocabulário.	<p>Objetivos 3 anos</p> <p>-Descrever situações ou fatos vividos utilizando palavras novas e frases cada vez mais complexas.</p> <p>- Transmitir recados a colegas e profissionais da instituição para desenvolver a oralidade e a organização de ideias.</p>	1º				x
(EI02EO05) Perceber que as pessoas têm características físicas diferentes, respeitando essas diferenças.							
Identificação do próprio corpo e suas características	Corpo e suas características	<p>-Conhecer as partes do corpo: mãos, pés, barriga, boca, nariz, joelho, unha, queixo, orelha, olhos, dentes, língua, cabelos, pernas e braços.</p> <p>-Observar as suas características físicas.</p>	1º			x	

ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS							
0 A 3 ANOS							
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS							
Identificação do corpo do outro e suas características	Corpo do outro e suas características	-Observar o outro e suas características físicas. -Observar características individuais, semelhanças e diferenças entre as pessoas.	1º		x		
Respeito à individualidade e à diversidade.	Respeito à individualidade e à diversidade.	Vivenciar situações diversas de convívio social com crianças de diferentes idades e adultos.	1º		x		
		<u>Objetivos 3 anos</u> -Brincar de faz de conta assumindo diferentes papéis e imitando ações e comportamentos de seus colegas, expandindo suas formas de expressão e representação.	1º				x
Outras pessoas tempos e culturas	Outras pessoas tempos e culturas	Demonstrar afeto e respeito ao outro	1º		x		
		<u>Objetivos 2 anos</u> -Brincar de faz de conta assumindo diferentes papéis e imitando ações e comportamentos de seus colegas, expandindo suas formas de expressão e representação.	1º			x	
Próprio corpo e do outro.	Próprio corpo e do outro.	<u>Objetivos comum 2 e 3 anos</u> -Perceber o próprio corpo e o do outro.	1º			x	x
Afetividade nas convivências sociais.	Afetividade nas convivências sociais.	<u>Objetivos comum 2 e 3 anos</u> -Relacionar-se com outras crianças vivenciando formas diferentes de agir.	1º			x	x
		<u>Objetivos 2 anos</u> -Reconhecer a si mesma e ao outro como seres sociais com características próprias que convivem em grupos.	1º			x	
Características físicas.	Características físicas.	<u>Objetivos 2 anos</u> -Reconhecer a representação do próprio corpo e das demais crianças da turma por meio de registros gráficos e fotografias.	1º			x	

ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS						
0 A 3 ANOS						
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS						
Próprio corpo e do outro: Características físicas (semelhanças e diferenças).	Próprio corpo e do outro: Características físicas (semelhanças e diferenças)	<p>Objetivos 3 anos</p> <p>-Perceber suas características físicas, observando-se no espelho.</p> <p>-Observar e relatar sobre suas características, observando-se em fotografias e imagens.</p> <p>-Reconhecer diferenças e semelhanças das pessoas quanto a: cabelos, pele, olhos, altura, peso e outros</p>	1º			x
Esquema corporal.	Esquema corporal.	<p>Objetivos 3 anos</p> <p>-Identificar progressivamente suas características físicas, reconhecendo diferenças e semelhanças entre pares.</p> <p>Reconhecer e representar o próprio corpo e dos demais por meio de registros gráficos e da nomeação das partes</p>	1º			x
(EI02EO06) Respeitar regras básicas de convívio social nas interações e brincadeiras.						
Normas de convívio social.	Regras de convívio social	<p>- Adaptar-se à rotina conhecendo seus pares e o espaço de convivência.</p> <p>- Vivenciar normas e combinados de convívio social em momentos de alimentação, cuidado com a saúde e brincadeiras.</p>	2º		x	
		<p>Objetivos comum 2 e 3 anos</p> <p>-Participar de brincadeiras que estimulem a relação entre o(a) professor(a)/criança e criança/criança.</p> <p>-Seguir, de forma gradativa, regras de convívio em momentos de alimentação, cuidado com a saúde e brincadeiras.</p> <p>-Conhecer ritos, festas ou celebrações típicas de diversas culturas.</p>	2º		x	x
		<p>Objetivos 2 anos</p> <p>-Participar da construção de normas e combinados de convívio social, de organização e de utilização dos espaços da instituição.</p>	2º		x	

ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS							
0 A 3 ANOS							
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS							
		<p><u>Objetivos 3 anos</u></p> <p>-Construir, vivenciar e respeitar normas e combinados de convívio social em brincadeiras e jogos e na organização e utilização de espaços da instituição.</p> <p>-Exercitar a capacidade de conviver em grupo.</p> <p>Realizar a escuta do outro.</p> <p>-Exercitar desculpar-se quando sua atitude desrespeitar o outro, percebendo que suas atitudes geram consequências ao outro.</p> <p>-Cooperar, compartilhar, dar e receber auxílio quando necessário.</p>	2º				x
Manifestações culturais	Manifestações culturais	<p>- Participar de situações coletivas que exijam compartilhar brinquedos, objetos e espaços.</p> <p>- Conhecer e participar dos ritos, festas ou celebrações típicas de sua cultura.</p>	2º		x		
Regras de jogos e brincadeiras	Regras de jogos e brincadeiras	<p><u>Objetivos comum 2 e 3 anos</u></p> <p>Participar de brincadeiras que estimulem a relação entre o(a) professor(a)/criança e criança/criança.</p> <p>-Começar a seguir, de forma gradativa, regras simples de convívio em momentos de alimentação, cuidado com a saúde e brincadeiras.</p>	2º			x	x
		<p><u>Objetivos 3 anos</u></p> <p>-Participar de diferentes manifestações culturais de seu grupo, como festas de aniversários, ritos ou outras festas tradicionais, respeitando e valorizando ações e comportamentos típicos.</p> <p>-Participar de eventos tradicionais de seu território</p>	2º				x
(EIO2E007) Resolver conflitos nas interações e brincadeiras, com a orientação de um adulto							
Reconhecimento	Reconhecimento	- Participar de interações e brincadeiras coletivas.	2º				

**ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS
0 A 3 ANOS**

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS

E respeito às diferenças	E respeito às diferenças	<p><u>Objetivos comum 2 e 3 anos</u></p> <p>-Resolver os conflitos relacionais com ajuda do(a) professor(a) em situações de brincadeira.</p> <p>-Reconhecer o(a) professor(a) como apoio para ajudar a resolver conflitos nas brincadeiras e interações com outras crianças.</p>	2º			x	x
		<p><u>Objetivos 2 anos</u></p> <p>-Habituar-se à escuta do outro, respeitando suas escolhas e desejos, com mediação do(a) professor(a).</p>	2º			x	
		<p><u>Objetivos 3 anos</u></p> <p>-Exercitar o controle de suas emoções em situações de conflitos.</p> <p>-Realizar a escuta do outro.</p> <p>-Cooperar, compartilhar, dar e receber auxílio quando necessário.</p>	2º				x
Brincadeiras de cooperação, solidariedade e respeito.	Brincadeiras de cooperação	<p>- Vivenciar situações de compartilhamento de objetos com a mediação do(a) professor(a).</p> <p>- Interagir com as crianças e professor(a) percebendo situações de conflitos e suas soluções.</p>	2º				
Procedimentos dialógicos para a resolução de conflitos.	Diálogos para resolução de conflitos	<p>- Reconhecer o professor(a) como apoio para ajudar a resolver conflitos nas brincadeiras e interações com outras crianças.</p>	2º				
		<p><u>Objetivos comum 2 e 3 anos</u></p> <p>-Aceitar ajuda e conseguir acalmar-se com o apoio do(a) professor(a) ao vivenciar um conflito relacional.</p>	2º			x	x
		<p><u>Objetivos 2 anos</u></p> <p>-Desenvolver ações, gradativamente, para resolver conflitos.</p> <p>-Expressar suas emoções em situações de conflitos.</p> <p>-Perceber o diálogo como recurso para resolver conflitos.</p>	2º			x	

ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS 0 A 3 ANOS							
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS							
		<p>Objetivos 3 anos</p> <p>-Usar o diálogo para resolver conflitos, reconhecendo as diferentes opiniões e aprendendo a respeitá-las.</p> <p>-Exercitar o desculpar-se quando sua atitude desrespeitar o outro, percebendo que suas atitudes geram consequências ao outro.</p>	2º				x
(EI02/03E008) Adaptar-se ao ambiente escolar, socializando-se com novos pares.							
Adaptação e socialização.	Adaptação e socialização.	<p>Objetivos comum 2 e 3 anos</p> <p>-Vivenciar experiências variadas de socialização e adaptação com colegas e professores no ambiente escolar, percebendo as rotinas diárias propostas.</p>	1º			x	x
Rotinas.	Rotinas.	<p>Objetivos comum 2 e 3 anos</p> <p>-Compartilhar materiais de uso coletivo com colegas, aprendendo a cuidá-los e a guardá-los. Reconhecer e interagir com seus colegas, profissionais e professores da instituição.</p>	1º			x	x
Reconhecimento dos espaços do ambiente escolar.	Ambiente escolar.	<p>Objetivos comum 2 e 3 anos</p> <p>-Familiarizar-se com os diferentes espaços que compõem o ambiente escolar.</p> <p>-Perceber que o ambiente escolar é formado por diferentes turmas, reconhecendo sua própria turma.</p>	1º			x	x
EI02/03E009) Conhecer diferentes grupos familiares, seus costumes, fatos importantes sobre seu nascimento e desenvolvimento, a história dos seus familiares e de sua comunidade (tempo histórico, história, pertencimento).							
Diferentes pessoas, espaços, tempos e culturas.	Diversidade Cultural	<p>Objetivos comum 2 e 3 anos</p> <p>-Reconhecer pessoas que fazem parte de sua convivência diária.</p>	1º			x	x
		<p>Objetivos 3 anos</p> <p>-Identificar aspectos importantes de sua vida.</p> <p>-Conhecer a vida de outras crianças, identificando costumes, hábitos e tradições.</p> <p>-Conhecer a importância da sua moradia para a sua família.</p>	1º			x	
Grupo familiar.	Grupo familiar.	<p>Objetivos comum 2 e 3 anos</p> <p>Identificar os membros que compõe sua família.</p>	1º			x	x

ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS 0 A 3 ANOS							
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS							
		Objetivos 3 anos -Conhecer as diferentes constituições familiares. -Conhecer o cotidiano familiar.	1º				x

ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS 0 A 3 ANOS							
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS							
SABERES E CONHECIMENTOS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	SEMESTRE	B-I	B-II	M-I	M-II
(EIO/01CG01) Movimentar as partes do corpo para exprimir corporalmente emoções, necessidades e desejos.							
Comunicação corporal.	Expressões corporais	- Expressar reações corporais de inquietação e satisfação por meio do choro, do sorriso e do balbucio. - Ouvir o nome dos sentimentos que expressa. - Virar-se para visualizar ou alcançar objetos que lhe chamam a atenção. - Observar-se no espelho, explorando movimentos. - Reconhecer a sua imagem ao visualizar fotos. -Reagir positivamente frente a estímulos sensoriais.	1º	X			
Estado de tensão, movimento, relaxamento corporal.	Percepção espacial	- Movimentar o corpo para alcançar objetos que estão próximos ou distantes. - Participar de situações coletivas de canto e dança, manifestando-se corporalmente. - Virar-se para visualizar ou alcançar objetos que lhe chamam a atenção.	1º	X			
(EIO1CG03) Imitar gestos e movimentos de outras crianças, adultos e animais.							
Imitação como forma de expressão.	Imitação	- Produzir movimentos e gestos com intencionalidade de imitar.	2º	X			

**ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS
0 A 3 ANOS**

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS

SABERES E CONHECIMENTOS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	SEMESTRE	B-I	B-II	M-I	M-II
		<ul style="list-style-type: none"> - Explorar possibilidades corporais como: engatinhar, andar, rolar, arrastar-se, dentre outras. - Perceber características de diferentes pessoas e animais. 					
(EI01CG02) Experimentar as possibilidades corporais nas brincadeiras e interações em ambientes acolhedores e desafiantes.							
Possibilidades corporais.	Movimentos fundamentais	<ul style="list-style-type: none"> - Explorar os espaços da instituição utilizando habilidades corporais como sentar, subir, descer, engatinhar, ficar em pé, rolar, deitar dentre outras possibilidades. - Brincar com o próprio corpo agindo progressivamente com autonomia para ficar em pé, andar com crescente destreza, subir pequenos degraus e depois descer. 	1º	x			
Orientação Espacial	Percepção direcional	<ul style="list-style-type: none"> - Transferir objetos de uma mão para outra. - Lançar objetos acompanhando seu trajeto. - Percorrer circuito simples, organizados com materiais diversos de acordo com suas habilidades motoras. 	1º	x			
Estado de tensão, movimentação e relaxamento corporal	Coordenação oculo-manual	<ul style="list-style-type: none"> - Pegar objetos que estão próximos. - Agarrar objetos e explorá-los. - Bater palmas e realizar outros movimentos coordenados com as mãos. 	1º	x			
Movimento	Orientação Espacial	<ul style="list-style-type: none"> - Movimentar-se para alcançar objetos distantes - Colocar objetos em um recipiente e tirá-los. 	1º	x			
(EI01CG04) Participar do cuidado do seu corpo e da promoção do seu bem-estar.							

Cuidados com o corpo	Cuidados com o próprio corpo	<ul style="list-style-type: none"> - Participar dos cuidados do seu corpo enquanto trocada ou higienizada. - Reconhecer o(a) professor(a) como auxiliador de suas ações. - Demonstrar através de gestos e expressões quando está suja ou com fome. - Perceber a importância dos cuidados com o corpo. 	1º	X			146
Práticas Sociais relativas a saúde, higiene e alimentação.	Higiene e alimentação	<ul style="list-style-type: none"> - Alimentar-se demonstrando curiosidade pelos alimentos. - Buscar objetos de conforto para si ou para seus colegas. - Reconhecer os locais de higiene e alimentação, bem como onde estão seus pertences. 	1º	x			
(EI01CG05) Utilizar os movimentos de preensão, encaixe e lançamento, ampliando suas possibilidades de manuseio de diferentes materiais e objetos							
Preensão, encaixe e lançamento.	Coordenação motora fina	<ul style="list-style-type: none"> - Agarrar e segurar materiais estruturados e não estruturados de diferentes tamanhos, explorando-os. - Participar de atividades que envolvam encaixe/dencaixe de peças, apreensão e distribuição das peças em recipientes, dentre outras possibilidades. 	2º	x			
Os objetos e suas características.	Percepção tátil	<ul style="list-style-type: none"> Explorar diferentes materiais e suas características físicas. - Participar de atividades que desenvolvam o lançamento de bolas, almofadas e outros materiais. - Explorar objetos diversos de borracha, de madeira, de metal, de papel etc., apertando, mordendo, tocando, balançando, produzindo sons, arremessando, empurrando, puxando, rolando, encaixando, rosqueando, etc. 	2º	x			
(EI01CG01) Apropriar-se de gestos e movimentos de sua cultura no cuidado de si e nos jogos e brincadeiras.							
Manifestações culturais.		<ul style="list-style-type: none"> - Participar de brincadeiras envolvendo cantigas, rimas, lendas, parlendas ou outras situações que envolvam movimentos corporais. - Expressar sentimentos referentes a confortos e desconfortos por meio de gestos e movimentos em jogos, brincadeiras e interações. - Participar de situações de brincadeira buscando compartilhar enredos e cenários, usando expressões faciais como forma de expressar suas ideias, sentimentos e emoções por meio da dança, da música ou da arte. 	1º		x		
		Objetivos comum: 2 a 3 anos	1º			x	x

	Brincadeiras de roda	<p>- Conhecer os objetos, materiais, expressões culturais corporais, danças, músicas e brincadeiras típicas de sua região e de sua cultura e de outras.</p> <p>- Identificar, por meio de expressões e da linguagem, alguns sons presentes em seu cotidiano.</p> <p>Objetivos 2 anos:</p> <p>- Perceber o desconforto do colega e oferecer-lhe acolhimento.</p> <p>Objetivos 3 anos:</p> <p>- Vivenciar, explorar e valorizar a escuta de diferentes estilos de música, dança e outras expressões da cultura corporal.</p> <p>- Imitar movimentos estabelecendo relações entre as situações vividas e o enredo, cenários e personagens.</p>					
			1º			x	
			1º				x
Órgãos dos sentidos e sensações.	Sensações (5 sentidos) e percepções	<p>- Explorar objetos diversos de: borracha, madeira, metal, papel e outros para apertar, morder, tocar, balançar, produzir sons, arremessar, empurrar, puxar, rolar, encaixar, rosquear e outros.</p> <p>- Reconhecer sensações provocadas em situações de jogos e brincadeiras com auxílio do professor.</p> <p>- Identificar diversos objetos por meio da visão.</p> <p>- Identificar sons presentes no cotidiano.</p> <p>- Reconhecer texturas e formas por meio da exploração.</p> <p>- Reconhecer diferentes temperaturas por meio da experimentação (fria, gelada, quente e morna).</p> <p>- Experimentar diferentes sabores desenvolvendo o paladar: doce, salgado, azedo e amargo.</p> <p>- Experimentar os alimentos de diferentes consistências: sólidos, pastosos e líquidos.</p> <p>- Ter contato com diferentes objetos e materiais, explorando as temperaturas (quente, frio e morno).</p> <p>- Sentir diferentes odores.</p> <p>- Ter contato com diferentes objetos e materiais, explorando as diferentes texturas (áspero, liso, macio, duro, mole, dentre outros).</p> <p>Objetivos comum: 2 a 3 anos</p> <p>- Reconhecer diferentes temperaturas, por meio da</p>	1º		x		
			1º			x	x

		<p>experimentação.</p> <p>-Explorar seu corpo e o corpo do outro, por meio do toque.</p> <p>-Perceber diferentes sabores por meio da experimentação de diversos tipos de alimentos, com diferentes texturas.</p> <p>Reconhecer alimentos com diferentes sabores.</p> <p>Desenvolver a percepção olfativa, sentindo diferentes odores.</p>					
		<p>Objetivos 2 anos:</p> <p>-Explorar o próprio corpo na perspectiva de conhecê-lo, sentindo os seus movimentos, ouvindo seus barulhos, conhecendo suas funções.</p>	1º			x	
Coordenação motora ampla: equilíbrio, destreza e postura corporal.	Coordenação motora ampla.	<p>- Brincar nos espaços externos e internos, com obstáculos que permitem empurrar, rodopiar, balançar, escorregar, equilibrar-se, arrastar, engatinhar, levantar, subir, descer, passar por dentro, por baixo, saltar, rolar, virar cambalhotas, perseguir, procurar, pegar etc., vivenciando limites e possibilidades corporais.</p> <p>- Manipular objetos, visando ao desenvolvimento da coordenação motora.</p> <p>- Vivenciar variados movimentos que fortaleçam o tônus muscular.</p>	1º		x		
		<p>Objetivos comum: 2 a 3 anos</p> <p>-Acompanhar ritmos de diferentes músicas com movimentos corporais.</p> <p>-Manipular objetos, visando ao desenvolvimento da coordenação óculo-manual.</p>	1º			x	x
		<p>2 Anos:</p> <p>-Participar de atividades que desenvolvam o chutar, pegar, manusear, mover e transportar objetos com diferentes características.</p>	1º			x	
Orientação espacial.	Orientação espacial	<p>Compreender e realizar comandos em momentos de brincadeira e do dia a dia: levantar, sentar, abaixar, subir, descer, dançar, comer, beber, etc.</p>	1º		x		
		<p>Objetivos comum: 2 a 3 anos</p> <p>-Executar movimentos e gestos a partir de estímulos visuais e auditivos.</p>	1º			x	x
		<p>Objetivo 3 anos:</p> <p>-Brincar nos espaços externos e internos com</p>	1º				x

		obstáculos que permitem empurrar, rodopiar, balançar, escorregar, equilibrar-se, arrastar, engatinhar, levantar, subir, descer, passar por dentro de, por baixo de, saltar, rolar, procurar, pegar etc., vivenciando limites e possibilidades corporais.					
Resolução de situações-problema.	Resolução de situações-problema.	- Movimentar as partes do corpo para expressar emoções, necessidades e desejos. - Participar de situações de brincadeiras que incentivem a comunicação.	1º		x		
Imagem Corporal	Imagem Corporal	- Explorar progressivamente o próprio corpo na perspectiva de conhecê-lo, sentindo os seus movimentos, ouvindo seus barulhos, conhecendo suas funções e formas de funcionamento. - Explorar a expressão corporal diante do espelho, utilizando as diferentes formas de linguagens. - Manusear objetos de diferentes formas e características, explorando suas propriedades, com auxílio do (a) professor(a).	1º		x		
O Próprio Corpo	O Próprio Corpo	- Associar o nome dos sentimentos às suas expressões	1º		x		
Estratégias para a resolução de situações-problema.	Percepção Corporal	- Associar o nome dos sentimentos às suas expressões - Vivenciar brincadeiras de esquema corporal. - Imitar gestos e movimentos de outras crianças, professores(as) e animais.	1º		x		
Seu corpo, suas possibilidades motoras, sensoriais e expressivas. O próprio corpo.	Familia	<u>Objetivos 2 anos:</u> - Observar e imitar gestos e movimentos típicos dos profissionais da escola e de sua comunidade próxima	1º			x	
		<u>Objetivos 3 anos:</u> - Conhecer práticas de cuidado e a atenção no uso dos diferentes espaços da escola.	1º				x
Esquema corporal.	Esquema corporal.	<u>Objetivos 2 anos:</u> - Conhecer e apontar partes do seu corpo e mostrar a correspondência destas em seus colegas. (cabeça, dente, olho, boca, cabelo, unha, dedo, nariz, mão, pé, pescoço, umbigo, joelho, dentre outros). - Vivenciar brincadeiras de esquema corporal, de exploração e expressão diante do espelho, utilizando as diferentes formas de linguagens e percebendo suas características.	1º			x	

		<u>Objetivos 3 anos:</u> -Identificar partes do seu corpo e mostrar a correspondência destas em seus colegas. (cabeça, dente, olho, boca, cabelo, unha, dedo, nariz, mão, pé, pescoço, umbigo, joelho, ombro, punho, cotovelo, calcanhar, perna, tornozelo, coxa, costa, nuca, testa, dentre outros).	1º				x
Materiais de higiene, procedimentos e cuidados consigo mesmo	Higiene	<u>Objetivos 2 anos:</u> -Expressar, por meio do corpo, de seus gestos e movimentos, confortos e desconfortos.	1º			x	
		<u>Objetivos 3 anos:</u> -Apropriar-se de movimentos para o cuidado de si: pentear-se, lavar as mãos, usar talheres e outros utensílios percebendo suas funções sociais.	1º			x	
EI02CG02) Deslocar seu corpo no espaço, orientando-se por noções como em frente, atrás, no alto, embaixo, dentro, fora etc., ao se envolver em brincadeiras e atividades de diferentes naturezas.							
O corpo e o espaço.	Postura Corporal	-Realizar movimentos variados como: levantar o corpo ao estar deitado no chão, sentar com ou sem autonomia, engatinhar ou se arrastar pelo espaço, brincar com o próprio corpo, envolver-se em brincadeiras de cobrir e descobrir o rosto ou alguma outra parte do corpo, ficar em pé com ou sem autonomia, andar cada vez com mais destreza, subir pequenos degraus e depois descer e outros. - Participar de experiências executando ações que envolvam noções de espaço: colocar as bolinhas dentro da caixa, guardar a boneca na frente do carrinho, sentar ao lado do colega, dentre outras possibilidades.	2º		x		
		<u>Objetivos comum 2 e 3 anos:</u> -Explorar o espaço ao seu redor fazendo movimentos como saltar, correr, se arrastar e outros. -Reconhecer o local onde se encontram seus pertences pessoais. - Observar e imitar seus colegas nas diferentes formas de exploração do espaço escolar e extraescolar.	2º			x	x
		<u>Objetivos 2 anos:</u> -Explorar o espaço ambiente da escola considerando a localização de seus elementos no espaço: na frente	2º			x	

		de, atrás de, separado e junto, entre, em cima de e embaixo de, dentro de, fora de e etc.					
		Objetivos 3 anos: -Participar de situações identificando a localização de objetos: à frente de, atrás de, no alto, embaixo de, dentro de, fora etc	2º				x
Jogos expressivos de linguagem corporal.	Linguagem Corporal	-Realizar movimentos variados como: levantar o corpo ao estar deitado no chão, sentar com ou sem autonomia, engatinhar ou se arrastar pelo espaço, brincar com o próprio corpo, envolver-se em brincadeiras de cobrir e descobrir o rosto ou alguma outra parte do corpo, ficar em pé com ou sem autonomia, andar cada vez com mais destreza, subir pequenos degraus e depois descer e outros. - Empurrar e puxar brinquedos enquanto anda ou engatinha.	2º		x		
Noções espaciais: dentro, fora, perto, longe, embaixo, em cima, de um lado, do outro, frente, atrás etc	Percepção direcional: direcionalidade; para cima/para baixo,dentro/fora,frente /atrás	- Explorar o ambiente da escola considerando a localização de seus elementos no espaço: dentro, fora, perto, longe, em cima, ao lado, frente, atrás, no alto, embaixo e outros.	2º		x		
		Objetivos comum 2 e 3 anos: -Experimentar novas explorações a partir de diferentes perspectivas, olhando pela janela, em cima da mesa ou do escorregador do parque etc. -Participar de situações que envolvam a execução de comandos: dentro de, fora, perto de, longe, em cima de, no alto, embaixo de, ao lado de, a frente de, atrás de, no alto.	2º			x	x
		Objetivos 2 anos: -Participar de situações em que o(a) professor(a) demonstra a localização de objetos: na frente de, atrás de, no alto, embaixo de, dentro de, fora etc.	2º			x	
		Objetivos 3 anos: -Chutar, pegar, mover e transportar objetos orientando-se por noções espaciais	2º				x
Orientação espacial		- Participar de experiências executando ações que envolvam noções de espaço: colocar as bolinhas dentro da caixa, guardar a boneca na frente do carrinho, sentar ao lado do colega, dentre outras possibilidades.	2º		x		

	Orientação espacial	<u>Objetivos comum 2 e 3 anos</u> -Explorar o espaço ao seu redor fazendo movimentos como saltar, correr, se arrastar e outros. -Percorrer trajetos inventados espontaneamente ou propostos: circuitos desenhados no chão, feitos com corda, elásticos, tecidos, mobília e outros limitadores e obstáculos para subir, descer de, passar por baixo de, por cima de, por dentro de, por fora de, na frente de, atrás de, contornar e outros	2º			x	x
Motricidade.	Motricidade.	<u>Objetivos 2 anos:</u> -Explorar o espaço ao seu redor fazendo movimentos como saltar, correr, se arrastar e outros	2º			x	
Jogos expressivos de linguagem corporal.	Linguagem corporal	<u>Objetivos 2 anos:</u> -Experimentar novas explorações a partir de diferentes perspectivas, olhando pela janela, em cima da mesa ou do escorregador do parque etc	2º			x	
Ambiente escolar	Ambiente escolar	<u>Objetivos 2 anos:</u> -Observar e imitar seus colegas nas diferentes formas de exploração do espaço escolar e extraescolar	2º			x	
(EI02CG03) Explorar formas de deslocamento no espaço (pular, saltar, dançar), combinando movimentos e seguindo orientações.							
Corpo e seus movimento.	Movimentos Corporais	-Explorar o espaço ao seu redor fazendo movimentos como correr, lançar, galopar, pendurar-se, pular, saltar, rolar, arremessar, engatinhar, dançar, esconder e achar objetos de forma independente ou de acordo com comandos dados em brincadeiras e jogos. -Participar de situações de deslocamento e movimento do corpo fora e dentro da sala. -Percorrer circuitos feitos com cordas, elásticos, fitas adesivas, cubos, túneis, pneus e outros obstáculos para subir, descer, passar por baixo, por cima, dar voltas.	2º		x		
		<u>Objetivos comum 2 e 3 anos</u> -Explorar o espaço ao seu redor fazendo movimentos como: correr, lançar, galopar, pendurar-se, pular, saltar, rolar, arremessar, engatinhar e dançar livremente ou de acordo com comandos dados, em brincadeiras e jogos. -Explorar espaços maiores, com mais desafios, variando os movimentos e mostrando maior domínio	2º			x	x

		sobre eles. -Deslocar-se de diferentes modos: andando de frente, de costas, correndo, agachando, rolando, saltando etc. -Descobrir diferentes possibilidades de exploração de um mesmo espaço e compartilhar com os colegas.					
Esquema corporal	Esquema corporal	Objetivos 2 anos: -Participar de situações de deslocamento e movimento do corpo fora e dentro da sala.	2º			x	
		-Dançar, executando movimentos variados. -Vivenciar jogos de imitação, durante brincadeiras, contação de histórias e outras possibilidades. -Realizar atividades corporais e vencer desafios motores.	2º		x	x	x
		Objetivos 2 anos -Deslocar-se em ambientes livres ou passando por obstáculos que permitam pular, engatinhar, correr, levantar, subir, descer, dentre outras possibilidades.	2º			x	
Dança	Dança	Objetivos comum 2 e 3 anos -Dançar, executando movimentos variados.	2º			x	x
		Objetivos 3 anos -Deslocar-se de acordo com ritmos musicais: rápido ou lento	2º				x
Imitação como forma de expressão	Imitação	Objetivos 3 anos -Vivenciar jogos de imitação e mímica. - Vivenciar brincadeiras e jogos corporais como, roda, amarelinha e outros.	2º				x
(EI02CG04) Demonstrar progressiva independência no cuidado do seu corpo.							
Práticas sociais relativas à higiene.	Higiene	-Identificar os cuidados básicos ouvindo, antecipadamente, as ações a serem realizadas. - Participar de momentos como: limpar-se, lavar as mãos, vestir-se e alimentar-se solicitando ajuda. -Sentar-se no assento sanitário por alguns minutos.	1º		x		
		Objetivos comum 2 e 3 anos - Cuidar progressivamente do próprio corpo, executando ações simples relacionadas a saúde e a higiene.	1º			x	x
		Objetivos 2 anos - Participar de momentos de cuidados de si como: limpar-se, lavar as mãos, vestir-se e alimentar-se, solicitando ajuda.	1º			x	

		- Participar de práticas de higiene com crescente autonomia. - Demonstrar, progressivamente, com gestos ou palavras as necessidades fisiológicas, solicitando auxílio do(a) professor(a).					
		Objetivos 3 anos - Participar dos cuidados básicos ouvindo as ações a serem realizadas.	1º				x
Autocuidado.	Autocuidado	-Observar sua imagem no espelho, acompanhando os cuidados de higiene (rosto limpo, cabelo penteado). -Identificar os cuidados básicos ouvindo, antecipadamente, as ações a serem realizadas. -Conhecer alguns objetos, situações e atitudes que podem ser perigosas para si.	1º		x		
Materiais de uso pessoal	Materiais de uso pessoal	- Conhecer o material de uso pessoal.	1º		x		
		Objetivos 2 anos - Usar utensílios apropriados nos momentos de alimentação e higienização. - Utilizar progressivamente o assento sanitário. - Conhecer o material de uso pessoal.	1º			x	
		Objetivos 3 anos - Conhecer e utilizar o material de uso pessoal.	1º				x
Hábitos alimentares, de higiene e descanso.	Alimentação e Higiene	-Experimentar diferentes alimentos. -Utilizar utensílios nos momentos de alimentação e higienização. -Alimentar-se à mesa nas diversas refeições, iniciando o controle da postura adequada para esse ambiente.	1º		x		
		Objetivos comum 2 e 3 anos -Vivenciar práticas que desenvolvam bons hábitos alimentares: consumo de frutas, legumes, saladas e outros.	1º			x	x
		Objetivos 3 anos - Alimentar-se com crescente autonomia, manuseando os alimentos.	1º				x
Cuidados com a saúde.		- Participar de momentos como: limpar-se, lavar as mãos, vestir-se e alimentar-se solicitando ajuda.	1º		x		

	Cuidados com a saúde.	<p>Objetivos 2 anos</p> <p>- Identificar os cuidados básicos ouvindo as ações a serem realizadas.</p>	1º			x	
		<p>Objetivos 3 anos</p> <p>- Participar de momentos como: limpar-se, lavar as mãos, vestir-se com independência.</p> <p>- Perceber e oralizar as necessidades do próprio corpo: fome, frio, calor, sono, sede e outras necessidades fisiológicas.</p>	1º				x
(EI02CG05) Desenvolver progressivamente as habilidades manuais, adquirindo controle para desenhar, pintar, rasgar, folhear, entre outros.							
Elementos do meio natural e cultural.	Elementos do meio natural e cultural.	<p>-Manusear elementos do meio natural e objetos produzidos pelo homem.</p> <p>-Conhecer e explorar instrumentos gráficos, seus usos ou funções;</p> <p>-Conhecer brinquedos, livros ou jogos de sua cultura local.</p>	2º		x		
		<p>Objetivos comum 2 e 3 anos</p> <p>- Conhecer e explorar novos objetos, seus usos ou funções.</p>	2º			x	x
		<p>Objetivos 2 anos</p> <p>- Conhecer brinquedos ou jogos de sua cultura local.</p>	2º			x	
Suportes, materiais e instrumentos para desenhar, pintar, folhear	Registros de ideias e significados.	<p>- Manipular diferentes riscadores, tintas, giz, massas de modelar, argila.</p> <p>- Pintar, desenhar, rabiscar, folhear com diferentes recursos e em diferentes suportes.</p> <p>- Coordenar progressivamente o movimento das mãos para segurar o giz de cera, lápis e outros instrumentos para fazer suas marcas gráficas.</p> <p>- Utilizar instrumentos gráficos (pincel grosso, pincel de rolinho, giz de cera, giz pastel etc.) para conseguir diferentes marcas gráficas.</p> <p>- Participar de situações que envolvam o rasgar, o enrolar e o amassar.</p> <p>- Virar páginas de um livro, revista, jornais etc.</p> <p>- Explorar materiais de construção e brinquedos de encaixe de diferentes tamanhos, cores e formatos.</p>	2º		x		
		<p>Objetivos comum 2 e 3 anos</p> <p>- Conhecer a forma como segura instrumentos</p>	2º			x	x

		gráficos: pincel grosso, pincel de rolinho, giz de cera, giz pastel e outros para conseguir diferentes marcas gráficas.					
		<u>Objetivos 2 anos</u> - Manusear diferentes riscadores em suportes e planos variados. - Explorar jogos de montar, empilhar e encaixar. - Explorar livros de materiais diversos: plástico, tecido, borracha e papel. - Pintar, desenhar, rabiscar, folhear, rasgar, picotar utilizando diferentes recursos e suportes.	2º			x	
		<u>Objetivos 3 anos</u> - Manipular e modelar materiais e elementos de diferentes formas: massinha, argila, papel alumínio e outros. - Executar habilidades manuais, utilizando recursos variados: linha, lã, canudinho, argolas e outros. - Pintar, desenhar, rabiscar, folhear, rasgar, pulsionar, recortar aleatoriamente utilizando recursos e suportes.	2º				x
Coordenação motora fina	Coordenação motora fina	<u>Objetivos comum 2 e 3 anos</u> - Virar páginas de livros, revistas, jornais e etc. com crescente habilidade. -	2º			x	x
		<u>Objetivos 2 anos</u> - Modelar diferentes formas, de diferentes tamanhos com massinha, argila e outros. - Participar de situações que envolvam o rasgar, o enrolar e o amassar.	2º			x	
		<u>Objetivos 3 anos</u> - Participar de situações que envolvam o rasgar seguindo limites, o enrolar e o amassar, modelando objetos seguindo orientações do professor. - Manusear diferentes riscadores naturais e industrializados em suportes e planos variados para perceber suas diferenças. - Conhecer gradativamente o movimento para o uso da tesoura. - Mudar a página do livro ou explorar materiais de	2º				x

		construção e brinquedos de encaixe de diferentes tamanhos e formatos. - Participar de jogos de montar, empilhar e encaixar.					
Materiais e tecnologias para produção da escrita	Brincadeiras com e sem brinquedos	Objetivos 2 anos - Explorar jogos de montar, empilhar e encaixar.	2º			x	
		Objetivos 3 anos - Manusear diferentes riscadores naturais e industrializados em suportes e planos variados para perceber suas diferenças.	2º				x
Os objetos suas características propriedades e funções	Características dos objetos	Objetivos 2 anos - Manusear gradativamente a tesoura, descobrindo seu uso.	2º			x	
		Objetivos 3 anos - Executar habilidades manuais utilizando recursos variados: linha, lã, canudinho, argolas e outros.	2º				x
Representação grafica e plastica	Diferentes formas de representação	Objetivos 3 anos - Pintar, desenhar, rabiscar, folhear com diferentes recursos e em diferentes suportes. - Adaptar a forma como segura instrumentos gráficos: pincel grosso, fino, pincel de rolinho, giz de cera, giz pastel e outros para conseguir diferentes marcas gráficas	2º				x

PPC – TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS **ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS**
0 A 3 ANOS

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS

SABERES E CONHECIMENTOS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	SEMESTRE	B-I	B-II	M-I	M-II
(EI01TS01) Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente.							
Linguagem sonora.	Fontes sonoras: corporal	-Explorar o próprio corpo, os sons que emite e outras possibilidades corporais.	1º	x			

PPC – TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS
0 A 3 ANOS

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS

SABERES E CONHECIMENTOS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	SEMESTRE	B-I	B-II	M-I	M-II
Percepção auditiva.	Estimulo auditivo	-Experienciar sons com o corpo: bater palmas, bocejar, espirrar, bater os pés, chorar, gritar, rir, cochichar, roncar.	1º	x			
Parâmetros do som: altura, intensidade, duração e timbre.	Elementos que compõem o som	-Explorar possibilidades vocais, como produzir sons: agudos e graves, fortes e fracos, longos e curtos.	1º	x			
Estilos musicais	Estilos musicais	-Explorar músicas de diferentes melodias, ritmos e estilos.	1º	x			
Sons do corpo, dos objetos.	Sons do corpo, dos objetos.	-Perceber sons do ambiente e na manipulação de objetos.	1º	x			
Melodia e ritmo	Melodia e ritmo	-Explorar músicas de diferentes melodias, ritmos e estilos.	1º	x			
Diversidade musical.	Diversidade musical.	-Explorar músicas de diferentes melodias, ritmos e estilos.	1º	x			
Paisagem sonora sons naturais, humanos, industriais ou tecnológicos.	Percepção sonora	-Perceber sons do ambiente e na manipulação de objetos.	1º	x			
(EI01TS02) Traçar marcas gráficas, em diferentes suportes, usando instrumentos riscantes e tintas.							
Linguagem gráfica.	Marcas gráficas	-Produzir marcas gráficas (mão e pé) em diferentes suportes. - Explorar e reconhecer diferentes movimentos gestuais ao produzir marcas gráficas em diferentes suportes.	1º	x			
Elementos da linguagem visual: texturas, cores, superfícies, volumes, linhas, espaços, formas etc.	Percepção na natureza e no cotidiano	- Manusear e explorar diferentes materiais e superfícies desenvolvendo as sensações, com diferentes possibilidades percebendo as texturas.	1º	x			
Suportes, materiais e instrumentos das Artes Visuais e seus usos.	Materiais instrumentos e seus usos.	-Explorar, observar, misturar e descobrir cores. - Rabiscar e pintar sua maneira.	1º	x			

PPC – TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS
0 A 3 ANOS

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS

SABERES E CONHECIMENTOS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	SEMESTRE	B-I	B-II	M-I	M-II
Estratégias de apreciação estética.	Percepção na produção plástica	- Experienciar com tintas e materiais típicos da região como folhas, sementes, flores, terras de diferentes texturas e cores etc.	1º	x			
Obras de Arte.	Percepção artística (Obras de Arte)	-Manipular e explorar obras de arte, percebendo seus elementos visuais como: forma, espaço, cor, textura, linhas, ponto e outros, por meio da mediação do(a) professor(a).	1º	x			
(EI01TS03) Explorar diferentes fontes sonoras e materiais para acompanhar brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias.							
Linguagem musical, corporal e dramática.	Percepção audiovisual	-Apreciar produções audiovisuais como musicais, brinquedos cantados, teatro de fantoches.	2º	x			
Sons do corpo, dos objetos e da natureza.	Percepção auditiva	- Perceber o som de diferentes fontes sonoras presentes no dia a dia: buzinas, despertador, toque do telefone, sino, apito, dentre outros.	2º	x			
Ritmos.	Percepção auditiva e expressão corporal	-Experienciar ritmos diferentes produzindo gestos e sons.	2º	x			
Músicas e danças.	Percepção auditiva e expressão corporal	-Escutar e dançar músicas de diferentes culturas. - Imitar e reproduzir sonoplastias.	2º	x			
Instrumentos musicais convencionais e não convencionais.	Percepção auditiva	- Perceber os sons e explorar diferentes instrumentos convencionais ou não, acompanhando brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias.	2º	x			
Recursos tecnológicos e midiáticos que produzem e reproduzem músicas.	Percepção auditiva	- Conhecer e reconhecer sons de diferentes animais por meio de reprodução de áudios. - Perceber vozes gravadas de pessoas conhecidas	2º	x			
Diversidade musical de várias culturas, locais, regionais e globais.	Gênero musical	- Escutar músicas de diferentes estilos e em diferentes suportes. - Escutar cantigas e músicas folclóricas da região paranaense e outras regiões.	2º	x			
Parâmetros do som: altura, intensidade, duração e timbre.	Percepção auditiva	-Perceber sons graves, agudos, fortes e fracos, curtos e longos de diferentes fontes sonoras.	2º	x			

PPC – TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS
0 A 3 ANOS

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS

SABERES E CONHECIMENTOS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	SEMESTRE	B-I	B-II	M-I	M-II
Paisagem sonora: sons naturais, humanos, industriais ou tecnológicos.	Fontes sonoras	- Responder virando em direção ao som quando há mais de um estímulo sonoro presente	2º	x			
(EI02TS01) Criar sons com materiais, objetos e instrumentos musicais, para acompanhar diversos ritmos de música.							
Percepção e produção sonora.	Percepção Sonora	- Produzir, ouvir e imitar sons com o corpo: bater palmas, estalar os dedos, bater os pés, roncar, tossir, espirrar, chorar, gritar, rir, cochichar, etc.	1º		x		
		Objetivos comum: 2 a 3 anos - Conhecer e explorar materiais, objetos e instrumentos musicais. - Reconhecer e diferenciar sons dos objetos sonoros e dos instrumentos musicais.	1º			x	x
		Objetivos 3 anos: - Ouvir e produzir sons com materiais, objetos e instrumentos musicais.	1º				x
Audição e percepção musical.	Percepção musical	- Explorar sons com materiais, objetos e instrumentos musicais.	1º		x		
		Objetivos comum: 2 a 3 anos - Conhecer instrumentos musicais, objetos ou canções que são típicos da cultura local e regional. - Ouvir e conhecer produções artísticas de diferentes culturas. - Explorar diversos objetos e materiais sonoros, compreendendo que os mesmos produzem sons, sentindo a vibração de cada material.				x	x
Execução musical (imitação).	Imitação	- Imitar, inventar e reproduzir criações musicais ou explorar novos materiais buscando diferentes sons para acompanhar canções que lhes são familiares.	1º		x		
		Objetivos 2 anos: - Perceber e identificar os sons da natureza e reproduzi-los.	1º			x	

PPC – TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS
0 A 3 ANOS

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS

SABERES E CONHECIMENTOS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	SEMESTRE	B-I	B-II	M-I	M-II
		Objetivos 3 anos: -Imitar, inventar e reproduzir criações musicais. -Reconhecer as partes do corpo nomeando-as e realizar registros gráficos do próprio corpo e dos demais.	1º				x
Sons do corpo, dos objetos e da natureza.	Percepção e Manipulação	- Perceber sons do ambiente e na manipulação de objetos.	1º		x		
		Objetivos 2 anos: -Criar sons com materiais, objetos e instrumentos musicais.	1º			x	
		Objetivos 3 anos: - Perceber e criar sons com o próprio corpo e na manipulação de objetos. - Perceber e reconhecer os sons da natureza e elementos naturais que podem produzir sons.	1º				x
Parâmetros do som: altura, intensidade, duração e timbre.	Percepção auditiva	Objetivos 1 a 2 anos: -Explorar possibilidades vocais e instrumentais, como produzir sons, agudos e graves, fortes e fracos, longos e curtos.	1º		x	x	
		Objetivos 3 anos: -Explorar os sons produzidos pelo corpo, por objetos, por elementos da natureza e instrumentos, percebendo os parâmetros do som: altura, intensidade, duração e timbre.	1º				x
Melodia e ritmo.	Melodia e ritmo	Objetivos 1 a 2 anos: - Buscar adequar os sons produzidos com os diferentes objetos ou instrumentos ao ritmo da música.	1º		x	x	
		Objetivos 2 anos: -Participar da construção de instrumentos musicais, utilizando-os para execução musical.	1º			x	
		Objetivos 3 anos: -Conhecer instrumentos musicais, objetos ou canções que são típicos da cultura local e regional.	1º				x

PPC – TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS
0 A 3 ANOS

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS

SABERES E CONHECIMENTOS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	SEMESTRE	B-I	B-II	M-I	M-II
Diferentes instrumentos musicais convencionais e não convencionais.	Percepção auditiva	Objetivos 1 a 2 anos: - Ouvir, imitar e produzir sons de alturas e durações variadas com o corpo, com instrumentos musicais convencionais ou não e materiais diversos.	1º		x	x	
		Objetivos 3 anos: - Brincar com materiais, objetos e instrumentos musicais. - Produzir sons com materiais alternativos: garrafas, caixas, pedras, madeiras, latas e outros.	1º				x
Diversidade musical.	Diversidade musical.	- Conhecer e manipular instrumentos musicais, objetos ou canções que são típicos da cultura local e regional. - Escutar músicas da sua cultura local e de diferentes culturas.	1º		x		
Canto.	Linguagem musical	Objetivos 1 a 2 anos: - Completar músicas conhecidas com palavras, onomatopeias e outros sons.	1º		x	x	
		Objetivos 3 anos: - Explorar possibilidades vocais a fim de perceber diferentes sons. - Explorar novos materiais buscando diferentes sons para acompanhar canções que lhes são familiares.	1º				x
Música e Dança	Diversidade musical.	Objetivos 3 anos: - Ouvir e conhecer produções artísticas de diferentes culturas.	1º				x
Fonte Sonora	Percepção auditiva	Objetivos 3 anos: - Reconhecer sons dos objetos sonoros e de alguns instrumentos musicais.	1º				x

(EI02TS02) Utilizar materiais variados com possibilidades de manipulação (argila, massa de modelar), explorando cores, texturas, superfícies, planos, formas e volumes ao criar objetos tridimensionais.

PPC – TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS
0 A 3 ANOS

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS

SABERES E CONHECIMENTOS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	SEMESTRE	B-I	B-II	M-I	M-II
Elementos da linguagem visual: texturas, cores, superfícies, volumes, espaços, formas, etc.	Percepção	-Manusear argila e massa de modelar espontaneamente. -Manusear objetos tridimensionais com argila e massa de modelar a partir de seu próprio repertório, explorando diferentes elementos, como forma, volume, textura, planos e outros.	2º		X		
		Objetivos comum: 2 a 3 anos -Experimentar diversas possibilidades de representação visual bidimensionais e tridimensionais.	2º			X	X
		Objetivos 3 anos: -Observar e manipular objetos e identificar características variadas como: cor, textura, tamanho, forma, odor, temperatura, utilidade, entre outros classificando-os.	2º				X
Propriedade dos objetos.	Propriedade dos objetos.	Objetivos 1 a 3 anos: -Manipular jogos de encaixe e de construção, explorando cores, formas, texturas, planos e volumes. -Manipular materiais de diferentes texturas: lisas, ásperas, macias e outras.	2º		X	X	X
Suportes, materiais e instrumentos das Artes Visuais e seus usos.	Composição plástica	Objetivos 1 a 2 anos: -Explorar superfícies com texturas tridimensionais diversas: pedrinhas, sementes, algodão, argila e outros.	2º		X	X	
		Objetivos 3 anos: -Experimentar e explorar superfícies tridimensionais com texturas diversas: pedrinhas, sementes, algodão, argila e outros.	2º				X
Estratégias de apreciação estética.	Apreciação estética	- Apreciar obras de arte tridimensionais.	2º		X		
		Objetivos 1 a 2 anos: -Participar da criação de objetos tridimensionais com materiais diversos: caixas, embalagens, tecidos, tintas, tampinhas, argila, massa de modelar e outros.	2º		X	X	

PPC – TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS
0 A 3 ANOS

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS

SABERES E CONHECIMENTOS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	SEMESTRE	B-I	B-II	M-I	M-II
		Objetivos 2 anos: -Apreciar diferentes imagens e elementos tridimensionais (objetos, revistas, fotos, produções coletivas e obras de arte).	2º			X	
		Objetivos comum: 2 a 3 anos -Explorar as formas dos objetos percebendo suas características.	2º			X	X
		Objetivos 3 anos: -Apreciar e oralizar sobre diferentes obras de arte tridimensionais.	2º				X
Obras de arte.	Apreciação de obras e composição plástica/registo de idéias	-Vivenciar situações de cuidado com sua própria produção e a dos colegas.	2º		X		
		Objetivos 1 a 3 anos: -Conhecer objetos, obras de arte e materiais que são típicos da região, comunidade ou cultura local.	2º		X	X	X
		Objetivos comum: 2 a 3 anos -Criar objetos tridimensionais com argila e massa de modelar a partir de seu próprio repertório, explorando diferentes elementos, como forma, volume, textura, planos e outros. -Cuidar e apreciar a sua própria produção e a dos colegas.	2º			X	X
Orgãos dos Sentidos	Percepções	Objetivos comum: 2 a 3 anos -Manipular diversos materiais das Artes Visuais e plásticas explorando os cinco sentidos.	2º			X	X
Classificação	Manipulação e classificação	-Explorar e aprofundar suas descobertas em relação a procedimentos necessários para modelar e suas diferentes possibilidades de manuseio a partir de sua intencionalidade.	2º				X
Produção de objetos tridimensionais	Composição plástica/registo de idéias	-Experimentar possibilidades de representação visual tridimensional, utilizando materiais diversos: caixas, embalagens, tecidos, tampinhas, massa de modelar, argila e outros.	2º				X
(EI02TS03) Utilizar diferentes fontes sonoras disponíveis no ambiente em brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias.							

PPC – TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS
0 A 3 ANOS

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS

SABERES E CONHECIMENTOS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	SEMESTRE	B-I	B-II	M-I	M-II
Audição e percepção de sons e músicas.	Percepção auditiva	Objetivos 1 a 2 anos: -Escutar e perceber músicas de diversos estilos musicais, por meio da audição de CDs, DVDs, rádio, MP3, computador ou por meio de intérpretes da comunidade.	1º		x	x	
Linguagem musical, corporal e dramática.	Diversidade musical	- Produzir sonoplastias.	1º		x	x	
		Objetivos 1 a 2 anos: -Explorar possibilidades vocais ao cantar. -Apreciar produções audiovisuais como musicais brinquedos cantados, teatro de fantoches.	1º		x	x	
		Objetivos 2 anos -Reconhecer cantigas de roda e suas formas de brincar.	1º			x	
		Objetivos comum: 2 a 3 anos -Explorar e identificar possibilidades sonoras de objetos de seu cotidiano ou de instrumentos musicais. -Explorar possibilidades vocais ao cantar.	1º		x	x	
		Objetivos 3 anos: -Escutar canções e participar de brincadeiras cantadas apresentadas pelos professores(as) ou seus colegas.	1º				x
Sons do corpo, dos objetos e da natureza.	Percepção auditiva e Manipulação	Objetivos 1 a 2 anos: -Perceber sons do entorno e estar atento ao silêncio.	1º		x		
		Objetivos 2 anos: -Perceber sons graves e agudos, fortes e fracos, curtos e longos, produzidos pelo corpo, objetos, instrumentos musicais convencionais ou não.	1º			x	
		Objetivos 3 anos: -Manipular e perceber os sons de instrumentos sonoros diversos identificando-os pela escuta.	1º				x
Ritmos.	Ritmo e	- Ouvir músicas de diferentes ritmos e estilos.	1º		x		

PPC – TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS
0 A 3 ANOS

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS

SABERES E CONHECIMENTOS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	SEMESTRE	B-I	B-II	M-I	M-II
	expressividade	Objetivos 3 anos: -Participar, reconhecer e cantar cantigas de roda.	1º				x
Parâmetros do som: altura, intensidade, duração e timbre.	Elementos que compõem o som	Objetivos 1 a 3 anos: -Perceber sons graves e agudos, fortes e fracos, curtos e longos, produzidos pelo corpo, objetos, instrumentos musicais convencionais ou não.	1º		x	x	x
Músicas e danças.	Ritmo e expressividade	-Ouvir, cantar, dançar músicas de diversas culturas.	1º		x		
		-Perceber diferentes estilos musicais.	1º				x
Instrumentos musicais convencionais e não convencionais.	Fontes sonoras	-Manipular e perceber os sons de instrumentos musicais diversos.	1º		x		
		Objetivos 3 anos: -Ouvir e explorar instrumentos musicais convencionais e não convencionais buscando acompanhar ritmos variados.	1º				x
Recursos tecnológicos e midiáticos que produzem e reproduzem músicas.	Fontes sonoras	Objetivos 1 a 2 anos: -Ouvir a própria voz ou de pessoas conhecidas por meio de gravações.	1º		x	x	
		Objetivos 2 anos: -Ouvir a própria voz em gravações ou em músicas interpretadas pelo grupo e identificar-se.	1º			x	
		Objetivos 3 anos: -Ouvir a própria voz ou de pessoas conhecida em gravações.	1º				
Diversidade musical de várias culturas, locais, regionais e globais.	Gêneros Musicais	-Conhecer instrumentos ou manifestações culturais que são típicas de sua cultura, região ou de outras culturas.	1º		x		

PPC – TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS
0 A 3 ANOS

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS

SABERES E CONHECIMENTOS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	SEMESTRE	B-I	B-II	M-I	M-II
		<p>Objetivos comum: 2 a 3 anos</p> <p>-Conhecer objetos, canções, instrumentos ou manifestações culturais que são típicas de sua cultura, região ou de outras culturas.</p> <p>-Ouvir canções de diferentes culturas buscando cantar e imitar gestos característicos.</p>				X	X
Paisagem sonora: sons naturais, humanos, industriais ou tecnológicos.	Fontes sonoras	<p>-Perceber sons da natureza: barulho de água, chuva, canto de pássaro, ruídos e sons dos animais, dentre outros.</p>	1º		X		
		<p>Objetivos 1 a 3 anos:</p> <p>-Perceber o som de diferentes fontes sonoras presentes no dia a dia: buzinas, despertador, toque do telefone, sino, apito, dentre outros sons.</p> <p>-Participar de brincadeiras cantadas do nosso folclore.</p>	1º		X	X	X
		<p>Objetivos 3 anos:</p> <p>-Explorar e reconhecer sons familiares.</p> <p>-Escutar e perceber sons do entorno e estar atento ao silêncio.</p>	1º				X
Apreciação e Produção Sonora	Fontes sonoras	<p>Objetivos 1 a 3 anos:</p> <p>-Reproduzir sons ou canções conhecidas e usar em suas brincadeiras.</p>	1º		X	X	X
		<p>Objetivos 3 anos:</p> <p>-Conhecer fontes sonoras antigas como: som de vitrola, fita cassete e outros.</p>	1º				X
Canto	Linguagem musical	<p>Objetivos 1 a 3 anos:</p> <p>-Imitar e reproduzir sonoplastias.</p>	1º		X	X	X
		<p>Objetivos 3 anos:</p> <p>-Dar sequência à música quando a mesma for interrompida.</p> <p>-Explorar as possibilidades vocais ao cantar.</p>	1º				X
Manifestações Culturais	Gêneros culturais	-Participar de canções e brincadeiras cantadas apresentadas pelo professor(a) ou seus colegas.	1º			X	

PPC – TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS							
0 A 3 ANOS							
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS							
SABERES E CONHECIMENTOS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	SEMESTRE	B-I	B-II	M-I	M-II
		Objetivos 3 anos: -Participar e apreciar apresentações musicais de outras crianças /ou de grupos musicais como orquestras, corais, bandas etc.					x
Melodias Diversas	Gênero musical	-Explorar possibilidades musicais para perceber diferentes sons, melodias e ritmos.	1º			x	
		Objetivos 3 anos: -Vivenciar jogos e brincadeiras que envolvam música.	1º				x
Rima	Consciência fonológica	-Participar de situações que desenvolvam a percepção das rimas durante a escuta de músicas. -Ouvir poemas, parlendas, trava-línguas e outros gêneros textuais.	1º				x
Estilos Musicais Diversos	Gênero musical	-Escutar e perceber músicas de diversos estilos musicais, por meio da audição de CDs, DVDs, rádio, MP3, computador ou por meio de intérpretes da comunidade					x

ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS							
0 A 3 ANOS							
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
SABERES E CONHECIMENTOS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	SEMESTRE	B-I	B-II	M-I	M-II
(EI01EF01) Reconhecer quando é chamado por seu nome e reconhecer os nomes de pessoas com quem convive.							
A língua falada e suas diversas funções e usos sociais.	Construção da consciência fonológica.	-Reconhecer a si mesmo e aos colegas em fotos, no convívio e no contato direto.	1º	x			
Linguagem oral.	Linguagem oral.	-Participar de brincadeiras e cantigas típicas envolvendo os nomes das crianças da sua convivência.	1º	x			
Palavras e expressões da língua.	Expressão oral	Vivenciar experiência em que outras crianças ou professores(as) e funcionários citam seu nome.	1º	x			

ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS 0 A 3 ANOS							
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
SABERES E CONHECIMENTOS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	SEMESTRE	B-I	B-II	M-I	M-II
Escuta.	Escuta.	Reconhecer seu nome quando chamado	1º	x			
Identificação nominal.	Reconhecimento do nome.	Verbalizar, a seu modo, o próprio nome e de outras crianças.					
EI01EF02) Demonstrar interesse ao ouvir a leitura de poemas e a apresentação de músicas.							
Patrimônio cultural, literário e musical.	Gêneros literários	-Conhecer poemas e músicas típicas regionais.	1º	x			
Escuta, observação e respeito à fala do outro.	Escuta e fala do outro	-Participar de situações de escuta de poemas e músicas.	1º	x			
Linguagem, gêneros e suportes textuais.	Gêneros textuais	- Manipular diferentes suportes textuais de músicas e poemas.	1º	x			
Sons da língua e sonoridade das palavras.	Sonoridade das palavras.	-Participar de jogos e brincadeiras de linguagem que explorem a sonoridade das palavras.	1º	x			
Prática de leitura (pelo professor(a)).	Prática de leitura	-Ouvir histórias e músicas típicas e regionais.	1º	x			
(EI01EF03) Demonstrar interesse ao ouvir histórias lidas ou contadas, observando ilustrações e os movimentos de leitura do adulto-leitor (modo de segurar o portador e de virar as páginas).							
Patrimônio cultural, literário e musical.	Gêneros literários.	-Perceber os diferentes sons. -Participar de situações que envolvam a leitura de textos, onde utiliza-se diferentes suportes.	2º	x			
Escuta, observação e respeito à fala do outro e textos literários.	Textos literários.	-Ampliar a capacidade de seleção de sons e direcionamento da escuta. -Explorar as histórias, observando o adulto-leitor nos momentos de segurar o portador e de virar as páginas.	2º	x			
Sensibilidade estética em relação aos textos literários	Sensibilidade estética.	-Ouvir a história e observar seus elementos. -Escutar histórias lidas, contadas com fantoches, representadas em encenações, escutadas em áudios e outras situações.	2º	x			
Prática de leitura pelo professor leitor.	Momentos de prática de leitura pelo professor.	-Imitar comportamentos do(a) professor(a) ou de seus colegas ao explorar livros.	2º	x			
(EI0/01EF04) Reconhecer elementos das ilustrações de histórias, apontando-os, a pedido do adulto-leitor.							

ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS 0 A 3 ANOS							
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
SABERES E CONHECIMENTOS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	SEMESTRE	B-I	B-II	M-I	M-II
Personagens e cenários.	Caracterização de personagens.	-Observar e identificar personagens, elementos e cenários nas narrativas. -Conhecer livros com imagens típicas de seu território que são adequados para a faixa etária.	2º	x			
Elementos das histórias.	Histórias infantiargumentas.	- Observar e manusear livros com imagens, apontando fotos, figuras ou objetos conhecidos em ilustrações. -Conhecer e formar um repertório de histórias preferidas.	2º	x			
Vocabulário.	Vocabulário.	-Interagir a estímulos do(a) professor(a), no decorrer das contações de histórias. -Ampliar o conjunto de palavras conhecidas fazendo uso destas ao oralizar sobre as histórias.	2º	x			
(EI01EF05) Imitar as variações de entonação e gestos realizados pelos adultos, ao ler histórias e ao cantar.							
Escuta, fala e expressões da língua.	Reprodução de sons e gestos.	-Reproduzir sons e gestos realizados por outras crianças e professor(a), durante leitura de histórias ou ao cantar músicas. Brincar com enredos, objetos ou adereços, tendo como referência histórias conhecidas.	1º	x			
Entonação de voz.	Entonação de voz.	-Observar e imitar entonações, gestos, movimentos ou expressões ao participar de situações de leitura de história, explorações de livros e ao cantar.	1º	x			
Linguagem oral e gestual.	Argumentação por meio de gestos e falas	- Responder a estímulos sonoros realizados durante a contação de história ou ao cantar músicas desenvolvendo reações como assustar-se, entristecer-se, alegre-se, dentre outros. -Perceber os sentimentos dos personagens: tristeza, alegria, medo, dentre outros.	1º	x			
Vocabulário.	Vocabulário.	-Comunicar-se por meio da vocalização, gestos ou movimentos nas situações de leitura de histórias e ao cantar músicas	1º	x			
(EI01EF06) Comunicar-se com outras pessoas usando movimentos, gestos, balbucios, fala e outras formas de expressão.							

ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS 0 A 3 ANOS							
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
SABERES E CONHECIMENTOS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	SEMESTRE	B-I	B-II	M-I	M-II
A comunicação e suas funções sociais.	Construção da consciência fonológica.	-Comunicar-se com professor(a) e colegas realizando diferentes formas expressão e buscando-se entender. -Responder a estímulos sorrindo ou parando de chorar. -Participar de experiências de interação que envolvem jogos corporais como, por exemplo, esconder partes do corpo e ter prazer ao encontrá-las, situações de dar e receber brinquedos ou outros objetos para que tenha a oportunidade de brincar, interagir e se comunicar.	1º	x			
Linguagem oral.	Oralidade	-Usar palavras para designar objetos ou pessoas. -Imitar sons e gestos realizados por outras pessoas.	1º	x			
Gestos e movimentos	Movimentos Corporais.	-Responder com gestos e outros movimentos com a intenção de comunicar-se. -Responder a perguntas simples com linguagem não verbal. -Executar gestos simples quando solicitada. -Expressar-se com gestos comuns de sua cultura, como: " dar tchau", brincar de barco emitindo o movimento e som do impacto nas águas, imitar o movimento e som do carro ao acelerar, dentre outras possibilidades.	1º	x			
(EI01EF07) Conhecer e manipular materiais impressos e audiovisuais em diferentes portadores (livro, revista, gibi, jornal, cartaz, CD, tablet etc.).							
Materiais gráficos e tecnologias audiovisuais.	Instrumentos e tecnologias.	-Manipular e explorar instrumentos tecnológicos como: microfone, telefone, dentre outros percebendo suas funções. -Identificar o uso e a função de alguns recursos tecnológicos e midiáticos, por exemplo, dançando ou cantando quando o(a) professor(a) pega um CD, encenando frente a uma filmadora ou fazendo pose frente a uma máquina fotográfica	2º	x			

ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS 0 A 3 ANOS							
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
SABERES E CONHECIMENTOS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	SEMESTRE	B-I	B-II	M-I	M-II
Diferentes usos e funções da língua falada e escrita.	Função social da leitura e escrita.	-Explorar diferentes tipos de materiais impressos imitando ações e comportamentos típicos de um leitor, como virar a página, apontar as imagens, usar palavras, gestos ou vocalizar na intenção de ler em voz alta o que está escrito.	2º	x			
Gêneros e suportes de texto.	Cultura escrita.	-Manipular livros, gibis, jornais, cartazes, revistas e outros.	2º	x			
(EI01EF08) Participar de situações de escuta de textos em diferentes gêneros textuais (poemas, fábulas, contos, receitas, quadrinhos, anúncios etc.).							
Gêneros textuais e sensibilidade estética literária.	Práticas de leitura de diferentes gêneros textuais.	-Participar de situações de escuta de diferentes gêneros textuais como: poemas, fábulas, contos, receitas e outros. -Perceber a variedade de suportes textuais observando e manipulando: jornais, livros de receitas, revistas, dentre outros. -Escutar poemas, parlendas e canções brincando com tecidos e outros materiais.	2º	x			
(EI01EF09) Conhecer e manipular diferentes instrumentos e suportes de escrita.							
Materiais e tecnologias para produção da escrita.	Materiais e tecnologias.	-Participar de situações significativas de leitura e escrita. -Manipular e explorar revistas, jornais, livros e outros materiais impressos	2º	x			
Registro escrito.	Registro escrito.	-Registrar vivências utilizando diferentes suportes de escrita: tinta, giz de cera, carvão, dentre outros, conhecendo suas funções	2º	x			
Gêneros e suportes de texto.	Diferentes suportes textuais.	-Explorar diferentes instrumentos e suportes de escrita em situações de brincadeira ou pequenos grupos. -Reconhecer os livros demonstrando preferência por algumas histórias ou poemas ao apontar para solicitar a leitura.	2º	x			
(EI02EF01) Dialogar com crianças e adultos, expressando seus desejos, necessidades, sentimentos e opiniões.							

ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS							
0 A 3 ANOS							
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
SABERES E CONHECIMENTOS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	SEMESTRE	B-I	B-II	M-I	M-II
A língua portuguesa falada, em suas diversas funções e usos sociais.	Linguagem oral e suas funções sociais.	-Expressar suas ideias, sentimentos e emoções por meio de diferentes linguagens, como a dança, o desenho, a mímica, a música, a linguagem escrita ou oral. -Interagir com outras crianças fazendo uso da linguagem oral e tentando se fazer entender. -Participar de brincadeiras que estimulem a relação dialógica entre o(a) professor(a)/criança e criança/criança.	1º		x		
		Objetivo comum 2 a 3 anos -Iniciar diálogos estruturados e ter atenção ao escutar o outro, com auxílio do (a) professor (a). -Interagir com outras pessoas por meio de situações mediadas pelo (a) professor (a).	1º			x	x
		Objetivo 2 anos Responder a perguntas simples.	1º			x	
		Objetivo 3 anos -Participar de variadas situações de comunicação utilizando diversas linguagens. -Oralizar sobre suas atividades na instituição. -Nomear objetos, pessoas, fotografias, gravuras. -Interagir com outras pessoas por meio de situações comunicativas mediadas pelo(a) professor(a). -Compreender o uso social da linguagem oral e escrita como meio de comunicação e diálogo -Falar e escutar atentamente, em situações do dia a dia, para interagir socialmente. -Utilizar expressões de cortesia: cumprimentar, agradecer, despedir-se e outros. -Combinar palavras para se expressar usando verbos e adjetivos.	1º				x

ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS							
0 A 3 ANOS							
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
SABERES E CONHECIMENTOS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	SEMESTRE	B-I	B-II	M-I	M-II
Vocabulário.	Vocabulário.	Objetivo comum 2 a 3 anos -Ampliar gradativamente o seu vocabulário. -Participar de variadas situações de comunicação.				x	x
		Objetivo 3 anos -Ampliar o vocabulário utilizado para se expressar. -Ampliar seu vocabulário por meio de músicas, narrativas, poemas, histórias, contos, parlendas, conversas e brincadeiras, para desenvolver sua capacidade de comunicação.	1º				x
Palavras e expressões da língua.	Exposição oral das ideias.	-Utilizar palavras e expressões da língua para se comunicar. -Combinar palavras para se expressar. -Ampliar o vocabulário utilizado para se expressar.	1º				x
		Objetivo comum 2 a 3 anos -Participar de variadas situações de comunicação utilizando diversas linguagens. Combinar palavras para se expressar usando verbos e adjetivos.	1º			x	x
Identificação nominal.	Próprio nome e dos outros.	-Reconhecer-se quando é chamado e dizer o próprio nome. -Reconhecer na oralidade o próprio nome e o das pessoas com quem convive. -Escutar o outro.	1º		x		
		Objetivo 2 anos -Responder a pergunta “quem é você?” com o nome e também a outras perguntas investigativas.	1º			x	
		Objetivo 3 anos - Nomear objetos, pessoas, fotografias, gravuras.	1º				x
Linguagem oral.	Linguagem oral.	-Combinar o uso de palavras e gestos para se fazer entender. -Responder sim ou não quando questionada.	1º		x		

ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS							
0 A 3 ANOS							
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
SABERES E CONHECIMENTOS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	SEMESTRE	B-I	B-II	M-I	M-II
		Objetivo 2 anos -Oralizar sobre suas atividades na instituição ou em vivências fora dela	1º			x	
Expressão corporal	Expressão corporal.	Objetivo 3 anos - Expressar suas ideias, sentimentos e emoções por meio de diferentes linguagens como: a dança, o desenho, a mímica, a música, a linguagem oral e a escrita.	1º				x
Oralidade e escuta	Oralidade e escuta.	Objetivo 3 anos - Falar e escutar atentamente em situações do dia a dia para interagir socialmente.	1º				x
Organização da narrativa considerando tempo e espaço.	Espaços de circulação dos textos.	Objetivo 3 anos - Expressar ideias e sentimentos respondendo e formulando perguntas, comunicando suas experiências, descrevendo lugares, pessoas e objetos com mediação para a organização do pensamento.	1º				x
Identificação e nomeação de elementos	Nomeação de elementos	Objetivo 3 anos - Nomear objetos, pessoas, fotografias, gravuras.	1º				X
Expressões de cortesia.	Expressões de cortesia.	Objetivo 3 anos - Utilizar expressões de cortesia: cumprimentar, agradecer, despedir-se e outros.	1º				x
(EIO2EF02) Identificar e criar diferentes sons e reconhecer rimas e aliterações em cantigas de roda e textos poéticos							
Patrimônio cultural.	Patrimônio cultural.	-Confeccionar brinquedos a partir de materiais recicláveis para trabalhar sons e ritmos.	1º		x		
Linguagem oral.	Linguagem oral.	-Participar de brincadeiras cantadas. -Imitar diferentes sons da fala, de animais, barulhos, músicas e outros.	1º		x		

ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS							
0 A 3 ANOS							
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
SABERES E CONHECIMENTOS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	SEMESTRE	B-I	B-II	M-I	M-II
		Objetivos comum 2 e 3 anos - Utilizar materiais estruturados e não estruturados para criar sons rítmicos ou não.	1			x	x
Gêneros textuais.	Momentos de prática de leitura de diferentes gêneros discursivos.	-Escutar/imitar parlendas e participar de brincadeiras como corre-cotia produzindo diferentes entonações e ritmos. -Participar de momentos de contação de textos poéticos.	1º		x		
		Objetivos comum 2 e 3 anos - Participar e interagir em situações que envolvam cantigas de roda e textos poéticos.	1º			x	x
Sonorização, rimas e aliterações.	Sonorização, rimas e aliterações.	-Vivenciar brincadeiras com outras crianças e professores(as) acompanhando parlendas como “janela, janelinha”, “serra, serra, serrador”, “bambalalão” e outros. -Completar cantigas e músicas com sons e rimas. -Participar de brincadeiras de linguagem que exploram a sonoridade das palavras percebendo rimas e aliterações. -Explorar e brincar com a linguagem, criando sons e reproduzindo rimas e aliterações.	1º		x		
		Objetivos comum 2 e 3 anos - Participar de situações que desenvolvam a percepção das rimas durante a escuta de músicas.	1º			x	x
		Objetivos 2 anos -Ouvir poesias, parlendas, histórias e brincadeiras, produzindo diferentes entonações e ritmos.	1º			x	
		Objetivos 3 anos -Explorar a sonoridade das palavras reconhecendo sons, rimas, sílabas e aliterações.	1º				x

ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS							
0 A 3 ANOS							
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
SABERES E CONHECIMENTOS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	SEMESTRE	B-I	B-II	M-I	M-II
Sons da língua e sonoridade das palavras	Sons da língua e sonoridade das palavras	Objetivos comum 2 e 3 anos - Explorar a sonoridade das palavras reconhecendo rimas e aliterações, com mediação do(a) professor(a).	1º			x	x
		Objetivos 2 anos - Criar sons enquanto canta.	1º			x	
		Objetivos 3 anos Recitar poesias e parlendas criando diferentes entonações e ritmos.	1º				x
Sons e ritmos.	Sons e ritmos.	Objetivos comum 2 e 3 anos - Explorar sons e ritmos, por meio de brinquedos e materiais recicláveis.	1º			x	x
		Objetivos 3 anos Participar da criação de músicas ou poemas.	1º			x	x
Manifestações Culturais	Manifestações Culturais	Objetivos comum 2 e 3 anos -Identificar sons da natureza e de objetos da cultura humana.	1º			x	x
		Objetivos 2 anos Conhecer textos poéticos e cantigas de roda típicos da sua cultura.	1º			x	
		Objetivos 3 anos -Conhecer textos poéticos típicos da sua cultura. -Declamar textos poéticos conhecidos nas brincadeiras como corre cutia e pula corda.	1º				x
Consciência Fonológica	Construção da Consciência Fonológica.	Objetivos 3 anos - Ouvir poemas, parlendas, travalínguas e outros gêneros do discurso. - Participar de brincadeiras que desenvolvam a consciência fonológica.	1º				x
Patrimônio Cultural, literário e musical.	Patrimônio Cultural, literário e musical.	Objetivos comum 2 e 3 anos - Utilizar materiais estruturados e não estruturados para criar sons rítmicos ou não.	1º			x	x

ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS							
0 A 3 ANOS							
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
SABERES E CONHECIMENTOS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	SEMESTRE	B-I	B-II	M-I	M-II
Sons dos elementos Naturais e culturais.	Sons Naturais e culturais.	Objetivos 3 anos - Identificar sons da natureza e de objetos da cultura humana. - Explorar diversos objetos e materiais sonoros compreendendo que os mesmos produzem sons, sentindo a vibração de cada material.	1º				x
(EI02EF03) Demonstrar interesse e atenção ao ouvir a leitura de histórias e outros textos, diferenciando escrita de ilustrações, e acompanhando, com orientação do adulto-leitor, a direção da leitura (de cima para baixo, da esquerda para a direita).							
Patrimônio cultural e literário.	Gêneros literários.	- Participar de momentos de contação: contos, poesias, fábulas e outros gêneros literários.	1º		x		
		Objetivos comum 2 e 3 anos - Ouvir, visualizar e apreciar histórias e outros textos literários: poemas, parlendas, contos, cordel, lendas, fábulas, músicas etc.	1º			x	x
Escuta, observação e respeito à fala do outro e textos literários.	Práticas de leitura de diferentes gêneros discursivos.	- Escutar e atentar-se a leituras de histórias, poemas e músicas. - Participar de momentos de leituras de textos em que o(a) professor(a) realiza a leitura apontada.	1º		x		
		Objetivos comum 2 e 3 anos - Ouvir, visualizar e apreciar histórias.	1º			x	x
Sensibilidade estética em relação aos textos literários.	Sensibilidade estética em relação aos textos literários.	- Explorar diferentes gêneros textuais, observando ilustrações.	1º		x		
		Objetivos comum 2 e 3 anos - Identificar a história pela capa do livro.	1º			x	x
Aspectos gráficos da escrita	Aspectos gráficos da escrita	- Ouvir o nome e identificar objetos, pessoas, fotografias, gravuras, palavras e outros elementos presentes nos textos.	1º		x		
		Objetivos comum 2 e 3 anos - Fazer uso de diferentes materiais e recursos gráficos para produzir suas ilustrações.	1º			x	x
Formação e ampliação de vocabulário	Ampliação de vocabulário.	- Observar ilustrações dos livros buscando identificar sua relação com o texto lido.	1º		x		

ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS 0 A 3 ANOS							
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
SABERES E CONHECIMENTOS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	SEMESTRE	B-I	B-II	M-I	M-II
Portadores textuais, seus usos e funções.	Portadores textuais.	Objetivos comum 2 e 3 anos -Manusear diferentes portadores textuais e ouvir sobre seus usos sociais.	1º			x	x
Gêneros Textuais.	Gêneros Textuais.	Objetivos comum 2 e 3 anos -Ouvir, visualizar e apreciar histórias, bem como outros textos literários: poemas, parlendas, contos, literaturas, lendas, fábulas, músicas etc.	1º			x	x
Linguagem escrita.	Linguagem escrita.	Objetivos 3 anos -Perceber que imagens e palavras representam ideias e têm relação com o texto lido.	1º				x
Sistema alfabético de representação da escrita e mecanismos de escrita.	Sistema alfabético de representação da escrita.	Objetivos 3 anos Perceber características da língua escrita: orientação e direção da escrita.	1º				x
(EI02EF04) Formular e responder perguntas sobre fatos da história narrada, identificando cenários, personagens e principais acontecimentos.							
Linguagem oral.	Linguagem oral.	-Oralizar o nome de alguns personagens das histórias contadas.	2º		x		
		Objetivos comum 2 e 3 anos -Responder a questionamentos sobre as histórias narradas.	2º			x	x
A língua portuguesa falada, em suas diversas funções e usos sociais.	Linguagem oral e suas funções sociais.	-Participar de variadas situações de comunicação, escutando as narrativas de histórias e acontecimentos.	2º		x		
		Objetivos comum 2 e 3 anos -Ordenar partes do texto segundo a sequência da história apoiado por ilustrações.	2º			x	x
Gêneros discursivos suas diferentes estruturas e tramas.	Gêneros discursivos.	-Reconhecer personagens das histórias, cenários e identificar alguns acontecimentos.	2º		x		
		Objetivos comum 2 e 3 anos -Reconhecer cenários de diferentes histórias.	2º			x	x
Fatos da história narrada.	Fatos da história narrada.	-Identificar a história pela capa do livro. -Formular hipóteses e perguntas simples, a seu modo, sobre fatos, cenários e personagens.	2º		x		

ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS							
0 A 3 ANOS							
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
SABERES E CONHECIMENTOS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	SEMESTRE	B-I	B-II	M-I	M-II
		Objetivos comum 2 e 3 anos -Formular perguntas simples, a seu modo, sobre fatos da história narrada, personagens e cenários.	2º			x	x
Características gráficas: personagens e cenários.	Características, personagens e cenários.	-Responder perguntas referentes à história apontando para personagens e cenários. -Identificar características dos personagens das histórias.	2º		x		
		Objetivos comum 2 e 3 anos -Identificar características dos personagens das histórias. -Identificar personagens e/ou cenários e descrever suas características.	2º			x	x
		Objetivos 3 anos -Identificar características dos personagens das histórias para incrementar cenários e adereços em suas brincadeiras de faz de conta	2º				x
Vocabulário.	Vocabulário.	Objetivos comum 2 e 3 anos -Identificar os personagens principais das histórias nomeando-os.	2º			x	x
		Objetivos 3 anos -Ouvir e participar de narrativas compreendendo o significado de novas palavras e ampliando o seu vocabulário.	2º			x	x
Interpretação e compreensão de textos.	Linguagem oral e gestual.	Objetivos 3 anos -Brincar de imitar personagens das histórias ouvidas. -Oralizar sobre fatos e acontecimentos da história ouvida. -Ouvir e participar de narrativas compreendendo o significado de novas palavras, ampliando o seu vocabulário.	2º				x
(E102EF05) Relatar experiências e fatos acontecidos, histórias ouvidas, filmes ou peças teatrais assistidos etc.							

ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS							
0 A 3 ANOS							
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
SABERES E CONHECIMENTOS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	SEMESTRE	B-I	B-II	M-I	M-II
Expressividade pela linguagem oral e gestual.	Expressividade pela linguagem oral e gestual.	-Participar de variadas situações de comunicação. -Expressar-se por meio de balbucios, palavras e frases simples transmitindo suas necessidades, desejos, sentimentos e percepção de mundo em relação aos textos e recursos audiovisuais observados.	1º		x		
		Objetivos comum 2 e 3 anos -Participar de conversas em grandes e pequenos grupos.	1º			x	x
A língua portuguesa falada, em suas diversas funções e usos sociais.	A língua portuguesa falada, suas funções e usos sociais.	-Emitir sons articulados e gestos observados nos recursos textuais e audiovisuais.	1º		x		
		Objetivos comum 2 e 3 anos Conhecer o conteúdo e o propósito de diferentes mensagens em diversos contextos.				x	x
Palavras e expressões da língua e sua pronúncia.	Expressões da língua e sua pronúncia.	-Expressar-se em conversas, narrações e brincadeiras, ampliando seu vocabulário e fazendo uso de estruturas orais que aprimorem suas competências comunicativas.	1º		x		
		Objetivos comum 2 e 3 anos -Participar de situações de conversas em grandes e pequenos grupos ou duplas, relatando suas experiências pessoais e escutando o relato dos colegas.	1º			x	x
		Objetivos 3 anos -Participar de situações de conversas em grandes e pequenos grupos ou duplas, relatando suas experiências pessoais, escutando o relato dos colegas.	1º				x
Vocabulário.	Vocabulário.	Objetivos comum 2 e 3 anos -Expressar-se verbalmente em conversas, narrações e brincadeiras, ampliando seu vocabulário e fazendo uso de estruturas orais que aprimorem suas competências comunicativas.	1º			x	x

ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS 0 A 3 ANOS							
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
SABERES E CONHECIMENTOS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	SEMESTRE	B-I	B-II	M-I	M-II
Vivências culturais: histórias, filmes ou peças teatrais.	Diversidade Cultural.	Objetivos 2 anos -Assistir filmes e peças teatrais. -Participar de relatos de acontecimentos vividos ou observados (histórias ouvidas, filmes e/ou peças teatrais, com auxílio do professor).	1º			x	
		Objetivos 3 anos -Assistir a filmes ou peças teatrais e ouvir histórias compreendendo as mensagens principais.	1º				x
Relação entre imagem ou tema e narrativa.	Relação entre imagem ou tema e narrativa.	Objetivos comum 2 -Contar histórias ou acontecimentos oralmente, com base em imagens ou temas sugeridos.	1º			x	
		Objetivos 3 anos -Recontar histórias ouvidas, filmes e/ou peças de teatro identificando seus personagens e elementos -Conhecer o conteúdo de diferentes mensagens em diversos contextos	1º				x
Organização da narrativa considerando tempo e espaço	Percepção de tempo e espaço.	Objetivos 3 anos -Compreender o conteúdo e o propósito de diferentes mensagens em diversos contextos. -Relatar acontecimentos vividos para outras crianças ou familiares para ampliar sua capacidade de oralidade. -Pedir e atender pedidos, dar e ouvir recados.	1º				x
(EI02EF06) Criar e contar histórias oralmente, com base em imagens ou temas sugeridos.							
Criação e reconto de histórias.	Criação e reconto de histórias.	-Oralizar histórias contadas, a seu modo.	1º		x	x	x
		Objetivos comum 2 e 3 anos -Recontar histórias ao brincar de faz de conta	1º			x	x
		Objetivos 2 anos Reproduzir partes da história ouvida, com auxílio dos colegas e do (a) professor(a).	1º			x	
A língua portuguesa, em suas	A língua portuguesa	-Ouvir e nomear objetos, pessoas, personagens, fotografias e gravuras.	1º		x		

ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS							
0 A 3 ANOS							
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
SABERES E CONHECIMENTOS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	SEMESTRE	B-I	B-II	M-I	M-II
diversas funções e usos sociais.	falada, suas funções e usos sociais.	Objetivos comum 2 e 3 anos -Ouvir e nomear objetos, pessoas, personagens, fotografias e gravuras para ampliar o vocabulário.	1º			x	x
Relação entre imagem e narrativa.	Relação entre imagem e narrativa.	-Identificar histórias a partir de imagens.	1º		x		
		Objetivos comum 2 e 3 anos -Relacionar diferentes histórias conhecidas	1º			x	x
		Objetivos 3 anos -Reproduzir partes da história ouvida mantendo a sequência dos fatos	1º				x
Repertório de textos orais que constituem o patrimônio cultural literário.	textos orais do patrimônio cultural literário.	-Participar de situações em que é convidado a contar histórias com o apoio de imagens, fotos ou temas disparadores.	1º		x	x	x
		Objetivos comum 2 e 3 anos -Relacionar diferentes histórias conhecidas.	1º			x	x
		Objetivos 3 anos -Simular leituras por meio de brincadeiras de faz de conta.	1º				x
Linguagem oral.	Linguagem oral.	Objetivos 3 anos Ditar histórias criadas ou memorizadas ao(à) professor(a). Narrar situações do dia a dia no sentido de manifestar experiências vividas e ouvidas.	1º				x
(EI02EF07) Manusear diferentes portadores textuais, demonstrando reconhecer seus usos sociais.							
Usos e funções da escrita.	Registro de ideias e significados	-Manipular jornais, revistas, livros, cartazes, cadernos de receitas e outros, ouvindo e conhecendo sobre seus usos sociais.	2º		x	x	x
		Objetivos 2 anos Participar de situações de contato da escrita do próprio nome em diferentes portadores (crachás, listas de chamada, aniversário, ajudante do dia).	2º			x	

ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS							
0 A 3 ANOS							
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
SABERES E CONHECIMENTOS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	SEMESTRE	B-I	B-II	M-I	M-II
		<p>Objetivos 3 anos</p> <p>-Folhear livros contando suas histórias para seus colegas.</p> <p>-Conhecer os meios de comunicação utilizados no cotidiano.</p>	2º				x
Gêneros e suportes de textos.	Suportes de Escrita	<p>-Ouvir e apreciar histórias e outros gêneros textuais, como: poemas, contos, literatura popular, lendas, fábulas, parlendas, músicas, etc.</p> <p>-Participar de experiências que utilizem como recurso os portadores textuais como fonte de informação: revistas, jornais, livros, dentre outros.</p>	2º		x	x	
		<p>Objetivos 2 anos</p> <p>-Folhear livros contando suas histórias para seus colegas, em situações de livre escolha.</p>	2º			x	
		<p>Objetivos 3 anos</p> <p>-Conhecer o uso social de diferentes portadores textuais.</p> <p>-Identificar o próprio nome em diferentes suportes.</p> <p>-Manusear diferentes portadores textuais tendo os adultos como referência.</p>	2º				x
Escuta e apreciação de gêneros textuais.	Momentos de prática de leitura compartilhada	<p>Objetivos 2 anos</p> <p>-Ouvir histórias e outros gêneros textuais: poemas, contos, literatura popular, lendas, fábulas, parlendas, músicas, etc.</p>	2º			x	
Apreciação de gêneros textuais.	Tentativas de Registro	<p>Objetivos 3 anos</p> <p>-Manusear e explorar diferentes portadores textuais como: livros, revistas, jornais, cartazes, listas telefônicas, cadernos de receitas, bulas e outros.</p> <p>-Escrever cartas aos seus colegas ou familiares fazendo uso da escrita espontânea</p>	2º				x

ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS 0 A 3 ANOS							
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
SABERES E CONHECIMENTOS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	SEMESTRE	B-I	B-II	M-I	M-II
(EI02EF08) Manipular textos e participar de situações de escuta para ampliar seu contato com diferentes gêneros textuais (parlendas, histórias de aventura, tirinhas, cartazes de sala, cardápios, notícias etc.).							
Gêneros textuais, seus autores, características e suportes.	Momentos de prática de leitura pelo educador leitor.	-Participar de situações de escuta envolvendo diferentes gêneros textuais. -Ter contato com diferentes suportes textuais observando e manipulando: jornal, livro de receitas, revistas, dentre outros	1º		x		
		<u>Objetivos comum 2 e 3 anos</u> -Apreciar e participar de momentos de contação de histórias realizados de diferentes maneiras. -Ouvir parlendas e brincar recitando-as. -Ouvir histórias e outros gêneros do discurso: poemas, literatura popular, lendas, músicas etc., por prazer/apreciação.	1º			x	x
		<u>Objetivos 2 anos</u> Participar de situações de escuta envolvendo diferentes gêneros do discurso, percebendo suas funções. Vivenciar experiências lúdicas em contato com diferentes textos. Participar de situações de exploração de portadores de diferentes gêneros do discurso em brincadeiras ou atividades em pequenos grupos.	1º			x	
Sensibilidade estética em	Sensibilidade estética em relação aos textos	-Vivenciar experiências lúdicas em contato com diferentes textos.	1º		x		

ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS							
0 A 3 ANOS							
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
SABERES E CONHECIMENTOS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	SEMESTRE	B-I	B-II	M-I	M-II
relação aos textos literários.	literários.	<p>Objetivos 3 anos</p> <p>-Explorar suportes de diferentes gêneros do discurso, percebendo as diferenças entre eles.</p> <p>-Ouvir e apreciar histórias e outros gêneros do discurso, como poemas, literatura popular, parlendas e músicas percebendo suas funções.</p> <p>-Identificar suportes e gêneros do discurso que sejam típicos de sua cultura.</p> <p>-Explorar o jornal como fonte de informação.</p> <p>-Ouvir histórias contadas por outras pessoas dentro da instituição: avós, irmãos, pais e outros.</p> <p>-Ouvir histórias em outros espaços próximos à instituição: praças, bibliotecas, escolas e outros.</p> <p>-Escolher livros de literatura e “lê-los” à sua maneira.</p>	1º				x
(EI02EF09) Manusear diferentes instrumentos e suportes de escrita para desenhar, traçar letras e outros sinais gráficos.							
Marcas gráficas.	Marcas gráficas.	-Produzir marcas gráficas com diferentes suportes de escrita: brochinha, giz de cera, lápis, pincel e outros, conhecendo suas funções.	2º		x		
		<p>Objetivos comum 2 e 3 anos</p> <p>-Produzir marcas gráficas com diferentes materiais e instrumentos, em diferentes suportes de escrita.</p>	2º			x	x
		<p>Objetivos 2 anos</p> <p>-Interagir com livros e letras de materiais resistentes e adequados à faixa etária (Ex. Livros de banho, letras de madeira e outros).</p> <p>-Manipular revistas, jornais, livros e outros materiais impressos para conhecer diferentes suportes de leitura e escrita.</p> <p>-Presenciar situações significativas de leitura e escrita para compreender a sua função social.</p>	2º			x	

ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS							
0 A 3 ANOS							
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
SABERES E CONHECIMENTOS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	SEMESTRE	B-I	B-II	M-I	M-II
Produção gráfica.	Produção gráfica.	Objetivos 2 anos -Conceber seus desenhos como uma forma de comunicação.	2º			x	
		Objetivos 3 anos -Rabiscar, pintar, desenhar, modelar, colar à sua maneira, dando significado às suas ideias, aos pensamentos e sensações. - Produzir marcas gráficas com diferentes suportes de escrita (lápis, pincel, giz) e elementos da natureza (graveto, carvão, pedra etc.).	2º				x
Sistema alfabético de representação da escrita e mecanismos de escrita.	Representação da escrita	-Presenciar situações significativas de leitura e escrita.	2º		x	x	x
Sensibilização para a escrita.	Sensibilização para a escrita.	-Ter contato visual com sua imagem (foto), juntamente com a escrita do nome.	2º		x		
		Objetivos comum 2 e 3 anos -Reconhecer seus desenhos como uma forma de comunicação.	2º			x	x
		Objetivos 2 anos -Presenciar situações significativas de leitura e escrita para compreender a sua função social	2º			x	
Materiais e tecnologias variadas para a produção da escrita e seus diferentes usos.	Cultura Escrita	-Vivenciar registros em diferentes suportes: papel, papelão, plástico, dentre outros. -Manipular revistas, jornais, livros e outros materiais impressos.	2º		x		
		Objetivos comum 2 e 3 anos -Rabiscar, pintar, desenhar, modelar, colar à sua maneira, dando significado às suas ideias, aos pensamentos e às sensações.	2º			x	x
Marcas gráficas: desenhos, letras, números.	Marcas gráficas: desenhos, letras, números.	Objetivos 3 anos -Fazer uso de garatujas com a intenção de uma comunicação escrita. -Fazer uso das letras, ainda que de forma não convencional, em seus registros de comunicação.	2º				x

ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS 0 A 3 ANOS							
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
SABERES E CONHECIMENTOS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	SEMESTRE	B-I	B-II	M-I	M-II
Escrita do nome.	Escrita do nome.	Objetivos 3 anos -Conhecer a escrita do seu nome para identificá-lo em situações diversas, progressivamente.	2º				x
Suportes de escrita.		Objetivos 3 anos -Expressar-se utilizando diversos suportes, materiais, instrumentos e técnicas. -Utilizar diversos suportes de escrita para desenhar e escrever espontaneamente: cartolina, sulfite, draft, livros, revistas e outros.	2º				x

ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS 0 A 3 ANOS							
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
SABERES E CONHECIMENTOS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	SEMESTRE	B-I	B-II	M-I	M-II
(EI0/01ET01) Explorar e descobrir as propriedades de objetos e materiais (odor, cor, sabor, temperatura).							
Percepção dos elementos no espaço.	Percepção visual e tátil.	-Explorar o espaço por meio do corpo e dos sentidos, a fim de perceber odores, cores, sabores, temperaturas e outras possibilidades presentes em seu ambiente. -Explorar espaços naturais e construídos percebendo-os com o corpo.	1º	x			
Órgãos dos sentidos e sensações.	Sensações e percepções.	-Sentir o odor de diferentes elementos. -Observar as cores de elementos presentes em seu dia a dia. -Experimentar diferentes sabores com o intuito de desenvolver o paladar. Experienciar com diferentes temperaturas: quente/frio.	1º	x			
Características físicas, propriedades e utilidades dos objetos.	Utilidade e exploração dos objetos.	-Manipular e explorar objetos e brinquedos de materiais diversos, explorando suas características físicas e suas possibilidades: morder, chupar, produzir sons, apertar, lançar,	1º	x			

ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS							
0 A 3 ANOS							
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
SABERES E CONHECIMENTOS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	SEMESTRE	B-I	B-II	M-I	M-II
		etc. - Manusear e explorar objetos naturais e industrializados observando suas formas e características.					
Odores, sabores, texturas, temperaturas, cores etc.	Alimentação.	-Conhecer os alimentos típicos da região ampliando o contato com os alimentos, por exemplo, pela consistência: sólidos, pastosos, líquidos ou pelos odores e sabores.	1º	x			
(EI01ET02) Explorar relações de causa e efeito (transbordar, tingir, misturar, mover e remover etc.) na interação com o mundo físico.							
Relação causa e efeito.	Exploração de objetos-mover e remover.	-Brincar com diferentes materiais percebendo a atividade de mover e remover objetos como: tirar e colocar em recipientes, colar e descolar objetos com velcro, dentre outras possibilidades.	1º	x			
Fenômenos físicos: fusão, mistura, transformação	Fenômenos físicos: transformação.	-Realizar pintura com diferentes misturas: terra com água, cola com corante, espuma com corante, dentre outras possibilidades. -Observar e vivenciar situações de contato com fenômenos da natureza, exemplo: chuva, vento, correnteza etc.	1º	x			
Fenômenos químicos: produção, mistura, transformação.	Fenômenos químicos: Transformação e reação.	- Participar de atividades que envolvam mistura de corantes ou tinta para que perceba a reação.	1º	x			
(EI01ET03) Explorar o ambiente pela ação e observação, manipulando, experimentando e fazendo descobertas.							
Elementos naturais: água, sol, ar e solo.	Água, sol, ar e solo.	-Interagir em diferentes espaços que permitem, por meio dos sentidos, a percepção dos elementos naturais: água, sol, ar, solo.	2º	x			
Seres vivos: pessoas, animais e plantas	Plantas e animais.	-Perceber a existência de diferentes tipos de seres vivos observando animais e plantas. -Explorar ambientes naturais para que perceba pequenos animais e insetos. -Explorar ambientes naturais para que perceba diferentes vegetações.	2º	x			

ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS							
0 A 3 ANOS							
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
SABERES E CONHECIMENTOS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	SEMESTRE	B-I	B-II	M-I	M-II
		-Descobrir, por meio de seus sentidos, os seres vivos próximos do seu entorno. -Conhecer as características (tamanho, cheiro, som, cores, movimentos e etc.) dos seres vivos.					
Instrumentos para observação e experimentação.	Elementos da natureza: observação e experimentação.	-Apreciar e manifestar curiosidade frente aos elementos da natureza, se entretendo com eles.	2º	x			
(EI01ET04) Manipular, experimentar, arrumar e explorar o espaço por meio de experiências de deslocamentos de si e dos objetos.							
Espaço.	Espaço da sala de aula.	-Explorar elementos presentes no espaço percebendo suas características e possibilidades.	2º	x			
Deslocamento e força.	Deslocamento e força.	- Deslocar-se de diferentes formas: engatinhando, andando, rolando, arrastando-se. -Lançar objetos.	2º	x			
Organização espacial.	Organização do ambiente escolar.	-Ajudar a organizar brinquedos e outros objetos nos seus respectivos espaços.	2º	x			
Noções espaciais de orientação, direção, proximidade, lateralidade, exterior e interior, lugar, distância.	Noções espaciais: Corpo e Espaço.	-Acompanhar com os olhos os movimentos dos materiais e usar o corpo para explorar o espaço, virando-se para diferentes lados ou rastejando-se.	2º	x			
Estratégias para a resolução de situações-problema.	Resolução de situações-problema.	-Participar de situações que envolvam a resolução de problemas (superar desafios, passar por obstáculos e outras).	2º	x			
(EI01ET05) Manipular materiais diversos e variados para comparar as diferenças e semelhanças entre eles.							
Diferenças e semelhanças entre os objetos	Manipulação de objetos.	-Manipular objetos, brinquedos e materiais diversos explorando suas características físicas como textura, espessura, tamanho, forma desenvolvendo as sensações e percepções através do ato de: morder, chupar, produzir sons, apertar, lançar etc. -Participar de situações em que o(a) professor(a) nomeia os atributos dos objetos destacando semelhanças e diferenças.	1º	x			

ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS 0 A 3 ANOS							
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
SABERES E CONHECIMENTOS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	SEMESTRE	B-I	B-II	M-I	M-II
Órgãos dos sentidos.	Sensações e percepções.	- Explorar materiais com texturas variadas como: mole, macio, áspero, liso, duro, dentre outras.	1º	x			
Os objetos, suas características e propriedades.	Objetos, características e propriedades.	- Perceber objetos com características variadas: leves, pesados, pequenos, grandes, finos, grossos, roliços, e suas possibilidades de manuseio. - Perceber possibilidades de empilhamento, desempilhamento, encaixe, desencaixe, enfileiramento, enchimento, esvaziamento, ajuntamento e separação de objetos através da mediação do professor.	1º	x			
(EI01ET06) Vivenciar diferentes ritmos, velocidades e fluxos nas interações e brincadeiras (em danças, balanços, escorregadores etc.).							
Ritmos, velocidades e fluxos.	Movimentos corporais.	- Realizar movimentos corporais na mesma frequência dos ritmos musicais. - Acompanhar com palmas as músicas cantadas pelo(a) professor(a) ou com recursos audiovisua	2º	x			
Noção Temporal.	Noção Temporal e brincadeiras cantadas.	- Realizar brincadeiras que envolvam fluxo e velocidade, como exemplo: serra, serra, serrador; bambalão; dentre outras.	2º	x			
Sequência Temporal.	Sequência Temporal e rotinas.	- Participar de situações em que o(a) professor(a) relaciona noções de tempo a seus ritmos biológicos, para perceber a sequência temporal em sua rotina diária: alimentar-se, brincar, descansar, tomar banho.	2º	x			
(EI02ET01) Explorar e descrever semelhanças e diferenças entre as características e propriedades dos objetos (textura, massa, tamanho).							
Manipulação, exploração e organização de objetos.	Manipulação, exploração e organização de objetos.	- Observar semelhanças e diferenças entre objetos. - Manipular, explorar e organizar, progressivamente brinquedos e outros materiais realizando classificações simples.	1º		x	x	

ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS							
0 A 3 ANOS							
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
SABERES E CONHECIMENTOS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	SEMESTRE	B-I	B-II	M-I	M-II
		Objetivos comum 2 e 3 anos: -Manipular objetos e brinquedos de materiais diversos, explorando suas características físicas. -Observar e nomear alguns atributos dos objetos. -Misturar diferentes materiais explorando suas características físicas.	1º			x	x
Percepção dos elementos no espaço.	Elementos naturais e produzidos pelo homem.	-Manusear e explorar elementos do meio natural e objetos produzidos pelo homem, com a mediação do(a) professor(a).	1º		x		
Órgãos dos sentidos.	Cinco sentidos: sensações e percepções.	Observar os atributos dos objetos por meio da exploração: grande/pequeno, áspero/liso/macio, quente/frio, pesado/leve dentre outras possibilidades	1º		x	x	
Características físicas, propriedades e utilidades dos objetos.	Características físicas dos objetos.	-Manipular objetos e brinquedos de materiais diversos, explorando suas características físicas e possibilidades: morder, chupar, produzir sons, apertar, encher, esvaziar, empilhar, afundar, flutuar, soprar, montar, lançar, jogar etc.	1º		x		
		Objetivos 2 anos: -Identificar e manusear elementos do meio natural e objetos produzidos pelo homem. -Organizar progressivamente brinquedos e outros materiais, comparando e descrevendo semelhanças e diferenças, realizando classificações simples.	1º			x	
Textura, massa e tamanho dos objetos.	Elementos da natureza.	-Participar de situações misturando areia e água, diversas cores de tinta e explorando elementos da natureza como: terra, lama, plantas etc.	1º		x	x	
Patrimônio material e imaterial.	Exploração de objetos do cotidiano.	Objetivos 2 anos: -Explorar e identificar semelhanças e diferenças entre objetos.	1º			x	

ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS							
0 A 3 ANOS							
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
SABERES E CONHECIMENTOS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	SEMESTRE	B-I	B-II	M-I	M-II
Características físicas, utilidades, propriedades, semelhanças e diferenças entre os objetos	Características físicas, utilidades, propriedades, semelhanças e diferenças entre os objetos e sua função social.	Objetivos 3 anos: -Explorar objetos pessoais e do meio em que vive, conhecendo suas características, propriedades e função social. -Descrever objetos em situações de exploração apontando suas características, semelhanças e diferenças. -Observar objetos produzidos em diferentes épocas e por diferentes grupos sociais a fim de perceber as características dos mesmos.	1º				x
Organização, comparação, classificação, sequenciação e ordenação de diferentes objetos.	Organização, comparação, classificação, sequenciação e ordenação de diferentes objetos.	Objetivos 3 anos: -Manipular objetos e brinquedos explorando as características, propriedades e possibilidades associativas (empilhar, rolar, transvasar, encaixar). -Manipular, explorar, comparar, organizar, sequenciar, classificar e ordenar materiais. -Participar de jogos de montar, empilhar e encaixar, realizando construções cada vez mais complexas e orientando-se por noções espaciais.	1º				x
Formas geométricas.	Sólidos Geométricos (tridimensional) e figuras planas (bidimensional).	Objetivos 3 anos: -Observar, no meio natural e social, as formas geométricas, percebendo diferenças e semelhanças entre os objetos no espaço. -Manusear as formas geométricas espaciais.	1º				x
Medidas padronizadas e não padronizadas (arbitrárias) de comprimento, massa, capacidade e tempo.	Medidas de: capacidade, comprimento, massa e tempo.	Objetivos 3 anos: -Realizar classificação em diferentes situações de acordo com critérios: capacidade, volume, cor, massa e comprimento. -Participar de situações que envolvam os sistemas de medida de comprimento, de massa e de capacidade, utilizando medidas padronizadas e não padronizadas (arbitrárias). -Participar de situações e atividades que envolvam medidas de tempo (calendário e relógio).	1º				x

ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS							
0 A 3 ANOS							
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
SABERES E CONHECIMENTOS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	SEMESTRE	B-I	B-II	M-I	M-II
(E102ET02) Observar, relatar e descrever incidentes do cotidiano e fenômenos naturais (luz solar, vento, chuva etc.).							
Fenômenos naturais: luz solar, vento, chuva.	Noções de astronomia.	-Observar e descobrir diferentes elementos e fenômenos da natureza, ex.: luz solar, chuva, vento, dunas, lagoas, entre outros. -Participar de momentos no ambiente externo em que perceba o calor e a luz solar. -Ouvir músicas e histórias que envolvem a temática fenômenos da natureza.	2º		x	x	
		Objetivos comum 2 e 3 anos: -Participar de discussões mediadas pelo(a) professor(a) sobre os fenômenos naturais do cotidiano e suas alterações. -Participar de práticas coletivas percebendo elementos e fenômenos da natureza (chuva, vento, luz solar, sombra, arco-íris, nuvens, relâmpago e trovão).	2º			x	x
Tempo atmosférico	Condições climáticas.	-Observar a chuva, seu som e outras sensações características (cheiro e vibrações), bem como o fenômeno trovão. -Oralizar sobre objetos, seres vivos e eventos naturais no ambiente	2º		x		
		Objetivos 2 anos: -Observar e reconhecer a chuva, seu som e outras sensações características (cheiro e vibrações), bem como do fenômeno trovão e suas características.	2º			x	
Elementos da natureza.	Observação dos elementos da natureza em espaços externos (escola).	-Perceber os elementos e fenômenos da natureza, a partir das práticas coletivas. -Perceber os elementos da natureza explorando os espaços externos da instituição e incentivando a preservação do meio ambiente. -Participar de momentos dentro e fora da sala, em que sinta a presença do vento.	2º		x	x	x

ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS							
0 A 3 ANOS							
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
SABERES E CONHECIMENTOS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	SEMESTRE	B-I	B-II	M-I	M-II
		Objetivos comum 2 e 3 anos: -Falar sobre o que está vendo e o que está acontecendo, descrevendo mudanças em objetos, seres vivos e eventos naturais no ambiente.	2º			x	x
Água.	Elementos do meio ambiente- Água: Importância da água para os seres vivos; Poluição e cuidados com a água;	Objetivos 2 anos: -Conhecer a importância da água para os seres vivos. -Conhecer a necessidade de cuidados com o uso da água. -Reconhecer a importância da água para os seres vivos, bem como a necessidade de seu uso racional.	2º			x	
Fenômenos físicos: movimento, inércia, flutuação, equilíbrio, força, magnetismo, atrito	Observação de fenômenos naturais e físicos na rotina.	Objetivos 3 anos: -Experimentar sensações físicas táteis sobre alguns fenômenos da natureza. -Observar sobre fenômenos naturais e físicos (movimento, inércia, flutuação, equilíbrio, força, magnetismo, atrito). -Conhecer fenômenos naturais típicos de sua região.	2º				x
Sistema Solar.	Noções de astronomia.	Objetivos 3 anos: -Observar o céu em diferentes momentos do dia. Participar da construção de maquetes de sistema solar utilizando materiais diversos.	2º				x
Dia e noite.	Movimento da Terra (dia e noite).	Objetivos 3 anos: -Perceber os elementos e características do dia e da noite, com presença e ausência de luz e sol/lua.	2º				x
Luz e sombra.	Sol: fontes de luz e calor.	Objetivos 3 anos: -Explorar o efeito da luz por meio da sua presença ou ausência (luz e sombra).	2º				x
Instrumentos para observação e experimentação.	Instrumentos para observação e experimentação.	Objetivos 3 anos: -Observar os fenômenos naturais por meio de diferentes recursos e/ou experiências. -Observar e relatar sobre: o vento, a chuva, a luz	2º				x

ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS 0 A 3 ANOS							
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
SABERES E CONHECIMENTOS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	SEMESTRE	B-I	B-II	M-I	M-II
		do sol e outros. -Ter noções sobre os quatro elementos: terra, fogo, ar e água, de várias formas.					
Diferentes fontes de pesquisa.	Uso de recursos midiáticos.	Objetivos 3 anos: -Pesquisar sobre diversos fenômenos naturais e físicos.	2º				x
Registros gráficos, orais, plásticos, dramáticos que retratam os conhecimentos.	Tentativas de registro.	Objetivos 3 anos: Expressar suas observações pela oralidade e outros registros. Fazer registros por meio de desenhos, fotos e relatos.	2º				x
EI02/03ET09) Conhecer animais e plantas percebendo a existência de diferentes tipos de seres vivos, seu habitat e suas características.							
(EI02ET03) Compartilhar, com outras crianças, situações de cuidado de plantas e animais nos espaços da instituição e fora dela.							
Plantas e seu habitat.	Plantas e suas características.	- Conhecer plantas, suas características físicas, habitat e acompanhar seu crescimento.	2º		x		
Plantas, suas características gerais, habitat, diversidade e prevenção de acidentes.	Elementos do meio ambiente: vegetais.	Objetivos comum 2 e 3 anos: -Observar o habitat de plantas em hortas e jardins, observando algumas de suas características (tamanho, comestível e não comestível, cor, odor), com apoio do(a) professor(a). -Conhecer alimentos saudáveis: frutas, legumes, verduras e cereais	2º			x	x
		Objetivos 2 anos: -Nomear algumas plantas do seu entorno, com auxílio do(o) professor(a). -Ajudar a cultivar e acompanhar o crescimento de algumas plantas, com auxílio do(o) professor(a).	2º			x	
		Objetivos 3 anos: -Identificar as propriedades organolépticas (odor, sabor, cor e textura) das plantas. -Identificar algumas plantas e seu habitat. -Ter contato com plantas percebendo suas partes e funções.	2º				x

ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS							
0 A 3 ANOS							
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
SABERES E CONHECIMENTOS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	SEMESTRE	B-I	B-II	M-I	M-II
		-Responsabilizar-se pelo cultivo de plantas e por seu cuidado, com auxílio do professor. (terrário, horta, jardim, árvore frutífera).					
Plantas comestíveis e não comestíveis.	Plantas: Identificação (comestíveis e não comestíveis).	Objetivos 2 anos: -Conhecer algumas plantas que não servem como alimento do homem. -Conhecer plantas, do seu entorno, que podem causar perigo quando manipulada ou colocada na boca.	2º			x	
		Objetivos 3 anos: -Identificar, com auxílio do(a) professor(a) algumas plantas que podem ser perigosas.	2º				x
Prevenção de acidentes com plantas.	Características (gerais, diversidades e prevenção de acidentes).	Objetivos 3 anos: -Identificar, com auxílio do(a) professor(a) algumas plantas que podem ser perigosas. -Ter noções sobre cuidados para prevenir acidentes com plantas.	2º				x
Animais e seus modos de vida.	Animais: Identificação (domésticos, selvagens, aquáticos e terrestres).	- Conhecer o modo de vida de insetos e animais presentes no dia a dia.	2º		x		
		Objetivos comum 2 e 3 anos: -Observar animais no ecossistema evidenciando conhecimentos básicos sobre suas características físicas, locomoção, alimentação e habitat. -Observar a alimentação dos animais e do ser humano, com auxílio do(a) professor(a).	2º			x	x
Animais: suas características (locomoção, habitat, proteção, alimentação) seu modo de vida	Animais: características (locomoção, proteção, alimentação, habitat, higiene e prevenção de acidentes).	Objetivos 2 anos: -Observar, imitar e nomear algumas particularidades dos animais. -Conhecer o modo de vida de inseto (joaninha, abelha, besouro, mosquitos e outros) e animais presentes no dia a dia. -Identificar, pela exploração e observação, características que diferenciam os seres vivos de outros elementos e materiais de seu meio.	2º			x	

ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS							
0 A 3 ANOS							
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
SABERES E CONHECIMENTOS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	SEMESTRE	B-I	B-II	M-I	M-II
Animais no ecossistema: cadeia alimentar.	Cadeia alimentar.	Objetivos 3 anos: -Conhecer e identificar estrutura da cadeia alimentar.	2º				x
Alimentação dos seres vivos.	Alimentação do ser humano.	Objetivos 2 anos: Identificar alguns alimentos comestíveis usados na sua alimentação.	1º			x	
Alimentação saudável.	Alimentação saudável.	Objetivos 3 anos: -Conhecer alimentos consumidos pelo homem: origem animal, vegetal e mineral.	1º				x
Industrializados e naturais, restrições alimentares.	Alimentos: Origem animal, vegetal e mineral; naturais e industrializados; restrições alimentares e higiene dos alimentos.	Objetivos 3 anos: -Identificar, com auxílio de material de apoio, alimentos naturais e industrializados. -Conhecer possíveis situações de restrição alimentar entre os colegas de turma.	1º				x
Corpo humano: partes externas, órgãos dos sentidos e suas funções.	Partes do corpo e características	Objetivos 3 anos: Conhecer algumas características físicas do ser humano: o corpo humano, partes externas, órgãos dos sentidos e suas funções. -Conhecer hábitos de higiene bucal e corporal diários, necessários à saúde do ser humano. -Identificar tipos de vestuário adequados às mudanças climáticas. -Identificar o homem/mulher/criança na condição de espécie animal.	1º				x
Diferentes meios para satisfazer necessidades de sobrevivência do ser humano: comunicação, locomoção, habitat.	Moradia e Meios de Transporte.	Objetivos 3 anos: -Conhecer tipos de moradias do ser humano. -Conhecer formas de locomoção do ser humano em espaços terrestres, aéreos e aquáticos.	2º				x
Preservação do meio ambiente.	Cuidados com o meio ambiente.	-Perceber-se enquanto parte integrante do meio ambiente. -Participar de situações do cuidado com o meio ambiente: preservar as plantas e não maltratar animais. -Ouvir músicas e histórias que envolvem a temática plantas, animais e meio ambiente	2º		x	x	

ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS							
0 A 3 ANOS							
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
SABERES E CONHECIMENTOS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	SEMESTRE	B-I	B-II	M-I	M-II
		Objetivos comum 2 e 3 anos: -Perceber-se enquanto parte integrante do meio ambiente.	2º			x	x
Coleta seletiva do lixo.	Coleta seletiva do lixo.	Objetivos 3 anos: -Conhecer o processo de decomposição/compostagem de objetos e vegetais, percebendo as transformações num determinado tempo, com auxílio do professor. -Participar de situações de cuidado com o meio ambiente: cuidado com plantas e com animais, separação de lixo, economia de água e outros.	2º				x
Doenças transmitidas por animais e formas de prevenção.	Doenças transmitidas por animais e formas de prevenção.	Objetivos 3 anos: Conhecer doenças transmitidas por animais, insetos e formas de prevenção.	2º				x
Transformação da natureza.	Experiências práticas e contato com elementos naturais e transformados pelo homem.	Experimentar em diferentes momentos o contato com elementos naturais em hortas e jardins.	2º		x	x	x
Elementos da natureza.	Elementos da natureza-contato com animais e plantas.	-Observar e conhecer animais e plantas percebendo a existência de diferentes tipos de seres vivos. -Observar e ter contato com animais e plantas, nomeados pelo (a) professor(a).	2º		x		
		Objetivos comum 2 e 3 anos: -Perceber os elementos da natureza explorando os espaços externos e internos da instituição escolar.	2º			x	x
Diferentes meios para satisfazer necessidades de sobrevivência do ser humano: comunicação, locomoção, habitat.	Tipos de Moradia; Meios de transporte e Meios de comunicação.	Objetivos 3 anos: -Conhecer tipos de moradias do ser humano. -Conhecer formas de locomoção do ser humano em espaços terrestres, aéreos e aquáticos. Identificar meios de comunicação utilizados pelo ser humano.	2º				x
(EI02ET04) Identificar relações espaciais (dentro e fora, em cima, embaixo, acima, abaixo, entre e do lado) e temporais (antes, durante e depois).							

**ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS
0 A 3 ANOS**

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES

SABERES E CONHECIMENTOS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	SEMESTRE	B-I	B-II	M-I	M-II
Linguagem matemática	Relação espacial: pertode, mais baixo que, na frente de, atrás de, ao lado de, à direita de, à esquerda de. Relação temporal: agora, depois e durante.	- Explorar o ambiente da escola considerando a localização de si e de elementos no espaço: frente, atrás, entre, em cima, embaixo, dentro, fora e outros. Objetivos 2 anos: -Evidenciar progressiva compreensão e autonomia sobre a passagem do tempo por meio do entendimento de comandos como agora, depois e durante, em situações rotineiras ou do cotidiano.	1º		x		
Comparação da posição dos elementos no espaço.	Posição: dentro, fora, embaixo, e m cima, atrás de, na frente de de, ao lado de, primeiro, último, entre, de frente, de costas, acima, abaixo, à direita, à esquerda, aberta/fechada.	- Conhecer os diferentes espaços da escola por meio de explorações que promovam a identificação de relações espaciais. -Manipular, experimentar e explorar o espaço por meio de experiências de deslocamento de si e dos objetos. -Participar de situações que envolvam circuitos onde possa subir, descer, ir para frente e para trás e outros movimentos.	1º		x		
		Objetivos comum 2 e 3 anos: Encontrar objetos ou brinquedos em situações de brincadeiras orientadas ou a partir de comandos do(a) professor(a) sobre a sua localização	1º			x	x
Noção temporal.	Noções de temporalidade: ontem, hoje e amanhã	- Participar de momentos de exploração dos dias da semana com músicas.	1º		x		
Posição do corpo no espaço.	O Corpo no espaço.	- Perceber noções de tempo ao ouvir comandos como: agora, depois e durante e ao observar situações da rotina. -Identificar os momentos da rotina ou conversar sobre os acontecimentos do dia utilizando expressões temporais como antes, durante e depois. Encontrar objetos ou brinquedos desejados nas situações de brincadeiras ou a partir de orientações do(a) professor(a) sobre a sua localização	1º		x		

ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS							
0 A 3 ANOS							
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
SABERES E CONHECIMENTOS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	SEMESTRE	B-I	B-II	M-I	M-II
Percepção do entorno.	Percepção do entorno.	Objetivos comum 2 e 3 anos: Movimentar-se no espaço, sob comando do professor, com indicações de ação: descer, andar para frente, para trás, para o lado, evidenciando progressiva autonomia	1º			x	x
Espaço físico e objetos.	Escola: espaço físico e objetos.	Objetivos comum 2 e 3 anos: Conhecer os diferentes ambientes da escola por meio de explorações que promovam a identificação de relações espaciais.	1º			x	x
Noções espaciais de orientação, de direção, de proximidade, de lateralidade, de exterior e interior, de lugar e de distância.	Noções espaciais: movimentos corporais.	Objetivos comum 2 e 3 anos: Movimentar-se no espaço, sob comando do professor, com indicações de ação: dentro de, fora de, em cima de, embaixo de, por baixo de, ao lado de, perto de, longe de, evidenciando progressiva autonomia.	1º			x	x
		Objetivos 3 anos: Participar de situações diversas dentro e fora da sala que envolvam as noções topológicas.	1º				x
Posição dos objetos	Posição dos objetos: brinquedos e brincadeiras.	Objetivos comum 2 e 3 anos: -Encontrar objetos ou brinquedos em situações de brincadeiras orientadas ou a partir de comandos do(a) professor(a) sobre a sua localização.	1º			x	x
Posição corporal.	Posição corporal: ritmo e velocidade.	Objetivos comum 2 e 3 anos: Movimentar-se no espaço, sob comando do professor, com indicações de ação: rápido, devagar, mais rápido, mais lento, evidenciando progressiva autonomia.	1º			x	x
		Objetivos 2 anos: -Posicionar o corpo no espaço a partir de orientações: Vem até aqui. Vamos subir? Você quer descer?	1º			x	

ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS 0 A 3 ANOS							
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
SABERES E CONHECIMENTOS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	SEMESTRE	B-I	B-II	M-I	M-II
Noção temporal.	Noções de temporalidade:	Objetivos comum 2 e 3 anos: Identificar os momentos da rotina utilizando expressões temporais como antes de, durante e depois de. -Participar de momentos de exploração dos dias da semana com músicas.	1º			x	x
Escola.	Elementos do espaço escolar.	Objetivos comum 2 e 3 anos: -Conhecer os diferentes ambientes da escola por meio de explorações que promovam a identificação de relações espaciais. -Explorar o ambiente da escola considerando a localização de si e de elementos no espaço.	1º			x	
(EI02ET05) Classificar objetos, considerando determinado atributo (tamanho, peso, cor, forma etc.).							
Propriedades dos objetos.	Função social dos objetos: pessoais e coletivos.	- Explorar as propriedades físicas e funções dos objetos.	2º		x		
		Objetivos comum 2 e 3 anos: -Conhecer as características, propriedades e função social dos objetos pessoais e do meio em que vive.	2º			x	x
		Objetivos 3 anos: Separar objetos e materiais considerando os usos, a cor, a textura e/ou material utilizado, realizando agrupamentos respeitando os critérios indicados pelo(a) professor(a).	2º				x
Classificação dos objetos de acordo com atributos.	Atributos dos objetos: semelhanças e diferenças.	- Manipular, experimentar e explorar o espaço por meio de experiências de deslocamento de si e dos objetos. -Participar de situações em que o(a) professor(a) nomeia os atributos dos objetos destacando semelhanças e diferenças.	2º		x		

ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS							
0 A 3 ANOS							
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
SABERES E CONHECIMENTOS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	SEMESTRE	B-I	B-II	M-I	M-II
Tamanho, forma e posição dos objetos.	Propriedades dos objetos.	-Explorar e descobrir as propriedades dos objetos e materiais: tamanho, massa, cor, forma, dentre outras. -Agrupar os objetos, seguindo critérios: tamanho, peso, forma, cor dentre outras possibilidades.	2º		x		
Medidas padronizada e não padronizadas de comprimento e massa.	Medidas de comprimento e massa.	-Perceber os atributos dos objetos atentando-se à fala e demonstração do(a) professor(a): objetos leves e pesados, objetos grandes e pequenos, objetos de cores diferentes, dentre outros.	2º		x		
		Objetivos 3 anos: Conhecer instrumentos de medida de massa padronizada e não padronizada. Conhecer instrumentos de medida de comprimento padronizadas e não padronizadas.	2º				x
Capacidade, comprimento, massa, forma e posição dos objetos.	Medidas de comprimento e massa- Noções de: comprido/curto, alto/baixo, mesma altura, mesmo tamanho, grande/pequeno, maior/menor, alto/baixo, largo/estrito/grosso/fino. Leve/pesado, mais leve, mais pesado	Objetivos comum 2 e 3 anos: -Comparar objetos seguindo critérios: de capacidade, comprimento, massa, cor, forma, textura, dentre outros, com progressiva autonomia.	2º			x	x
		Objetivos 2 anos: Agrupar os objetos, seguindo critérios mediados pelo(a) professor(a): comprimento, capacidade, cor, massa, forma, posição, dentre outras possibilidades.	2º			x	
		Objetivos 3 anos: -Estabelecer relações de capacidade: cheio/vazio, o que tem mais, o que tem menos, metade, pouco/muito. -Estabelecer relações de comprimento: comprido/curto; alto/baixo; mesma altura, mesmo tamanho, grande/pequeno, maior/menor, largo/estrito, grosso/fino. -Estabelecer relações de massa: leve/pesado; mais leve/mas pesado.	2º				

ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊ E CRIANÇAS BEM PEQUENAS							
0 A 3 ANOS							
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
SABERES E CONHECIMENTOS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	SEMESTRE	B-I	B-II	M-I	M-II
Semelhanças e diferenças entre elementos.	Semelhanças e diferenças entre elementos: comprimento, capacidade, massa - medidas arbitrárias (colher, concha, copo, xícara, garrafa).	Objetivos 3 anos: Comparar, organizar e classificar os objetos seguindo alguns critérios estabelecidos, como cor, forma, massa, comprimento, volume, material, uso etc. Explorar os atributos de diferentes objetos para selecioná-los e agrupá-los, seguindo um ou mais critérios.	2º				x
Medida de valor.	Mediads de valor: função social do dinheiro (cédulas e moedas).	Objetivos 3 anos: -Conhecer a medida de valor: cédulas e moedas	2º				x
Noções de geometria	Sólidos geométricos (tridimensional).	Objetivos 3 anos: -Explorar os sólidos geométricos, observando a superfície plana (não rolam) e curva (que rolam), com auxílio do(a) professor(a).	2º				x
(E102ET06) Utilizar conceitos básicos de tempo (agora, antes, durante, depois, ontem, hoje, amanhã, lento, rápido, depressa, devagar).							
Noções de tempo.	Medidas de tempo- identificar noções de: antes, agora, depois, rápido e devagar.	-Brincar no espaço externo explorando diversos movimentos corporais e experimentando diferentes níveis de velocidades.	2º		x	x	x
		Objetivos 2 anos: -Compreender o agora e o depois nos diferentes momentos do cotidiano de seu grupo construindo referências para apoiar sua percepção do tempo, por exemplo, ao pegar um livro entende-se que é o momento de escuta de histórias.	2º			x	
		Objetivos 3 anos: -Utilizar conceitos básicos de tempo em situações do dia a dia: amanhã vamos visitar uma outra turma da escola; vamos andar bem devagar até o pátio; qual história ouvimos ontem? e outras possibilidades que envolvam noções de	2º				

ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS							
0 A 3 ANOS							
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
SABERES E CONHECIMENTOS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	SEMESTRE	B-I	B-II	M-I	M-II
		tempo.					
Transformações na natureza: dia e a noite	Noções de astronomia: movimentos da terra/dia e noite.	-Observar o céu, astros, estrelas e seus movimentos (dia e noite), para que percebam a passagem do tempo.	2º		x	x	x
Medidas padronizadas e não padronizadas de tempo.	Medida de tempo: noções de temporalidade: exploração e características.	-Participar de atividades de culinária, produções artísticas que envolvam: pintura, experiências com argila e outras situações para que adquiram noções do tempo de preparo ou secagem para estar pronto.	2º		x	x	x
Linguagem matemática.	Medidas de tempo: ontem, hoje e amanhã enquanto tempo histórico, por meio de instrumentos e da rotina.	-Compreender o agora e o depois nos diferentes momentos do cotidiano de seu grupo construindo referências para apoiar sua percepção do tempo, por exemplo, ao pegar um livro entende-se que é o momento de escuta de histórias.	2º		x		
		Objetivos comum 2 e 3 anos: -Explorar diferentes instrumentos de nossa cultura que usam número, grandezas e medidas de tempo, em contextos significativos, como: calendário, relógio e ampulheta.	2º			x	x
Medidas e grandezas.	Medidas e grandezas: instrumentos do cotidiano.	Objetivos comum 2 e 3 anos: -Explorar diferentes instrumentos de nossa cultura que usam número, grandezas e medidas de tempo, em contextos significativos como: calendário, termômetro, balança, relógio, ampulheta, ábaco, calculadora etc.	2º			x	x
Sequência temporal.	Sequência temporal: rotina diária na casa e escola.	Objetivos 2 anos: -Vivenciar situações em que o adulto relaciona noções de tempo a seus ritmos biológicos, para perceber a sequência temporal em sua rotina diária: alimentar-se, brincar, descansar, tomar banho e escovar os dentes.	2º			x	

ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS 0 A 3 ANOS							
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
SABERES E CONHECIMENTOS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	SEMESTRE	B-I	B-II	M-I	M-II
Recursos culturais e tecnológicos de medida de tempo.	Recursos culturais e Tecnológicos: relógio de ponteiro, relógio de pulso, relógio digital, calendário.	Objetivos 3 anos: -Conhecer conceitos básicos de tempo em situações do dia a dia.	2º				x
Sequência temporal nas narrativas orais e registros gráficos.	Noções de temporalidade e tentativas de registro.	Objetivos 3 anos: -Participar de rodas de conversa relatando sobre suas rotinas. -Participar da elaboração de cartazes com a rotina diária da turma. -Reconhecer a rotina da sala de aula compreendendo a sequência dos fatos de modo a adquirir maior independência, autonomia e atuar de forma a prever as próximas ações. -Relacionar noções de tempo a seus ritmos biológicos para perceber a sequência temporal em sua rotina diária: alimentar-se, brincar, descansar, tomar banho.	2º				x
(EI02ET07) Contar oralmente objetos, pessoas, livros etc., em contextos diversos.							
Manipulação, exploração e organização de objetos.	Números e operações: classificação.	-Ter contato com números e contagem em situações contextualizadas e significativas, distribuição de materiais diversos, divisão de objetos, coleta de objetos, dentre outras situações.	1º		x		
		Objetivos 3 anos: -Manipular, explorar, organizar brinquedos e outros materiais em agrupamentos.	1º				x
Contagem oral. Sistema de numeração decimal.	Números e operações: Principais funções sociais do número: contar, codificar, medir e ordenar.	-Participar de brincadeiras que envolvam a contagem oral.	1º		x		
		Objetivos comum 2 e 3 anos: - Perceber o uso da contagem por meio de diferentes atividades realizadas oralmente pela professora, estabelecendo noções de	1º			x	x

ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS							
0 A 3 ANOS							
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
SABERES E CONHECIMENTOS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	SEMESTRE	B-I	B-II	M-I	M-II
		quantificação, realizando comparações.					
		Objetivos 3 anos: -Realizar contagem oral durante brincadeiras. -Jogar jogos de percurso simples movendo sua peça conforme a quantidade tirada no dado.	1º				x
Identificação e utilização dos números no contexto social.	Leitura de numerais (pelo professor) a partir de calendário, desenhos, signos e gestos.	-Perceber o uso da contagem por meio de diferentes experiências realizadas oralmente pelo(a) professor(a), para que o estabeleça noções de quantificação, progressivamente como: quadro de faltas e presenças e em outros momentos.	1º		x		
		Objetivos comum 2 e 3 anos: Perceber os números em diferentes objetos da nossa cultura e em contextos significativos.	1º			x	x
Sequência numérica.	Números e operações: sequenciação.	- Participar de brincadeiras que envolvam a recitação da sequência numérica por meio de cantigas, rimas, lendas e ou parlendas.	1º		x	x	x
		Objetivos 2 anos: Participar de jogos que envolvam números como boliche, jogos cantados como parlendas e outros.	1º			x	
Números e quantidades.	Estabelecer relações com objetos: um, nenhum, muito, pouco, tem menos, tem mais, tem a mesma quantidade.	Objetivos comum 2 e 3 anos: -Explorar a possibilidade de agrupamento de elementos da mesma natureza em quantidades preestabelecidas.	1º			x	x
		Objetivos 3 anos: -Realizar contagem oral em brincadeiras e situações cotidianas como: quantidade de meninos e meninas da turma, quantidade de brinquedos, mochilas, bonecas e	1º				x

ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS							
0 A 3 ANOS							
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
SABERES E CONHECIMENTOS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	SEMESTRE	B-I	B-II	M-I	M-II
		outras.					
Relação objeto/quantidade	Registro de quantidade por meio de brinquedos, brincadeiras e jogos	Objetivos 2 anos: -Realizar contagem oral durante brincadeiras, mesmo que de forma desordenada. -Participar de atividades que envolvam o registro de quantidades de forma não convencional em jogos, brincadeiras e situações do cotidiano.	1º			x	
Agrupamento dos elementos.	Agrupamentos, utilizando como critério a quantidade.	Objetivos 2 anos: -Usar a contagem em situações de manipulação de materiais, conduzidas pelo(a) professor(a). -Manipular, explorar, organizar brinquedos e outros materiais em agrupamentos, realizando a contagem.	1º			x	
Correspondência biunívoca.	Combinação de números e quantidades.	Objetivos 2 anos: -Manipular e explorar objetos, brinquedos em situações cotidianas estabelecendo correspondência biunívoca.				x	
Classificação.	Números e operações:sequenciação numérica.	Objetivos 2 anos: -Participar de brincadeiras que envolvam a recitação da sequência numérica por meio de cantigas, rimas, parlendas ou amarelinha. -Participar de atividades oralmente, envolvendo a sequência numérica.	1º			x	
Registros gráficos.	Tentativas de registro gráfico.	Objetivos 3 anos: Participar de situações que envolvam o registro de quantidades de forma convencional em jogos, brincadeiras e situações do cotidiano, por meio de desenhos e outros símbolos até 5.	1º				x
Noções básicas de subtração e adição.	Contar, agrupar e dividir objetos.	Objetivos 3 anos: -Contar objetos, brinquedos e alimentos e dividir entre os colegas. -Agrupar e/ou separar objetos em	1º				x

ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS							
0 A 3 ANOS							
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
SABERES E CONHECIMENTOS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	SEMESTRE	B-I	B-II	M-I	M-II
		quantidades iguais, seguindo orientações do(a) professor(a).					
(EI02ET08) Registrar com números a quantidade de crianças (meninas e meninos, presentes e ausentes) e a quantidade de objetos da mesma natureza (bonecas, bolas, livros etc.).							
Contagem oral. Linguagem matemática.	Representação numérica por meio de brinquedos cantados.	-Participar de brincadeiras envolvendo cantigas, rimas, lendas, parlendas ou outras situações que se utilizam de contagem oral e envolvam representação numérica.	1º		x	x	
		Objetivos 2 anos: -Perceber os números em diferentes objetos da nossa cultura que possibilitem usar e pensar sobre o número em contextos significativos como: relógio, telefone, calendário etc.	1º			x	
		Objetivos 3 anos: -Realizar contagem oral por meio de cantigas e outras atividades lúdicas relacionando às quantidades. -Ter contato com instrumentos da cultura que permitam pensar sobre o número como: calendário, termômetro, relógio, celular.	1º				
Números e quantidades.	Números e quantidades: agrupamento de elementos explorando ideias de acrescentar e juntar.	-Participar de situações de agrupamento de elementos da mesma natureza em quantidades preestabelecidas.	1º		x	x	
		Objetivos 3 anos: Participar de jogos que envolvam números como boliche, amarelinha e/ou jogos cantados como parlendas e outros.	1º				x
Identificação e utilização dos números no contexto social.	Funções sociais dos números.	-Participar de situações onde há o registro escrito de músicas e outros textos observando a grafia numérica.	1º		x	x	

ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS							
0 A 3 ANOS							
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
SABERES E CONHECIMENTOS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	SEMESTRE	B-I	B-II	M-I	M-II
		<p>Objetivos 3 anos:</p> <p>-Identificar os números e seus usos sociais em situações do dia a dia: a própria idade e as dos colegas, os algarismos presentes nas roupas, calçados, telefones, elevadores, jogos, celulares, livros, revistas e jornais, residências, dentre outras possibilidades e no discurso oral quando este se referir a quantidades.</p> <p>-Perceber os números no contexto social escolar.</p>	1º				x
Representação de quantidades.	Registro de quantidades por meio de brincadeiras.	<p>-Observar contagens e registros de quantidades realizados pelo(a) professor(a).</p> <p>Objetivos 2 anos:</p> <p>-Participar de situações que envolvam o registro de quantidades de forma convencional e não convencional em jogos, brincadeiras e situações do cotidiano.</p>	1º		x		
		<p>Objetivos 2 anos:</p> <p>-Participar de situações que envolvam o registro de quantidades de forma convencional e não convencional em jogos, brincadeiras e situações do cotidiano.</p>	1º			x	
Sistema de numeração decimal.	Sequenciação e comparação.	<p>Objetivos 3 anos:</p> <p>-Jogar jogos nos quais se precisa contar, ler ou registrar números.</p>	1º				x
Representação gráfica numérica.	Tentativas de registro por meio de desenhos e objetos.	<p>Objetivos 3 anos:</p> <p>Registrar números e quantidades por meio de desenhos e outros símbolos.</p>	1º				x
Representação de quantidades de forma convencional ou não convencional.	Registro de quantidades pelo professor.	<p>Objetivos 3 anos:</p> <p>-Representar, com a mediação do(a) professor(a), quantidades que surgem nas interações e brincadeiras como: número de meninas, meninos, objetos, brinquedos, bolas e outros; por meio de desenhos e registros gráficos (riscos, bolinhas, numerais e outros).</p>	1º				x

ORGANIZADOR CURRICULAR – BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS 0 A 3 ANOS							
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
SABERES E CONHECIMENTOS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	SEMESTRE	B-I	B-II	M-I	M-II
Agrupamento de quantidades.	Agrupamentos, utilizando como critério a quantidade.	Objetivos 3 anos: -Agrupar elementos da mesma natureza em quantidades pré-estabelecidas.	1º				x
Comparação entre quantidades: menos, mais, igual.	Estabelecer relações com objetos: um, nenhum, muito, pouco, tem menos, o que tem mais, tem a mesma quantidade.	Objetivos 3 anos: -Comparar quantidades identificando se há mais, menos ou a quantidade é igual.	1º				x
Registros gráficos	Registro de quantidades por meio de jogos e brincadeiras.	Objetivos 3 anos: -Participar de situações que envolvam o registro de quantidades de forma convencional em jogos, brincadeiras e situações do cotidiano, por meio de desenhos e outros símbolos até 5.	1º				x

4.14.5 Encaminhamentos Teóricos Metodológicos

Essa Proposta Pedagógica Curricular parte dos pressupostos da Teoria Histórico-Cultural e da teoria Histórico-Crítica, compreendendo que a criança se relaciona com o mundo por meio da atividade dominante. Para ser compreendida em seu processo de desenvolvimento, no período de 0 a 5/6 anos de idade, a criança precisa ser situada no contexto econômico, político, social e cultural e, os processos de ensino e de aprendizagem, por sua vez, devem levar em consideração a periodização do desenvolvimento, tendo como referência a atividade dominante. As atividades guias do desenvolvimento, neste período, são identificadas como atividade de comunicação emocional direta, atividade objetual-manipulatória e atividade jogo de papéis sociais, as quais apresentam implicações diretas à organização das situações de ensino, que visam a promover o desenvolvimento humano. Destaca-se também que nem toda situação de ensino é promotora de desenvolvimento.

A atividade de comunicação emocional direta, que abarca de 0 a 1 ano, aproximadamente, Lazaretti e Mello (2018) destacam que, ao assumir a comunicação como o principal elemento impulsionador do desenvolvimento infantil, é dela que se extrai elementos para

organizar a ação didática e, portanto, a prática pedagógica. Nessa direção, cabe destacar a importância de uma comunicação entre adulto e criança enriquecida por gestos, olhares, toques, falas, expressões faciais, tons de voz, que significam, que acolhem, que provoquem, que criem vínculos, que direcionem a atenção, que retirem os bebês das costumeiras cenas de passividade em que são colocados. É preciso recuperar que o significado cultural dos objetos não será apropriado pelo simples contato, é necessária a ação de intervenção e de mediação intencional por parte do professor, de modo que a criança se aproprie do acervo disponibilizado. Não basta manipular livremente, é necessário que os saberes e conhecimentos/conceitos científicos sejam apropriados. Assim, ao definir o que será ensinado (saberes e conhecimentos), é imprescindível delimitar o porquê será aprendido (objetivo), para que o professor tenha condições de identificar os percursos necessários para alcançar os fins que se propôs a atingir.

Outro aspecto fundamental refere-se à Atividade objetual manipulatória, que abrange o período de 1 a 3 anos¹⁰⁰, com transformações importantes no desenvolvimento do psiquismo infantil. Trata-se de um período caracterizado por imensas possibilidades de desenvolvimento, se conduzidas com responsabilidade teórico-prática. A ampliação de possibilidades de movimentos, de comunicação, por meio da linguagem, enriquecem e, ao mesmo tempo, exigem que sejam disponibilizadas experiências de aprendizagem que insiram a criança em situações de uso social, conversando com a criança de modo a expressar com clareza as palavras, estabelecendo vínculos visuais, utilizando vocabulário variado, rico em possibilidades e ampliado em termos de manutenção de uma sequência lógica na exposição das ideias.

A Atividade Jogo de Papéis Sociais é a atividade guia no período de 3 a 6 anos, e caracteriza-se pelo interesse em fazer o que o adulto faz, evidenciando que a criança percebe o adulto em suas funções, em suas ocupações, em suas vivências. Nesse jogo, atribuem-se sentidos, transferem-se significados, possibilitando aprendizagens importantes, dentre elas, acatar ordens, controlar desejos imediatos em razão de cumprir um papel assumido em uma brincadeira em que representa o outro. Nesse jogo de representação, aprende-se sobre regras e sobre autocontrole, toma-se consciência gradativa de suas próprias ações.

São exemplos de jogos e brincadeiras que podem ser utilizados como referência: coelhinho sai da toca, o gato e o rato, brincadeira de roda, de bola, passa anel, elefante colorido, estátua, cinco Marias, telefone sem fio, entre outras. Além da riqueza presente nos jogos e brincadeiras, a Literatura Infantil oferece uma gama de possibilidades que inserem as crianças no universo de aprendizagens e de desenvolvimento. Destaca-se que a organização é do professor, para que as crianças se tornem sujeitos do processo, participando da ação, discutindo possibilidades, fazendo levantamento de materiais, descartando ideias e negociando outras, ampliando as aprendizagens no campo

da oralidade, tanto no que tange ao ouvir quanto ao falar, aprendendo a expressar opiniões, ideias, argumentando frente aos colegas. O ato de planejar mediante os recursos disponíveis exige que outras possibilidades sejam previstas, requerendo que argumentos sejam apresentados, discutidos, aprovados ou descartados.

Se planejar ações imaginárias criam possibilidades de aprendizagem, é possível e necessário colocar as crianças em outras situações que discutam e criem possibilidades de interação com a totalidade dos saberes e conhecimentos escolares. Aprender sobre cuidados com a saúde, o patrimônio natural e cultural, os órgãos dos sentidos e sensações, o sistema solar, os animais no ecossistema, a cadeia alimentar faz-se necessário, pois são saberes e conhecimentos que integram o currículo e exigem que o docente domine os conceitos científicos necessários para proceder a organização didática de modo coerente ao envolvimento das crianças na ação de aprendizagem. É possível, organizar uma salada de frutas e, nesse percurso, ensinar sobre as vitaminas, os sais minerais, as quantidades, os sabores, os cheiros, os problemas de alergia a determinados alimentos, a produção, a circulação e o consumo de produtos, ou seja, há uma gama de saberes e conhecimentos científicos que integram os campos de experiências que precisam ser trabalhados para que haja compreensão do que representa organizar uma salada de frutas para fins de consumo, do processo inicial ao final. Os dados coletados podem, também, constituir fonte para elaboração de tabelas e gráficos, com apoio do professor.

Outro pressuposto a ser considerado nessa organização é o determinante legal que, por meio da Resolução nº 02/17 CNE/CP, de 22 de dezembro de 2017, estabeleceu direitos essenciais de aprendizagem na Educação Infantil, sendo eles o direito a conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se, os quais devem perpassar todos os campos de experiências que organizam as práticas pedagógicas na Educação Infantil, na condição de direitos que devem ser garantidos à criança.

Ressalta-se que, em termos de significado e de importância para o desenvolvimento infantil, um Campo de Experiência não se sobrepõe ao outro em termos de relevância, porém, pensados no período de 0 a 5 anos e 11 meses e 29 dias, é preciso ter claro que existem especificidades em cada uma das faixas etárias que resultam das experiências/estímulos que cada criança viveu/recebeu/experimentou, as quais precisam ser consideradas e que, por sua vez, implicarão numa maior ênfase no trabalho com um ou outro campo de experiências em cada momento.

Na sequência, apresentam-se, portanto, os campos de experiências, com quais saberes dialogam mais intensamente e por quais meios é possível encaminhá-los para fins de alcançar os objetivos de aprendizagem propostos.

1. O EU, O OUTRO E O NÓS: A medida que o professor atua para a percepção do próprio corpo por parte da criança e incentiva a participação na organização dos espaços e das brincadeiras, fazendo escolhas e trocando pontos de vista, fazendo perguntas e levantando hipóteses, fazendo pesquisas e dando sugestões, bem como expressando sua opinião, estará contribuindo para o desenvolvimento de características iminentemente humanas. Assume relevância o trabalho com a respiração e a consciência sobre ela como um dos primeiros trabalhos constituidores da percepção do próprio corpo, sendo que o riso, o choro e a gargalhada podem servir de ponto de partida para a percepção dos movimentos que provocam no próprio corpo.

Esse é um campo que dialoga com saberes de outros campos, pois, sobretudo no berçário, a comunicação visual, gestual, emocional e o diálogo promovido pelo(a) professor(a) são elementos constituintes dos saberes e conhecimentos dos campos de experiências Corpo, Gestos e Movimentos, bem como Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação. Assim, à medida que interage, que brinca, que vivencia, que participa de situações diversas mediadas pela interação dialógica com o(a) professor(a), o qual tem por responsabilidade interpretar e, portanto, significar e atribuir sentidos às diversas experiências, a criança-aluno vai sendo inserida em um universo de experiências sociais e culturais que lhe permite se apropriar, gradativamente, do universo simbólico que a rodeia.

Esse é um campo de experiências que exige a manipulação, a exploração, a movimentação, o uso de elementos da cultura de diferentes grupos, de modo a contemplar a diversidade e contribuir para o enfrentamento de práticas de discriminação racial, de gênero ou mesmo em decorrência da condição social das crianças e suas famílias, requerendo que o(a) professor(a) relacione essas diferenças ao gênero humano.

PROPOSTA DE TRANSIÇÃO

O processo de transição entre as faixas etárias é trabalhado com muito cuidado e cautela, pois as crianças necessitam de muita atenção principalmente no que diz respeito as mudanças do meio em que estão inseridas. Além disso, para que a criança supere com sucesso os desafios da transição, é indispensável um equilíbrio entre as mudanças introduzidas a continuidade das aprendizagens, eo acolhimento efetivo de modo que a nova etapa se construa com base no que os educandos sabem e são capazes de fazer o novo e dar continuidade do trabalho

pedagógico. Para as crianças de 3 anos para 4 anos a mudança no ambiente escolar será um pouco mais complexo, pois até os 3 anos de idade eles brincam livremente circulando pelo ambiente da sala, ou parque de diversão, se expressam da maneira que desejam. Já com 4 anos o ambiente da sala de aula é com cadeiras e carteiras, sendo que terão que ficar mais tempo sentados, será cobrada mais sua atenção e realização de atividades. Sendo assim, os professores irão promover ao término do segundo semestre momento de interação das crianças do maternal II para o ambiente do infantil 4, levar a criança por meio de passeio, conhecer outros ambientes escolares bem como a rotina dos mesmos para facilitar a inserção das crianças no próximo ano letivo em outra instituição de ensino.

O Referencial Curricular do Paraná, considera que a perspectiva formativa nessa etapa se dá por meio de jogos, do brinquedo e da ludicidade. Cada momento de ingresso numa instituição de ensino deve ser organizado com vistas nas necessidades físicas, cognitivas e emocionais das crianças respeitando seus medos e inseguranças, amenizando angústias e adaptações.

De acordo com o currículo da AMOP, a transição acontece de forma gradativa e intencional, e preciso conduzi-la para que se aproprie dos diferentes espaços, de modo que tome consciência de qual lugar ele ocupa, como criança, em cada um dos diferentes grupos, espaços e tempos, ampliando seu universo de saberes e conhecimento.

FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

Ao se referir à adaptação curricular, as crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem e comportamental (com necessidades especiais) serão atendidas pela equipe multiprofissional da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em casos específicos, pela APAE do município, no período de contraturno. As que necessitam apenas de atendimentos psicológicos por enfrentarem problemas familiares são encaminhados para atendimentos psicológicos na Unidade de saúde do Município, entretanto a proposta pedagógica curricular irá garantir que a criança obtenha o seu desenvolvimento respeitando as suas limitações, cabendo ao educador desenvolver propostas pedagógicas que atendam às necessidades especiais de cada um por meio de plano de trabalho docente contendo a flexibilização curricular.

DESAFIOS CONTEMPÔRANEOS

Os desafios contemporâneos consistem em conhecer em profundidade cada fase do desenvolvimento infantil, suas características culturais, sociais, étnicas e de gênero, a realidade da qual cada criança faz parte e como aprendem, levando em consideração suas dificuldades e transtornos de aprendizagem. O educador também deverá considerar que o cuidar e o educar são indissociáveis, isto é, ao

cuidar deve-se também estar proporcionando oportunidades para que a criança aprenda e se desenvolva de acordo com as suas potencialidades.

Faz se necessário conhecer à realidade da sociedade em que estamos inseridos, entender os indivíduos em que nela vivem e trabalhar da melhor forma possível os desafios contemporâneos. Desde cedo é importante apresentar e trabalhar os diversos temas para as crianças, entre eles citamos:

- Cidadania e Direitos humanos;
- Educação ambiental;
- Estatuto do Idoso;
- Prevenção de drogas;
- Políticas para mulheres;
- Combate à violência;
- Educação para o trânsito;
- Inclusão social;
- Educação alimentar;
- Liberdade de consciência e crença-lei;
- Sexualidade;
- História do Paraná.

Ao abordar tais temas com as crianças é essencial ter muita cautela, na linguagem a ser utilizada com eles e na maneira em que tais temas serão trabalhados/ apresentados. O educador pode utilizar contação de histórias, desenhos animados e desenhos para colorir, encenação de personagens, brincadeiras, teatro, e brincadeiras com materiais recicláveis, entre outras formas que o educador pode planejar para trabalhar tais assuntos no ambiente escolar.

2. CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS: É evidente, portanto, a importância da exploração de espaços para a prática de movimento, nos quais a criança estabelece diferentes sentidos/significados para suas ações. Esses espaços precisam possibilitar a exploração de

movimentos de lançamento de preensão, de deslocamento, de atividades de orientação espacial por meio do percorrer trajetos, por exemplo, com a intencionalidade de promover a progressiva autonomia nos movimentos e a autoconfiança em relação ao movimentar-se pelos espaços, experienciando-os. Nesse campo, integram-se muitos conceitos essenciais às aprendizagens que se fortalecerão com as demais experiências advindas dos outros campos de saberes, dentre eles Espaços, Tempos, Quantidades, Relações e Transformações e Traços, Sons, Cores e Formas, tendo o corpo como referência em diferentes espaços e contextos. Por meio das brincadeiras, manipulação de jogos e brinquedos, uso de diferentes materiais e recursos pedagógicos, bem como interações que constituem o eixo central nesse campo de experiências, é que a criança incorpora a realidade, a percepção dos papéis e os códigos sociais que fazem parte do seu contexto social.

O brincar torna-se importante no desenvolvimento da criança, de modo que as brincadeiras e jogos devem ser explorados intencionalmente desde os mais funcionais até os de regras, uma vez que “criar movimentos, gestos, olhares e mímicas em brincadeiras, jogos e atividades artísticas como dança, teatro e música” (BRASIL, 2017, p. 47) é um dos objetivos a ser alcançado nesse campo.

Isso exige que o movimento do corpo ou de partes do corpo seja trabalhado nas várias linguagens da arte (dança, teatro e música). Entretanto, o(a) professor(a) precisa explorar recursos pedagógicos adequados a elas, ambientes que propiciem a movimentação e o uso do som, incluindo os diferentes ritmos, conforme expressos nos campos de experiências, contemplando a cultura local, regional e o atendimento aos dispositivos legais que indicam a necessidade de trabalhar com os conteúdos da história e cultura afro-brasileira, indígena e matrizes europeias.

O espaço da sala de aula, do berço, da mesa de refeições, os espaços livres e mais amplos disponíveis nas instituições de ensino, as cores, as formas, os objetos, os brinquedos, as brincadeiras, os materiais manipuláveis, as músicas de diferentes ritmos, os materiais que produzem sons, os brinquedos que possibilitam movimentos diversos, bem como a quadra de esportes, o parque infantil, o colchonete, todos esses elementos são recursos e materiais que precisam estar no campo da organização do trabalho pedagógico, inseridos de forma cuidadosa nas atividades que serão desenvolvidas. A Educação Infantil poderá construir inúmeras possibilidades de expressão corporal, pautando-se na

condução prazerosa, respeitando a condição física, por meio do movimento da dança, da consciência rítmica e da expressão de forma livre e/ou dirigida. Ressalta-se que a escolha das músicas e dos ritmos que serão ensinados precisam alçar o campo do ensino de novos saberes, possibilitando as crianças o contato e a aprendizagem de novas experiências que ampliem o seu universo cultural.

Proposta De Transição

Para trabalhar o processo de transição entre as turmas do Maternal II para o Infantil 4, o educador deverá adotar metodologias que consistem em proporcionar um ambiente agradável e acolhedor, visando o bem-estar do aluno, pois embora a criança irá mudar de instituição ela irá se deparar com uma sala com carteiras e cadeiras individualizadas, quadro de giz e outras mudanças na sala de aula, portanto visitas que permitam a criança conhecer e explorar este novo espaço educacional serão muito importantes. O educador também poderá preparar atividades que envolvam dinâmicas entre as turmas como: danças, circuitos com obstáculos, brincadeiras no parque, ginástica e jogos simbólicos e atividades que envolvam a rotina da escola como: entrada, horário do lanche e atividades no recreio e como ocorre a saída das crianças na escola.

Flexibilização Curricular

No que corresponde à flexibilização curricular com base no PPP a criança que apresentar dificuldades de aprendizagem e comportamento (com necessidades especiais) será atendida pela equipe multiprofissional da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em casos específicos, pela APAE do município, no período de contraturno e a que necessitar apenas de atendimento psicológico, por enfrentar problemas familiares, será encaminhado para atendimento psicológico na Unidade de saúde do Município, entretanto a proposta pedagógica curricular irá garantir que cada criança obtenha o seu desenvolvimento respeitando as suas limitações, cabendo ao educador desenvolver propostas pedagógicas que atendam as suas necessidades educativas especiais.

Desafios Contemporâneos

Ao se desenvolver o trabalho pedagógico alguns desafios contemporâneos devem ser considerados: O educador deverá conhecer em profundidade cada fase do desenvolvimento infantil, suas características culturais, sociais, étnicas e de gênero, a realidade da qual cada criança faz parte e como aprendem, levando em consideração suas dificuldades e transtornos de aprendizagem (se esta apresentar).

O educador também deverá considerar que o cuidar e o educar são indissociáveis, isto é, ao cuidar deve-se também estar proporcionando oportunidades para que a criança aprenda e se desenvolva de acordo com as suas potencialidades.

Outros desafios contemporâneos deverão considerados ao se trabalhar este Campo de Experiência, dentre eles está à utilização de metodologias por meio de mídias eletrônicas capazes de reproduzir músicas e vídeos, essenciais em atividades que envolvam a dança e outros movimentos de coordenação motora ampla, por exemplo. Levando-se em consideração que o educador deverá saber fazer o uso de tal recurso tecnológico, a fim de ajudar no desenvolvimento das atividades propostas.

Também deve ser considerado um desafio para o professor nos dias atuais à questão de instigar o interesse de todas as crianças a participarem dos jogos e brincadeiras propostos, pois estes exercem um papel fundamental para o desenvolvimento de todas as habilidades as quais o Campo de Experiência tem por objetivos. Para isso, o educador deverá pesquisar e criar materiais didático/pedagógicos capazes de conduzir o aluno a ser um participante ativo em todas as atividades trabalhadas dentro e fora da sala de aula.

E um último desafio a ser considerado refere-se à inclusão de crianças com Necessidades Educacionais Especiais, pois professor poderá levar em conta as limitações que a criança venha a apresentar e diante disso, preparar atividades e brincadeiras que contemplem o desenvolvimento educacional da criança sem que esta se sinta excluída ou com uma considerável defasagem durante o processo de ensino e aprendizagem.

3. TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS: É importante que as instituições de Educação Infantil disponham de um espaço inicial e deflagrador para o desenvolvimento das diferentes linguagens expressivas, tendo em vista que as crianças pequenas iniciam o conhecimento sobre o mundo por meio dos cinco sentidos (visão, tato, olfato, audição, gustação), do movimento, da curiosidade com relação ao que está a sua volta. Assim, a humanização dos sentidos é um fator fundamental para o trabalho com as linguagens expressivas, sendo necessário iniciá-lo já no berçário, em situações nas quais os professores explorem a curiosidade dos bebês referente ao mundo físico à sua volta. É a partir desse período que eles iniciam o conhecimento de que existem diferentes texturas, formas, cores, linhas, consistências, volumes, tamanhos e pesos, conhecimento que vai se constituindo por intermédio da manipulação de diversos materiais, da exploração dos ambientes, do movimento e do contato orientado com recursos pedagógicos diversos.

Ademais, é importante considerar o ambiente visual do berçário, os objetos que serão manipulados e as situações de brincadeiras corporais. Recomenda-se, nesse sentido, a utilização de formas em cores vivas, com materiais diferentes, dentre eles plásticos, papéis com texturas diferenciadas, objetos revestidos e/ou pintados, livro-pano, livro de banho, entre outros. Os móveis artesanais e brinquedos também em cores contrastantes (verde, vermelho, amarelo, azul e outras) e objetos que produzam sons e/ou vibrações são outros atrativos para os bebês desenvolverem seus sentidos e curiosidades. Lembrando que é nos berçários que surgem os primeiros registros de mãos impregnadas de sopas, papas e sucos. Por isso, é interessante possibilitar que aconteça em alguns momentos, essa “lambança” alimentícia, pois é um momento de experimentação que gera satisfação, representa liberdade e não deixa de se constituir numa criação.

À medida que as crianças se desenvolvem e conquistam sua independência em termos de locomoção, uso da linguagem, entre outros aspectos, os professores poderão disponibilizar materiais e instrumentos mais específicos (pintura, modelagem, colagem, fotografia, música, teatro, dança e audiovisuais, entre outros) que possibilitem a percepção da natureza e do ambiente cultural em que estão inseridas. De acordo com Cunha (1999), o professor não deve estabelecer limites para as superfícies em que a criança realiza seus registros. O alcance de sua atuação é o seu braço/mão, que deverá ser explorado de diversas maneiras. O perceber e o registrar as impressões sobre o mundo se dá num processo contínuo que vai se modificando na medida em que as crianças têm contato com as linguagens, com os materiais expressivos, com as intervenções dos adultos e de outras crianças. É na interação da criança com os objetos de conhecimento, quer seja pelo desenho, pintura, modelagem, entre outros, que o processo expressivo se constitui.

Na experiência com o fazer artístico, diferentes possibilidades se apresentam ao professor: pesquisa de materiais; a relação entre perceber, imaginar e concretizar; o fazer artístico com uso de massa de modelar, balões, jogos de montar, fantoches, argila, entre outros. É preciso, contudo, que o professor equilibre as suas ações em um encaminhamento metodológico capaz de articular conhecimento, ludicidade, aprendizagem e liberdade, com o ato de pensar acerca da arte e da produção de outros tempos e de seu tempo, exercitando seus modos de expressão, reflexão, comunicação e senso crítico.

Ao nascer, a criança entra em contato com o universo sonoro que a cerca: sons produzidos pelos seres vivos e pelos objetos. A sua relação com a música é imediata, seja por meio do acalanto da mãe e do canto de outras pessoas, seja por meio dos aparelhos sonoros de sua casa, tornando-se de compromisso da instituição escolar ampliar o universo de conhecimentos da criança-aluno sobre o som, os ritmos nas diferentes culturas, colocando-a em contato com instrumentos musicais convencionais e não convencionais, explorando as múltiplas

possibilidades advindas desses recursos. A música exerce grande influência sobre a criança; diante disso, os jogos ritmados, próprios dos primeiros anos, devem ser trabalhados e incentivados. O desafio é o de planejar atividades que envolvam músicas de diferentes povos, de diferentes épocas, de diferentes formas, de diferentes compositores, oportunizando o acesso a vários gêneros musicais. Educar musicalmente é promover atividades em que haja a percepção, a produção e a fruição dos sons, sejam eles musicais ou não para com eles interagir a fim de expressar-se e comunicar-se. É pela percepção auditiva que se descobrem os interesses musicais, que se conhecem outros ritmos e que se desenvolve a capacidade expressiva, favorecendo a capacidade imaginativa e criativa. Para que a criança surda usufrua dessa mesma educação musical, faz-se necessário adequar o ambiente para que ela possa sentir as vibrações dos ritmos musicais.

O trabalho com as linguagens implica compreensão da leitura, como fundamento que permeia todas as linguagens, estando elas imbricadas, pois se revela na interpretação dos sentidos presentes nos gestos, nos gêneros do discurso, no suporte e nos portadores textuais, na plástica, na Literatura Infantil, no uso social da escrita e nos ícones. Assim sendo, ao se referendar cada uma das linguagens, parte-se do pressuposto de que não será possível trabalhá-las desvinculadas da ação intencional de ler, interpretar e confrontar sentidos.

Na Educação Infantil, a leitura assume especial relevância na voz do professor. É um momento privilegiado para a construção de leitores das mais diferentes linguagens, instigando as crianças à curiosidade, à paixão pela leitura, superando a visão de que se leem apenas os registros escritos representados nas palavras e/ou nos textos. A entonação da voz na leitura diária realizada pelo professor, a escolha de gêneros discursivos apropriados a cada momento da vida da criança, bem como a leitura de livros de literatura sem legenda, discutindo as interpretações possíveis, são momentos privilegiados do trabalho com a leitura.

A fala é uma forma de representação construída socialmente. É um aprendizado que permite ao homem comunicar-se e interagir, e ela vai se desenvolvendo desde o nascimento, uma vez que o choro já se constitui em um exercício. Engolir, espirrar, arrotar, tudo serve para que o bebê aprenda a emitir sons, passando a fazer ruídos com a garganta, como se fosse um arrulho. Imitar esses sons do bebê, mudando a entonação da voz, e esperar por uma “resposta” dele, mostrando-lhe, nesse processo, novos sons, é de fundamental importância para que ele perceba que está sendo ouvido, pois quando compreende, com o tempo, que os sons por ele emitidos podem chamar a atenção, procurará fazê-lo cada vez mais. Assim, entende-se que não há uma idade exata para a criança começar a falar, mas sabe-se que, quanto mais ela se comunica, mais desenvolve a sua linguagem. Ao professor compete criar contextos de interação em que a criança sinta-se segura para falar e, ao mesmo tempo, aprenda a ouvir os colegas, a formular e responder a perguntas em momentos de interação, dirigidos intencionalmente

pelo(a) professor(a).

Assim como no estímulo à fala, deve-se destinar tempo e atenção ao ouvir. As crianças precisam ser ensinadas a prestar atenção na fala do outro, na narração de histórias, nos relatos realizados. Muitas dificuldades de aprendizagem no Ensino Fundamental são diagnosticadas como resultantes da falta de atenção às orientações e/ou às explicações orais. Não obstante, se as crianças não forem orientadas a ouvir e instigadas a reproduzir detalhes de histórias ouvidas, por exemplo, dificilmente aprenderão a fazê-lo por conta própria; brincadeiras como “o telefone sem fio” podem auxiliar a alcançar objetivos nessa direção.

Nesse sentido, o papel dos professores na Educação Infantil, no tocante à representação, é desafiador: interferir para que a criança expresse visões particulares e imaginativas com relação aos objetos de conhecimento, de forma cada vez mais elaborada e, sobretudo, para que compreenda o desenho como representação de alguma coisa ou ideia. O desenho é uma atividade que apresenta múltiplas possibilidades, isto é, uma atividade que expressa a criação, a representação, o registro de ideias e conhecimentos, a imaginação e estimula a criatividade. Para tanto, o professor pode fazer uso de diversos materiais, em momentos de registro individual e coletivo, além de utilizar diferentes suportes, disponibilizando lápis de cor, giz de cera, tinta, cola colorida, carvão, enfim, inúmeros recursos que irão possibilitar a expressão livre e/ou direcionada. O estímulo ao desenho coletivo e/ou individual como forma de registro das discussões, estudos e passeios é um recurso imprescindível à prática pedagógica na Educação Infantil.

É de Vigotski (1991, p. 133) a observação de que “o ensino tem que ser organizado de forma que a leitura e a escrita se tornem necessárias às crianças”, de modo que assumam significado, bem como, se tornem relevantes para a vida. Quando a escrita é compreendida como produto da atividade cultural, deflagrada pela humanidade, como resultado da necessidade de interação, pode-se inferir que, quanto mais constantes e de qualidade forem os atos de leitura e escrita realizados pelas crianças e pelos que estão ao seu redor, mais elementos elas terão para refletir sobre a língua e dela fazer uso. A defesa é a de que o encaminhamento metodológico referente à escrita seja efetivado a partir da exploração das funções sociais e situações de uso real, o que implica várias oportunidades de diálogo para analisar a diversidade de

gêneros discursivos em suas várias manifestações, decorrentes das diferentes situações de uso, tais como: a identificação, o registro histórico, o planejamento de ações, a comunicação, o lazer e as fontes de informação.

Partindo-se, portanto, do pressuposto de que a apropriação da linguagem escrita depende fundamentalmente das interações da criança com textos escritos, os professores precisam traduzir essa convenção, desde seus aspectos mais simples, como a direção da escrita (da esquerda para a direita, e, no sistema braille, da direita para a esquerda), a disposição no papel (de cima para baixo) e a especificação dos símbolos utilizados (letras, sinais de pontuação etc.). Esse trabalho realizar-se-á por meio de intensa produção de textos coletivos, em que o professor atua como escriba, não se tratando de submeter à criança ao processo de reconhecimento das unidades menores da escrita, mas de contextualizar informações necessárias à sua compreensão em situações de uso real. Ou seja, pela mediação do professor, de quem recebe informações sobre o sistema convencional da escrita, a criança é inserida na produção de textos e assim vai se apropriando dos mecanismos da escrita culturalmente elaborada, em processos pedagógicos, intencionalmente conduzidos.

Proposta de transição

O processo de transição entre as faixas etárias tem que ser trabalhada com muito cuidado e cautela, pois as crianças são necessitam de muita atenção principalmente no que se diz respeito às mudanças do meio em que estão inseridas. Além disso, para que a criança supere com sucessos desafios da transição é indispensável um equilíbrio entre as mudanças introduzidas a continuidade das aprendizagens, o

acolhimento efetivo de modo que a nova etapa se construa com base no que os educandos sabem e são capazes de fazer o novo e dar continuidade do trabalho pedagógico. Para as crianças de 3 anos para 4 ano as mudanças no ambiente escolar será um pouco mais complexo, pois até os 3 anos de idade eles brincam livremente circulando pelo ambiente da sala, ou parque de diversão, se expressam da maneira que desejam. Já com 4 anos de idade o ambiente da sala de aula é com cadeiras e carteiras, sendo que terão que ficar mais tempo sentados, será mais cobrada sua atenção e a realização de atividades. Sendo assim os professores promoverão ao final do segundo semestre a aproximação das crianças do maternal II para o ambiente do infantil 4, levar a criança conhecer outras instituições de ensino

para melhor se adaptar ao novo cenário no próximo ano letivo.

Flexibilização curricular

Dentre tantos desafios encontrados na educação infantil devemos também abordar a flexibilização curricular. Tais práticas trabalham no sentido de desenvolver habilidades e competências, não somente em áreas relacionadas à formação, como em aspectos emocionais e sociais. O desafio é construir e pôr em prática no ambiente escolar uma pedagogia que consiga ser comum e válida para todos as crianças da classe escolar, porém capaz de atender as crianças, cujas situações pessoais e características de aprendizagem requeiram uma pedagogia diferenciada.

As necessidades especiais revelam que tipos de estratégias, diferentes das usuais, são necessários para permitir que todos as crianças, inclusive as pessoas com deficiência, participem integralmente das oportunidades educacionais, com resultados favoráveis, dentro de uma programação tão normal quanto o possível.

Para iniciar este trabalho o professor deve ter como referência, por um lado, a situação da criança, ou seja, um conhecimento exato de quais são as suas potencialidades e dificuldades nas distintas áreas curriculares ou, dito de outro modo, quais são as necessidades educativas especiais da criança e por outro lado, conhecer a proposta curricular do seu grupo de referência.

Conhecer as necessidades educacionais especiais da criança passa pela necessidade de o professor realizar uma avaliação pedagógica do aluno e, em alguns casos, do encaminhamento para uma avaliação psicológica, oftalmológica, otorrinolaringológica, fonoaudiologia, física ou fisioterapêutica, dentre outras, dependendo da área da deficiência que a criança apresenta. Tais encaminhamentos têm o objetivo de obter pareceres e orientações de outros profissionais, para a elaboração do diagnóstico da criança. A criança que apresentar dificuldades de aprendizagem e comportamento (com necessidades especiais) será atendida pela equipe multiprofissional da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em casos específicos, pela APAE do município, no período de contraturno e a que necessitar apenas de atendimento psicológico, por enfrentar problemas familiares, será encaminhado para atendimento psicológico na Unidade de saúde do Município, entretanto a proposta pedagógica curricular irá garantir que cada criança obtenha o seu desenvolvimento respeitando as suas limitações, cabendo ao educador desenvolver propostas pedagógicas que atendam as suas necessidades educativas especiais.

Uma vez definidas as adaptações curriculares, o professor deverá buscar estratégias que lhe permitam pô-las em prática, sem que

isto implique deixar de atender os demais alunos, pelo contrário, ele deve garantir que tais ações conduzam ao enriquecimento da própria prática pedagógica e das experiências de aprendizagem de todo o grupo. É preciso ter em mente que as adaptações/flexibilizações que estão sendo ou terão necessidade de serem propostas se referem às diversas áreas da deficiência, daí o alerta para observar as necessidades educacionais especiais peculiares a cada aluno. Ainda, é preciso levar em conta que alunos com a mesma deficiência podem exigir diferentes adaptações de metodologia para diferentes conteúdos e objetivos.

Desafios contemporâneos

Há muitos anos viemos lutando por uma educação contemporânea aonde todos os agentes sociais têm papéis a serem desempenhados. É a conexão entre professores, familiares e estudantes, que poderá gerar um processo de ensino de qualidade e diferenciado. Porém um dos maiores desafios contemporâneos é aprender a lidar com a tecnologia e transformá-la em aliada da educação. Os professores foram, são e continuarão sendo mediadores indispensáveis no aprendizado, o que não descarta a necessidade de aprender a lidar com a tecnologia.

É importante apresentar e trabalhar desde cedo os diversos temas para as crianças:

- Cidadania e Direitos humanos;
- Educação ambiental;
- Estatuto da criança e do idoso;
- Prevenção de drogas;
- Política para mulheres;
- Combate à violência;
- Educação para o trânsito;
- Inclusão social;
- Educação alimentar;
- Liberdade de consciência e crença-lei;
- Sexualidade;
- História do Paraná.

Ao abordar tais temas com as crianças é essencial ter muita cautela, na linguagem ao ser utilizada com eles, e na maneira em que tais temas serão trabalhados/apresentados.

Os professores ao trabalharem com os desafios contemporâneos buscando ser cada dia mais dinâmico, mais ousados, mais críticos, usando a tecnologia a nosso favor, tentando cada vez mais juntar a escola do aluno e da família, e principalmente desenvolver o nosso trabalho com muito empenho e dedicação para que o nosso trabalho pedagógico seja de qualidade, com vista ao pleno desenvolvimento e aprendizagem das crianças.

4. ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO

Neste campo de experiência a imaginação oral e escrita se destaca e praticamente o dominam. A escuta, fala, pensamento e imaginação estão interligados e juntos articulados contribuem amplamente para o desenvolvimento infantil.

Ao trabalhar esse campo de experiência com os bebês (0 a 1 ano e 6 meses) faz-se necessário colaborar para a interação da criança com o ambiente e com os indivíduos presentes nele, pois o bebê se comunica de diferentes formas como: com movimentos do corpo, postura corporal, choro e também alguns recursos vocais que podem ser meio de comunicação. O professor pode utilizar músicas, cantigas e parlendas para despertar o interesse auditivo e oral da criança. Levar para a sala de aula livros de panos ou emborrachados, e fantoches para cantar ou contar histórias curtas e simples. Dar prioridade e sempre chamar a criança pelo nome para ela ir se reconhecendo em um ambiente coletivo, falar (pronunciar) as palavras corretamente, a fim das crianças já irem internalizando-as e aumentando o vocabulário. Enquanto a criança ainda não fala, é possível trabalhar com sons, imitando os e estimulando a mesma a repetir.

Ao trabalhar o campo de experiência com crianças bem pequenas (01 a 03 anos e 11 meses) o educador deverá trabalhar com práticas pedagógicas relacionadas com o desenvolvimento da comunicação oral, ou seja, a fala. É de suma importância estimular a fala dos pequenos, ajudando-os na construção e ampliação do vocabulário por meio de desenhos animados assistidos pela tv, músicas infantis cantadas ou tocadas em pen-drive ou em DVD, pois aguçam a imaginação deles também, histórias contadas pelo educador com livros infantis ou com fantoches e aventais lúdicos, lembrando que a entonação da voz é de extrema importância para desenvolver o interesse deles para essa atividade. Promover brincadeiras como esconder objetos e solicitar que encontrem, a fim de desenvolver o pensamento e imaginação, disponibilizar diversos brinquedos e deixar que o faz de conta tome conta do ambiente. Promover a interação das crianças

com os colegas a fim de que desenvolvam a fala, escuta e o pensamento nas relações sociais.

Ao se trabalhar com cada faixa etária é importante que o educador tenha conhecimento sobre as especificidades e características de cada idade, para que consiga desenvolver um planejamento com encaminhamentos eficientes e de acordo com as exigências de cada turma, lembrando que o brincar deve ser prioridade e estar presente em todos os momentos na Educação Infantil, é por meio dele meio dele ser possível alcançar o desenvolvimento da aprendizagem da criança, pois é brincando que ela aprende, devendo então ao educador usar a criatividade para que por meio da brincadeira consiga obter resultados positivos aos seus objetivos do processo de ensino-aprendizagem infantil.

Para auxiliar nesse processo utilizarão recursos didáticos pedagógicos como: os materiais de papelaria disponíveis no ambiente escolar, por exemplo, giz de cera, lápis, borracha, lápis de cor, massa de modelar, cola, papel, etc. brinquedos pedagógicos: fantoches, livros, em EVA, fantasias, dinâmicas, cordas, brinquedos sonoros e luminosos, entre outros. E recursos tecnológicos que são: aparelho de som, tv, pen-drive, DVD, aplicativos e mídias digitais.

Proposta De Transição

Deve se pensar com cautela no processo de transição entre as faixas etárias, pois as crianças necessitam de muita atenção principalmente no que diz respeito às mudanças do meio em que estão inseridas. Para as crianças de 3 anos para 4 anos a mudança no ambiente escolar será um pouco mais complexo, pois até os 3 anos de idade eles brincam livremente circulando pelo ambiente da sala, ou parque de diversão, se expressam da maneira que desejam. Já com 4 anos o ambiente da sala de aula é com cadeiras e carteiras, sendo que terão que ficar mais tempo sentados, será cobrada mais sua atenção e realização de atividades. Sendo assim, os professores poderão promover ao final do segundo semestre a aproximação das crianças do maternal II para o ambiente do infantil 4, levar a criança para conhecer e ir se adaptando ao novo cenário e a rotina da nova instituição de ensino que irá frequentar no próximo ano letivo.

Flexibilização Curricular

Ao se referir à adaptação curricular com base no PPP as crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem e comportamental (com necessidades especiais) serão atendidas pela equipe multiprofissional da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e em casos específicos, pela APAE do município, no período de contraturno. As que necessitam apenas de atendimentos psicológicos por enfrentarem problemas familiares são encaminhados para atendimentos psicológicos na Unidade de saúde do Município, entretanto a proposta

pedagógica curricular irá garantir que a criança obtenha o seu desenvolvimento respeitando as suas limitações, cabendo ao educador desenvolver propostas pedagógicas que atendam às necessidades especiais de cada uma.

Desafios Contemporâneos

Faz se necessário conhecer a realidade da sociedade em que estamos inseridos, entender os indivíduos em que nela vivem e trabalhar da melhor forma possível os desafios contemporâneos. Desde cedo é importante apresentar e trabalhar os diversos temas para as crianças, entre eles citamos:

- Direito da criança/ adolescente/ jovem;
- Cidadania e Direitos humanos;
- Relações étnico-raciais, o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana;
- Educação ambiental;
- Estatuto do Idoso;
- Prevenção de drogas;
- Educação fiscal/ educação tributaria;
- Políticas para mulheres;
- Combate á violência;
- Educação para o trânsito;
- Inclusão social;
- Símbolos;
- Exibição de símbolos de produção nacional;
- Educação alimentar;
- Segurança e saúde;
- Liberdade de consciência e crença-lei;
- Sexualidade;
- História do Paraná.

Ao abordar tais temas com as crianças é essencial ter muita cautela, na linguagem a ser utilizada com eles e na maneira em que tais temas serão trabalhados/ apresentados. O educador pode utilizar contação de histórias, desenhos animados e desenhos para colorir, encenação de personagens, brincadeiras, teatro, e brincadeiras com materiais recicláveis, entre outras formas que o educador pode planejar para trabalhar tais assuntos no ambiente escolar.

- 4 **ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES:** O ponto de partida para trabalhar a compreensão dos espaços social e cultural é a realidade do aluno e do seu grupo familiar e social. Nessa perspectiva, a observação, o relato, as comparações e as vivências sensoriais são encaminhamentos que auxiliarão nessa compreensão, assim como a elaboração dos conceitos de próximo e distante, do eu e do outro, das relações que se estabelecem entre os integrantes dos diferentes grupos e dentro de um mesmo grupo, pois, ao reconhecer-se e perceber-se na relação com o outro e com o espaço, o conhecimento do ambiente físico, social e cultural, bem como das relações e transformações neles presentes, vão se formando, evidenciando a relação com os saberes e conhecimentos dos demais campos de experiências.

Nessa direção, o foco na Educação Infantil manter-se-á nos fatos importantes relacionados à história de vida do (a) aluno (a), de seus familiares e da sua comunidade de modo a construir compreensões sobre diferentes pessoas, espaços, tempos e culturas, por meio de vivências, relatos, entrevistas, observação de registros fotográficos, rodas de conversa, dentre outros procedimentos metodológicos que auxiliem na construção da noção de tempo histórico, na percepção das mudanças e identificação de costumes, tradições e acontecimentos significativos. Nesse processo, os alunos são provocados a falar o que sabem, a apresentarem as dúvidas e sobre o que mais gostariam de saber e, a partir dessa ação, com a mediação do (a) professor (a), será possível problematizar e planejar em conjunto, onde e como encontrar respostas.

A criança que tem possibilidades de contato com brinquedos, jogos de montar, quebra-cabeça, jogo da memória, dentre outros, tem, ao brincar, um pensamento em ação, favorecendo o estabelecimento de relações cada vez mais complexas. Como não “sabe” contar, ela precisa, inicialmente, construir noções de “bastante, nada, muito, pouco, igual, mais, menos, maior, menor”, entre outros significados que são construídos a partir das comparações que estabelece. Essas comparações também contribuem para a construção do conhecimento lógico-matemático. Por isso, quanto mais o professor e o meio oportunizarem ações e recursos que possibilitem investigar, observar, estabelecer

relações, perceber semelhanças e diferenças, explorar, reconhecer, descrever e envolver-se, maiores serão as oportunidades de desenvolvimento.

Desde o nascimento, a criança está em contato permanente com formas, grandezas, números, medidas, contagens, os quais assumem significados na relação com as outras pessoas e com o meio. Nesse percurso, os conceitos vão sendo construídos, à medida que são exploradas as diferenças, as semelhanças, a forma, a cor, o tamanho, a temperatura, a consistência, a espessura, a textura, por meio de jogos, materiais manipulativos, brincadeiras; quanto maiores são as experiências, maiores serão as possibilidades de formação dos conceitos matemáticos. Uma vez que as noções lógico-matemáticas não se encontram no objeto, para se construir esse tipo de conhecimento, é necessário que o professor estabeleça relações com o material manipulativo de forma significativa, para que noções sejam interiorizadas.

Ao tratar e refletir com a criança sobre os usos que são feitos dos números em nossa sociedade, a fim de compreender a sua função social é preciso situar as diferentes funções que esses desempenham, tais como: contar, medir, ordenar e codificar, funções que estão presentes no cotidiano, como para indicar data de nascimento, o número de calçado e da roupa, a altura, o peso, a ordem de uma criança na fila, o peso de determinados alimentos, a distância, a metragem etc. À medida que se desenvolve o trabalho com os números, constata-se que alguns podem ser utilizados em operações matemáticas e outros não. Por exemplo, não somamos os números das casas ou dos calçados, números do CPF ou do RG, nem de placas de diferentes carros.

Além disso, a exploração do espaço por meio dos órgãos sensoriais e dos movimentos e deslocamentos de engatinhar, de pegar, de rolar, de pular, de agarrar, de sentir, de perceber, de comparar grandezas, de perceber espaços abertos, fechados, fronteiras, vizinhanças, interior e exterior, se tornam essenciais à compreensão do espaço percebido/vivido. As noções básicas com relação à orientação no espaço devem ser trabalhadas a partir dos pontos de referência, situando as crianças em relação às outras crianças, em relação aos objetos do espaço e os objetos em relação a outros objetos. A exploração do espaço é um aspecto que compartilha a geometria com outras áreas, a descoberta de si mesma e a descoberta do ambiente.

Nessa direção, os ambientes da Educação Infantil precisam ser organizados para a faixa etária que atendem, de modo a proporcionar mobilidade e acessibilidade aos materiais que serão utilizados nas diferentes práticas pedagógicas, estando limpos, portanto higienizados, a fim de que possibilitem atos de ensino desde o uso do banheiro, da sala de aula, do refeitório, do parque, da horta, dos jardins e dos demais espaços de circulação e de acesso, tais como a entrada da instituição. Desse modo, no momento da alimentação no refeitório,

quando esse espaço existe, é necessário que ele esteja organizado para ser um refeitório e receber as crianças em um momento de aprendizagem sobre o ato de alimentar-se. No contexto tratado até aqui, torna-se necessário que o (a) professor (a) domine saberes e conhecimentos/conteúdos e tenha clareza sobre os objetivos de aprendizagem, para exercer uma intervenção pedagógica coerente com os pressupostos que fundamentam este currículo, com as atividades guia ou dominante, possibilitando à criança o estabelecimento de relações e a apropriação do conhecimento.

Proposta de Transição

Deve se pensar com cautela no processo de transição entre as faixas etárias, pois as crianças necessitam de muita atenção, principalmente no que diz respeito as mudanças do meio em que estão inseridas. Para as crianças de 3 anos para 4 anos a mudança no ambiente escolar será um pouco mais complexo, pois até os 3 anos de idade eles brincam livremente circulando pelo ambiente da sala, ou parque de diversão, se expressam da maneira que desejam. Já com 4 anos o ambiente da sala de aula é com cadeiras e carteiras, sendo que terão que ficar mais tempo sentados, será cobrada mais sua atenção e realização de atividades. Sendo assim, os educadores poderão promover ao final do segundo semestre a aproximação das crianças do maternal II para o ambiente do infantil 4, levar a criança para conhecer e ir se adaptando ao novo cenário e a nova rotina em outra instituição de ensino.

Flexibilização Curricular

Para iniciar este trabalho o professor deve ter como referência, por um lado, a situação da criança, ou seja, um conhecimento exato de quais são as suas potencialidades e dificuldades nas distintas áreas curriculares ou, dito de outro modo, quais são as necessidades educativas especiais da criança e por outro lado, conhecer a proposta curricular do seu grupo de referência.

Conhecer as necessidades educacionais especiais da criança passa pela necessidade de o professor realizar uma avaliação pedagógica do aluno e, em alguns casos, do encaminhamento para uma avaliação psicológica, oftalmológica, otorrinolaringológica, fonoaudiologia, física ou fisioterapêutica, dentre outras, dependendo da área da deficiência que a criança apresenta. Tais encaminhamentos têm o objetivo de obter pareceres e orientações de outros profissionais, para a elaboração do diagnóstico da criança. A criança que apresentar dificuldades de aprendizagem e comportamento (com necessidades especiais) será atendida pela equipe multiprofissional da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em casos específicos, pela APAE do município, no período de contraturno

e a que necessitar apenas de atendimento psicológico, por enfrentar problemas familiares, será encaminhado para atendimento psicológico na Unidade de saúde do Município, entretanto a proposta pedagógica curricular irá garantir que cada criança obtenha o seu desenvolvimento respeitando as suas limitações, cabendo ao educador desenvolver propostas pedagógicas que atendam as suas necessidades educativas especiais.

Uma vez definidas as adaptações curriculares, o professor deverá buscar estratégias que lhe permitam pô-las em prática, sem que isto implique deixar de atender os demais alunos, pelo contrário, ele deve garantir que tais ações conduzam ao enriquecimento da própria prática pedagógica e das experiências de aprendizagem de todo o grupo. É preciso ter em mente que as adaptações/flexibilizações que estão sendo ou terão necessidade de serem propostas se referem às diversas áreas da deficiência, daí o alerta para observar as necessidades educacionais especiais peculiares a cada aluno. Ainda, é preciso levar em conta que alunos com a mesma deficiência podem exigir diferentes adaptações de metodologia para diferentes conteúdos e objetivos.

Desafios Contemporâneos

É necessário o conhecimento da realidade da sociedade em que estamos inseridos, entender os indivíduos em que nela vivem e trabalhar da melhor forma possível os desafios contemporâneos. Sendo importante apresentar e trabalhar os diversos temas para as crianças desde cedo, entre eles citamos:

- Direito da criança/ adolescente/ jovem;
- Cidadania e Direitos humanos;
- Relações étnico-raciais, o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana;
- Educação ambiental;
- Estatuto do Idoso;
- Prevenção de drogas;
- Educação fiscal/ educação tributaria;
- Políticas para mulheres;
- Combate á violência;
- Educação para o trânsito;

- Inclusão social;
- Símbolos;
- Exibição de símbolos de produção nacional;
- Educação alimentar;
- Segurança e saúde;
- Liberdade de consciência e crença-lei;
- Sexualidade;
- História do Paraná.

Tais temas requer muita cautela ao serem abordados com as crianças, na linguagem a ser utilizada com eles e na maneira em que tais temas serão apresentados. O educador pode utilizar contação de histórias, desenhos animados e desenhos para colorir, encenação de personagens, brincadeiras, teatro, e brincadeiras com materiais recicláveis, entre outras formas que podem ser planejadas para trabalhar tais assuntos no ambiente escolar.

4.14.4 Bibliografia

Associação dos Municípios do Oeste do Paraná. **Proposta Pedagógica Curricular- Educação Infantil e Ensino Fundamental (Anos Iniciais) Rede Pública Municipal- Região da AMOP.**(coordenação: Adriana Gonzaga Cantarelli, et al...) – Cascavel : Assoeste, 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, DF: MEC, 2018.

PARANÁ. Referencial Curricular o Paraná: princípios, direitos e orientações/Secretária do Estado de Educação e do Esporte – Curitiba: SEED – Pr, 2019. – 4v.

Referencial Curricular do Paraná: Princípios, direitos e orientações. Educação Infantil e Componentes Curriculares do Ensino Fundamental, Paraná 2018.

5. Avaliação

A avaliação constitui-se em um processo por meio do qual o educador reúne e analisa as informações sobre o ensino e a aprendizagem, definindo e articulando a intervenção pedagógica que contribui para o alcance dos objetivos propostos para cada etapa do processo educacional. Assim, a avaliação é uma das etapas da atividade escolar, necessária para o processo de ensino e aprendizagem, possibilitando perceber nos sujeitos escolares suas fragilidades, seus avanços, mediando o processo de apropriação do conhecimento.

É importante refletir sobre a avaliação na especificidade da Educação Infantil, como etapa da Educação Básica, a qual não se constitui um período preparatório para a entrada da criança no Ensino Fundamental. A Educação Infantil apresenta uma particularidade: os processos avaliativos não interferem na promoção da criança. Isso não significa, no entanto, que têm menor relevância que o Ensino Fundamental e/ou Médio ou que os tornam desnecessários. Pelo contrário, a compreensão de sua importância contribui para a definição dos processos de intervenção e revisão da prática docente.

Os objetivos de aprendizagem, os saberes e conhecimentos previstos são ponto de referência para a definição dos instrumentos e critérios a serem utilizados para a configuração da avaliação, utilizando vários instrumentos para que ela cumpra as suas funções diagnóstica e formativa. Na educação infantil destacam-se os seguintes instrumentos avaliativos:

a) A **observação**: é um instrumento amplamente utilizado na Educação Infantil, o qual requer uma atenção especial por parte do educador no sentido de compreender que é humanamente impossível, observar todas as crianças ao mesmo tempo, sem correr o risco de cometer graves equívocos. Exige, portanto, a definição primeira do que é que está sendo observado, por que é importante observá-lo e quem estará sendo observado naquele determinado momento. O “o que” e o “por que” são definidos nos objetivos que são traçados para serem alcançados a partir do trabalho realizado com cada faixa etária da Educação Infantil e em cada campo de experiência anteriormente explicitado. O “quem” será definido pelo educador, tomando o cuidado de observar todas as crianças, porém, em momentos diferentes, a fim de comparar o desenvolvimento de cada criança em relação a si própria, ao longo do processo de intervenção, tomando como referencial os objetivos propostos. A memória do educador não é a melhor fonte de registro do que foi observado, sendo necessária a utilização de recursos específicos para a efetivação desse acompanhamento, o qual pode ser feito por meio de fichas específicas, no decorrer da observação ou logo após tê-la realizado. Ao

observar, tendo como parâmetro os objetivos estabelecidos, evita-se a comparação de uma criança com a outra, a qual é fonte de inúmeros equívocos que vêm sendo praticados no processo educativo institucionalizado.

b) O **portfólio**: é um instrumento de fundamental importância para o acompanhamento do processo realizado por cada um dos educandos, podendo ser introduzido, com melhores resultados, no trabalho realizado com crianças a partir de dois anos de idade. Pressupõe o registro, por parte do educador, de situações de aprendizagem e do desenvolvimento da criança, bem como a seleção de atividades realizadas em diferentes momentos, com o intuito de servir de suporte para a análise das progressões realizadas por cada uma das crianças de forma individual, captando a singularidade de cada uma, na relação com os saberes e conhecimentos curriculares.

c) A **participação**: Em primeiro lugar é de fundamental importância o educador ter claramente definido o que é participação e como ela se efetiva nesta fase da vida humana. Não podemos partir do pressuposto de que a participação somente se efetiva a partir da exposição oral e que aquela criança que fala muito é aquela que apresenta um bom “nível” de participação. Ao interagir, ao desenvolver as atividades em grupos, nas brincadeiras, no desenvolvimento das atividades individuais, nas trocas, enfim, a participação se revela nas diversas atividades e o importante é que o olhar atento do educador seja capaz de captar onde precisará intervir para auxiliar, pois a participação é reveladora dos questionamentos da criança, das suas possibilidades de interação, demonstrando ao educador em quais aspectos precisará agir com maior atenção, sendo ela um instrumento de avaliação do trabalho pedagógico realizado e do desenvolvimento infantil, pressupõe a utilização dos registros de forma permanente, a fim de evitar equívocos comumente observados quando os registros são realizados apenas no nível da memória do educador.

d) O **relatório**: é um instrumento de acompanhamento do desenvolvimento da criança, que permite uma análise reflexiva em relação ao processo de aprendizagem de cada uma. Segundo Hoffmann (2000), o relatório de avaliação é o registro que historiciza o processo de construção de conhecimento e provoca o olhar reflexivo do educador sobre os desejos, interesses, conquistas, possibilidades e limites no desenvolvimento da criança, tornando-a partícipe. Nesse sentido, o relatório de acompanhamento possibilita a interação criança/professor na construção do conhecimento de forma contextualizada, tendo como ponto de reflexão os critérios previamente estabelecidos na proposta curricular. Em relação aos resultados do acompanhamento da criança, é importante que os professores dialoguem permanentemente, socializando todas as informações pertinentes ao seu desenvolvimento, discutindo com a equipe de apoio, com os demais professores e com a família, sempre que necessário, independentemente dos períodos destinados às reuniões, a fim de que a tomada de decisão se efetive em

tempo de encaminhar ações, objetivando a resolução dos problemas detectados. No relatório o professor deverá sempre apontar aquilo que a criança realiza sozinho (desenvolvimento real) bem como os aspectos para as quais precisa de apoio (desenvolvimento potencial).

5 AVALIAÇÃO

6.1 Avaliação Institucional

A avaliação institucional ocorrerá por meio do sistema de Avaliação da Educação Pública Municipal de Três Barras do Paraná – SAEMTB – de acordo com a Lei nº 1439/16 de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, tendo como principais objetivos:

- 6.1.1 O fortalecimento da Gestão Democrática;
- 6.1.2 O aprofundamento do compromisso e da responsabilidade social dos estabelecimentos de ensino;
- 6.1.3 Afirmação da autonomia e da identidade institucional dos estabelecimentos de ensino;
- 6.1.4 A participação democrática da comunidade escolar;
 - 6.1.5 A qualidade compartilhada entre o Poder Público e os estabelecimentos de ensino, em que cada instancia assume efetivamente a sua parcela de responsabilidade;

Quanto à avaliação institucional na modalidade da Educação Infantil, o SAEMTB estabelece:

6.1.6 A avaliação na Educação Infantil deve acontecer anualmente, observando os mecanismos de desenvolvimento do Currículo Básico para as Escolas Públicas do Oeste do Paraná – AMOP.

6.1.7 A avaliação institucional contempla a análise global e integrada da gestão escolar e do trabalho docente, do trabalho administrativo e serviços gerais, (Regimento Escolar, Projeto Político Pedagógico, Proposta Pedagógica Curricular, Planos de Ação da Equipe Diretiva e Equipe Pedagógica e Planos de Trabalho Docente), infraestrutura e gestão democrática com a participação da APMF.

Para realização deste processo de avaliação, a instituição conta com uma Comissão Própria de Avaliação (CPA) composta por:

- 6.1.8 1 (um) representante do Conselho Escolar;
- 6.1.9 1 (um) representante da Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF);
 - 6.1.10 1 (um) representante da Coordenação Pedagógica;
- 6.1.11 2 (dois) representantes dos professores;
 - 6.1.12 1 (um) representante do serviço Técnico Administrativo;
- 6.1.13 1 (um) representante técnico operacional;

6.2 Implementação do Projeto Político Pedagógico

O Centro Municipal de Educação Infantil Sonho de Criança avalia constantemente seu Projeto Político Pedagógico e está ciente de que o mesmo representa uma reflexão do nosso cotidiano durante o processo de ensino e aprendizagem, tendo em vista alguns princípios, como:

- 6.2.1 Tornar explícito o ato pedagógico como um ato político, trazendo para a discussão a realidade da escola hoje, excludente em relação à maioria da população;
- 6.2.2 Abordar o processo de ensino numa dimensão de totalidade, mostrando que os diferentes modelos desse processo são produzidos em determinado contexto histórico e fundamenta-se em diferentes concepções de homem, mundo, sociedade, cultura e educação, expressão de uma determinada direção política;
- 6.2.3 Não ignorar a importância das condições concretas em que se desenvolve o ensino, considerando a situação real do aluno, do professor e sua inter-relação com o ambiente em que o ensino se realiza.

Além disso, é evidente que o Projeto Político Pedagógico requer continuidade das ações, oportunizando desta forma a descentralização e democratização do processo de tomada de decisões e a instalação de um processo coletivo de avaliação do mesmo, possibilitando rever e redimensionar nossa prática pedagógica e contribuir para o processo de ensino e aprendizagem.

Assim, as falhas verificadas serão corrigidas para que continuemos crescendo, buscando sempre a melhoria da qualidade do ensino e, conseqüentemente, atingindo os objetivos educacionais.

O acompanhamento do Projeto Político Pedagógico é constante, sendo que, representantes da comunidade escolar como Conselho Escolar, direção, professores e pedagogo reúnem-se em dias de reuniões pedagógicas previstas em calendário escolar, para estudos, análise e discussão do mesmo realizando alterações caso houver necessidades.

7 BIBLIOGRAFIA

ARROYO, Miguel G. As relações sociais na escola e a formação do trabalhador. In: FERRETTI, C. J.; SILVA JR, J. R.; OLIVEIRA, M. R. N. S. (Orgs.). Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola? São Paulo: Xamã, 1999.

BARBOSA, Aparecida Reis. A Relação Estado/Município na passagem da 4.^a para a 5.^a Série em Curitiba. Curitiba. 2008. 168p. Dissertação de Mestrado em Educação, na Área de Educação, Cultura e Tecnologia. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2008. Disponível em: Acesso em: 26 de agosto de 2019.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. O que é participação. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos; 95).

Brasil. Lei Federal nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 dez. 2012.

Paraná. Instrução Normativa nº 001– SEED/SUED de 15 de janeiro de 2016. Critérios para solicitação de Professor de Apoio Educacional Especializado aos estudantes com Transtorno do Espectro Autista. Curitiba, 15 jan. 2016.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial da União. BRASILIA, 25 SET. 2008.

Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

Fundamentação legal para a elaboração do regimento escolar da educação básica / Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Legislação Escolar. – Curitiba: SEED – Pr., 2017. – 117p

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.

Paraná. Instrução nº 016 – SEED/SUED de 22 de novembro de 2011. Estabelece critérios para o Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recursos Multifuncional Tipo I, na Educação Básica – área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos. Curitiba, 22 nov. 2011.

Paraná. Instrução nº 020 – SEED/SUED de 08 de novembro de 2010. Orientações para organização e funcionamento do Atendimento Educacional Especializado na área da Deficiência Visual. Curitiba, 08 nov. 2010.

Paraná, Instrução nº 002– SUEDE/SEED de 07 de fevereiro de 2012. Estabelece critérios para solicitação de Professor de Apoio à Comunicação Alternativa para atuar no Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos. Curitiba, 07 fev.2012.

PARO, Vitor Henrique. Escritos sobre educação. São Paulo: Ática, 2001.

_____. Gestão democrática da escola pública. São Paulo: Ática, 2002.

Proposta Pedagógica Curricular: Ensino Fundamental (anos iniciais): Rede Pública Municipal: região da Amop./Associação dos Municípios do Oeste do Paraná; [Coordenação: Adriana Gonzaga Cantarelli, et al...] – Cascavel: ed. do Autor, 2020.

SALAS, Paula. Chegou um estagiário na escola, e agora?. Nova Escola Gestão. 2019. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/2285/chegou-um-estagiario-na-escola-e-agora#:~:text=O%20est%C3%A1gio%20%C3%A9%20um%20momento,aluno%20e%20como%20futuro%20professor.&text=Por%20isso%20%20%C3%A9%20papel%20do,que%20ele%20passar%C3%A1%20a%20assumir.> Acesso em: 10/08/2020.

<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=15#:~:text=Inst%C3%A2ncias%20colegiadas%20%E3E%20Conselho%20de%20classe&text=%C3%89%20o%20momento%20em%20que,ensino%20e%20aprendizagem%20dos%20estudantes.> Acesso dia 25/09/2020.

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. São Paulo: Cortez:Autores Associados, 1986._____. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 2. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991._____. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação. V. 12, n. 34, jan./abr. 2007.

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. 33 ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2000.

SEDUC (Secretaria de Estado e Educação) Mato Grosso. A imprescindível ação das relações interpessoais no âmbito escolar. Disponível em: <<http://www2.seduc.mt.gov.br/-/a-imprescindivel-acao-das-relacoes-interpessoais-no-ambito-escol-1>> Acesso em 26/08/2020.

VYGOTSKY L. S. Obras completas. Tomo cinco: Fundamentos de Defectologia. Havana: Editorial Pueblo Y Educación, 1989.

<https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2014/01/PPP-segundo-Ilma-Passos.pdf>

<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1770-6.pdf>

<http://letrasunifacsead.blogspot.com/p/dermeval-saviani-concepcoes-de-escola.html> 21/08/2019 Escola e Democracia - 1987

http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-72502011000100005

http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_pdp_ped_unesparuniaodavitoria_cleocite_rezinhasledes.pdf. Acesso em 26 de agosto de 2019.

Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/icse/v21n62/1807-5762-icse-1807-576220160922.pdf> acesso em 17/08/2020 às 13 horas.

http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/instrucoes2010%20sued%20seed/Instrucao_0282010_Estagio.pdf

https://www4.pr.gov.br/gee/documentos/legislacao/decreto_estadual_8654.pdf

<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/93117/lei-do-estagio-lei-11788-08#art-1>

[file:///D:/!!BACKUP!!/Downloads/Orientacoes%20para%20o%20Processo%20de%20Transicao%20da%20Crianca%20da%20Educacao%20Infantil%20para%20o%20Ensino%20Fundamental%20\(1\).pdf](file:///D:/!!BACKUP!!/Downloads/Orientacoes%20para%20o%20Processo%20de%20Transicao%20da%20Crianca%20da%20Educacao%20Infantil%20para%20o%20Ensino%20Fundamental%20(1).pdf)

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2018/Lei/L13663.htm

http://www.institutomm.com.br/arquivos/Apostila_educacao_paz.pdf

BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017 (*) Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.

CUNHA, S. R. V. Cor, som e movimento: A expressão plástica, musical e dramática no cotidiano da criança. Caderno de educação no cotidiano da criança. Caderno de Educação Infantil. Porto Alegre: Editora Mediação, 1999.

HOFFMANN, J. M. L. Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Porto alegre: Mediação, 2000.

LAZARETTI, Lucinéia Maria; MELLO, Maria Aparecida. Como ensinar na Educação Infantil? Reflexões sobre a didática e o desenvolvimento da criança. In: PASQUALINI, Juliana Campregher; TEIXEIRA, Lucas André; AGUDO; Marcela de Moraes. (Org.) Pedagogia Histórico-Crítica: legado e perspectivas. Uberlândia, MG. Navegando, 2018.

MARTINS, Lígia Márcia. O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

VYGOTSKY, L.S. Pensamento e linguagem. 3. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1991.

8 ANEXOS

8.1 Projeto Cultura da Paz nas escolas

JUSTIFICATIVA

Na educação para a paz a resolução de conflitos é valorizada por ser um momento onde os valores, o diálogo e o entendimento são fundamentais para não criar situações violentas. Sabemos que quando os conflitos não são solucionados existe uma possibilidade muito grande

de a violência ocorrer. Em toda situação de conflito temos sempre as causas, os protagonistas o processo e o contexto onde as situações ocorreram, isso contribui para pensar pedagogicamente em como estabelecer a mediação dos conflitos existentes.

A Lei 13.663/2018 inclui entre as atribuições das escolas a promoção da cultura da paz e medidas de conscientização, prevenção e combate a diversos tipos de violência no ambiente escolar. Como conscientizar nossas crianças de algo tão importante e tão complexo?

Muitos já falaram de paz, poucos escolheram fazer a paz... Nós enquanto educadores, desejamos que nossas crianças não só saibam o que é a paz, mas principalmente a façam acontecer. Em seu dia-a-dia, em pequenas atitudes, trabalharemos para que este projeto seja vivenciado e internalizado. Neste projeto utilizaremos com base o livro é “Um mundinho de paz” de Ingrid Biesemeyer.

OBJETIVO GERAL:

- Conscientizar as crianças sobre a importância de conviver em um ambiente harmonioso e agradável, estabelecendo desta forma atitudes de paz entre as pessoas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Estabelecer atitudes de paz no ambiente de convívio;
- Explorar o significado da palavra paz;
- Desenvolver o hábito de leitura;
- Compreender as diversas formas de resolver conflitos de forma pacífica.

METODOLOGIA

Com o objetivo de envolver as crianças e professores em práticas pedagógicas nas quais se evidenciem ações de paz e harmonia, melhorando as relações sociais, serão realizadas as seguintes estratégias:

- Rodas de conversas sobre as formas de violência existentes na sociedade;

- Leitura, releitura e discussão do livro “Um mundinho de paz”;
- Leitura de livros, poemas e músicas sobre o assunto;
- Ouvir a música “Paz” da Banda Roupas Novas;
- Confecção de cartazes com recortes e ilustrações sobre o tema;
- Confecção de cartazes com palavras que remetam o significado de paz;
- Dramatizações de situações diversas envolvendo a cultura da paz;

AVALIAÇÃO

- Avaliar se as crianças demonstram ter consciência sobre a importância de conviver em um ambiente harmonioso e agradável, realizando atitudes que promovam a paz entre as pessoas.

REFERÊNCIAS

BIESEMEYER , Ingrid. Um mundinho de paz. Editora: DCL; 2ª Edição, fevereiro 2007.

DISPONIVEL EM <http://allegresse-jessy.blogspot.com/2011/05/projeto-um-mundinho-de-paz.html> acessado em 27 de agosto de 2020.

8.2 Projeto Conscientização e combate a Violência Infantil

JUSTIFICATIVA

O projeto educativo de prevenção contra o abuso e a violência busca alertar as famílias e as crianças sobre as diferentes violências infantis em qualquer espaço de convivência.

Visando uma melhor qualificação para os profissionais da educação, com intuito de identificar os sinais de violência no ambiente escolar, são realizados estudos nas formações continuadas durante o ano letivo, incluindo este tema na proposta curricular com uma

abordagem interdisciplinar, de forma a contribuir para que a criança saiba identificar os sinais de violência em seu cotidiano. São desenvolvidos trabalhos, sob a orientação do professor e acompanhamento da equipe pedagógica de modo a conscientizar as crianças sobre as formas de violência.

OBJETIVO GERAL

- Orientar as famílias, educadores e crianças sobre os diversos tipos de violência, proporcionando esclarecimento quanto a seus direitos e alertando quanto à necessidade de quebrar o silêncio e buscar junto aos órgãos competentes o apoio necessário.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Orientar as crianças sobre todos os tipos de violência;
- Conhecer as formas de solicitar ajuda em casos de violência;
- Compreender que a proteção contra a violência é um direito de todos;
- Amenizar manifestações de violência por meio de resgate de valores;
- Exercitar a tolerância, a solidariedade e a cooperação.

METODOLOGIA

Com o intuito de orientar e sensibilizar as crianças sobre os diversos tipos de violência, fortalecendo-os na busca de ajuda quando vivenciar formas de violência, serão desenvolvidas as seguintes ações:

- Confeção de panfleto informativo sobre violência para ser distribuído às famílias;
- Desenvolvimento de oficinas com orientações aos pais sobre violência e as formas de proteção;

- Construção de cartazes em sala de aula sobre o tema;
- Exibição de Vídeos informativos enfocando várias formas de violência;
- Contação da história infantil Pipo e Fifi abordando a violência sexual;
- Confecção de murais enfocando a violência infantil;
- Contação de história infantil que trate sobre valores.

AVALIAÇÃO

- Avaliar se as crianças reconhecem os diversos tipos de violência, seus direitos em relação à proteção e as formas de denunciar quando vivenciarem formas de violência.

REFERÊNCIAS

ASCARI, Caroline. PIPO e FIFI Prevenção de Violência Sexual na Infância. Editora Cores. 2013.

<http://www.youtube.com/?hl=pt&gl=BR>

8.3 Projeto Educação Alimentar e Nutricional

JUSTIFICATIVA

O presente projeto visa abordar e discutir assuntos relacionados à alimentação saudável ampliando os conhecimentos das crianças sobre o tema. Muitas crianças, diariamente, se recusam a provar alguns tipos de alimento, tanto na escola como em casa, com o intuito de mudar esta realidade trabalharemos a importância do consumo de alimentos saudáveis e a higienização dos mesmos, como forma de promoção da saúde.

OBJETIVO GERAL

Promover o consumo de alimentos saudáveis e a consciência de sua contribuição para a promoção da saúde de uma forma atraente, lúdica e educativa.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 8.3.1 Incentivar os bons hábitos alimentares;
- 8.3.2 Conscientizar os alunos sobre a importância e os motivos pelos quais nos alimentamos;
- 8.3.3 Reconhecer os alimentos que fazem bem a nossa saúde;
- 8.3.4 Identificar cores, texturas e os diferentes sabores dos alimentos;
- 8.3.5 Conscientizar os alunos da importância da higienização das mãos e dos alimentos;
- 8.3.6 Conscientizar sobre a importância de uma alimentação sem desperdícios;
- 8.3.7 Conhecer, nomear e identificar diferentes tipos de alimentos;
- 8.3.8 Identificar as preferências alimentares do alunos.

METODOLOGIA

Com base nos objetivos apresentados serão realizadas as seguintes ações, levando em consideração as especificidades de cada turma:

- 8.3.9 Conversa sobre a importância de hábitos alimentares saudáveis, higienização e preparação dos alimentos;
- 8.3.10 Apresentação de alguns alimentos, principalmente os consumidos no CMEI;

- 8.3.11 Exposição e explicação sobre a cadeia alimentar;
- 8.3.12 Realização de um piquenique na praça, com a oferta de alimentos saudáveis e exposição dos benefícios destes;
- 8.3.13 Elaboração de salada de frutas, dialogando sobre as cores, consistência e sabores de cada fruta;
- 8.3.14 Dramatização de histórias com dedoches de frutas variadas;
- 8.3.15 Pintura de desenhos feitos em papel kraft, utilizando giz de cera ou tinta guache, enfatizando as cores reais do alimento;
- 8.3.16 Realizar passeios em hortas e viveiros para compreender o processo de vida da planta;
- 8.3.17 Realizar o plantio de verduras e temperos em pneus;
- 8.3.18 Decorar o refeitório com imagens de alimentos saudáveis;
- 8.3.19 Construir painel para exposição de rótulos dos alimentos;
 - 8.3.20 Exibição de filmes como Ratuoli e Os Sem Florestas e após realizar conversa destacando os alimentos representados e se estes fazem parte de uma alimentação saudável;
- 8.3.21 Exibição do vídeo João Pedro e o Médico – almoço colorido;
 - 8.3.22 Explorar músicas infantis como Meu lanchinho e Comer Comer, evidenciando que os alimentos são fontes de energia para o nosso corpo;

AVALIAÇÃO

- Analisar se as crianças compreenderam sobre a importância do consumo sem desperdício de alimentos saudáveis, higienizados de forma correta e, que isto, contribui para a promoção da saúde;
- Reconhecer as características dos alimentos como as cores, texturas e sabores, nomeando-os e diferenciando os alimentos saudáveis dos não saudáveis.

REFERÊNCIAS

[http:// www.pragentemiuda.org](http://www.pragentemiuda.org). acesso em 07- fev 2013

<http://www.bancodeatividades.blogspot.com.br> acesso em 07-fev 2013

<http://www.aprenderecia.blogspot.com.br>, acesso 07-fev-2013

<http://www.faueduinfantil1.blogspot.com.br>, acesso 07- fev- 2013~

<http://www.csajaboticabal.org.br/educacaoinfantil/23/Infantil-I-T1-e-T2-Alimento-Saudavel.html>

8.4 Projeto Recreio Interativo

JUSTIFICATIVA

Com o intuito de oferecer momentos prazerosos às crianças no horário do recreio, que os envolvam em situações de convivência mútua e aprendizagem de forma lúdica, explorando jogos e brincadeiras em relação ao viver, à socialização, ao respeito coletivo ao outro e às regras de convivência, diminuindo assim, os conflitos e pequenos acidentes.

OBJETIVO GERAL

- Reconhecer que o período do recreio é parte integrante do processo ensino e aprendizagem proporcionando as crianças momentos de interação e convivência por meio de brincadeiras organizadas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Estimular a ludicidade das crianças através do desenvolvimento de brincadeiras;

- Promover a sociabilidade possibilitando que as crianças procurem soluções para os conflitos interpessoais;
- Proporcionar aos alunos uma convivência saudável por meio de situações de aprendizagem dirigidas durante o recreio;
- Oferecer um ambiente propício ao desenvolvimento integral do educando com ações coletivas, lúdicas e pedagógicas;
- Estimular a coletividade e integração com alunos de diferentes turmas;
- Resgatar brincadeiras antigas promovendo a transmissão da cultura entre gerações.

METODOLOGIA

O referido projeto será desenvolvido por meio de atividades lúdicas elaboradas com antecedência, encaminhadas pelos professores, estagiários, pedagogo e direção, tais como:

- Brincadeiras no playground;
- Cantigas de roda;
- Brinquedos Cantados;
- Circuitos montados para travessias e movimentos fundamentais;
- Chute ao alvo;
- Lançamento de dardo;
- Pinturas com tinta;
- Piscina de bolinha;
- Travessia no túnel;
- Brincadeiras na casinha de bonecas;
- Boliche;

- Manipulação de brinquedos pedagógicos de montar e desmontar;
- Brincadeiras com carrinhos, bichinho de pelúcia e pecinhas de encaixe;
- Manipulação de materiais de encaixe;
- Empilhar e desempilhar peças;

AVALIAÇÃO

Analisar se as atividades desenvolvidas estão contribuindo para o processo de desenvolvimento da criança, através dos momentos de interação e socialização entre as crianças e as mesmas com os profissionais da educação.

REFERÊNCIAS

<http://santabarbara.go.gov.br/edu1/wp-content/uploads/2014/09/1-PROJETO-RECREIO-COM-PRAZER.pdf>

OLIVEIRA, Vera Barros de (Org.). O brincar e a criança do nascimento aos seis anos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

VYGOTSKY, L.S; LURIA, A.R.; LEONTIEV, A. N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

8.5 MATRIZ CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL

NRE: 6 – Núcleo Regional de Educação - Cascavel		MUNICÍPIO: 2804 – Três Barras do Paraná
INSTITUIÇÃO DE ENSINO: 629 – Centro Municipal de Educação Infantil Sonho de Criança		
ENDEREÇO: Rua Acre, 1140, Alto Campo, Três Barras do Paraná, CEP 85485-000.		
FONE: 45 32351210		
ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal		
CURSO (nº do código): 2100 – Ensino Pré escolar Creche		
TURNO: Matutino	C.H. TOTAL DO CURSO: 2400	DIAS LETIVOS ANUAIS: 200
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2021	FORMA: Simultânea	
OFERTA: Infantil 0 a 3 anos	ORGANIZAÇÃO: Anual	
CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS	O eu, o outro e o nós. Corpo, gestos e movimentos. Traços, sons, cores e formas. Escuta, fala, pensamento e imaginação. Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.	
Total de horas relógio semanais	20 horas relógio	

NRE: 6 – Núcleo Regional de Educação - Cascavel		MUNICÍPIO: 2804 – Três Barras do Paraná
INSTITUIÇÃO DE ENSINO: 629 – Centro Municipal de Educação Infantil Sonho de Criança		
ENDEREÇO: Rua Acre, 1140, Alto Campo, Três Barras do Paraná, CEP 85485-000.		
FONE: 45 32351210		
ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal		
CURSO (nº do código): 2100 – Ensino Pré escolar Creche		
TURNO: Vespertino	C.H. TOTAL DO CURSO: 2400	DIAS LETIVOS ANUAIS: 200
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2021	FORMA: Simultânea	
OFERTA: Infantil 0 a 3 anos	ORGANIZAÇÃO: Anual	
CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS	O eu, o outro e o nós. Corpo, gestos e movimentos. Traços, sons, cores e formas. Escuta, fala, pensamento e imaginação. Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.	
Total de horas relógio semanais	20 horas relógio	

8.6 Calendário Escolar



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
CALENDÁRIO ESCOLAR - 2021



Instituição: Centro Municipal de Educação Infantil Sonho de Criança
Município: Três Barras do Paraná - PR
Telefone: (45) 3235 1210

Janeiro							Fevereiro							Março						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
3	4	5	6	7	8	9	1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	5	6		
10	11	12	13	14	15	16	7	8	9	10	11	12	13	7	8	9	10	11	12	13
17	18	19	20	21	22	23	14	15	16	17	18	19	20	14	15	16	17	18	19	20
24	25	26	27	28	29	30	21	22	23	24	25	26	27	21	22	23	24	25	26	27
31							28						28	29	30	31				

1 - Ano Novo

Abril							Maio						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3					1	2	3	4	5	6	7
4	5	6	7	8	9	10	8	9	10	11	12	13	14
11	12	13	14	15	16	17	15	16	17	18	19	20	21
18	19	20	21	22	23	24	22	23	24	25	26	27	28
25	26	27	28	29	30		29	30	31				

2 - Páscoa 4 - Páscoa 21 - Trabalhadores

Julho							Agosto						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3					1	2	3	4	5	6	7
4	5	6	7	8	9	10	8	9	10	11	12	13	14
11	12	13	14	15	16	17	15	16	17	18	19	20	21
18	19	20	21	22	23	24	22	23	24	25	26	27	28
25	26	27	28	29	30	31	29	30	31				

1 - Dia do Trabalho

Setembro							Outubro						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14	8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21	15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28	22	23	24	25	26	27	28
29	30	31					29	30	31				

3 - Corpus Christi

Novembro							Dezembro						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14	8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21	15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28	22	23	24	25	26	27	28
29	30	31					29	30	31				

7 - Independência

Outubro							Novembro						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14	8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21	15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28	22	23	24	25	26	27	28
29	30	31					29	30	31				

2 - Finados

15 - Proclamação da República

19 - Emancipação Política do PR

25 - Natal

Férias
Estudo e Planejamento
Início das atividades híbridas
Início e término das aulas
Recesso escolar
Conselho de Classe Noturno
Feriado Municipal
Feriados
Plano de Abandono
Conselho de Classe Final
Fechamento do ano letivo

AVALIAÇÃO SEMESTRAL
1º Semestre - 04/02 a 23/07 - 103 dias
2º Semestre - 26/07 a 17/12 - 97 dias
TOTAL - 200 DIAS

Horário de Funcionamento
Manhã 07h30min. às 12h00min.
Tarde 13h00min. às 17h30min.

Observações

- Os dias destinados ao Estudo e Planejamento para profissionais da educação não poderão ser computados para cumprimento da exigência legal da carga horária letiva para os estudantes. Deliberação 02/2018 - CEE/PR.
- No dia 7 de agosto, comemora-se o Dia do Funcionário de Escola.
- No dia 11 de agosto, comemora-se o dia do Estudante.
- No dia 28 de outubro, comemora-se o dia do Servidor público.
- No dia 20 de novembro, comemora-se o dia da Consciência Negra.



Centro Municipal de Educação Infantil Sonho de Criança
Três Barras do Paraná - PR
Calendário Escolar 2021

**CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
INFANTIL SONHO DE CRIANÇA**
Rua Castelo Branco, SN, Bairro Alto Campo
CEP 85485-000 Fone/Fax (45) 3235-1210
APM70NPJ: 11.247.132/0001-39
TRÊS BARRAS DO PARANÁ - PR

Horário Manhã
7:30h às 9:00h
9:00h às 9:15h Recreio Interativo
9:15h às 12:00h

Horário vespertino
13:00h às 15:00h
15:00h às 15:15h Recreio Interativo
15:15h às 17:30h

Carimbo do Estabelecimento

Dahiane Daniel de Mello
Diretora
Doc. N.º 3498/19
CPF 063.968.82/9-80

Dahiane D. de M. Mello

Carimbo e Assinatura Do Gestor

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO DE CASCAVEL
SETOR DE ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

ESTABELECEMOS DE ACORDO
COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE

CASCAVEL, 17/06/21

Giáglia C. Alves de Oliveira

Giáglia Crossling Alves de Oliveira
RG: 8.368.888-7 / PR

Parecer do NRE- Cascavel

AVALIAÇÃO SEMESTRAL	
1º Semestre - 04/02 a 23/07 - 103 dias	
2º Semestre - 26/07 a 17/12 - 97 dias	
TOTAL - 200 DIAS	

8.7 Plano de ação

	<p style="text-align: center;"><u>CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL SONHO DE CRIANÇA</u></p> <p style="text-align: center;">Rua Castelo Branco 1140, Bairro Alto Campo, Fone: (45) 32351210, Email:cmeitb@gmail.com, CEP: 85485-000, Três Barras do Paraná – Pr.</p>
---	--

PLANO DE AÇÃO ESCOLAR

Instituição de Ensino: CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL SONHO DE CRIANÇA.

Ano: 2021

DIMENSÃO PEDAGÓGICA	AÇÕES	PERÍODO	ENVOLVIDOS
Instâncias Colegiadas			
	<p>Associação de Pais Mestres e Funcionários: Convite aos membros para participarem da construção do Plano de Ação Anual da instituição, com diálogos e decisões coletivas sobre as atividades a serem efetivadas durante o ano; também em constante contato via grupo de watsh app referente às necessidades da instituição e ouvindo as sugestões.</p>	<p>Início do ano letivo; Trimestral (na pandemia)</p>	<p>Direção, Equipe Pedagógica e membros da APMF.</p>
	<p>Conselho Escolar: Convite aos membros para participarem da construção do Plano de Ação Anual da instituição, com diálogos e decisões coletivas sobre as atividades a serem efetivadas durante o ano. Em constante contato via grupo de watsh app, informando sobre as alterações e a documentação necessário devido a pandemia, também sobre as ações que deveram ser desenvolvidas neste período.</p>	<p>Início do ano letivo Mensalmente</p>	<p>Membros com Conselho escolar.</p>
	<p>Conselho de Classe: previsto no calendário escolar, registrado em ata, sobre o processo do ensino e</p>	<p>Bimestral</p>	<p>Direção, Equipe Pedagógica e</p>

	aprendizagem, sendo discutidas as ações previstas para a superação das dificuldades e também os avanços obtidos.		professores;
	Comissão Escolar de Retorno às aulas: formado pelos representantes de cada segmento da instituição e pais de alunos; com função deliberativa sobre a organização das atividades de forma remota e possível retorno das aulas presenciais, também é de incumbência dessa, acompanhar todas as ações da instituição e avaliar o Plano de Contingenciamento do estabelecimento.		
Acompanhamento da Frequência Escolar	Neste momento de pandemia a frequência esta sendo acompanhada através das entregas e retiradas das apostilas, caso não compareçam, os professores tentam contato via mensagens e/ou ligações, não havendo o comparecimento é realizado o encaminhamento através da Ficha de Referencia para o Conselho Tutelar. E após o comparecimento é conversado com os pais e responsáveis sobre a importância da realização das atividades remotas e alguns casos estendido os prazos de entrega, para evitar o abandono escolar.	Semanalmente	Professores Equipe Pedagógica Direção Conselho tutelar Pais
Hora-Atividade	A hora atividade é organizada conforme a carga horaria do professor, professores que tem mesma turma, para planejarem, organizarem seu Plano de Trabalho de Docente, e plano remoto, suas apostilas, também as postagens e as correções das mesmas para registro no LRCO. Neste período os professores ficam em suas salas de aula ou na sala dos professores, mantendo os cuidados devido a COVID-19; a equipe pedagógica acompanha semanalmente as atividades desenvolvidas pelos professores;	Semanalmente	Equipe Pedagógica Professores Direção
Formação Continuada	A formação continuada acontecerá de forma online, via Meet, ofertados pela SEMED, também cursos ofertados pelo FNDE, também online.	Decorrer do ano letivo	Semed Professores

Integração Escola e Comunidade	Neste momento de pandemia, a integração está acontecendo, nas entregas e retiradas de apostilas, nas entregas do Kit de alimentação, também nos grupos de whatsapp das turmas, mensagens e ligações individuais.	Mensalmente	Direção Equipe Pedagógica Professores Pais
Atendimento Educacional Especializado (AEE)	Quais são os tipos de atendimentos educacionais especializados ofertados na escola? Como esse atendimento será organizado e quais crianças serão atendidas? Quais serão as estratégias utilizadas para garantir o trabalho colaborativo entre professor da turma comum e professor de atendimento AEE? Como será realizado o acompanhamento pedagógico desses atendimentos? Quais ações serão realizadas para a sensibilização de pais quanto à importância desse atendimento?	-----	-----
Inclusão Social	O acolhimento é realizado da mesma maneira para todos os alunos, indiferente de que categorias pertencem. Efetivando-se cotidiano da escola, e nos conteúdos escolares previstos, com atividades que valorizem a individualidade e respeitem as diferenças.	Diariamente	Professores Equipe Pedagógica Direção Servidores
Recreio Dirigido	O recreio dirigido acontecerá em sala de aula, com brincadeiras e atividades lúdicas, em um momento acompanhado do professor e em outro com o estagiário da turma.	Diariamente	Professores Estagiários
Avaliações Externas	Quais avaliações são realizadas na escola (SAEMTB, Prova Paraná, Fluência, Prova Brasil)? Quais alunos/turmas são envolvidos nesse processo? Quais as possibilidades de uso dos resultados de avaliações externas para garantir a qualidade do trabalho realizado em sala de aula?	-----	-----
Ações para a melhoria da Aprendizagem e Prevenção à Distorção idade/ano-série	Quais estratégias utilizar para tomar consciência e ter conhecimento sobre as fragilidades do ensino? Como proporcionar o aprimoramento da aprendizagem e do	-----	-----

	ensino? Quais ações de apoio serão organizadas para os alunos que apresentarem mais dificuldades?		
Proposta de Transição	É planejado no mês de novembro que o professor do maternal II regente da turma, juntamente com os profissionais que se relacionam com as crianças, realizem visitas nas instituições que ofertam pré escola. A proposta para esse ano de 2021 é que os pais também acompanhe seu filho na visita, e assim possam conhecer o espaço físico, seus horários, as pessoas que irão fazer para da rotina no ano seguinte.	Novembro	Professores Equipe Pedagógica Pais
Plano de Avaliação Institucional	A avaliação institucional ocorre a cada ano, onde são analisadas a estrutura física, pedagógica e administrativa, por meio da Comissão da instituição de ensino. Após é repassada para todos os dados para a SEMED.	anual	Comissão Própria da Instituição.
Implementação do Projeto Político-Pedagógico	O documento está disponível para acesso de toda a comunidade, se efetiva em todo âmbito escolar, devendo ser avaliado constantemente, pois representa uma reflexão do nosso cotidiano escolar.	Anual e sempre que necessário	Direção Equipe Pedagógica Professor Servidores
Programas e projetos	Na instituição temos o Programa Saúde na Escola, o qual possui um roteiro anual de atividades repassado pela Secretaria de Saúde para a Secretaria de Educação, a qual orienta as instituições de ensino a colocar em prática as atividades e adequando ao planejamento do professor para todas as turmas.	Ano letivo	Equipe Pedagógica Professores Alunos
Práticas educativas em ambientes externos	Quais ações serão realizadas fora do espaço escolar? Quais lugares poderão ser visitados ou explorados? Qual a proposta pedagógica e quais os conhecimentos serão construídos por meio desses passeios? Quais ações são necessárias para a organização desses momentos? Quem serão os sujeitos envolvidos nesse processo?	-----	-----

Cta n° 04/2021

Com vinte e cinco dias de novembro de dois mil e vinte um reuniram-se nas dependências da Centro Municipal de Educação Infantil de São João de Guanca representantes do Conselho Escolar para leitura e aprovação do Projeto Político Pedagógico da instituição. Estão em conformidade todos os pontos assim sendo favoráveis a aprovação. Elienely Guterres
Valiane D. de M. Augusto, Kam C. B. Fergaro, Janet Colipati
D. Jussara Santos de Moraes



DECLARAÇÃO DE LEGALIDADE Nº 17 /2021 - SEMED

ASSUNTO: Declaração de Legalidade referente ao Projeto Político Pedagógico.

Centro Municipal de Educação Infantil Sonho de Criança apresenta o **Projeto Político Pedagógico** elaborado pela Comunidade Escolar e aprovado pelo seu Conselho Escolar.

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Três barras do Paraná emite a presente Declaração que resulta da verificação da legalidade do **Projeto Político Pedagógico** da referida Instituição.

O presente **Projeto Político Pedagógico** atende os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96, da Deliberação nº 02/2018-CP/CEE/PR, da Deliberação 03/2018-CP/CEE/PR que versa sobre o Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações, bem como do Parecer Normativo nº 01/2019 – CP/CEE/PR.

É a Declaração.

Três Barras do Paraná - PR, 30 de novembro de 2021.


Eliza Bortolanza

Secretário Municipal de Educação e Cultura
Decreto nº 4238/2021

PARECER Nº 331/2021 – NRE Cascavel

ASSUNTO: Parecer de Legalidade do Projeto Político-Pedagógico

O Centro Municipal de Educação Infantil Sonho de Criança – Três Barras do Paraná/ Pr apresenta o Projeto Político- Pedagógico elaborado pela Comunidade Escolar e aprovado pelo seu Conselho Escolar.

O Núcleo Regional de Educação de Cascavel emite o presente Parecer, que resulta da verificação do Projeto Político-Pedagógico, da Ata nº 04/2021 – Aprovação do PPP pelo Conselho Escolar e da Declaração de Legalidade nº 17/21, emitida pela Secretaria Municipal de Educação de Três Barras do Paraná, mantenedora da referida Instituição de Ensino, situada no município de Três Barras do Paraná.

O presente Projeto Político-Pedagógico atende os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96, da Deliberação nº 02/2018-CP/CEE/PR, da Deliberação 03/2018-CP/CEE/PR, que versa sobre o Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações, a Instrução Normativa Conjunta nº 05/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, bem como do Parecer Normativo nº 01/2019 – CP/CEE/PR.

É o Parecer.

Cascavel, 09 de dezembro de 2021

Núcleo Regional de Educação de Cascavel.



Adriana Furlanetto
Adriana Furlanetto

Assistente Técnico de NRE/Cascavel
Decreto nº 1437/2019 D.O.E. 23/05/2019



ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 09/2021

A Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná, mantenedora do Centro Municipal de Educação Infantil Sonho de Criança, no uso das atribuições legais conferidas pelas Deliberações nº 02 e 03/2018 CP/CEE/PR e pelo Parecer de Legalidade nº 331/2021 – NRE.

HOMOLOGA

Art. 1º - O Projeto Político-Pedagógico do Centro Municipal de Educação Infantil Sonho de Criança do município de Três Barras do Paraná, com a oferta de: Educação Infantil, etapa creche.

Art. 2º - O Projeto Político-Pedagógico homologado por este Ato de Homologação entra em vigor a partir do início do ano/período letivo de 2022.

Três Barras do Paraná, 10 de dezembro de 2021.


Eliza Bortolanza

Secretária Municipal de Educação e Cultura

Decreto nº 4238/2021